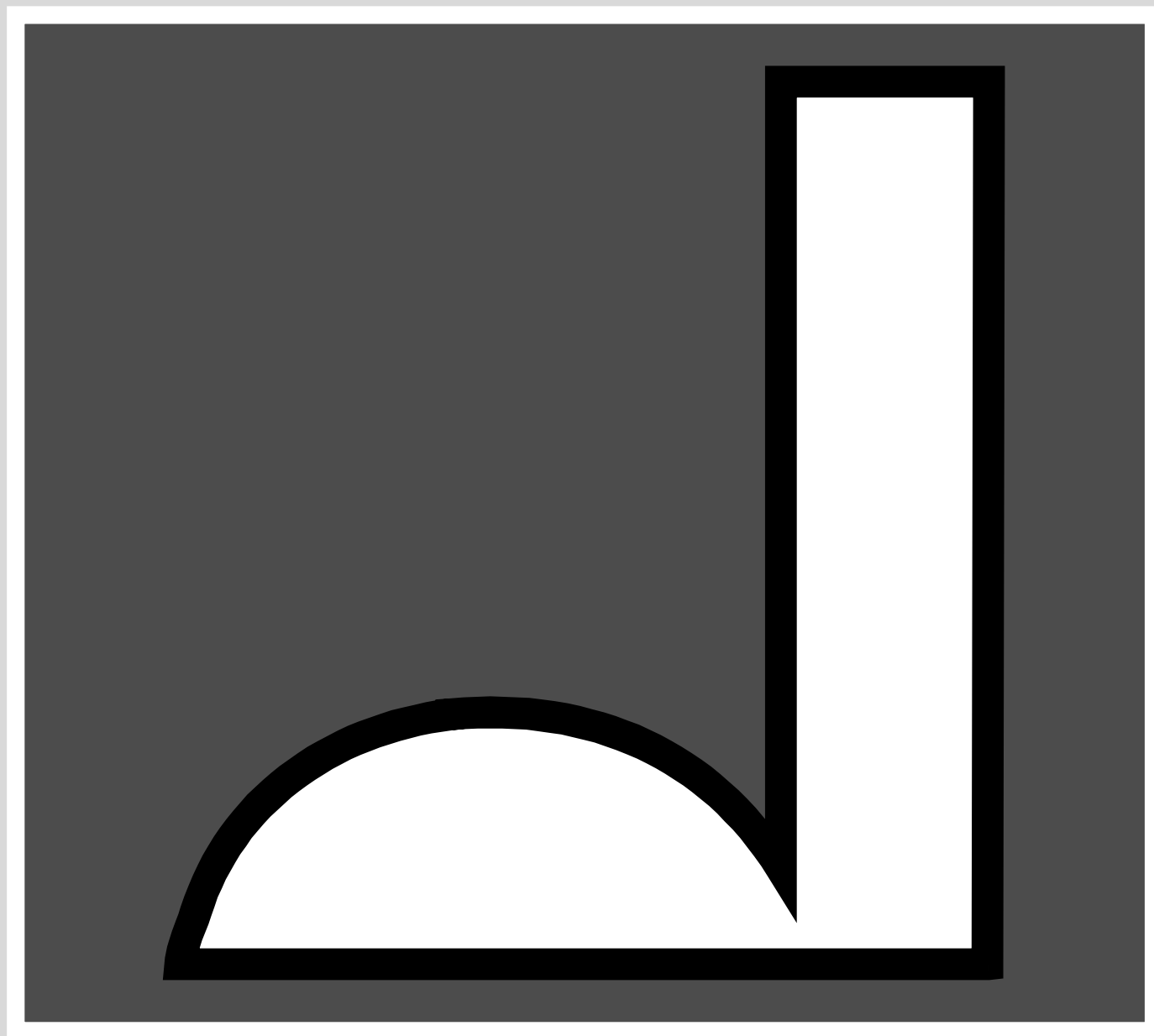




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 176 – QUARTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</b></p> <p><b>LÍDER</b> Tião Viana PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti</p> <p><b>LÍDER - PL</b> Magno Malta</p> <p><b>LÍDER - PSB - 3</b> Antonio Carlos Valadares</p> <p><b>Vice-Líder - PSB</b> Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LÍDER - PTB - 3</b> Fernando Bezerra</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB – 22</b></p> <p><b>LÍDER</b> Renan Calheiros</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p>	<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL – 17 / PSDB –11</b></p> <p><b>LÍDER</b> Efraim Moraes – PFL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Tasso Jereissati - PSDB César Borges - PFL Eduardo Azeredo - PSDB Rodolpho Tourinho - PFL</p> <p><b>LÍDER - PFL</b> José Agripino</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p><b>LÍDER - PSDB</b> Arthur Virgílio</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PDT – 5</b></p> <p><b>LÍDER</b> Jefferson Péres</p> <p><b>Vice-Líder</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS - 2</b></p> <p><b>LÍDER</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>LÍDER</b> Aloizio Mercadante - PT</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Fernando Bezerra - PTB Patrícia Saboya Gomes - PPS Hélio Costa - PMDB Marcelo Crivella - PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciél da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 150ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE OUTUBRO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE (\*)

(\*) – Leitura de pareceres após a Ordem do Dia (Item 1.3.1)

#### 1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2003-Complementar (nº 72, de 2003, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 – Código Tributário Nacional, e dá outras providências. .... 33862

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003 (nº 4.376, de 1993, na casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências. .... 33866

#### 1.2.2 – Ofícios do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Nº 173, de 2003, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 764, de 2003, do Senador Heráclito Fortes. .... 33946

Nº 174, de 2003, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 746, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. .... 33946

#### 1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado e Expediente do Diretor-Geral do Senado Federal

Nº 251, de 2003, de 17 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 616, de 2003, dos Senadores Delcídio Amaral e Roldolpho Tourinho. .... 33946

Nº 389, de 2003, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 702, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo. .... 33947

Nº 1.082, de 2003, de 21 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 714, de 2003, do Senador João Capiberibe. .... 33947

Do Diretor-Geral do Senado Federal, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 991, de 2003. .... 33947

#### 1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.013, de 2003, de autoria do Senador Jefferson Peres, solicitando ao Presidente do Senado Federal as informações que menciona. Deferido. .... 33947

#### 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido oferecidas emendas, ao Projeto de Resolução nº 54, de 2003, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico Brasileiro – ESTAL. .... 33947

#### 1.2.6 – Ofícios

Nº 885, de 2003, da Liderança do Bloco PL/PSL, da Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 130, de 2003. .... 33947

Nº 886, de 2003, da Liderança do Bloco PL/PSL, da Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 131, de 2003. .... 33948

#### 1.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 80, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular. .... 33948

#### 1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Transcurso do Dia do Funcionário Público. .... 33952

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Perspectivas de investimentos alemães no Estado de Goiás..... 33954

SENADOR EDISON LOBAO – Fatos ocorridos na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de setembro último. .... 33955

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Execução orçamentária do Orçamento de 2003... 33960

SENADOR ARTHUR VIRGILIO, como Líder – Comentários sobre as denúncias publicadas na Revista Veja, a respeito do esquema de espionagem envolvendo nomes dos Partidos dos Trabalhadores. Justificativas ao Requerimento de informações ao Ministro da Justiça. .... 33961

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Referências ao pronunciamento do Senador José Agripino. Comentários ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. .... 33966

SENADOR TIÃO VIANA – Resposta ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio..... 33968

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Aprovação do PESA – Programa de Saneamento de Ativos para o refinanciamento da produção cacaueteira. .... 33969

SENADORA HELOISA HELENA – Homenagem aos servidores públicos em particular aos servidores públicos do Estado de Alagoas. Homenagem ao sindicalista Silvio Viana, assassinado naquele Estado. .... 33969

SENADOR AELTON FREITAS – Satisfação com anúncio do aumento da Safra de 2004. Apelo para constituição de Comissão Permanente de Agricultura. .... 33970

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários sobre a viagem do Presidente Lula à Argentina. .... 33971

### 1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 1.014, de 2003, de urgência para Mensagem nº 2002, de 2003 (Projeto de Resolução nº 56, de 2003), que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, a segunda fase do projeto de Educação do Estado da Bahia. .... 33972

Nº 1.015, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991..... 33972

Nº 1.016, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando ao Ministro do Trabalho e Emprego as informações que menciona..... 33972

Nº 1.017, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro da Justiça as informações que menciona..... 33972

### 1.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2003, de autoria do Senador Siba Machado, que modifica os arts. 588 e 804 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), o art. 1º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964 (Lei do Mandado de Segurança), e acrescenta artigo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, criando restrições à concessão de liminares no processo civil..... 33973

### 1.2.11 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Petição nº 10, de 2003 (nº 387/2003, na origem), solicitando orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Alvorada – RS, sem prévia autorização daquele Ministério. .... 33975

Recebimento da Petição nº 11, de 2003 (nº 388/2003, na origem), solicitando orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Viamão – RS, sem prévia autorização daquele Ministério. .... 33975

Adoção, pelo Presidente da República, da Medida Provisória nº 133, de 2003, que cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 33975

Estabelecimento de calendário para tramitação da Medida Provisória nº 134, de 2003, e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização após o término do prazo para recebimento de emendas. .... 33976

### 1.2.12 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 995 e 1004, de 2003, respectivamente, lidos em sessão anterior dos Senadores Leonel Pavan e João Batista Motta. **Aprovado.** .... 33976

### 1.3 – Ordem do Dia

#### Item 1 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que acrescenta § 5º ao art. 73 e § 4º ao art. 131, ambos da Constituição Federal, para instituir as procuradorias jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Aprovado**, em primeiro turno, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, após usarem da palavra os Srs. Demóstenes Tor-



res, Gerson Camata, Ney Suassuna e Jefferson Peres. ....	33977	<b>Votação adiada</b> para o dia 4-12-2003, nos termos do Requerimento nº 1.020, de 2003. ....	33986
Redação para o 2º turno, do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003. (Parecer nº 1509, de 2003 – CCJ). À publicação. ....	33977	<b>Item 6 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2003)</b>	
<b>Item 2 (Votação nominal)</b>		Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico. <b>Aprovado</b> , com a Emenda nº 1-CAS e Subemenda a emenda 2, ficando prejudicada a Emenda nº 2. À Comissão Diretora para redação final. ....	33986
Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. Votação adiada, em primeiro turno, para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003, após usarem da palavra os Srs. Eduardo Azeredo, Sibá Machado. ....	33981	<b>Item 8</b>	
<b>Item 7 (Inversão da pauta, nos termos do Requerimento nº 1.019, de 2003)</b>		Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. ....	33988
Mensagem nº 10, de 2003 (nº 1.214/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Eduardo Moreira Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre. <b>Aprovado o Parecer nº 1496 de 2003 – CRE.</b> (Votação nominal e secreta). ....	33983	<b>1.3.1 – Leitura de requerimento</b>	
<b>Item 3</b>		Nº 1.022, de 2003, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando ao Ministro da Previdência Social as informações que menciona. ....	34009
Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que altera o § 8º do art. 62 da Constituição Federal para determinar que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. <b>Não houve oradores</b> na quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno. ....	33985	<b>1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)</b>	
<b>Item 4</b>		<b>Item 8 (continuação)</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003-CN, Relator: Senador Luiz Otávio), que aprova as Contas dos Presidentes da Câmara dos Deputados, relativas ao exercício de 2000. <b>Aprovado.</b> À Câmara dos Deputados. ....	33985	Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. <b>Discussão sobrestada</b> , aguardando deliberação sobre o Requerimento nº 1021, de 2003, de tramitação conjunta da matéria com a PEC nº 77, de 2003, após usarem da palavra os Srs. Demóstenes Torres, Tião Viana, Jefferson Péres, Arthur Virgílio, Fernando Bezerra, Antonio Carlos Valadares, Aloizio Mercadante, Efraim Morais. ....	34009
<b>Item 5 (Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 10 e 11, de 2002)</b>		<b>Item 9</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.		Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Luiz Otávio), que aprova as Contas dos Presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativas ao exercício de 2000. <b>Votação adiada</b> por falta de <b>quorum</b> . ....	34063
		<b>Item 10</b>	
		Requerimento nº 901, de 2003, do Senador Hélio Costa, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Resolução	

do Senado nº 34, de 2003-CN, do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002-CN, bem como a reclassificação do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2003, como Projeto de Resolução do Congresso Nacional. Votação adiada por falta de **quorum**. ..... 34064

#### Item 11

Requerimento nº 908, de 2003, do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 308 e 355, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria. **Votação adiada** por falta de **quorum**. .... 34064

#### Item 12

Requerimento nº 921, de 2003 (apresentado pela Comissão de Educação como conclusão de seu Parecer nº 1.438, de 2003, Relatora: Senadora Fátima Cleide), solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002, a fim de aguardar a deliberação sobre o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2002, que trata de matéria correlata. **Votação adiada** por falta de **quorum**. ..... 34064

#### Item 13

Requerimento nº 923, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Votação adiada** por falta de **quorum**. ..... 34064

#### Item 14

Requerimento nº 927, de 2003, do Senador Efraim Moraes, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003-Complementar, por regularem a mesma matéria. **Votação adiada** por falta de **quorum**. ..... 34064

#### Item 15

Requerimento nº 941, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por tratarem de matérias distintas. **Votação adiada** por falta de **quorum**. ... 34064

#### Item 16 – (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Requerimento nº 1.009, de 2003, dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, solicitando nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2003, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**. ..... 34064

#### 1.3.3 – Leitura de parecer

Nº 1.511, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Emenda nº 1-PLN, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que dá nova redação ao § 2º, do artigo 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. .... 34064

#### 1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Preocupação com o avanço da violência e com o aprofundamento das contradições sociais na chamada Grande Região de Brasília. .... 34066

SENADOR AMIR LANDO – Reflexões sobre a posição política do atual Governo brasileiro em política externa, face aos grandes problemas da atualidade. .... 34068

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários à matéria intitulada “Sem-terra de MS protestam para ingressar no Fome Zero”, publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, de 10 de outubro do corrente. .... 34072

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição do artigo publicado no jornal **O Estado de São Paulo**, de 13 de agosto do corrente, intitulado “O escândalo na Receita”. .... 34074

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Considerações sobre a matéria publicada no **Jornal do Brasil**, de 3 de setembro do corrente, intitulada “Carros sobem apesar do IPI”. .... 34075

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários sobre a matéria intitulada “Um aparelho chamado Brasil”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 12 de outubro do corrente. .... 34076

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao artigo do pesquisador Afonso Celso Candeira Valois, sobre as “Possibilidades de uso de genótipos modificados e seus benefícios”. .... 34077

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Contribuição para o combate à pobreza e à exclusão social com a celebração, no último dia 25, do Dia Nacional de Mobilização pelo Registro de Nascimento. .... 34078

SENADOR PAPALÉO PAES – Transcurso do Dia do Funcionário Público. Comentários ao artigo de autoria do Diretor-Geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, intitulado “A importância do Tribunal de Contas da União”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição do dia 27 último. .... 34078

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Comemoração hoje do Dia do Funcionário Público. .... 34081

#### 1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com ordem do Dia anteriormente designada..... 34082

**1.4 – ENCERRAMENTO**

**2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

Nº 115, de 2003. .... 34084

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nº 5.054 a 5.061, de 2003. .... 34084

Apostila referente à aposentadoria do Servidor Antonio Aurivaldo Arrais..... 34088

**SENADO FEDERAL**

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**CONGRESSO NACIONAL**

**10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

**11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

## Ata da 150ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de outubro de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos e João Alberto Souza.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,  
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Capiberibe – João Ribeiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – Juvêncio da Fonseca – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papa-léo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Roseana Sarney – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei da Câmara que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Lúcia Vânia.

São lidos os seguintes

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

(Nº 72/2003 – Complementar, na Casa de origem)

#### **Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tribu- tário Nacional, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 133. ....

§ 1º Não se aplica o disposto no caput deste artigo:

I – em qualquer modalidade de alienação judicial em processo de falência;

II – em qualquer modalidade de alienação judicial de empresas, filiais ou unidades produtivas isoladas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial homologada.

§ 2º Em processo de falência, o produto da alienação realizada em qualquer modalidade de alienação judicial, observado o disposto nos arts. 186 e 187, permanecerá em conta de depósito judicial por um ano, prazo em que a Fazenda Pública apresentará seus créditos em juízo, ainda que estejam com sua exigibilidade suspensa na forma dos incisos III, IV e V do art. 151.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 2º, o valor arrecadado em qualquer modalidade de alienação judicial será utilizado para liquidar as dívidas do falido.

§ 4º Não se aplica o disposto no § 1º, quando o arrematante for:

I – parente em linha reta ou colateral até o quarto grau de sócio ou titular da pessoa jurídica falida ou em recuperação;

II – pessoa jurídica controlada ou controladora da pessoa jurídica falida ou em recuperação; ou

III – identificado como agente do falido ou em recuperação com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.” (NR)

“Art. 155-A. ....

§ 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º A inexistência de lei específica estadual ou municipal sobre as condições do parcelamento dos créditos tributários dos devedores em recuperação judicial importa na aplicação aos Estados e Municípios da lei específica federal que discipline a matéria.” (NR)

“Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

§ 2º Na hipótese de o devedor, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora, no prazo legal, e não serem encontrados bens para esse fim, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, fazendo as comunicações ao registro público de imóveis, ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários e às demais repartições que processem registros de transferência de bens, a fim de que, no âmbito de suas respectivas atribuições, façam cumprir a constrição judicial.”(NR)

“Art. 186. ....

§ 1º Na falência, os créditos tributários;

I – são preteridos pelos créditos derivados da relação de trabalho, inclusive nos casos de acidentes de trabalho;

II – concorrem em igualdade de condições, na proporção de um para um, com os créditos garantidos por ônus real até o limite do valor do bem gravado.

§ 2º Na falência, a multa tributária preferre apenas aos créditos subordinados.” (NR)

“Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Ressalvados os casos de falência e recuperação judicial, o concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público se verifica na seguinte ordem: .....“(NR)

“Art. 188. São despesas extraconcurais, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata e de recuperação judicial.” (NR)

Art. 2º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao art. 2º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ORIGINAL Nº 72, DE 2003.**

**Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 155-A. ....

§ 3º Lei específica disporá sobre condições e a forma de parcelamento dos créditos tributários a que tem direito o devedor em recuperação judicial.

§ 4º Na hipótese do § 3º, aplica-se as condições de parcelamento dos créditos federais aos Estados e Municípios, na ausência de lei específica local.”

“Art. 184. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou massa falida, inclusive os gravados por cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data de constituição da cláusula, executados unicamente impenhoráveis.

Parágrafo único. Os bens gravados por ônus real responderão pelo crédito tributário apenas na parte em que seu valor real exceder aos créditos já garantidos.”

“Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

.....”

“Art. 186. ....”

Parágrafo único. Na falência e na recuperação judicial os créditos tributários:

I – preferem aos créditos dos administradores sem vínculo trabalhista da empresa falida ou em recuperação judicial, bem como dos seus cotistas, acionistas e diretores;

II – não preferem aos créditos decorrentes da legislação do trabalho que ultrapassem os limites fixados em lei; e

III – concorrem em igualdade com os demais créditos.”

“Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Ressalvados os casos de falência e recuperação judicial, o concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público se verifica na seguinte ordem:

.....”

“Art. 188. São despesas extraconcurrais, pagáveis preferencialmente a qualquer outros e as dívidas da mesa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

.....

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata e de recuperação judicial.”

Art. 2º Para efeito de interpretação do art. 135 da Lei nº 5.172, de 1966 – Código Tributário Nacional, configura infração de lei a falta de recolhimento do tributo devido.

Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 188 da Lei nº 5.172, de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observando, quanto aos arts. 2º e 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 1966 – Código Tributário Nacional.

### Justificação

O presente projeto de lei complementar tem como finalidade principal reestruturar o regime de privilégios e garantias do crédito tributário, de modo a ensejar significativas modificações na legislação falencial e incrementar o sistema legal de proteção ao credor.

Subjacente à questão da proteção aos credores, está a ordenação das preferências no tocante à partilha do patrimônio da empresa falida ou em processo de recuperação. Nesse sentido papel fundamental jogam os créditos públicos, mais especificamente, os créditos tributários. A participação do setor público, com prioridade na partilha dos bens da massa, encontra justificativa na defesa do bem-estar social, financiado, em regra, por recursos públicos.

Não obstante, outros efeitos desta participação prioritária acabam geralmente aliados do debate. A posição preferencial dos créditos públicos geram (i) menor probabilidade na recuperação do capital dos credores privados (aumento do custo do capital), (ii) aumento da probabilidade de falências em cascata dos credores e, conseqüentemente, (iii) perda de bem-estar social.

De outra parte, a experiência demonstra que os custos do Poder Público com a cobrança judicial de

créditos públicos de massa falida relativamente à condenação de honorários e verbas de incumbências em sede de embargos do devedor são significativos, e, não raro, superam as quantias efetivamente recuperadas na falência.

De tudo, conclui-se que a preferência legal ao crédito tributário, hoje em vigor, prejudica a formação de um ambiente econômico que propicie o desenvolvimento. Assim, vê-se a necessidade de modificação desse quadro, redefinindo o papel do crédito fiscal no processo de quebra das empresas e agentes econômicos.

Nesta linha, propõe-se:

**a)** a limitação da sujeição dos bens gravados por ônus reais ao crédito tributário;

**b)** a preferência, na falência e na recuperação judicial, do crédito tributário em face dos créditos dos administradores da empresa sem vínculo trabalhista, bem como dos seus cotistas, acionistas controladores e diretores;

**c)** a preferência na falência e na recuperação judicial, dos créditos trabalhistas ao crédito tributário, desde que não ultrapassem os limites a serem estabelecidos em lei;

**d)** o trabalho igualitário do crédito tributário em relação aos demais créditos na falência e na recuperação judicial;

**e)** a modernização de terminologia, substituindo a expressão “encargos da massa falida” por “despesas extraconcursais”.

**f)** a adaptação do regime de garantias e privilégios do crédito tributário ao instituto da recuperação judicial.

**g)** a implementação de regime de parcelamento para os devedores em recuperação judicial.

De outra parte, adota o projeto soluções de interpretação autêntica – segundo autoriza o art. 106, I, do Código Tributário Nacional – de modo a resolver controvérsias jurídicas ainda pendentes de resolução satisfatória. Tais medidas visam dar maior agilidade à recuperação judicial do crédito e impor limites a interpretações exageradas quanto ao prazo para proposição judiciais de repetição de Indébito.

Sala das Sessões, 23 de julho de 2003. – Deputado **Antônio Carlos Magalhães Neto**.

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

### Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

III – as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; (Inciso incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001) (Vide Medida Provisória nº 38, de 13-5-2002)

.....  
Art. 155-A. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica. (Artigo incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas. (Parágrafo incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições desta Lei, relativas à moratória. (Parágrafo incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;

.....  
Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

## SEÇÃO II Preferências

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I – União;

II – Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;

III – Municípios, conjuntamente e pró rata.

Art. 188. São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas

da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscimos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

.....  
(*Às Comissões de Assuntos Econômicos e Constituição, Justiça e Cidadania.*)

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2003

(Nº 4.376/93, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

**Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

### CAPÍTULO I

#### Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei institui e regula a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência da sociedade empresária, da sociedade simples e do empresário que exerça profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, que doravante serão denominados simplesmente “devedor”.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I – à sociedade cooperativa;

II – ao agricultor que explore propriedade rural para fins de subsistência familiar;

III – ao artesão, ao que presta serviços ou ao que exerce atividade profissional organizada preponderantemente com o trabalho próprio ou dos membros da família, para fins de subsistência familiar;

IV – ao profissional liberal e à sua sociedade civil de trabalho;

V – à empresa pública e à sociedade de economia mista.

Art. 2º Leis específicas disporão sobre as formas de intervenção do Estado e a liquidação na instituição financeira pública e privada, na cooperativa de



crédito, no consórcio, na sociedade de previdência privada, na sociedade operadora de plano de assistência à saúde, na sociedade seguradora, de capitalização e em outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

§ 1º O disposto nesta Lei não afeta as obrigações assumidas no âmbito das câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira, que serão ultimadas e liquidadas pela câmara ou prestadora de serviços, na forma de seus regulamentos.

§ 2º O produto da realização das garantias prestadas pelo participante das câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira submetidos aos regimes de que trata esta Lei, assim como os títulos, valores mobiliários e quaisquer outros seus ativos, objeto de compensação ou liquidação, serão destinados à liquidação das obrigações assumidas no âmbito das câmaras ou prestadoras de serviços.

Art. 3º É competente para homologar o acordo de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juiz em cuja jurisdição o devedor tenha situado o seu principal estabelecimento ou filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Art. 4º o juízo da recuperação judicial e da falência é uno, indivisível e universal, sendo competente para conhecer todas as ações e reclamações sobre bens, interesses e negócios do devedor, ressalvadas as causas trabalhistas e fiscais, bem como as demandas em que o devedor figurar como autor ou litisconsorte ativo.

Art. 5º o representante do Ministério Público intervirá nos processos de recuperação judicial e de falência. Parágrafo único. Além das disposições previstas nesta Lei, o representante do Ministério Público intervirá em toda ação proposta pela massa falida ou contra esta.

## CAPÍTULO II

### Disposições Comuns à Recuperação Judicial e à Falência

#### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

Art. 6º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência:

I – as obrigações a título gratuito;

II – as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

§ 1º Não são exigíveis na falência as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais e administrativas, salvo se houver saldo após o pagamento de todos os credores quirografários.

§ 2º As multas ambientais e os depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS serão sempre exigíveis na recuperação judicial e na falência.

Art. 7º A decretação da falência ou o deferimento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções dos credores, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

§ 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.

§ 2º Ao autor da ação referida no § 1º fica assegurado o direito de pedir reserva da importância que lhe for devida na recuperação judicial ou falência, e, uma vez tornado líquido o seu direito, será este incluído na classe própria.

§ 3º As ações de natureza trabalhista na falência terão prosseguimento com o administrador judicial, que deverá ser intimado para representar a massa falida, sob pena de nulidade do processo, podendo o devedor funcionar como assistente.

§ 4º Na recuperação judicial e na falência, o administrador judicial ou o Comitê, quando for o caso, e o representante do Ministério Público poderão intervir como assistente nas ações acima mencionadas.

§ 5º Deferido o processamento da recuperação judicial, a suspensão referida no inciso I do *caput* limitar-se-á ao prazo necessário à aprovação e homologação judicial do plano de recuperação, que não excederá a cento e oitenta dias, facultado ao juiz estender esse termo por até noventa dias, com base em pedido fundamentado do Comitê de Recuperação Judicial.

§ 6º As ações que venham a ser propostas contra o devedor deverão ser comunicadas ao juízo universal, independentemente da verificação periódica, pelo juízo da falência, junto aos cartórios de distribuição:

I – pelo juiz competente, quando do recebimento da petição inicial;

II – pelo devedor, imediatamente após a citação.

§ 7º A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis, inclusive os administradores, com o abatimento proporcional dos juros.

§ 8º As execuções de natureza fiscal não são afetadas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.

§ 9º A decretação da falência converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.

Art. 8º Compensam-se, com preferência sobre todos os demais credores, as dívidas do devedor vencidas até o dia do requerimento da recuperação judicial ou da falência, provenha o vencimento do deferimento da recuperação judicial ou da sentença de falência, de estipulação contratual ou da expiração do prazo do título, obedecidos os requisitos da legislação civil.

§ 1º Não se compensam:

I – os créditos transferidos após o requerimento da recuperação judicial ou da falência, salvo o caso de sucessão por fusão, incorporação, cisão ou morte;

II – os créditos, ainda que vencidos anteriormente, transferidos quando já conhecido o estado de crise econômico-financeira do devedor ou cuja transferência se operou com fraude ou dolo.

§ 2º Após realizada a compensação de valores devidos nos termos de contrato, se restar:

I – saldo positivo, será transferido:

**a)** na recuperação judicial, em favor do devedor;

**b)** na falência, será arrecadado, integrando a respectiva massa falida;

II – saldo negativo, constituirá crédito contra o devedor.

## SEÇÃO II

### Da Classificação dos Créditos

Art. 9º Na recuperação judicial, a ordem de classificação dos créditos será definida no plano de recuperação judicial aprovado.

Art. 10. É assegurada, para todo e qualquer plano de recuperação judicial, a prioridade para os créditos individuais derivados das relações de trabalho, como especificados no art. 11, I, observado ainda o disposto no art. 49.

Art. 11. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

I – créditos derivados da relação de trabalho, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho;

II – em igualdade de condições na proporção de um para um:

**a)** créditos fiscais, independentemente da sua natureza e tempo de constituição;

**b)** créditos garantidos por ônus real até o limite do valor do bem gravado;

III – créditos com privilégio especial, a saber:

**a)** os previstos no art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

**b)** os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta Lei;

**c)** aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia;

IV – créditos com privilégio geral, a saber:

**a)** os previstos no art. 965 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

**b)** os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta Lei;

V – créditos quirografários, a saber:

**a)** aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

**b)** os saldos dos créditos não cobertos pelos produtos dos bens vinculados ao seu pagamento;

VI – créditos subordinados, a saber:

**a)** os assim previstos em lei ou em contrato;

**b)** os créditos de qualquer natureza dos administradores da empresa sem vínculo trabalhista, bem como dos cotistas, acionistas controladores e diretores.

Parágrafo único. No caso de alienação em bloco, será considerado como valor do bem gravado com ônus real mencionado no inciso II, alínea b, deste artigo, o valor de avaliação, aumentado ou diminuído, na mesma proporção, do valor de avaliação atribuído ao bloco dos bens e apurado na alienação.

Art. 12. As despesas com o procedimento da recuperação judicial ou da falência são consideradas extraconcursais e incluem:

I – as custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida ou o devedor tenha sido vencido;

II – as remunerações devidas ao administrador judicial, bem como a seus auxiliares;

III – os tributos e contribuições vencidos e vencidos na fase de recuperação judicial ou falência;

IV – as obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados no âmbito da recuperação judicial ou da falência, observado o disposto no art. 59, § 2º.

Parágrafo único. As despesas inerentes à recuperação judicial serão pagas pelo devedor na medida em que se vencerem.

### SEÇÃO III

#### Da Verificação dos Créditos

Art. 13. A verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, contando ainda com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas, se for o caso.

§ 1º Publicado o edital previsto no art. 52, § 1º, ou no art. 89, § 1º, os credores terão o prazo de quinze dias para apresentar ao administrador judicial suas divergências quanto aos créditos relacionados ou a seus créditos não incluídos.

§ 2º O administrador judicial, com base nas informações e documentos colhidos na forma do *caput* e do § 1º, fará publicar edital contendo a relação de credores, no prazo de quarenta e cinco dias contados do fim do prazo do § 1º, devendo indicar o local, o horário em que as pessoas indicadas no art. 14, *caput*, terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação e o prazo comum para tanto.

§ 3º A relação de credores de que trata o § 2º deverá ser publicada conjuntamente com o parecer de profissional ou empresa especializada, se houver.

Art. 14. No prazo de dez dias, contado da publicação da relação referida no art. 13, § 2º, o Comitê, qualquer credor, o devedor, os sócios ou acionistas deste, ou o Ministério Público, podem apresentar impugnação perante o juiz contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado. Parágrafo único. Autuada em separado, a impugnação será processada nos termos dos arts. 17 a 21 desta Lei.

Art. 15. A apresentação de crédito, realizada pelo credor nos termos do art. 13, § 1º, *in fine*, deverá conter:

I – o nome e o sobrenome do credor, firma ou denominação;

II – o domicílio do credor ou da sede da empresa e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;

III – a importância exata do crédito, devidamente atualizada até a data da decretação da falência, sua origem, respectiva prova e classificação;

IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;

V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor. Parágrafo único. Os títulos e documentos que legitimam os créditos deverão ser exibidos no original, podendo ser substituídos por cópias autenticadas se estiverem juntados em outro processo.

Art. 16. Não observado o prazo estipulado no art. 13, § 1º, as apresentações de crédito serão recebidas como retardatárias, hipótese em que perderão o direito a rateios eventualmente realizados e ficarão sujeitas ao pagamento de custas, não se computando os acessórios compreendidos entre o término do prazo para apresentação e a sua efetivação, salvo motivo de força maior devidamente justificado.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, o credor poderá requerer a reserva de valor para satisfação de seu crédito.

§ 2º As apresentações de crédito retardatárias serão dirigidas ao administrador judicial, que decidirá pela sua inclusão ou não na relação de credores, cabendo impugnação contra essa decisão pelas pessoas previstas no art. 14, *caput*, a qual será processada na forma prevista nos arts. 17 a 21 desta Lei.

Art. 17. Apresentada impugnação contra a relação de credores nos termos do art. 14, o devedor e o Comitê, se existente, serão intimados pelo juiz para se manifestar sobre ela no prazo sucessivo de cinco dias.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo a que se refere o *caput* deste artigo, o administrador judicial será intimado pelo juiz para emitir parecer no prazo de cinco dias, devendo juntar à sua manifestação o laudo elaborado pelo profissional ou empresa especializada, se for o caso, e todas as informações existentes nos livros fiscais e de mais documentos do devedor acerca do crédito, constante ou não da relação de credores, objeto da impugnação.

Art. 18. Tendo em vista a quantidade de créditos e a complexidade dos trabalhos para sua verificação, os prazos previstos nos arts. 13, § 2º, e 14, *caput*, a critério do juiz, poderão ser prorrogados por igual período.

Art. 19. A impugnação será dirigida ao juiz por meio de petição, instruída com os documentos que tenha o impugnante, o qual indicará as provas consideradas necessárias.

Parágrafo único. Cada impugnação será autuada em separado, com os documentos a ela relativos, mas terão uma só autuação as diversas impugnações versando sobre o mesmo crédito.

Art. 20. Os credores cujos créditos forem impugnados serão intimados para contestar a impugnação, no prazo de três dias, juntando os documentos que tiverem e indicando outras provas que repute necessárias.

Parágrafo único. Somente depois de transcorrido o prazo previsto no *caput*, proceder-se-á na forma do art. 17.

Art. 21. Transcorridos os prazos previstos nos arts. 17, parágrafo único, e 20, *caput*, o escrivão imediatamente fará conclusos os autos da impugnação ao juiz, que:

I – determinará a inclusão no quadro geral de credores das habilitações de créditos não impugnadas, no valor constante da relação referida no art. 13, § 2º;

II – julgará as impugnações que entender suficientemente esclarecidas pelas alegações e provas apresentadas pelas partes, mencionando, de cada crédito, o valor e a classificação;

III – fixará, em cada uma das restantes impugnações, os aspectos controvertidos, e decidirá as questões processuais pendentes;

IV – determinará as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento, se necessário. Parágrafo único. Havendo necessidade de realização de audiência, a ausência de qualquer das partes ou dos seus procuradores, do devedor, de testemunhas ou do representante do Ministério Público, excetuados os casos fortuitos e de força maior plenamente justificados, desde que intimados, não impedirá o juiz de proferir a sentença.

Art. 22. O administrador judicial será responsável pela consolidação do quadro geral de credores, a ser homologado pelo juiz, com base na relação dos credores a que se refere o art. 13 e nas sentenças proferidas nas impugnações de créditos oferecidas.

§ 1º O quadro, assinado pelo juiz e pelo administrador judicial, mencionará a importância e classifica-

ção de cada crédito na data do requerimento da recuperação judicial ou da falência, sendo juntado aos autos e publicado no órgão oficial, no prazo de cinco dias, contados da data da sentença que haja ultimado o julgamento das impugnações de crédito.

§ 2º No caso de não ter havido impugnação e após transcorrido o prazo de vinte dias contados da publicação a que se refere o art. 13, § 2º, o juiz homologará a lista com a relação dos credores constante do edital, e determinará a sua publicação como quadro geral de credores.

Art. 23. Da sentença que versar sobre verificação de crédito caberá apelação, que será interposta no prazo de quinze dias, contados de sua publicação.

§ 1º O juiz determinará, se houver rateio, a reserva de valor para satisfação do crédito impugnado.

§ 2º Sendo parcial, a impugnação não impedirá o pagamento da parte incontroversa.

Art. 24. As habilitações dos credores particulares do sócio ilimitadamente responsável processar-se-ão de acordo com as disposições deste Capítulo.

Art. 25. O administrador judicial, o Comitê, qualquer credor ou o representante do Ministério Público poderá, até o encerramento da recuperação judicial ou da falência, observado, no que couber, o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil, pedir a exclusão, outra classificação ou a retificação de qualquer crédito, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou, ainda, documentos ignorados na época do julgamento do crédito ou da inclusão no quadro geral de credores.

§ 1º A ação prevista no *caput* deste artigo será proposta exclusivamente perante o juízo universal ou, nas hipóteses previstas no art. 7º, §§ 1º e 3º, perante o juízo que tenha originariamente reconhecido o crédito.

§ 2º Proposta a ação de que trata este artigo, o pagamento ao titular do crédito por ela atingido somente poderá ser realizado mediante a prestação de caução no mesmo valor do crédito questionado.

#### SEÇÃO IV Do Pedido de Restituição

Art. 26. Na falência pode ser pedida a restituição de coisa arrecadada em poder do devedor ou que se encontre com este por ocasião do requerimento de falência, quando devida em virtude de direito real ou de contrato.

Parágrafo único. Se a coisa não mais existir ao tempo do pedido de restituição, receberá o requerente o valor da avaliação do bem, ou, no caso de ter

ocorrido sua venda, o respectivo preço, em ambos os casos a valor atualizado, sendo o pagamento feito com preferência sobre todos os credores.

Art. 27. Também pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos quinze dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada.

Art. 28. Pode, ainda, ser objeto de pedido de restituição a importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação, na forma do art. 75, §§ 3º e 4º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, desde que não tenha sido alterada a data de vencimento prevista no momento da contratação. Art. 29. O pedido de restituição deverá ser fundamentado e descreverá a coisa reclamada.

§ 1º O juiz mandará autuar em separado o requerimento com os documentos que o instruem e determinará a intimação do devedor, do Comitê, quando for o caso, ou do administrador judicial para que, no prazo sucessivo de cinco dias, se manifestem.

§ 2º O escrivão avisará aos interessados, pelo órgão oficial, da propositura do pedido em cartório, sendo-lhes concedido o prazo de cinco dias para apresentarem contestação.

§ 3º Impugnado o pedido e deferidas as provas porventura requeridas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, se necessária.

§ 4º Não havendo provas a realizar, após ouvido o Ministério Público, os autos serão conclusos para sentença.

Art. 30. A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 31. A sentença que negar a restituição, quando for o caso, incluirá o requerente no quadro geral de credores, na classificação que lhe couber, na forma desta Lei.

Parágrafo único. As custas e despesas processuais, inclusive honorários advocatícios, serão suportados pelo vencido.

Art. 32. Da sentença que julgar o pedido de restituição caberá apelação, a ser recebida no efeito meramente devolutivo. Parágrafo único. O autor do pedido de restituição que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença prestará caução.

Art. 33. O pedido de restituição suspende a disponibilidade da coisa, que deverá ser restituída em espécie. Parágrafo único. Quando diversos requerentes houverem de ser satisfeitos em dinheiro e não

existir saldo suficiente para o pagamento integral, far-se-á rateio proporcional entre eles.

Art. 34. O requerente que tiver obtido êxito no seu pedido ressarcirá a massa falida ou a quem tiver suportado as despesas de conservação da coisa reclamada.

Art. 35. O terceiro que sofrer ameaça, turbação ou esbulho em sua posse ou a direito de propriedade por efeito da arrecadação ou do seqüestro poderá, se não preferir usar do pedido de restituição, defender os seus bens por via de embargo de terceiros.

## SEÇÃO V

### Da Assembléia Geral de Credores

Art. 36. A assembléia geral de credores, competente para deliberar sobre o plano de recuperação judicial, a proposta de recuperação extrajudicial e os incidentes do procedimento de falência previstos nesta Lei, terá as seguintes atribuições:

I – na recuperação judicial:

**a)** aprovar ou editar o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, propor plano alternativo, bem como referendá-lo, nos termos dos arts. 55, § 1º, 56, § 1º e 62;

**b)** aprovar, por maioria, emissão de debêntures, na hipótese do art. 50, XIII;

**c)** aprovar a supressão ou substituição de garantia, nos termos previstos no art. 50, § 2º;

**d)** requerer a constituição de Comitê de Recuperação Judicial e indicar seus membros, na forma do art. 66;

**e)** manifestar-se a respeito do pedido de desistência do devedor, nos termos do art. 58;

**f)** deliberar sobre o nome do administrador judicial, quando do afastamento do devedor;

II – na recuperação extrajudicial:

**a)** deliberar sobre a celebração de acordo de recuperação extrajudicial, nos termos do art. 73, § 1º;

**b)** produzir documentos que comprovem a aprovação da proposta de recuperação extrajudicial apresentada pelo devedor, nos termos do art. 74, II;

c) aprovar a proposta de recuperação extrajudicial apresentada pelo devedor, nos termos do art. 75.

III – na falência, deliberar a respeito da forma de realização do ativo.

Art. 37. A assembléia geral de credores será convocada pelo juiz na recuperação judicial e na falência, mediante publicação de edital no órgão oficial e em jornais de grande circulação das localidades da sede e filiais, com antecedência mínima de quinze dias, o qual contera:

I – local, data e hora da assembléia;

II – a ordem do dia;

III – local onde os credores poderão obter cópia da proposta a ser submetida à deliberação da assembléia.

§ 1º Cópia do aviso de convocação da assembléia deverá ser afixada na sede e filiais do devedor.

§ 2º Não se realizando a assembléia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de cinco dias.

§ 3º Além dos casos expressamente previstos nesta Lei, credores que representem no mínimo vinte e cinco por cento do valor total dos créditos de uma determinada classe poderão requerer a convocação de assembléia geral.

Art. 38. Na recuperação judicial e na falência, a assembléia será presidida pelo administrador judicial, que designará um secretário dentre os credores presentes.

§ 1º A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos contra o devedor, computados pelo valor, e em segunda convocação, com qualquer número.

§ 2º Para participar da assembléia, cada credor deverá assinar a lista de presença, que será encerrada meia hora após a instalação.

§ 3º o credor poderá ser representado na assembléia geral por mandatário ou representante legal, desde que entregue ao administrador judicial, até vinte e quatro horas antes da data prevista no aviso de convocação, documento hábil que comprove seus poderes, ou a indicação das folhas dos autos do processo de recuperação judicial ou falência no qual conste tal prova.

§ 4º o voto do credor será proporcional ao valor de seu crédito.

§ 5º Do ocorrido na assembléia, lavrar-se-á ata que contera o nome dos presentes, devendo ser assi-

nada pelo presidente e dois membros de cada uma das três classes, a que se refere o art. 40, e ser entregue ao juízo competente, juntamente com a lista de presentes, no prazo de quarenta e oito horas, mediante juntada aos autos.

Art. 39. Terão direito a voto na assembléia geral as pessoas arroladas no quadro geral de credores ou, na sua falta, na relação de credores apresentada nos termos dos arts. 51, III e IV, ou 107, II, bem como aquelas cujos créditos estejam habilitados na data da realização da assembléia ou que tenham sido alterados por decisão judicial nos respectivos processos de verificação ou impugnação de créditos.

§ 1º A assembléia geral poderá ser convocada memo antes da formação definitiva do quadro geral de credores.

§ 2º As deliberações da assembléia geral não serão passíveis de invalidação por ausência de credor causada pela pendência da habilitação de seu crédito, ainda que posteriormente julgado legítimo.

§ 3º No caso de posterior invalidação de deliberação da assembléia, ficam resguardados os direitos de terceiros de boa-fé, respondendo os credores que aprovarem a deliberação pelos prejuízos comprovados causados por dolo ou culpa. Art. 40. A assembléia geral será dividida pelas seguintes classes de credores:

I – credores trabalhistas;

II – credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais;

III – credores quirografários e com privilégios gerais. Parágrafo único. Não integram as classes de credores, na recuperação judicial:

a) aqueles cujos créditos são referidos no art. 52, VI, **in fine**;

b) aqueles que tiveram seus créditos excetuados na forma do art. 48, § 3º Art. 41. Nas deliberações, considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver votos favoráveis de credores que representem a maioria dos créditos presentes à assembléia geral ou da classe respectiva.

§ 1º Os sócios ou acionistas do devedor, bem como as sociedades coligadas, controladoras, controladas ou as que tenham sócio ou acionista com participação superior a dez por cento do capital social do devedor ou em que o devedor ou algum de seus sócios ou acionistas detenham participação superior a dez por cento do capital social, poderão participar da assembléia geral de credores, sem ter direito a voto e não serão considera-

dos para fins de verificação do **quorum** de instalação previsto no art. 38 e de deliberação previsto nos arts. 42 e 43.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo também se aplica ao cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, colateral até o segundo grau, ascendente ou descendente do devedor, de administrador, do acionista controlador, de diretor ou membro dos conselhos consultivo, administrativo, fiscal ou semelhantes da sociedade devedora e à sociedade em que quaisquer dessas pessoas exerçam essas funções.

Art. 42. Nas deliberações de interesse exclusivo de cada classe, somente seus membros poderão votar. Parágrafo único. Nas deliberações que implicarem a restrição ou supressão de direitos, garantias ou vantagens de uma determinada classe, a aprovação exigirá maioria absoluta dos créditos da respectiva classe.

Art. 43. O plano de recuperação judicial deverá ser aprovado por todas as classes de credores referidas no art. 40.

Parágrafo único. Em cada classe o plano deverá ser aprovado pelos credores que representem mais de cinquenta por cento da totalidade dos créditos e, cumulativamente, pela maioria dos credores presentes.

Art. 44. Se o plano de recuperação não houver sido aprovado na assembléia geral de credores na forma prevista no art. 43, o juiz poderá aprová-lo, desde que tal plano tenha obtido, de forma cumulativa, naquela assembléia:

I – o voto favorável de credores que representem mais de cinquenta por cento do valor total dos créditos totais;

II – o voto favorável de credores que representem mais de cinquenta por cento do valor dos créditos em cada uma de duas das classes de credores de que trata o art. 40;

III – o voto favorável dos credores que representem mais de trinta e três por cento dos créditos no âmbito da classe que o tiver rejeitado.

§ 1º O juiz somente poderá aprovar o plano de recuperação aprovado pelos credores na forma deste artigo, se o plano não oferecer tratamento favorecido para determinados credores no âmbito de uma mesma classe.

§ 2º Rejeitado o plano de recuperação, ou decorrido o prazo previsto no art. 7º, § 5º, sem que tenha ocorrido a deliberação sobre o plano de recuperação ou após tentativa frustrada de acordo entre as partes, o juiz decretará a falência do devedor.

### CAPÍTULO III Da Recuperação Judicial

#### SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 45. A recuperação judicial é a ação judicial destinada a sanear a situação de crise econômico-financeira do devedor, salvaguardando a manutenção da fonte produtora, do emprego de seus trabalhadores e os interesses dos credores, e viabilizando, dessa forma, a realização da função social da empresa.

Parágrafo único. Reputa-se devedor em estado de crise econômico-financeira aquele sujeito a dificuldades temporárias do seu negócio, com iliquidez, insolvência ou em situação patrimonial a merecer readequação planejada de sua atividade.

Art. 46. Na demonstração da viabilidade da recuperação judicial serão considerados, além de outros, os seguintes aspectos:

I – importância social e econômica da atividade do devedor no contexto local, regional ou nacional;

II – mão-de-obra e tecnologia empregadas;

III – volume do ativo e do passivo, obtido por meio da elaboração de balanço patrimonial, de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade;

IV – tempo de constituição e de funcionamento do negócio desenvolvido pelo devedor;

V – faturamento anual e nível de endividamento da empresa, bem como sua condição, se for o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com a Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 47. Podem requerer sua própria recuperação judicial as pessoas definidas no art. 1º, caput, desta Lei, que exerçam regularmente as suas atividades há mais de dois anos e que atendam aos seguintes requisitos:

I – não ser falido ou, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de cinco anos, requerido recuperação judicial ou não ter deixado de cumprir recuperação judicial anterior;

III – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador de empresa, pessoa condenada por qualquer dos crimes capitulados nos arts. 201 a 211 desta Lei.

Parágrafo único. A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

Art. 48. Estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial todos os credores anteriores ao pedido.

§ 1º Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

§ 2º As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial aprovado pelo juiz, após manifestação dos credores.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário-fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, ou de proprietário ou promitente vendedor de imóvel, cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva.

Art. 49. Os créditos de natureza trabalhista vencidos até a data do pedido de recuperação judicial deverão ser regularizados no prazo de um ano.

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial da empresa, dentre outros:

I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;

II – cisão, incorporação, fusão e transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos cotistas ou acionistas, nos termos da legislação civil vigente;

III – substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos, concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;

IV – aumento de capital social;

V – a transferência ou arrendamento, de preferência à sociedade constituída por empregados da própria empresa, atendendo às exigências de seguro dos bens e outras que o juiz entender necessárias;

VI – celebração de acordo coletivo de trabalho, inclusive para reduzir salários e aumentar ou reduzir a carga horária dos trabalhadores;

VII – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

VIII – constituição de sociedade de credores;

IX – venda parcial dos bens;

X – equalização dos encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto nas legislações específicas que disciplinam a matéria;

XI – usufruto da empresa;

XII – administração compartilhada;

XIII – emissão de debêntures;

XIV – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar em pagamento dos créditos os ativos da empresa em recuperação judicial, ressalvado o direito dos credores dissidentes receberem seus créditos quando da realização dos ativos, pelo valor que lhes caberia em rateio proporcional aos valores de avaliação;

XV – substituição de garantia;

XVI – a transformação de créditos em capital da empresa, no montante que estabeleça seu equilíbrio econômico-financeiro e viabilize suas operações.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV deste artigo, o aumento de capital social não poderá implicar diluição injustificada da participação dos sócios minoritários, nos termos do art. 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 2º Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão de tal garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante:

I – aprovação expressa dos credores titulares da respectiva garantia;

II – aprovação em assembléia de credores, desde que por votos dos credores que representam a maioria dos créditos relativos à garantia a ser afetada.

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 153 e 158, às operações de reestruturação societária e de alienação de ativos previstas no plano de recuperação judicial aprovado.

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II – demonstrações contábeis, elaboradas em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, relativas aos três últimos exercícios sociais, se existentes, considerado o disposto no art. 47, e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:



a) balanço patrimonial, constando ativo e passivo, inventário de bens móveis e imóveis, com a indicação e a estimativa do valor de todos os bens, acompanhado das respectivas certidões comprobatórias;

b) demonstração de resultados acumulados;

c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

IV – a relação integral dos empregados, com o respectivo enquadramento sindical e função, os salários, indenizações e outras parcelas salariais devidas e o correspondente mês de competência, e a discriminação dos encargos decorrentes das relações de trabalho igualmente pendentes de pagamento;

V – sendo o caso, o registro de firma individual ou de empresário, o contrato social, com a indicação de todos os sócios, suas qualificações, residências e domicílios, ou o estatuto em vigor, quando se tratar de sociedade por ações, todos acompanhados de eventuais alterações e das atas de nomeação dos atuais administradores, igualmente qualificados e com indicações de suas residências e domicílios;

VI – sendo o caso, os livros de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, inclusive os extraídos de arquivos eletrônicos, que permanecerão em Cartório pelo tempo necessário à análise, conferência e certificação da data do último lançamento, e que serão devolvidos ao devedor se deferido o processamento da recuperação judicial;

VII – o plano de recuperação judicial e o respectivo resumo, com a estimativa do prazo necessário para o seu cumprimento;

VIII – a relação dos bens particulares dos sócios cotistas ou acionistas controladores e dos administradores da empresa;

IX – os extratos atualizados das contas bancárias da empresa e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

X – certidões completas dos cartórios de protestos situados na comarca onde se localiza a sede da empresa e nas praças onde possui filial;

XI – a relação de todas as ações judiciais em tramitação contra o devedor, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

§ 1º Para fins de prova junto à fiscalização realizada por autoridade fazendária ou trabalhista, o Cartório expedirá uma certidão ao devedor atestando estar na posse de seus livros e demais documentos contábeis relacionados no inciso VI deste artigo.

§ 2º Com relação à exigência prevista no inciso VI deste artigo, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar livros e escrituração contábil simplificados na forma do art. 178 desta Lei.

§ 3º o devedor poderá requerer, no pedido de recuperação judicial, a concessão de prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, para a complementação dos documentos enumerados neste artigo.

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51, dentro de dez dias o pedido deverá ser analisado e determinado o processamento da recuperação judicial, quando o juiz:

I – nomeará o administrador judicial e determinará a convocação de assembléia geral de credores, a se realizar em até trinta dias da publicação do respectivo edital; II – determinará a constituição de Comitê de Recuperação Judicial, quando for cabível, na forma do art. 64 e seguintes;

III – determinará a dispensa da apresentação de quaisquer certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades comerciais, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sendo sempre obrigatório em todos os atos e documentos observar o disposto no art. 61;

IV – determinará, mediante requerimento de credores, a realização de laudo econômico-financeiro, elaborado por perito;

V – designará datas, que não poderão exceder a vinte dias, contados da publicação do despacho a que se refere este artigo, para apresentação e abertura de propostas dos interessados na elaboração de laudo econômico-financeiro, se for o caso, e do laudo de avaliação;

VI – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 7º, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas no art. 7º, §§ 1º e 3º, e aquelas relativas a créditos decorrentes de financiamento de valores a receber, garantidos por penhor sobre:

a) direitos creditórios;

b) por títulos de crédito;

- c) valores mobiliários;
- d) aplicações financeiras.

§ 1º O juiz ordenará a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá:

I – O resumo do pedido do devedor, com a relação de credores e a respectiva natureza e valor de cada crédito, e do despacho que decreta o processamento da recuperação judicial;

II – a advertência acerca dos prazos para habilitação e impugnação dos créditos, na forma do art. 13, *caput*, e para que os credores apresentem impugnação ao plano apresentado pelo devedor;

III – a data, hora e local da primeira assembléia geral de credores.

§ 2º As Fazendas Públicas e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, serão intimados pessoalmente para que acompanhem o processamento do pedido.

§ 3º No caso do inciso VI do *caput* deste artigo, caberá ao devedor comunicar a suspensão aos Juízos competentes, contando-se o prazo de suspensão a partir da publicação do edital a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 53. Na data designada pelo juiz, os interessados na elaboração de laudo de avaliação dos bens do devedor ou de laudo econômico-financeiro, quando for o caso, apresentarão suas propostas contendo:

I – qualificação profissional e experiência anterior;

II – metodologia a ser empregada na elaboração dos laudos;

III – a proposta de honorários e a sua forma de pagamento. § 1º No prazo máximo de cinco dias contados da data da apresentação das propostas, o devedor, o administrador judicial, o Comitê, quando for o caso, ou qualquer credor, poderão manifestar-se acerca das propostas apresentadas.

§ 2º Transcorrido o prazo do § 1º, o juiz, mediante despacho, designará os peritos, que poderão ser pessoas físicas ou jurídicas, escolhidos para a elaboração do laudo de avaliação dos bens do devedor e do laudo econômico-financeiro, quando for o caso, fixando os respectivos honorários e determinando a data de entrega dos laudos, observado o prazo previsto no art. 54.

§ 3º Os peritos designados terão o prazo máximo de quarenta e oito horas, contadas de sua intimação, para assinarem o termo de compromisso nos autos.

Art. 54. O perito designado para a avaliação dos bens do devedor dentro do prazo fixado pelo juiz, que não poderá ser superior a sessenta dias contados da assinatura do termo de compromisso, entregará em cartório o respectivo laudo, contendo a descrição da coisa avaliada, fundamentando os motivos que o levaram a concluir acerca do valor por ele definido, bem como qualquer outro subsídio que seja hábil à formação do livre convencimento do Juízo.

§ 1º Os peritos referidos no *caput* e no art. 53, § 2º, terão livre acesso aos livros contábeis e documentos do devedor, na forma autorizada pelo juiz, podendo requisitar todas as informações e esclarecimentos de que necessitarem para a realização do seu trabalho.

§ 2º Os credores poderão apresentar aos peritos as informações e os documentos que considerarem relevantes para a elaboração dos respectivos laudos e pareceres, inclusive para auxiliar o administrador judicial na elaboração do quadro geral de credores.

§ 3º o perito avaliador poderá elaborar laudo único para diversos bens, ou separá-los de acordo com sua conveniência.

Art. 55. Havendo impugnação do pedido de recuperação judicial por parte de qualquer credor, a ser apresentada no prazo de dez dias, contados da entrega do laudo que trata o art. 54, o juiz convocará assembléia geral de credores, na forma dos arts. 43 e 44, para decidir acerca da viabilidade do plano de recuperação judicial.

§ 1º Havendo apresentação de plano alternativo de recuperação judicial pela assembléia geral de credores, na forma do art. 44, será concedida vista ao devedor, que se manifestará no prazo de até quinze dias.

§ 2º A decisão da assembléia geral na hipótese prevista no *caput* deste artigo será tomada nos termos previstos no art. 44.

§ 3º A assembléia geral que aprovar plano de recuperação judicial deverá também indicar os membros do Comitê de Recuperação Judicial, na forma do art. 66, § 1º, se esse já não estiver constituído.

§ 4º Rejeitadas todas as alternativas de plano de recuperação judicial, o juiz decretará de imediato a falência do devedor.

Art. 56. Após o referendo da assembléia geral de credores, o juiz deferirá o plano de recuperação judicial com as alterações acordadas entre as partes, vinculando o devedor e todos os credores a ele sujeitos, aos seus efeitos e condições.

§ 1º A decisão judicial que deferir o plano de recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, III, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. § 2º Contra a decisão que deferir o plano de recuperação judicial, caberá agravo, sem efeito suspensivo, que poderá ser apresentado por qualquer credor.

Art.57.Cumpridas as formalidades previstas neste Capítulo, a recuperação judicial poderá ser deferida pelo juiz.

§ 1º Deferida a recuperação judicial, inicia-se a contagem do prazo previsto no art. 7º, § 5º.

§ 2º Proferida a decisão judicial prevista no art. 56, o devedor permanecerá em observação judicial pelo prazo de até dois anos, a critério do juiz.

§ 3º No caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação judicial, durante ou após o período previsto no § 2º, qualquer credor poderá requerer a falência ou execução específica, respectivamente, na forma dos arts. 79 e 81.

Art. 58. A qualquer tempo, no curso da execução do plano de recuperação judicial, desde que não com o objetivo de se furtar ao cumprimento das obrigações assumidas na recuperação judicial e ouvida a assembléia geral de credores, o devedor poderá requerer a desistência de seu pedido, ressalvada a obrigatoriedade de total cumprimento das obrigações vencidas e dos atos jurídicos válidos firmados no âmbito da recuperação judicial.

§ 1º O pedido de desistência será autuado em separado e o juiz mandará intimar todos os credores dissidentes, para, querendo, impugnar o pedido no prazo de trinta dias, mediante edital publicado e afixado em cartório.

§ 2º Havendo ou não impugnação, ouvido o Comitê, o administrador judicial e o Ministério Público, o juiz decidirá.

§ 3º Tendo sido deferido o pedido de desistência, o devedor reassumirá sua condição empresarial pretérita e os credores terão reconstituídos integralmente seus direitos e garantias, ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

§ 4º O devedor desistente do pedido de recuperação judicial não poderá renovar a ação pelo prazo de dois anos, a partir do trânsito em julgado da homologação. Art. 59. Durante o procedimento de recuperação judicial, sob o compromisso de apresentar contas demonstrativas mensais, o sócio controlador e os administradores serão mantidos na condução da ati-

vidade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se for o caso, ou do administrador judicial, salvo quando:

I – houver sido condenado mediante sentença penal transitada em julgado, por crime cometido em outra recuperação judicial ou falência anteriores ou por qualquer crime contra o patrimônio, contra a economia popular ou contra a ordem econômica previstos na legislação vigente;

II – houver indícios veementes de ter cometido crime previsto nesta Lei;

III – existir prova de ter agido com dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores;

IV – ficar demonstrado que praticou uma das seguintes condutas:

a) efetuar gastos pessoais manifestamente excessivos ao seu cabedal social;

b) efetuar despesas do negócio ou da empresa injustificáveis por sua natureza ou vulto, em relação ao capital, ou gênero do negócio, ao movimento das operações e a outras circunstâncias análogas;

c) ter descapitalizado injustificadamente a empresa ou realizado operações prejudiciais ao seu funcionamento regular;

d) ter simulado ou omitido créditos ao apresentar a relação de que trata o art. 51, III, sem relevante razão de direito ou amparo de decisão judicial;

V – retardar ou recusar-se ao cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelo juiz;

VI – negar-se, durante o processamento da recuperação judicial, a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelos demais membros do Comitê, com o objetivo de estes acompanharem e avaliarem a correta execução do plano de recuperação judicial.

§ 1º Não poderá o devedor alienar ou onerar bens e direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvidos o Comitê e o Ministério Público, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial aprovado.

§ 2º Os atos de endividamento praticados pelo devedor durante o procedimento de recuperação judicial, bem como as despesas com fornecedores de bens ou serviços necessários à continuação das atividades da empresa, contraídos mediante autorização judicial, após a manifestação do Comitê, quando for o caso, serão considerados extraconcursais, em caso de convalidação em falência.

§ 3º O afastamento do sócio controlador ocorrerá por meio de suspensão do seu direito de voto, ao passo que o afastamento dos administradores será efetivado por meio da destituição de seus cargos.

Art. 60. As Fazendas Públicas e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, poderão deferir, nos termos da legislação específica, parcelamento de seus créditos, em sede de recuperação judicial, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 61. Em todos os atos, contratos e documentos firmados pelo devedor sujeito ao procedimento de recuperação judicial deverá ser acrescida, após o nome ou razão social, a expressão “em Recuperação Judicial”.

Parágrafo único. Caberá ao escrivão fazer a comunicação do procedimento de recuperação judicial à Junta Comercial ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para que estes procedam à anotação da recuperação judicial no registro da firma individual ou da pessoa jurídica.

Art. 62. Ocorrendo mudança substancial na situação econômico-financeira do devedor, o plano de recuperação judicial poderá ser aditado no prazo previsto no art. 57, § 2º, desde que os novos termos sejam ratificados pelos credores reunidos em assembleia geral, na forma dos arts. 43 e 44.

§ 1º O pedido deve vir acompanhado de exposição circunstanciada, com indicação das alterações propostas, instruído com prova documental pré-constituída e o respectivo balancete patrimonial, elaborado de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, assinado pelo contador, que evidencie a mudança ocorrida nos termos do **caput** deste artigo.

§ 2º Serão asseguradas aos interessados as possibilidades de manifestação e amplas informações a respeito das condições do devedor que se fizerem necessárias ao exercício de juízo de valor acerca das alterações propostas. Art. 63. Decorrido o prazo previsto no art. 57, § 2º, o juiz, ressalvadas as hipóteses do art. 79, I a III, decretará o encerramento da recuperação judicial e determinará:

I – o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação destas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de trinta dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III;

II – o saldo das custas judiciais a serem recolhidas;

III – a obrigatoriedade de apresentação de relatório circunstanciado do Comitê de Recuperação ou, não havendo, do administrador judicial, no prazo máximo de quinze dias, versando sobre a execução do Plano de Recuperação pelo devedor, sob pena de incorrer em crime de desobediência;

IV – a dissolução do Comitê de Recuperação, se houver, ou exoneração do administrador judicial, desde que atendido o disposto no inciso III;

V – a comunicação à Junta Comercial ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas e ao Banco Central do Brasil para as providências cabíveis.

## SEÇÃO II

### Do Comitê e do Administrador Judicial na Recuperação Judicial

Art. 64. O juiz, ao determinar o processamento do pedido de recuperação:

I – nomeará o administrador judicial, cuja nomeação deverá recair sobre profissional idôneo de nível superior, formado preferencialmente nas áreas de direito, economia, administração de empresas ou contabilidade;

II – determinará a convocação da assembleia geral de credores para a eleição dos representantes destes no Comitê de Recuperação Judicial, na forma do art. 66.

Art. 65. Os membros do Comitê não terão sua remuneração custeada pela empresa em recuperação judicial, mas as despesas realizadas em razão do negócio em recuperação judicial, se devidamente comprovadas e com a autorização do juiz, serão prontamente ressarcidas atendendo às disponibilidades de caixa da empresa.

Art. 66. O Comitê será composto por três membros e suplentes, conforme cada caso, observando-se, necessariamente, nesta composição, um representante de cada grupo de credores, sendo:

I – um representante dos empregados, com dois suplentes;

II – um representante da classe de credores com direitos reais de garantia ou privilégios especiais, com dois suplentes;

III – um representante da classe de credores quirografários e com privilégios gerais, com a indicação de dois suplentes.

§ 1º Os representantes e suplentes de cada classe de credores poderão ser substituídos mediante decisão da assembleia geral de credores, nos termos do art. 36, I, d.

§ 2º Caberá aos próprios membros do Comitê indicar, entre si, quem irá presidi-lo.

Art. 67. Os membros do Comitê assumirão suas funções mediante termo de compromisso firmado nos autos e exercerão a fiscalização da empresa em recuperação judicial, acompanhando todos os atos do devedor.

§ 1º Compete ao Comitê, além de outras atribuições previstas nesta Lei:

I – elaborar, se for o caso, um plano de recuperação judicial alternativo, mediante estudo fundamentado que comprove a inviabilidade econômico-financeira do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, o qual deverá ser aprovado pela assembléia geral de credores nos termos dos arts. 43 e 44;

II – fiscalizar a administração do devedor no decorrer do processo de recuperação judicial, apresentando, a cada trinta dias, relatório circunstanciado de sua situação;

III – apurar quaisquer reclamações dos interessados e emitir parecer sobre elas;

IV – fiscalizar a execução do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor;

V – submeter à autorização do juiz, quando ocorrer o afastamento do devedor nas hipóteses previstas nesta Lei, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e outras garantias, bem como atos de endividamento necessários à continuação da atividade empresarial durante o período que antecede a aprovação do plano de recuperação judicial.

§ 2º As decisões do Comitê, tomadas por maioria, serão consignadas em livro de atas, rubricado pelo juízo da recuperação judicial, que ficará à disposição dos credores e do devedor.

Art. 68. Não poderão integrar o Comitê ou exercer as funções de administrador judicial aqueles que, nos últimos cinco anos, tendo exercido o cargo de administrador judicial ou de membro do Comitê, em falência ou recuperação judicial anterior, foram destituídos, deixaram de prestar contas dentro dos prazos legais ou tiveram a prestação de contas desaprovada.

§ 1º Fica também impedido de integrar o Comitê ou exercer a função de administrador judicial aquele que tiver relação de parentesco ou afinidade até o terceiro grau com o devedor ou com os representantes legais da empresa devedora, ou deles for amigo, inimigo ou dependente.

§ 2º O devedor, qualquer credor ou o representante do Ministério Público poderá reclamar da nomeação do administrador judicial ou dos membros do

Comitê, feita em desobediência aos preceitos desta Lei, no prazo de cinco dias, contados da publicação da nomeação pela imprensa oficial.

§ 3º O juiz decidirá, no prazo de vinte e quatro horas, sobre a reclamação referida no § 2º

Art. 69. O devedor, o Ministério Público, membro do Comitê ou qualquer interessado no procedimento de recuperação judicial poderá requerer, mediante pedido fundamentado, a dissolução do Comitê ou a destituição de quaisquer de seus membros ou do administrador judicial, diante do descumprimento de seus deveres ou por omissão, negligência ou prática de ato lesivo à administração da empresa ou prejudiciais a terceiros.

§ 1º O juiz intimará o requerido para prestar esclarecimentos e o devedor, o administrador judicial, os credores e o representante do Ministério Público para, em cinco dias, se manifestarem sobre o pedido de destituição, em despacho fundamentado, quando, então, proferirá sua decisão.

§ 2º O juiz pode, de ofício, por motivo justificado, destituir qualquer membro do Comitê ou o administrador judicial.

§ 3º Na hipótese de dissolução do Comitê ou de destituição de algum de seus membros ou do administrador judicial, o juiz, no prazo de quarenta e oito horas, nomeará novo administrador judicial ou convocará os credores suplentes para recompor o Comitê, o que couber.

§ 4º Não sendo possível recompor o Comitê, a recuperação judicial prosseguirá sob a responsabilidade do administrador judicial.

Art. 70. Não havendo a constituição de Comitê de Recuperação Judicial, caberá ao administrador judicial, nomeado no despacho que determina o processamento da recuperação judicial, exercer todas as atribuições do Comitê previstas nesta Lei.

§ 1º Quando do afastamento do devedor, nas hipóteses previstas nesta Lei, o juiz convocará a assembléia geral de credores para deliberar sobre o nome do administrador judicial que assumirá a administração da empresa em recuperação judicial, sempre sob sua imediata supervisão.

§ 2º Na hipótese do administrador judicial indicado pela assembléia geral de credores recusar ou estar impedido de aceitar o encargo para gerir os negócios da empresa em recuperação judicial, o juiz o destituirá e convocará, no prazo de setenta e duas horas, contado da recusa ou da declaração do impedimento nos autos, nova assembléia geral para deliberação específica.

§ 3º No caso previsto no § 1º deste artigo, a assembléia geral de credores poderá indicar representantes para acompanhar e fiscalizar os atos do administrador judicial, que serão eleitos na forma dos arts. 36 e seguintes.

§ 4º O administrador judicial responde pelos prejuízos que causar à recuperação judicial por culpa, dolo ou má-fé em sua administração ou por infringir qualquer disposição desta Lei.

Art. 71. A remuneração do administrador judicial na recuperação judicial, que não poderá exceder a cinco por cento do valor a ser pago aos credores, será fixada pelo juiz com base na qualidade do trabalho realizado, no seu grau de complexidade e nos valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

§ 1º Concomitantemente ao pagamento realizado aos credores, o devedor pagará a remuneração devida ao administrador judicial, reservando-se vinte por cento do montante devido para pagamento após atendimento do previsto no art. 63, I e III.

§ 2º Não terá direito à remuneração o administrador judicial que renunciar sem relevante razão, não cumprir as obrigações fixadas nesta Lei, tiver as suas prestações de contas desaprovadas ou for destituído de suas funções.

Art. 72. Caberá ao devedor arcar com as despesas relativas às remunerações do administrador judicial, das pessoas eventualmente contratadas para assessorá-los e dos peritos referidos no art. 53, § 2º, as quais serão autorizadas pelo juiz, após manifestação do devedor no prazo de cinco dias.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Recuperação Extrajudicial

Art. 73. A convocação, pelo devedor, de credores ou de classes de credores para apresentação de proposta de plano de recuperação extrajudicial não caracterizará ato de falência.

§ 1º A celebração de acordo de recuperação extrajudicial poderá ser formalizada em instrumento próprio ou resultar de deliberação de assembléia geral de credores.

§ 2º O edital de convocação da assembléia de que trata o § 1º deverá ser publicado duas vezes, com intervalo de cinco dias, em jornal de grande circulação local ou regional.

§ 3º A assembléia deverá ser realizada na cidade em que o devedor tenha situado o seu principal estabelecimento ou filial de empresa com sede fora do Brasil.

Art. 74. O devedor que celebrar acordo de recuperação extrajudicial, observando os aspectos referidos no art. 46, poderá requerer sua homologação em Juízo, juntando:

I – a justificativa do pedido de recuperação extrajudicial;

II – o plano de recuperação extrajudicial devidamente firmado pelos credores que a ele aderirem ou os documentos produzidos na assembléia geral de credores que comprovem a aprovação desse plano;

III – a relação nominal completa dos credores abrangidos pelo plano;

IV – a relação atualizada de processos judiciais que possam afetar o **quorum** necessário em assembléia de credores para aprovação do plano de recuperação extrajudicial;

V – os documentos mencionados nos incisos I, II, III, V, VI e IX do art. 51.

§ 1º Podem sujeitar-se aos efeitos da recuperação extrajudicial quaisquer créditos existentes na data do requerimento a que se refere o **caput** deste artigo, vencidos ou vincendos, salvo os de natureza trabalhista ou tributária.

§ 2º O plano de recuperação extrajudicial poderá excluir as obrigações decorrentes de contratos cujo cumprimento seja indispensável a regular continuação das atividades do devedor, tais como fornecimento de insumos e matérias-primas ou de mercadorias para revenda.

§ 3º Os créditos objeto de ação ou execução judicial poderão ser incluídos na proposta de recuperação extrajudicial na data respectiva, implicando confissão do valor do crédito no montante arrolado.

§ 4º A discussão de crédito mencionado no § 3º continuará pela diferença entre o valor pleiteado e o valor arrolado pelo devedor na proposta de recuperação extrajudicial, se houver.

§ 5º Se não incluídos na proposta de recuperação extrajudicial, os créditos objeto de ação ou execução judicial ou a diferença apurada na forma do § 4º não se sujeitam aos efeitos da recuperação extrajudicial.

Art. 75. Somente poderá ser objeto de homologação judicial a proposta de recuperação extrajudicial aprovada pelos credores, conforme **quorum** previsto no art. 43, parágrafo único.

§ 1º Os credores que não forem atingidos pela proposta de recuperação extrajudicial não terão direito a voto e não serão considerados para efeito de sua aprovação ou rejeição.

§ 2º Aplica-se às deliberações previstas no **caput** deste artigo o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º

Art. 76. Recebido o pedido de homologação, o juiz determinará ao devedor que promova a publicação de edital de convocação de credores para apresentação de impugnações.

§ 1º A publicação do edital de que trata o **caput** deste artigo deverá ser feita duas vezes, em dias alternados, em diário oficial e em jornal de grande circulação local ou regional, contendo:

I – o resumo do plano de recuperação extrajudicial;

II – a relação de credores a que se refere o art. 74, III;

III – a data, hora e o local em que ocorreu a assembleia geral de credores que deliberou sobre a proposta, bem como o extrato da respectiva ata;

IV – endereço, telefone ou outros meios que permitam a consulta na íntegra da proposta original e dos documentos mencionados no art. 74.

§ 2º As impugnações de que trata o **caput** deste artigo deverão ser apresentadas ao juízo nos quinze dias posteriores à publicação do último edital de convocação e somente poderão tratar:

I – da inobservância de **quorum** para assembleia geral de credores, na forma exigida nesta Lei;

II – de omissões ou incorreções de elementos necessários à deliberação ou assentimento dos credores.

§ 3º O devedor e os credores interessados poderão, no prazo de dez dias, contados da expiração do prazo previsto no § 2º, manifestar-se acerca das impugnações opostas.

§ 4º Aplica-se às impugnações o disposto nos arts. 19, parágrafo único, e 20, parágrafo único.

Art. 77. O plano de recuperação extrajudicial aprovado produzirá seus efeitos sobre todos os credores que tenham ou não votado favoravelmente, a partir da distribuição do pedido de homologação.

§ 1º A qualquer tempo, à vista das impugnações, a requerimento de qualquer interessado ou de ofício, o juiz deverá suspender os efeitos do plano de recuperação extrajudicial para todos os credores até a decisão final do pedido de homologação, se entender que foi descumprida qualquer das normas previstas neste Capítulo.

§ 2º Aplica-se o disposto no art. 153, § 4º, às realizações de ativo previstas no plano de recuperação extrajudicial, quando promovidas por intermédio do Poder Judiciário.

§ 3º A distribuição do pedido de recuperação extrajudicial torna prevento o juízo para processar qualquer pedido de recuperação judicial ou falência relativa ao mesmo devedor, até a execução completa da proposta apresentada.

Art. 78. Julgadas improcedentes todas as impugnações e satisfeitos os requisitos previstos nesta Lei, o juiz homologará o plano de recuperação extrajudicial.

Parágrafo único. Julgando procedente alguma das impugnações, o juiz rejeitará o plano de recuperação extrajudicial, devolvendo-se aos credores a possibilidade de exigir seus créditos nas condições contratuais originais, deduzidos os valores efetivamente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação extrajudicial.

## CAPÍTULO V

### Da Convolução da Recuperação Judicial em Falência

Art. 79. O juiz convolará a recuperação judicial em falência:

I – durante o processamento da recuperação judicial, por deliberação da Assembleia Geral de Credores, na forma do art. 41;

II – quando tiver sido rejeitado o plano de recuperação ou este não tiver sido objeto de deliberação pelos credores no prazo previsto no art. 70, § 5º;

III – na forma do art. 57, § 3º

Art. 80. Na convolução da recuperação judicial em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante aquele período se presumem válidos, se realizados na forma desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### Da Falência

#### SEÇÃO I

#### Da Decretação da Falência do Devedor

Art. 81. Será decretada a falência da pessoa que exercer atividade empresarial e que:

I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, dívida líquida constante de título executivo cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários mínimos vigentes no país, considerado o valor originário;

II – executado, não paga, não deposita, não nomeia bens à penhora, de dívida líquida e certa;

III – comprovadamente:

a) procede à liquidação desordenada de seus ativos ou lança mão de meios ruins ou fraudulentos para realizar pagamentos;

b) realiza por atos inequívocos ou tenta realizar, com o fito de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou totalidade de seu ativo a terceiros, credores ou não;

c) transfere a terceiro o seu estabelecimento sem o consentimento de todos os credores, salvo se ficar com bens suficientes para solver o seu passivo;

d) simula a transferência de seu principal estabelecimento para burlar a legislação ou a fiscalização, ou prejudicar credores;

e) dá garantia real a algum credor sem ficar com bens livres e desembaraçados equivalentes às suas dívidas ou tenta essa prática, revelada a intenção por atos inequívocos;

f) ausenta-se sem deixar representante habilitado para administrar o negócio e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona o estabelecimento, ou se oculta de seu domicílio ou da sede do estabelecimento principal de seu negócio.

§ 1º Consideram-se praticados pelo devedor os atos previstos no **caput** deste artigo, provenientes de seus administradores e diretores.

§ 2º Dentro do prazo de contestação, conforme disposto no art. 83, V, o devedor poderá pleitear sua recuperação judicial.

Art. 82. Para os efeitos deste Capítulo, considera-se obrigação líquida, legitimando o pedido de falência do devedor, a constante de títulos executivos judiciais e extrajudiciais regularmente protestados.

Parágrafo único. Ainda que líquidos, não legitimam o pedido de falência os créditos que nela não se possam reclamar.

Art. 83. A falência, nas hipóteses do art. 81, I e II, não será decretada se o requerido provar:

I – a falsidade do título da obrigação;

II – a prescrição da obrigação contida no título respectivo;

III – a nulidade da obrigação ou do título respectivo;

IV – o pagamento da dívida;

V – a apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação e respectivo rol de credores;

VI – qualquer outro fato que extinga ou suspenda a obrigação ou não legitime a cobrança do título que é reclamado.

Art. 84. Estão legitimados para requerer a falência do devedor:

I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 107 a 110;

II – o cônjuge sobrevivente, os herdeiros do devedor, e o inventariante, na hipótese de empresário individual ou o sócio remanescente;

III – qualquer credor, apresentando prova de tal qualidade.

Parágrafo único. O credor que não tiver domicílio no Brasil deverá prestar caução relativa às custas e ao pagamento da indenização de que trata o art. 102.

Art. 85. Na hipótese do art. 81, I, para requerer a falência daquele que não paga no vencimento dívida líquida constante de título executivo, deverá o credor instruir o pedido com instrumento representativo desta dívida, cujo valor originário deverá ser equivalente, pelo menos, a quarenta salários mínimos vigentes no País, representado por um ou mais títulos executivos, devidamente protestados, inclusive da titularidade de terceiros, acompanhado de certidão de protesto providenciada contra o devedor no período de noventa dias anteriores à data do pedido.

§ 1º Deferida a inicial, o juiz mandará citar o devedor para, em cinco dias, apresentar defesa.

§ 2º Feita a citação, se o devedor alegar matéria relevante para o não pagamento da dívida, o juiz poderá conceder prazo para provar a sua defesa, que não será superior a dez dias.

§ 3º Poderá o devedor, no prazo de defesa, depositar o valor correspondente ao crédito.

§ 4º Feito o depósito, a falência do devedor não poderá ser decretada e, diante da improcedência de sua defesa, o juiz declarará exigível o crédito e determinará o levantamento da soma em favor do autor da ação.

§ 5º Se o devedor, ou seu representante legal, não forem localizados, far-se-á a citação por edital.

§ 6º Findo o prazo, ainda que à revelia do devedor, o escrivão o certificará e fará os autos conclusos ao juiz, que nomeará curador especial, de acordo com a lei processual civil.

Art. 86. Para a decretação de falência requerida com base no art. 81, II, o credor instruirá o pedido com



certidão expedida pelo cartório onde se processa a execução.

Parágrafo único. No processamento do pedido de que trata o caput deste artigo, aplicar-se-á, no que couber, o disposto no art. 85.

Art. 87. Para a falência ser decretada, com base nas hipóteses previstas no art. 81, III, o requerente especificará na petição os fatos que a caracterizam, juntando as provas que tiver e indicando as que pretenda produzir.

Parágrafo único. No processamento do pedido de que trata o caput deste artigo, aplicar-se-á, no que couber, o disposto no art. 85.

Art. 88. O devedor, a qualquer tempo, pode requerer ao juiz sua própria falência, nos termos do art. 107 e seguintes.

Art. 89. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações:

I – conterá a síntese do pedido, identificação do devedor, nomes dos que forem a esse tempo administradores da empresa;

II – fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de noventa dias, contados do:

a) primeiro protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para essa finalidade, os protestos que tenham sido cancelados pelo falido antes da data da distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial;

b) do requerimento de recuperação judicial, na hipótese de convolação desta em falência;

c) do requerimento da recuperação extrajudicial, na hipótese da proposta ser rejeitada ou convolada em pedido de recuperação judicial e, em seguida, esta ser convolada em falência;

d) do requerimento de autofalência formulado nos termos desta lei;

e) do despacho ao requerimento inicial da falência;

III – ordenará, na hipótese de pedido formulado por terceiro, que o devedor apresente, no prazo máximo de cinco dias, a relação nominal a que se refere o inciso II do caput do art. 88, sob pena de ser processado por crime de desobediência, na forma prevista no art. 99;

IV – marcará prazo para os credores declararem seus créditos, observado o disposto no art. 13 e seguintes;

V – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, remetendo-se os respectivos autos ao juízo universal, ressalvadas somente as hipóteses previstas no art. 7º, §§ 1º e 3º;

VI – proibirá a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do devedor, submetendo-os preliminarmente à autorização judicial;

VII – determinará as diligências necessárias para salvaguardar os interesses das partes envolvidas, podendo ordenar a prisão preventiva do devedor ou dos representantes da empresa falida, quando requerida com fundamento em provas que demonstrem a prática de crime definido nesta lei;

VIII – ordenará à Junta Comercial ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva Comarca, que proceda à anotação da falência no registro da firma individual ou da pessoa jurídica, devendo ainda informar o nome dos administradores e responsáveis para as demais juntas comerciais de todo o território nacional;

IX – nomeará o administrador judicial, que desempenhará suas funções na forma do art. 142 e seguintes;

X – determinará a expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e demais entidades para que informem a existência de bens e direitos do devedor;

XI – pronunciar-se-á a respeito da lacração do estabelecimento, observado o disposto no art. 94;

XII – determinará, quando cabível, a convocação de assembléia geral de credores, na forma do art. 37, e a constituição de Comitê para acompanhar o procedimento de falência, que será composto na forma do art. 66, II e III, sendo seus membros credores escolhidos entre os maiores de cada classe.

§ 1º O escrivão fará publicar em edital, no prazo máximo de cinco dias, contados do recebimento dos autos em

cartório, a sentença a que se refere o **caput** deste artigo e a relação de credores.

§ 2º Da decisão que fixar ou retificar o termo legal da falência, cabe recurso de agravo.

§ 3º O termo legal poderá ser retificado no prazo de dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença de falência.

## SEÇÃO II

### Disposições Gerais

Art. 90. A falência, ao promover o encerramento das atividades do devedor, visa a preservar e otimizar

a utilização produtiva dos bens, ativos e recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa.

Parágrafo único. O procedimento de falência deve atender aos princípios da economia e celeridade processuais, priorizando a venda do fundo de comércio, das unidades produtivas, máquinas e instalações da empresa, marca e nome comercial.

Art. 91. Compete ao administrador judicial efetuar a arrecadação dos bens, e, no prazo de quarenta e cinco dias, apresentar relatório, no qual exporá as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência e apontará as responsabilidades civil e penal dos envolvidos.

§ 1º Havendo motivo justificado, o prazo previsto no **caput** deste artigo poderá ser prorrogado, por igual período, pelo juiz, que fixará novo prazo para apresentação do relatório.

§ 2º Na forma do art. 89, VIII, caberá ao escrivão efetuar a comunicação da falência à Junta Comercial ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que providenciarão para que nos registros da empresa conste a expressão “Falida”, a data de sua decretação e o respectivo encerramento, quando este se der.

Art. 92. Poderão os credores, de forma individual ou coletiva, em razão dos custos e no interesse da massa falida, adjudicar, de imediato, os bens arrecadados, pelo valor da avaliação, atendida a regra de classificação e preferência entre eles.

Parágrafo único. Decorrido o prazo fixado no edital da decretação da falência sem que haja pedido de habilitação de crédito, o juiz a encerrará no prazo de dez dias.

Art. 93. Os bens arrecadados poderão ser:

I – dados em pagamento, observada a classificação dos créditos; ou

II – removidos, desde que haja necessidade de sua melhor guarda e conservação, hipótese em que permanecerão em depósito sob responsabilidade do administrador judicial, mediante compromisso.

Art. 94. O estabelecimento comercial deverá ser lacrado sempre que houver qualquer risco para a execução da etapa de arrecadação, ressalvados os casos em que se mostrar necessária a adoção de medidas para a preservação da qualidade e integridade de bens perecíveis ou sujeitos a danos irreversíveis ou sua imediata venda, como o arrendamento de outro ponto comercial, mediante autorização judicial.

Parágrafo único. o estabelecimento também não permanecerá lacrado se ocorrer a hipótese prevista no art. 50, V.

Art. 95. Para os efeitos previstos no art. 200, os administradores do devedor, incluindo-se o administrador judicial na hipótese do art. 70, § 1º, equiparam-se aos sócios e acionistas controladores da empresa falida.

Parágrafo único. A autorização do juiz ou a aprovação de suas contas não isentam o administrador judicial de responsabilidade civil e penal, quando ignorarem o prejuízo para a recuperação judicial que possa resultar de seus atos ou quando infringirem disposição legal.

Art. 96. Os pedidos de falência estão sujeitos à distribuição obrigatória, segundo rigorosa ordem de apresentação.

§ 1º Esses pedidos serão entregues, imediatamente, pelo distribuidor ao escrivão a quem houverem sido distribuídos.

§ 2º A distribuição do pedido previne a jurisdição para qualquer outro da mesma natureza, relativo ao mesmo devedor.

§ 3º As ações que devam ser propostas no juízo da falência estão sujeitas à distribuição por dependência.

Art. 97. Os processos de falência e os seus incidentes preferem a todos os outros na ordem dos feitos, em qualquer instância.

Art. 98. A decretação da falência impõe ao devedor os seguintes deveres:

I – assinar nos autos, desde que intimado da sentença declaratória, termo de comparecimento, com a indicação do nome, nacionalidade, estado civil, endereço completo do domicílio, devendo ainda declarar, para constar do dito termo:

**a)** as causas determinantes da sua falência, quando requerida pelos credores;

**b)** se tem firma inscrita, quando a inscreveu, exibindo a prova;

**c)** tratando-se de sociedade, os nomes e endereços de todos os sócios, acionistas controladores, diretores ou administradores, apresentando o contrato ou estatuto social e a prova do respectivo registro, bem como suas alterações;

**d)** o nome do contador encarregado da escrituração dos livros obrigatórios;

**e)** os mandatos que porventura tenha outorgado, indicando o seu objeto, o nome e endereço do mandatário;

**f)** seus bens imóveis e os móveis que não se encontram no estabelecimento;

g) se faz parte de outras sociedades, exibindo respectivo contrato;

h) informar suas contas bancárias, aplicações, títulos em cobrança e processos em andamento em que for autor ou réu;

i) o compromisso de guarda e conservação dos bens sob depósito;

II – depositar em cartório, no ato de assinatura do termo de comparecimento, os seus livros obrigatórios, a fim de serem entregues ao administrador judicial, depois de encerrados por termos lavrados pelo escrivão e assinados pelo juiz;

III – não se ausentar do lugar onde se processa a falência sem motivo justo e comunicação expressa ao juiz, e sem deixar procurador bastante, sob as penas cominadas na lei;

IV – comparecer a todos os atos da falência, podendo ser representado por procurador, quando ocorrerem motivos justificados;

V – entregar, sem demora, todos os bens, livros, papéis e documentos ao administrador judicial, indicando-lhe, para serem arrecadados, os bens que porventura tenha em poder de terceiros;

VI – prestar verbalmente ou por escrito as informações reclamadas pelo juiz, administrador judicial, credor ou representante do Ministério Público, sobre circunstâncias e fatos que interessem à falência;

VII – auxiliar o administrador judicial com zelo e presteza;

VIII – examinar as declarações de crédito apresentadas;

IX – assistir ao levantamento, à verificação do balanço e exame dos livros;

X – examinar e dar parecer, sempre que for determinado pelo juiz;

XI – apresentar, dentro do prazo determinado nesta Lei, a relação de seus credores.

Art. 99. Faltando ao cumprimento de quaisquer dos deveres que esta Lei lhe impõe, após intimado pelo juiz a fazê-lo, responderá o devedor por crime de desobediência.

Art. 100. Da sentença que declarar a falência, cabe agravo.

Art. 101. A sentença que não decretar a falência não terá autoridade de coisa julgada e dela cabe apelação.

Art. 102. Quem por dolo requerer a falência de outrem será condenado, na sentença que denegar a falência, a indenizar ao devedor, apurando-se as perdas e danos em liquidação de sentença.

§ 1º Sendo a falência requerida por mais de uma pessoa, os requerentes serão solidariamente responsáveis.

§ 2º Por ação própria, pode o prejudicado reclamar indenização, no caso de culpa ou abuso do requerente da falência denegada.

Art. 103. Desde que tenham sido regularmente praticados após autorização própria, os atos de administração realizados pelo devedor durante o processo de recuperação judicial, mesmo aqueles que causaram endividamento à massa, não estarão sujeitos aos efeitos da falência superveniente e serão reputados como extraconcursais.

Parágrafo único. Serão considerados ineficazes na falência os atos praticados com infringência ao art. 59, § 1º

Art. 104. Considerar-se-ão habilitados os créditos remanescentes da recuperação judicial, quando definitivamente incluídos no quadro geral de credores, tendo prosseguimento as habilitações que estejam em curso.

Art. 105. A sentença que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis, diretores e administradores solidários por lei, também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar defesa, se assim o desejarem.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se ao sócio que tenha se retirado voluntariamente ou que tenha sido excluído da sociedade, há menos de dois anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência.

§ 2º Os sócios com responsabilidade ilimitada, os diretores e administradores solidários por força de lei, que serão previamente citados, poderão exercer o direito de defesa que esta Lei assegura à sociedade devedora.

Art. 106. A responsabilidade solidária e ilimitada dos controladores e administradores da sociedade por ações e a dos administradores da sociedade limitada, estabelecidas nas respectivas leis, bem como a dos sócios comanditários e do sócio oculto, previstas em lei, serão apuradas no próprio Juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo.

§ 1º A petição inicial, instruída com os documentos pertinentes, mencionará os fatos e indicará as provas, inclusive rol de testemunhas, que serão ouvidas na instrução.

§ 2º O réu será citado para comparecer à audiência de instrução e julgamento e apresentar defesa, com produção de prova, se necessário, no prazo de quinze dias.

§ 3º o autor será intimado da designação da audiência, para comparecer pessoalmente ou por intermédio de seu procurador.

§ 4º Encerrada a instrução, será aberta vista ao representante do Ministério Público, e o juiz proferirá decisão.

§ 5º O prazo decadencial para interpor a ação de responsabilização prevista no **caput** deste artigo será de dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença que decretar a falência.

§ 6º Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, na sentença que decretar a falência, o juiz poderá, de ofício, ou mediante requerimento das partes interessadas, ordenar a indisponibilidade dos bens particulares dos réus, compatível com o dano provocado, até o julgamento da ação de responsabilização.

§ 7º Nenhuma falência perdurará por prazo superior a quatro anos, cabendo ao juiz tomar todas as providências, inclusive, se for o caso, a remessa ao representante do Ministério Público das peças necessárias à propositura de ações civis e criminais contra os responsáveis.

### SEÇÃO III

#### Da Falência Requerida pelo Próprio Devedor

Art. 107. O devedor insolvente que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões relevantes do seu pedido, que comprovem a impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhado dos seguintes documentos:

I – demonstrações contábeis elaboradas de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, referentes aos três últimos exercícios sociais, se existentes, e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;

II – relação nominal dos credores, indicando endereço de cada um, importância, classificação e natureza dos respectivos créditos;

III – relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade;

IV – registro de firma individual ou de empresário, contrato social ou estatuto em vigor, ou não havendo, a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de seus bens pessoais;

V – certidões de executivo fiscal dos últimos cinco anos;

VI – os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei;

VII – relação dos administradores da empresa nos últimos cinco anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação acionária.

§ 1º Não sendo apresentada pelo devedor a relação prevista no inciso II deste artigo, o juiz, no prazo de vinte e quatro horas, sem prejuízo do disposto no art. 98, VI, poderá nomear perito para elaborá-la, na forma exigida nesta Lei, dentro do prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura de seu termo de compromisso.

§ 2º Ao credor incluído na relação apresentada pelo devedor ou elaborada nos termos do § 10 deste artigo ou, ainda, que tenha tido acolhida pelo juiz sua habilitação ou impugnação de crédito, desde o momento da decretação da falência, ficam garantidos os seguintes direitos:

I – intervir, como assistente, em quaisquer ações ou incidentes em que a massa falida seja parte ou interessada;

II – fiscalizar a administração da massa falida, requerer e promover no processo de falência o que for a bem dos interesses dos credores e da execução desta Lei, quando as despesas que fizerem serão indenizadas pela massa, se esta auferir vantagem;

III – examinar, em qualquer tempo, os livros e papéis do devedor e da administração da massa falida, independentemente de autorização do juiz;

IV – votar na assembléia geral ou de classe de credores, nos termos previstos nesta Lei.

Art. 108. O requerimento feito pelo próprio devedor de sua falência será distribuído preferencialmente, sendo concedida vista ao representante do Ministério Público por cinco dias.

§ 1º Não estando o requerimento regularmente instruído, o juiz poderá determinar que seja emendado, no prazo de quinze dias, sobrestando-se neste

período qualquer pedido de falência, enquanto não decidida a falência requerida pelo próprio devedor.

§ 2º A sentença que decretar a falência do devedor observará a forma do art. 89.

Art. 109. Independentemente da adoção de outras medidas de urgência, caberá ao representante do Ministério Público ou a qualquer credor interessado promover as ações visando à responsabilização civil e penal, no intuito de preservar o patrimônio do devedor.

Art. 110. Dentre outros deveres que esta Lei lhe impõe, fica ainda o devedor, que requereu sua própria falência, obrigado a:

I – fornecer dados e informes necessários à apuração do ativo e liquidação do passivo;

II – subsidiar o administrador judicial nos incidentes, sempre agindo no interesse da massa falida.

#### SEÇÃO IV

##### Da Arrecadação e Custódia dos Bens

Art. 111. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial, o oficial de justiça e o perito avaliador efetuarão a avaliação e a arrecadação dos bens de forma individualizada ou agrupada, de acordo com a característica de cada bem, no local em que se encontrem, procedendo à apreensão dos documentos do devedor, lavrando-se auto circunstanciado, com o acompanhamento do representante do Ministério Público.

§ 1º Os bens arrecadados e devidamente avaliados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por este escolhida, sob a responsabilidade dele, podendo o devedor ser incumbido da guarda de bens, sempre com a assinatura de termo de compromisso pela respectiva guarda.

§ 2º Sempre que necessário, o juiz designará depositário o próprio devedor que acompanhará a avaliação e a arrecadação, antes do administrador judicial assumir suas funções.

§ 3º Decretada a falência, não sendo possível proceder à avaliação e à arrecadação ou concluí-las no dia em que teve início, será lacrada a sede do estabelecimento e de suas eventuais filiais, sem prejuízo do disposto no art. 94.

§ 4º Os bens que não se encontrarem no foro da falência serão avaliados e arrecadados mediante carta precatória itinerante, isenta de custas e com preferência no cumprimento sob pena de responsabilidade funcional.

§ 5º O produto dos bens penhorados ou por outra forma apreendidos entrará para a massa, cum-

prindo ao juiz deprecicar, a requerimento do administrador judicial, às autoridades competentes, determinando sua entrega.

§ 6º O devedor e as pessoas mencionadas no **caput** do art. 106 serão obrigados a indicar ao administrador judicial os bens sujeitos a avaliação e a arrecadação, sob pena de incorrerem no crime de desobediência.

Art. 112. O auto de arrecadação, composto pelo inventário e pelo respectivo laudo de avaliação dos bens, será assinado pelo oficial de justiça, pelo perito avaliador e pelo administrador judicial e, se estiverem presentes, pelo devedor ou representantes da sociedade falida.

§ 1º Serão referidos no inventário:

I – os livros obrigatórios e os auxiliares ou facultativos do devedor, designando-se o estado em que se acham, número e denominação de cada um, páginas escrituradas, data do início da escrituração e do último lançamento, e se os livros obrigatórios estão revestidos das formalidades legais;

II – dinheiro, papéis, títulos de crédito, documentos e relação da qual constem outros bens do devedor;

III – os bens do devedor em poder de terceiro, a título de guarda, depósito, penhor ou retenção;

IV – os bens indicados como propriedade de terceiros ou reclamados por estes, mencionando-se essa circunstância.

§ 2º Os bens referidos no § 1º serão individualizados, quando possível.

§ 3º Em relação aos bens imóveis, o administrador judicial, no prazo de quinze dias após a sua arrecadação, exhibirá as certidões do registro de imóveis, extraídas posteriormente à decretação da falência, com todas as indicações que nele constarem.

Art. 113. Os bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos à considerável desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa, deverão ser vendidos antecipadamente, feitas a arrecadação e avaliação, mediante autorização judicial.

Parágrafo único. O devedor e o Comitê serão intimados, na liquidação dos bens, para se manifestar sobre a proposta do administrador judicial, e o juiz decidirá em setenta e duas horas.

Art. 114. O administrador judicial poderá, após laudo contendo o valor de mercado, dar em locação ou celebrar outro contrato referente aos bens do devedor, com o objetivo de produzir renda para a massa falida.

Parágrafo único. A locação ou a contratação não atribui direito de preferência na compra, nem podem importar em disposição total ou parcial dos bens, e será celebrada por tempo indeterminado, não prejudicando a alienação independentemente de sua forma.

## SEÇÃO V

### Dos Efeitos da Declaração da Falência

Art. 115. A declaração da falência sujeita todos os credores, que somente poderão exercer os seus direitos sobre os bens do devedor e do sócio ilimitadamente responsável na forma que esta Lei prescrever.

Art. 116. A declaração da falência, além de outros efeitos previstos no art. 7º:

I – suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial;

II – cancela o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.

Art. 117. Os contratos bilaterais não se resolvem pela falência e podem ser cumpridos pelo administrador judicial, se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida, ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos.

§ 1º O contratante pode interpelar o administrador judicial, no prazo de até noventa dias, contados da assinatura do termo de sua nomeação, para que, dentro de dez dias, declare se cumpre ou não o contrato.

§ 2º A declaração negativa ou o silêncio do administrador judicial confere ao contraente o direito à indenização, cujo valor, apurado em processo ordinário, constituirá crédito quirografário.

Art. 118. Nas relações contratuais abaixo mencionadas prevalecerão as seguintes regras:

I – o vendedor não pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor;

II – se o devedor vendeu coisas compostas e o administrador judicial resolver não continuar a execução do contrato, poderá o comprador pôr à disposição da massa falida as coisas já recebidas, pedindo perdas e danos;

III – não tendo o devedor entregue coisa móvel que vendera a prestações, e resolvendo o administrador judicial não executar o contrato, a massa falida restituirá ao comprador as prestações recebidas pelo devedor;

IV – a restituição de coisa móvel comprada pelo devedor, com reserva de domínio do vendedor, dar-se-á, se o administrador judicial resolver não continuar a execução do contrato, de acordo com o disposto na lei processual civil;

V – tratando-se de coisas vendidas a termo, que tenham cotação em bolsa ou mercado, e não se executando o contrato pela efetiva entrega daquelas e pagamento do preço, prestar-se-á a diferença entre a cotação do dia do contrato e a da época da liquidação em bolsa ou mercado;

VI – na promessa de compra e venda de imóveis, aplicar-se-á a legislação respectiva, independentemente de qualquer manifestação dos promitentes compradores;

VII – a falência do locador não resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato, indenizando o locador, mediante arbitramento pelo juiz, se houver recusa deste em aceitá-la;

VIII – caso haja acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional, nos termos da legislação vigente, à parte não falida poderá considerar o contrato vencido antecipadamente, devendo, para tanto, notificar o administrador judicial, hipótese em que o contrato será liquidado na forma estabelecida nos regulamentos, admitindo-se a compensação de eventual crédito que venha a ser apurado em favor do falido com créditos detidos pelo contratante;

IX – os patrimônios separados, constituídos pelo devedor para cumprimento de destinação específica, prosseguirão sua atividade nos termos definidos pela legislação respectiva, permanecendo seus bens, direitos e obrigações incomunicáveis até o advento do respectivo termo ou até o cumprimento de sua finalidade, ocasião em que o administrador judicial arrecadará o saldo a que fizer jus o devedor ou habilitará o crédito que contra ele remanescer nos referidos patrimônios separados.

Art. 119. O administrador judicial, mediante autorização do juiz, poderá pleitear o cumprimento de contrato unilateral, se o cumprimento reduzir ou evitar o aumento do passivo da massa falida, ou for necessário à manutenção e preservação de seus ativos, realizando o pagamento da prestação pela qual está obrigada, e comunicará sua intenção ao outro contratante, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da assinatura do termo de sua nomeação.

Art. 120. O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, acerca de negócios que interessam à

massa falida, cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão até então.

Parágrafo único. Para o devedor cessa o mandato ou comissão que houver recebido antes da falência, salvo os que versem sobre matéria estranha a comércio.

Art. 121. As contas correntes com o devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o respectivo saldo após as compensações expressamente previstas nesta Lei. Parágrafo único. Imediatamente após a decretação da falência, o juiz deverá comunicar o Banco Central do Brasil, para fins de cumprimento do disposto no **caput**.

Art. 122. Se o devedor fizer parte de alguma sociedade como sócio solidário, cotista ou acionista, para a massa falida entrarão somente os haveres que na sociedade ele possuir e forem apurados na forma estabelecida no contrato.

§ 1º Se o contrato ou o estatuto social nada disciplinar a respeito, a apuração far-se-á judicialmente, salvo se, por lei, pelo contrato ou estatuto, a sociedade tiver de liquidar-se, caso em que os haveres do devedor, somente após o pagamento de todo o passivo da sociedade, entrarão para a massa falida.

§ 2º Nos casos de condomínio de que participe o devedor, deduzir-se-á do quinhão a este pertencente o que for devido aos outros condôminos em virtude do estado de falência.

Art. 123. Contra a massa falida não correm juros, ainda que estipulados forem, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal. Parágrafo único. Excetuam-se desta disposição os juros das debêntures e dos créditos com garantia real, mas por eles responde, exclusivamente, o produto dos bens que constituem a garantia.

Art. 124. Na falência do espólio, fica suspenso o processo de inventário, cabendo ao administrador judicial a realização de atos pendentes em relação aos direitos e obrigações da massa falida.

Art. 125. Durante o processo de falência fica suspenso o curso da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade do devedor.

Art. 126. Os sócios, diretores, gerentes e administradores que, na forma da lei ou de contrato, sejam considerados ilimitadamente responsáveis, e aos quais a falência tenha sido estendida, não poderão exigir qualquer prestação devida, seja a que título for, pela sociedade falida, enquanto não satisfeitos os demais credores.

Art. 127. Nas relações patrimoniais não reguladas expressamente nesta Lei, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito, atendendo à unidade, à universalidade do concurso e à igualdade de tratamento dos credores, observado o disposto no art. 117.

Art. 128. O credor de coobrigados solidários, cujas falências sejam decretadas, tem o direito de concorrer, em cada uma delas, pela totalidade do seu crédito, até recebê-lo por inteiro, quando então comunicará ao juízo.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica ao devedor cujas obrigações tenham sido extintas por sentença, na forma do art. 171.

Art. 129. As massas dos coobrigados falidos não têm ação regressiva umas contra as outras.

§ 1º Se, porém, o credor ficar integralmente pago por uma ou por diversas massas coobrigadas, as que tiverem pago terão direito regressivo contra as demais, em proporção à parte que pagaram e àquela que cada uma tinha a seu cargo.

§ 2º Se os dividendos que couberem ao credor em todas as massas coobrigadas excederem na importância total do crédito, o valor entrará para as massas proporcionalmente.

§ 3º Se os coobrigados eram garantes uns dos outros, aquele excesso pertencerá, conforme a ordem das obrigações, às massas dos coobrigados que tiverem o direito de ser garantidas.

Art. 130. Os coobrigados solventes e os garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis e administradores a que se estende a falência podem apresentar a declaração do crédito correspondente às quantias pagas ou devidas, se o credor não fizer a sua no prazo fixado em sentença.

## SEÇÃO VI

### Dos Efeitos quanto aos Atos Prejudiciais aos Credores

Art. 131. Não produzem efeitos relativamente à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado econômico do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores:

I – o pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título;

II – o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato;

III – a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa falida receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada;

IV – a prática de atos a título gratuito, desde dois anos antes da decretação da falência;

V – a renúncia à herança ou a legado, até dois anos antes da decretação da falência;

VI – a venda ou transferência de estabelecimento comercial feita sem o consentimento expresso ou o pagamento da maioria simples dos credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, no prazo de trinta dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados;

VII – os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, conforme previsto no art. 89, II, a, salvo se tiver havido prenotação anterior.

§ 1º Todos os atos referidos nos incisos I a III e VI deste artigo que tenham sido autorizados pelo juiz e previstos no plano de recuperação judicial aprovado ou na proposta de recuperação extrajudicial homologada serão insuscetíveis de revogação, exceto aqueles julgados lesivos ou praticados de má-fé.

§ 2º A notificação de que trata o inciso VI do caput deste artigo será feita judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos.

Art. 132. São também revogáveis, relativamente à massa falida, os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar, e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.

Art. 133. As ações disciplinadas neste Capítulo deverão ser propostas dentro de três anos, contados da sentença que decretar a falência.

§ 1º As ações deverão ser promovidas pelo administrador judicial, ficando facultada a intervenção de credores, na qualidade de assistentes simples.

§ 2º Se o administrador judicial não propuser ação, no prazo de seis meses após a decretação da falência, qualquer credor ou o representante do Ministério Público poderá fazê-lo, ficando facultada a intervenção do administrador judicial, na qualidade de assistente litisconsorcial.

Art. 134. A ação revocatória pode ser promovida:

I – contra todos os que figuraram no ato, ou que por efeito dele foram pagos, garantidos ou beneficiados;

II – contra os terceiros adquirentes:

a) se tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores;

b) se o direito se originou de ato mencionado no art. 131;

III – contra os herdeiros ou legatários das pessoas indicadas nos incisos I e II.

Art. 135. A ação revocatória correrá perante o juízo da falência e terá procedimento ordinário.

Art. 136. A apelação será recebida, no caso do art. 131, somente no efeito devolutivo e, no caso do art. 132, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Art. 137. A sentença que julgar procedente o pedido determinará a restituição dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos.

§ 1º A massa falida restituirá o que tiver sido prestado pelo contratante, salvo na hipótese de impossibilidade, caso em que esse será admitido como credor quirografário.

§ 2º Na hipótese de cessão de créditos à companhia seguradora de créditos financeiros, o ato de cessão somente poderá ser objeto de revogação após o pagamento integral, por parte da massa falida, dos portadores dos valores mobiliários recebidos em cessão.

§ 3º É garantido ao terceiro de boa-fé, a qualquer tempo, propor ação por perdas e danos contra o devedor.

Art. 138 O juiz, na forma da lei processual civil, poderá antecipar total ou parcialmente os efeitos da tutela pretendida.

Art. 139 O juiz poderá, a requerimento do autor da ação revocatória, ordenar, como medida cautelar, na forma da lei processual civil, o seqüestro dos bens retirados do patrimônio do devedor que estejam em poder de terceiros.

Art. 140. A ineficácia do ato pode ser oposta pelo administrador judicial como defesa em ação ou execução proposta contra a massa, sem prejuízo da propositura de ação revocatória autônoma.

Parágrafo único. A ineficácia pode ser declarada nos autos da falência, na hipótese de o juiz, de ofício, ou a pedido de qualquer interessado, determinar que conste nos respectivos autos a prova de ato elencado no art. 131.



Art. 141 O ato pode ser revogado ou declarado ineficaz, embora para celebração dele houvesse precedido sentença executória, ou fosse consequência de medida judicial assecuratória para a garantia da dívida ou de seu pagamento, observado o disposto no art. 131, § 1º.

Parágrafo único. Revogado o ato, ficará rescindida a sentença que o motivou.

## SEÇÃO VII

### Do Comitê e do Administrador Judicial na Falência

Art. 142. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e, quando houver, do Comitê, administrar os bens compreendidos na falência e exercer as funções que lhe são atribuídas por esta lei.

§ 1º Além de outros deveres que esta lei lhe impõe, compete, ainda, ao administrador judicial:

I – fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos credores interessados sobre a falência e a administração da massa falida, e dar extratos dos livros do devedor, que merecerão fé de ofício, a fim de servirem de fundamento nas verificações e impugnações de créditos;

II – exigir dos credores, e dos procuradores ou administradores que serviram aos interesses do devedor, quaisquer informações verbais ou por escrito;

III – comunicar ao juiz, para os fins do art. 20, por petição levada a despacho, qual o montante total dos créditos declarados, bem como confrontar o valor destes créditos com o total do passivo informado na petição do devedor;

IV – indicar, ao juiz, perito avaliador e contador, que poderão ser pessoa física ou jurídica, para:

a) avaliar os bens constantes do acervo da massa falida;

b) proceder ao exame da escrituração do devedor;

c) fornecer laudos nas ações de restituição, nas habilitações de crédito, nos embargos de terceiro, e em qualquer ação ou execução em que a massa falida tenha interesse;

V – relacionar as ações relativas à massa falida em andamento e adotar as providências que se fizerem necessárias para o ajuizamento no interesse dela;

VI – requerer ao juiz convocação da assembléia geral de credores nos casos previstos nesta lei ou quando entender necessária sua ouvida para a tomada de decisões.

§ 2º As remunerações do perito contador e do avaliador serão fixadas pelo juiz, que considerará a complexidade dos trabalhos a serem executados e o porte da massa falida.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, será facultado ao administrador judicial, em caso de recusa de quaisquer daqueles em atendê-lo, encaminhar requerimento ao juiz que, no prazo de quarenta e oito horas, determinará que estas pessoas venham em Juízo, sob pena de desobediência, e na sua presença as interrogará, tomando seus depoimentos por escrito.

Art. 143. A remuneração do administrador judicial na falência será fixada segundo os mesmos critérios definidos no art. 71, podendo reduzir-se aquele limite a dois por cento, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 1º Concomitantemente ao recebimento das receitas, será paga a remuneração devida ao administrador judicial, desde que já aprovadas as prestações de contas tempestivamente apresentadas.

§ 2º Não terá direito à remuneração o administrador judicial que renunciar sem relevante razão; for substituído; não cumprir as obrigações fixadas nesta Lei; tiver as suas prestações de contas desaprovadas ou for destituído de suas funções.

Art. 144. O administrador judicial na falência deverá ser pessoa física ou jurídica de confiança do juiz e prestará contas de suas funções, sempre que houver recebimentos, sob pena de destituição. Parágrafo único. Não será nomeada para o cargo de administrador judicial a pessoa que tenha:

I – sido impedida por lei especial;

II – sido condenada por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade;

III – sido condenada por prática de crime que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

IV – incorrido nas hipóteses previstas no art. 68.

Art. 145. A recusa ao encargo de administrador judicial deverá ser feita por petição fundamentada, no prazo de setenta e duas horas, contadas a partir da notificação da nomeação.

Parágrafo único. Não comunicada a recusa no prazo previsto no **caput** deste artigo, considerar-se-á como aceita a nomeação por parte do indicado.

Art. 146. O termo de compromisso deverá ser lavrado e assinado pelo administrador judicial no prazo

de setenta e duas horas, contadas a partir de sua notificação.

Art. 147. O administrador judicial exerce pessoalmente as suas funções e não pode delegá-las, exceto para atos determinados, com prévia autorização do juiz.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á no termo de que trata o art. 146 o nome de seu representante, que não poderá ser substituído sem licença do juiz.

Art. 148. O administrador judicial deverá apresentar ao juiz e, se houver, aos credores membros do Comitê, relatório apontando a situação da empresa, no prazo de noventa dias, contados a partir da assinatura do termo de compromisso, que conterá:

I – as causas e circunstâncias da falência;

II – o exame sobre os atos do devedor e dos administradores da sociedade falida, no exercício de seus cargos e funções, na hipótese de ocorrer falência que suceda a recuperação judicial da empresa.

Art. 149. O administrador judicial não poderá transigir sobre créditos e negócios da massa falida e conceder abatimento, sem autorização judicial, ainda que sejam considerados de difícil recebimento, ouvindo sempre o Comitê e o devedor.

Art. 150. O administrador judicial responde pelos prejuízos que causar à massa falida por culpa, dolo ou má-fé em sua administração ou por infringir qualquer disposição desta Lei.

Parágrafo único. A autorização do juiz, ou o julgamento das suas contas, não isentam o administrador judicial de responsabilidade civil e penal, quando ignorar o prejuízo para a massa falida que possa resultar de seu ato ou quando infringir disposição legal.

Art. 151. A assembléia geral de credores será convocada pelo juiz, por iniciativa própria ou a pedido de credores, e, além de eleger os membros do Comitê para atuar durante a falência, terá por competência:

I – acompanhar e fiscalizar o processo de falência;

II – fiscalizar a gestão da massa falida pelo administrador judicial;

III – requerer ao administrador judicial o exame de livros e documentos, informações e esclarecimentos;

IV – propor formas alternativas de realização do ativo.

Parágrafo único. Não se instalando a assembléia geral, por não convocação, por ausência de quorum ou, por qualquer razão, não sendo possível a eleição por esta dos membros do Comitê, caberá ao ad-

ministrador judicial ou ao juiz, conforme o caso, exercer as atribuições que caberiam a esses órgãos de representação dos credores.

## SEÇÃO VIII

### Da Realização do Ativo

Art. 152. Logo após a arrecadação dos bens, com a juntada do respectivo auto ao processo de falência, será iniciada a realização do ativo.

Art. 153. A venda dos bens, incluído o ativo intangível, será realizada de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I – alienação da empresa, com a venda de seu estabelecimento em bloco;

II – alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente;

III – alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor;

IV – alienação parcelada ou individual dos bens.

§ 1º Se convier à realização do ativo, ou em razão de oportunidade, pode ser adotada mais de uma forma de alienação.

§ 2º A realização do ativo terá início independentemente da formação do quadro geral de credores.

§ 3º A alienação da empresa terá por objeto o conjunto de determinados bens necessários à operação rentável da unidade de produção, que poderá compreender ainda determinadas obrigações.

§ 4º Na alienação conjunta ou separada de ativos, inclusive a alienação da empresa ou de suas filiais, promovida sob qualquer das modalidades de que trata este artigo:

I – todos os credores, observada a ordem de preferência definida no art. 11, sub-rogam-se no produto da realização do ativo;

II – quando realizada em hasta pública, estará livre de qualquer ônus e não acarretará a sucessão do adquirente nas obrigações do devedor.

§ 5º O Comitê, se houver, deverá manifestar-se sobre a forma de realização do ativo proposta pelo administrador judicial e deverá convocar a assembléia geral de credores para deliberar a esse respeito, considerando-se aprovada a proposta que obtiver o voto dos credores que representarem a maioria dos créditos, nos termos do art. 41.

§ 6º Não sendo aprovada pela assembléia geral proposta para a realização do ativo, caberá ao juiz decidir a forma que será adotada, fundamentadamente, a partir da proposta apresentada pelo administrador judicial ou, se for o caso, pelo Comitê.

§ 7º Enquanto não aprovado o quadro geral de credores e iniciado seu pagamento, o produto da realização do ativo será aplicado, por intermédio de instituição financeira, a ser designada pelo juiz, em fundo de investimento cuja composição majoritária seja representada por títulos da dívida pública federal.

§ 8º Nas transmissões de bens alienados na forma deste artigo que dependam de registro público, a este servirá como título suficiente o mandado judicial respectivo.

Art. 154. O juiz, ouvido o administrador judicial e o Comitê, se houver, poderá optar pelas seguintes modalidades de venda do ativo em hasta pública:

- I – leilão, por lances orais;
- II – propostas fechadas;
- III – pregão.

§ 1º A realização da alienação em quaisquer das modalidades de que trata este artigo será antecedida por publicação de anúncio em jornal de ampla circulação, com quinze dias de antecedência, em se tratando de bens móveis, e com trinta dias, na alienação dos demais ativos, facultada a divulgação por outros meios que contribuam para o amplo conhecimento da venda.

§ 2º A alienação do bem em leilão público dar-se-á pelo maior lance oferecido, que poderá ser inferior ao valor de avaliação, mas o bem somente será entregue ao arrematante decorrido o prazo de quarenta e oito horas, após constatado o efetivo pagamento do preço final do bem.

§ 3º A alienação por propostas fechadas ocorrerá mediante a entrega, em cartório e sob recibo, de envelopes lacrados, a serem abertos pelo juiz, no dia, hora e local designados no edital, lavrando o escrivão o auto respectivo, assinado pelos presentes, e juntando as propostas aos autos da falência.

§ 4º A venda por pregão constitui modalidade híbrida das anteriores, comportando duas fases:

- I – recebimento de propostas, na forma do § 3º;
- II – leilão por lances orais, de que participarão somente aqueles que apresentarem propostas não inferiores a noventa por cento da maior proposta ofertada, na forma do § 2º deste artigo.

§ 5º A venda por pregão respeitará as seguintes regras:

I – recebidas e abertas as propostas na forma do § 4º, o juiz ordenará a notificação dos ofertantes, cujas propostas atendam ao requisito de seu inciso II, para comparecer ao leilão;

II – o valor de abertura do leilão será o da proposta recebida do maior ofertante presente, conside-

rando-se esse valor como lance, ao qual ele fica obrigado;

III – caso não compareça ao leilão o ofertante da maior proposta e não seja dado lance igual ou superior ao valor por ele ofertado, fica obrigado a prestar a diferença verificada, constituindo, a respectiva certidão do juízo, título executivo para a cobrança dos valores pelo administrador judicial.

§ 6º Na venda por leilão o representante do Ministério Público deverá ser intimado pessoalmente, sob pena de nulidade.

Art. 155. Na venda da empresa ou de negócio do devedor, de um ou mais estabelecimentos e dos bens em geral, em qualquer das modalidades de que trata o art. 154, serão tomadas as seguintes providências:

I – avaliação prévia por um perito aprovado pelo juiz, que poderá ser impugnada pelo devedor, administrador judicial, credores ou pelo representante do Ministério Público, no prazo de cinco dias, contados da intimação de sua juntada aos autos;

II – não havendo impugnação acerca da avaliação, ou julgada a que tiver sido oferecida, haverá a alienação, em uma das modalidades previstas no art. 154.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo de quarenta e oito horas da realização de alienação, sob qualquer uma das modalidades referidas no art. 154, havendo impugnação por credores, interessados ou pelo representante do Ministério Público, os autos serão conclusos ao juiz, que, no prazo de cinco dias, decidirá sobre as impugnações, validando ou não a venda efetuada.

Art. 156. Havendo motivos justificados, o juiz poderá autorizar, mediante requerimento fundamentado do administrador judicial, outras formas de realização do ativo diversas das previstas nesta Seção.

Art. 157. O juiz homologará qualquer outra modalidade de realização do ativo, desde que aceite por credores, reunidos em assembléia geral na forma do art. 36, III, que representem mais de dois terços dos créditos no valor que lhes caberá em rateio pela avaliação, inclusive com a formação de sociedade de credores ou constituição de sociedade formada por trabalhadores da própria empresa, com a participação, se necessária, dos atuais sócios, observando que:

I – a deliberação dos credores deverá ser reduzida a instrumento público ou particular, caso em que será publicado aviso para ciência dos credores que não assinaram o instrumento, os quais, no prazo de cinco dias, podem impugnar a deliberação somente quanto à inexistência de **quorum**;

II – após a publicação do aviso previsto no inciso I, será concedida vista ao representante do Ministério Público, para que ofereça sua manifestação em relação à deliberação dos credores referida no caput deste artigo.

Parágrafo único. No caso de constituição de sociedade formada com trabalhadores da própria empresa, poderão estes utilizar seus créditos derivados das relações de trabalho, preferencialmente, para aquisição de bens da empresa.

Art. 158. Qualquer que seja a forma de realização do ativo adotada, fica a massa falida dispensada da apresentação de quaisquer certidões negativas.

Art. 159. As quantias em dinheiro, recebidas a qualquer título, serão depositadas, dentro das vinte e quatro horas seguintes, em instituições financeiras federais, estaduais ou privadas, conforme normas definidas pela Corregedoria Geral de Justiça.

§ 1º Todo e qualquer pagamento deverá ser feito por intermédio de cheque nominal, que será assinado pelo administrador após a autorização do juiz.

§ 2º Deverá ser aberta conta judicial, com finalidade específica, para depositar a quantia pertencente a credor que não procedeu ao levantamento de seu pagamento, expedindo-se edital com prazo de trinta dias, e, não ocorrendo a manifestação deste, far-se-á o depósito de imediato, antes do encerramento da falência.

## SEÇÃO IX

### Do Pagamento aos Credores na Falência

Art. 160. As importâncias recebidas com a realização do ativo serão destinadas ao pagamento dos credores, atendendo à classificação prevista no art. 11.

Art. 161. Os créditos derivados das relações de trabalho serão pagos prontamente, tão logo haja disponibilidade em caixa.

Art. 162. Os credores restituirão em dobro as quantias recebidas, acrescidas dos juros legais, se antes do encerramento da falência ficar evidenciado que a constituição do crédito ou da garantia resultou de falsidade, dolo, erro essencial ou outro vício, ou foi obtida mediante documento decisivo cuja existência era ignorada.

Art. 163. Iniciada a realização do ativo, e antes do rateio final, o administrador judicial prestará contas da sua gestão, sempre que houver recebimentos.

§ 1º Apresentadas as contas, ficarão elas sob a responsabilidade do escrivão, que em três dias publicará aviso, pelo órgão oficial, colocando-as à disposição do devedor e dos credores, pelo prazo de quinze dias, quando poderão apresentar impugnações.

§ 2º Ouvido o administrador judicial e o representante do Ministério Público, quando necessário,

valendo-se de assessoramento técnico, o juiz julgará as contas.

Art. 164. Aprovadas as contas e pagas as remunerações do administrador judicial e de seus auxiliares, o juiz determinará a distribuição do rateio, obedecida a classificação dos créditos, incluídos os créditos objeto de reserva.

Art. 165. Os créditos sujeitos à condição suspensiva ou pendentes de decisão judicial, havendo pedido de reserva, ficarão depositados até posterior averiguação ou publicação da decisão e, no caso de não ser feito o depósito ou de ser improcedente a decisão, no todo ou em parte, serão objeto de rateio suplementar entre os credores.

Art. 166. As sobras porventura existentes após pagamento integral dos créditos serão restituídas ao devedor, mediante recibo nos autos.

## SEÇÃO X

### Da Extinção das Obrigações

Art. 167. A prescrição relativa às obrigações do devedor recomeça a correr a partir do dia em que transitar em julgado a sentença do encerramento da falência.

Art. 168. Extingue as obrigações do devedor:

I – o pagamento, sendo permitida a novação dos créditos com garantia real;

II – o rateio de mais de quarenta por cento, depois de realizado todo o ativo, sendo facultado o depósito da quantia necessária para atingir esta porcentagem, se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo;

III – o decurso do prazo de cinco anos, contados a partir do encerramento da falência, se o devedor não tiver sido condenado à pena de prisão pela prática de crime previsto nesta Lei;

IV – o decurso do prazo de dez anos, contados a partir do encerramento da falência, se o devedor tiver sido condenado à pena de prisão pela prática de crime previsto nesta Lei.

Art. 169. Verificada a prescrição ou extintas as obrigações nos termos dos arts. 167 e 168, o devedor pode requerer que seja declarada por sentença a extinção de todas as suas obrigações.

Art. 170. O requerimento será autuado em apartado com os respectivos documentos, e publicado o edital no órgão oficial, no prazo de trinta dias.

§ 1º Dentro do prazo do edital, qualquer credor pode opor-se ao pedido do devedor.

§ 2º Findo o prazo, o juiz, em cinco dias, proferirá sentença e, se o requerimento for anterior ao encerramento da falência, declarará extintas as obrigações, com o término do processo.

Art. 171. Verificada a prescrição ou extintas as obrigações nos termos desta Lei, o sócio solidário da sociedade falida também poderá requerer que seja declarada por sentença a extinção de todas as suas obrigações.

## SEÇÃO XI

### Da Reabilitação do Devedor

Art. 172. Será concedida reabilitação ao devedor que teve decretada sua falência quando este:

I – pagar integralmente os créditos admitidos à falência, os juros correspondentes, as dívidas e encargos da massa falida e as despesas processuais;

II – tiver extintas suas obrigações nos termos previstos nos arts. 167 e 168.

Art. 173. A reabilitação poderá ser requerida ao juiz da falência pelo devedor, seus herdeiros ou eventuais interessados.

Art. 174. Qualquer interessado poderá contestar a reabilitação requerida.

Parágrafo único. Ouvido o Ministério Público, o juiz proferirá sentença, em dez dias.

Art. 175. Da sentença de reabilitação constará a ordem à Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas para que proceda ao cancelamento da anotação prevista no art. 89, VIII, observando sempre a divulgação desta ocorrência para todo o território nacional.

Art. 176. A reabilitação cessa as incapacidades pessoais do devedor resultantes da sentença que decretou a falência.

## CAPÍTULO VII

### Do Procedimento Especial da Recuperação Judicial e Falência de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Art. 177. As pessoas de que trata o art. 1º e que se incluam nos conceitos de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, sujeitam-se às normas deste Capítulo.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão à recuperação judicial e à falência de microempresa ou empresa de pequeno porte as disposições contidas na legislação específica que dispõe sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido para tais empresas.

Art. 178. Para os fins desta lei, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão manter escrituração contábil simplificada, exigida na forma de sua legislação específica.

Parágrafo único. Além dos documentos exigidos por lei, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão ainda comprovar suas operações mediante utilização de meios eletrônicos e magnéticos de es-

crituração, que auxiliem o conhecimento de terceiros e da fiscalização.

Art. 179. Para requerer a falência de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá o credor instruir o pedido com um ou mais títulos executivos, devidamente protestados, acompanhado de certidão de protesto de dois ou mais credores distintos, tirados contra o devedor no período de noventa dias, anteriores à data do pedido.

Parágrafo único. Os protestos, individuais ou somados, deverão corresponder ao valor equivalente, pelo menos, a vinte salários mínimos.

Art. 180. Poderá o empresário titular de empresa prevista no caput do art. 177, antevendo a possibilidade de crise econômico-financeira, requerer a recuperação judicial, por intermédio da apresentação de uma proposta de renegociação de seu passivo junto a seus credores.

§ 1º Na proposta de renegociação de seu passivo, prevista no caput, o devedor exporá as razões determinantes do seu estado de dificuldade e proporá a recuperação judicial da empresa, observado o prazo máximo e condições de pagamento previstos no art. 181.

§ 2º Caso o montante dos créditos trabalhistas devidos supere a trinta por cento do ativo circulante da empresa, caberá ao juiz fixar um novo critério de rateio entre os empregados.

§ 4º Não será admitida a constituição de Comitê de Recuperação Judicial para o procedimento especial relacionado à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Art. 181. A recuperação judicial, solicitada pelo devedor e homologada pelo juiz, consistirá no parcelamento automático dos valores dos débitos existentes no momento da sua solicitação, devendo todos os credores ser pagos em até trinta e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º A primeira parcela deverá ser paga cento e oitenta dias após a apresentação do pedido de recuperação judicial em juízo.

§ 2º O juiz, atendendo a pedido fundamentado do devedor e ouvidos os credores e o representante do Ministério Público, poderá homologar outra forma de pagamento ou parcelamento, facultada prorrogação por no máximo um ano, desde que haja anuência expressa da maioria dos credores, que serão intimados para se manifestarem no prazo de até dez dias.

§ 3º Cabe ao devedor reunir a anuência expressa de cada um dos credores, apresentando-as ao juiz, de modo que este possa verificar a sua legalidade e, se for o caso, homologar a proposta alternativa.

§ 4º Os débitos tributários não se sujeitam ao parcelamento previsto neste artigo, devendo ser pagos na forma da legislação específica.

§ 5º Os débitos trabalhistas deverão ser pagos em seis parcelas mensais, iguais e sucessivas, a contar do prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 182. Não havendo divergência de credores ou do representante do Ministério Público em relação à proposta de renegociação do passivo apresentada pelo devedor nos termos do art. 181, o juiz a homologará de imediato.

§ 1º Havendo discrepância quanto à proposta, o juiz poderá determinar os esclarecimentos necessários e os devidos ajustes na proposta, a se realizar no prazo de dez dias.

§ 2º Feitas as devidas alterações na proposta, remanescendo ainda fundadas dúvidas, poderá o juiz designar audiência, em quinze dias, solicitando, se necessário, a presença de técnico especializado, para superar eventuais divergências.

§ 3º Caberá ao juiz, diante da inconsistência da proposta ou da constatação de evidente má-fé ou dolo por parte do devedor no seu pedido de recuperação judicial, decretar a falência da empresa, ouvindo antes seu representante legal.

§ 4º A homologação da recuperação judicial, nos termos do art. 181 e parágrafos, consiste na novação dos débitos existentes e, conseqüentemente, na extinção dos procedimentos supracitados.

Art. 183. Homologada a proposta de recuperação judicial, o devedor passará a cumprir as obrigações assumidas, não podendo determinar o aumento de despesas ou contratar empregados, exceto se houver expressa concordância do juiz, ouvidos os credores.

Art. 184. Nenhuma falência de microempresa ou de empresa de pequeno porte perdurará por prazo superior a cinco anos, cabendo ao juiz tomar todas as providências para tal, inclusive, se for o caso, a remessa ao representante do Ministério Público das peças necessárias à propositura de ações civis e criminais contra os responsáveis.

Art. 185. A ação revocatória será cabível na falência de microempresa ou de empresa de pequeno porte, devendo ser proposta no prazo de um ano, contado do trânsito em julgado da sentença que decretar a falência.

Art. 186. Aplicam-se, naquilo que não colidir com o disposto neste Capítulo, ao procedimento especial de recuperação judicial e falência de microempresa ou empresa de pequeno porte as demais disposições desta Lei.

## CAPÍTULO VIII Do Procedimento Penal

Art. 187. Compete ao juiz da falência ou da recuperação judicial conhecer da ação penal pelos crimes previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Oficia, na ação penal, o representante do Ministério Público que atuar no processo de falência.

Art. 188. Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

Parágrafo único. Decorrido o prazo referido no art. 194, sem que o representante do Ministério Público ofereça denúncia, qualquer credor habilitado ou o administrador judicial poderá oferecer queixa, no prazo decadencial de seis meses.

Art. 189. Recebida a denúncia ou a queixa, observar-se-á o rito previsto nos arts. 538 a 540 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Parágrafo único. O administrador judicial, qualquer credor habilitado ou terceiro interessado podem intervir como assistentes, nos termos do Código de Processo Penal, em qualquer fase do processo.

Art. 190. Os prazos prescricionais dos crimes previstos nesta Lei são os estipulados nos arts. 109 a 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

§ 1º Não sendo conhecida a data de ocorrência do fato delituoso, começa a correr o prazo referido no **caput**:

I – na falência, da decretação desta;

II – na recuperação judicial, do deferimento, pelo juiz, do plano de recuperação.

§ 2º Nos crimes definidos nesta Lei aplicam-se as causas interruptivas da prescrição previstas no Código Penal.

Art. 191. Decretada a falência, deve o administrador judicial apresentar em cartório, até quarenta e cinco dias após a entrega do relatório da situação da empresa, em autos apartados, exposição circunstanciada, considerando as causas da falência, o procedimento do devedor, antes e depois da sentença declaratória, e outras informações detalhadas a respeito da conduta do devedor e de outros responsáveis, se houver, por atos que possam constituir crime, relacionado com a recuperação judicial ou com a falência, ou delito comum conexo a estes.

§ 1º Com base nas conclusões decorrentes de sua exposição, o administrador judicial poderá requerer ao juiz a abertura de inquérito judicial, quando indicar os responsáveis e, em relação a cada um, descreverá o respectivo tipo legal aplicável.

§ 2º O pedido será instruído com laudo do perito-contador, encarregado do exame da escrituração da empresa falida.

§ 3º Ao representante do Ministério Público incumbirá requerer os meios de prova e as diligências necessárias à apuração dos fatos.

Art. 192. O falido ou qualquer responsável envolvido deverá ser intimado das arguições contidas nos autos do inquérito judicial, para apresentar contestação ou requerer o que entender conveniente, no prazo de cinco dias.

Art. 193. Decorrido o prazo do art. 192, os autos serão, de imediato, conclusos ao juiz, que, em quarenta e oito horas, deferirá, ou não, as provas requeridas, designando dia e hora para se realizarem as deferidas, dentro dos quinze dias seguintes.

Art. 194. Se não houver provas a produzir ou realizadas as deferidas, será de imediato concedida vista dos autos ao representante do Ministério Público, que, no prazo de cinco dias, pedirá sua apensação ao processo de falência ou oferecerá denúncia contra o falido e outros responsáveis.

§ 1º A ação penal será intentada no juízo da falência pelo representante do Ministério Público ou por qualquer interessado mediante queixa, nos termos do art. 188, parágrafo único.

§ 2º Havendo, nos autos da falência, provas de materialidade e autoria do crime falimentar, poderá o Ministério Público propor ação penal, independentemente da realização do inquérito judicial.

Art. 195. Decorrido o prazo previsto no § 1º do art. 194, oferecida ou não a denúncia, apresentada ou não queixa, o escrivão fará, imediatamente, conclusão dos autos ao juiz.

Parágrafo único. Caso não tenha sido oferecida denúncia ou apresentada queixa, o juiz determinará que os autos do inquérito sejam apensados ao processo de falência.

Art. 196. O despacho que receber ou a decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa será sempre fundamentado.

§ 1º Convencido da materialidade e da autoria em tese, sem vínculo com a ordem de apensamento dos autos do inquérito ao processo de falência, no prazo de cinco dias, contados do seu recebimento, o juiz determinará sua remessa ao Procurador-Geral de Justiça, observado o disposto no art. 28 da Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 2º No prazo de quarenta e oito horas, contado do despacho do juiz, o escrivão fará a remessa ao Procurador-Geral de Justiça, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contados do recebimento dos autos.

Art. 197. Os princípios e regras gerais do Código Penal, especialmente os seus arts. 69 a 71, e do Código de Processo Penal aplicam-se aos crimes comuns e conexos disciplinados nesta lei.

## CAPÍTULO IX

### Dos Crimes

#### SEÇÃO I

##### Disposições Especiais

Art. 198. Na falência e na recuperação judicial de sociedades, os seus diretores, administradores, controladores, conselheiros e sócio oculto equiparam-se ao devedor ou falido, para todos os efeitos penais decorrentes desta lei, na medida de sua culpabilidade.

Art. 199. A existência e validade da sentença que defere a recuperação judicial ou decreta a falência é condição objetiva de procedibilidade das infrações penais descritas nesta lei.

Art. 200. São efeitos da condenação, por crime relacionado com esta lei:

I – a inabilitação para o exercício de atividade empresarial;

II – o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das empresas sujeitas a esta Lei;

III – a impossibilidade de gerir a empresa por mandato ou gestão do negócio.

§ 1º Os efeitos de que trata este artigo são automáticos e terão a duração de cinco anos, cessando, contudo, com a reabilitação penal.

§ 2º Transitada em julgado a sentença condenatória, serão notificadas todas as juntas comerciais dos Estados, o Banco Central do Brasil e os cartórios de registros de pessoas jurídicas, para que tomem as medidas necessárias no sentido de impedir qualquer novo registro, do qual conste o nome dos inabilitados.

#### SEÇÃO II

##### Dos Crimes em Espécie

Art. 201. Praticar ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores da massa falida, com o fim de obter ou assegurar, para si ou para outrem, vantagem ilícita:

Pena – reclusão, de três a sete anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, por meios fraudulentos, concorrer para a:

I – elaboração de escrituração contábil ou balanço com dados inexatos ou omissão da publicação deste;

II – omissão na escrituração contábil de lançamento que dela devia constar ou alteração da escrituração verdadeira;

III – fraude de dados contábeis ou negociais, armazenados em suporte informático;

IV – simulação de despesas, dívidas ativas ou passivas, ou perdas, para obtenção de crédito;

V – simulação de capital social.

§ 2º A pena é aumentada de um terço até metade se o devedor manteve ou movimentou recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.

§ 3º Incidirão nas mesmas penas os contadores, auditores, técnicos contábeis e outros profissionais que concorrerem para as condutas descritas nos incisos I a IV deste artigo.

§ 4º Tratando-se de falência de microempresa ou de empresa de pequeno porte e não se constatando prática habitual de condutas fraudulentas por parte do falido, poderá o juiz reduzir a pena de reclusão de um a dois terços e convertê-la a pena alternativa consistente na perda de bens ou na prestação de serviços à comunidade.

Art. 202. Violar, sem justa causa, sigilo empresarial, operação ou serviço, contribuindo para a condução da empresa a estado de inviabilidade econômica ou financeira:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 203. Gerir fraudulentamente a empresa:

Pena – reclusão, de três a doze anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se da gestão fraudulenta resultar a falência da empresa.

Art. 204. Divulgar informação falsa, por qualquer meio, sobre empresa em recuperação judicial, com o fim de levá-la à falência ou obter vantagem:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 205. Prestar informações falsas, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, a assembleia geral de credores, o Comitê ou o administrador judicial:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Sonegar ou recusar informações no procedimento de recuperação judicial ou falência.

Pena – detenção, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 206. Praticar ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigações, destinado a favorecer a um ou vários credores, em prejuízo dos demais, durante o termo legal:

Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre o credor que receber pagamento ciente do prejuízo dos demais e da vigência do termo legal.

Art. 207. Apropriar-se, desviar ou ocultar bens pertencentes à empresa sob recuperação judicial ou à massa falida, inclusive por meio da aquisição por interposta pessoa, ainda que cônjuge ou parente:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 208. Adquirir, receber, usar, illicitamente, bem que sabe pertencer à massa falida ou influir para que terceiro, de boa-fé, o adquira, receba ou use:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 209. Apresentar em recuperação judicial ou falência declaração de crédito ou reclamação falsa, ou juntar a elas título falso ou simulado:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Art. 210. Exercer atividade para a qual foi inabilitado ou incapacitado, por decisão judicial, nos termos desta lei:

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

Art. 211. Adquirir o juiz, o representante do Ministério Público, o administrador judicial, o perito, o avaliador, o escrivão, o oficial de justiça ou o leiloeiro, por si ou por interposta pessoa, bens de massa falida ou de empresa em recuperação judicial, ou, em relação a estes, entrar em alguma especulação de lucro, quando tenham atuado nos respectivos processos:

Pena – detenção, de dois a quatro anos, e multa.

## CAPÍTULO X

### Dos Atos Processuais e Respectivos Prazos

Art. 212. O processo e os prazos da apelação e do agravo são os do Código de Processo Civil.

§ 1º Em segunda instância, o relator terá o prazo de dez dias para o exame dos autos, e, na sessão do julgamento, a cada uma das partes será concedida a palavra pelo prazo de quinze minutos.

§ 2º O acórdão proferido em recurso de agravo de instrumento pode ser executado mediante certidão do julgado ou comunicação do resultado pelo tribunal.

Art. 213. Os prazos marcados nesta Lei serão contínuos e peremptórios, não sofrerão suspensão nos feriados ou nas férias forenses e começarão a produzir efeito no dia imediato após a publicação no órgão oficial, a citação, intimação, interpelação ou comunicação pessoal feita ao destinatário.

Art. 214. As publicações ordenadas nesta lei serão feitas preferencialmente na imprensa oficial e, se o devedor ou a massa falida comportar, em jornal ou revista de circulação regional ou nacional, bem como em quaisquer outros periódicos que circulem em todo o País.

§ 1º O prazo máximo para efetuar o envio das publicações é de cinco dias, contados do recebimento das matérias ou dos autos em cartório.

§ 2º A publicação dos atos e termos do processo em que seja conveniente maior divulgação, mediante proposta do Comitê, do administrador judicial ou de qualquer interessado, devidamente autorizada pelo juiz, poderá ser feita empregando-se outros meios idôneos de comunicação.

§ 3º As publicações ordenadas nesta lei conterão a epígrafe “recuperação judicial de...”, “recuperação extrajudicial de...” ou “falência de...”.



## CAPÍTULO XI

**Disposições Finais e Transitórias**

Art. 215. A empresa ou o empresário, abrangidos pelos termos do art. 1º, que esteja sob concordata ou falência poderá, dentro de cento e vinte dias da vigência desta lei, requerer sua sujeição a ela, quando deverá apresentar seu plano de recuperação judicial ao juiz competente.

§ 1º No caso de empresa ou empresário que se encontre em concordata, somente será admitida a sua sujeição a esta lei se estiver no exercício efetivo de suas atividades empresariais e fizer prova de regularidade fiscal, comprovando ainda o adimplemento das obrigações contraídas por força da decisão judicial que deferiu a concordata.

§ 2º No caso de empresa ou empresário falido, somente será admitida sua sujeição a esta lei se houver sido deferida a continuação do negócio e for comprovado:

I – o efetivo exercício e continuidade de suas atividades empresariais, mediante autorização judicial;

II – o pagamento dos encargos e dívidas da massa;

III – a regularidade fiscal;

IV – o não oferecimento de denúncia por crime falimentar pelo Ministério Público ou de queixa-crime por qualquer credor.

Art. 216. Todas as vezes que esta lei se referir à denominação “devedor”, compreender-se-á que a disposição também se aplica aos sócios ilimitadamente responsáveis, diretores e administradores por lei considerados devedores solidários atingidos pela recuperação judicial ou falência.

Art. 217. A falência das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais não interrompe os serviços, nem a construção das obras necessárias constantes dos respectivos contratos.

§ 1º Se, entretanto, a parte das obras em construção não prejudicar o serviço regular na parte já construída e em funcionamento, o juiz, ouvida a autoridade administrativa competente, o administrador judicial e os representantes da massa falida, e atendendo aos contratos, aos recursos e vantagens da massa e ao benefício público, pode ordenar a suspensão de tais obras.

§ 2º Declarada a falência de tais empresas, a entidade administrativa concedente será notificada para se fazer representar no processo e nomear o fiscal de que trata o § 3º deste artigo, sendo que a falta ou demora da nomeação deste fiscal não prejudica o andamento do processo da falência.

§ 3º Os serviços públicos e as obras prosseguirão sob a direção do administrador judicial, ofician-

do-se à agência reguladora do setor específico, e serão acompanhados por um fiscal nomeado pela entidade administrativa concedente que:

I – será ouvido sobre todos os atos do administrador judicial relativos àqueles serviços e obras, inclusive sobre a sua organização provisória e nomeação do pessoal técnico;

II – poderá examinar todos os livros, papéis, escrituração e contas da empresa falida e do administrador judicial, bem como requerer o que for a bem dos interesses a seu cargo.

§ 4º A autoridade administrativa concedente dará ao seu fiscal as devidas instruções para a observância dos contratos, e as eventuais divergências dele com o administrador judicial serão decididas pelo juiz.

§ 5º Depende de autorização da autoridade administrativa concedente a transferência da concessão e direitos que dela decorram.

Art. 218. Os Tribunais de Justiça de cada Estado e do Distrito Federal, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta lei, deverão manter cadastro público, sob formato de arquivo eletrônico, contendo a relação de todos os devedores sob recuperação judicial e falência, zelando pela comunicação às Juntas Comerciais e ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas e disponibilizando os informes necessários entre os próprios órgãos estaduais de Justiça.

Parágrafo único. O cadastro previsto no **caput** deste artigo deverá ter âmbito nacional, e sua administração local ficará sob a responsabilidade de cada Tribunal de Justiça, que providenciará a necessária integração de seus bancos de dados.

Art. 219. Enquanto não forem aprovadas as leis específicas de que trata o art. 2º desta lei, o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, se reportam, em caráter subsidiário, a esta lei.

Parágrafo único. Aos dirigentes das entidades de que tratam as leis referidas no **caput** aplicam-se desde logo as disposições do Capítulo IX, ficando condicionada a propositura da ação penal à existência de identidade entre os tipos descritas nesta lei e na legislação aplicável àquelas entidades, bem como à existência e validade do ato que decretar a intervenção ou liquidação.

Art. 220. O Código de Processo Civil é fonte subsidiária desta lei.

Art. 221. As disposições do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, continuarão em vigor para aplicação, exclusivamente:

I – aos processos de concordata e falência em curso no dia anterior ao do início da vigência desta lei;

II – subsidiariamente, aos processos de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, consoante o disposto no art. 34 da Lei nº 6.024, de 13 de mar-

ço de 1974, até a publicação das leis específicas de que trata o art. 2º.

Art. 222. Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias de sua publicação.

## **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.376, DE 1993**

**Regula a falência, a concordata preventiva e a recuperação das empresas que exercem atividade econômica regida pelas leis comerciais, e dá outras providências;**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º Esta Lei regula a falência, a concordata preventiva e a recuperação das empresas que exercem atividade econômica regida pelas leis comerciais.**

**Art. 2º Ficam sujeitos à falência e podem requerer concordata preventiva e recuperação da empresa a pessoa jurídica de natureza civil que explore atividade econômica e o devedor individual que a exerce, em nome próprio e de forma organizada, com o objetivo de produzir bens ou serviços para o mercado.**

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica aos pequenos comerciantes dispensados por lei da escrituração, aos cultivadores diretos da propriedade rural, aos que prestam serviços ou exercem atividade profissional organizada, preponderantemente com o trabalho próprio e dos membros da família, aos artesãos e aos profissionais liberais e as suas sociedades civis de trabalho.

**Art. 3º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica ficam sujeitas a esta Lei.**

**Art. 4º A autoridade judiciária brasileira é competente para conhecer da falência, concordata e recuperação das empresas individuais e sociais que têm o centro de suas atividades no país.**

§ 1º Entende-se por centro de atividades o lugar onde o devedor exerce habitualmente a administração de seus principais interesses econômicos.

§ 2º Considera-se que o centro de atividades das pessoas jurídicas é o lugar onde está situada a sua sede contratual ou estatutária.

Art. 5º Compete à autoridade judiciária brasileira conhecer as matérias previstas no artigo anterior, quando:

I - o devedor não tem no Brasil a sede da administração dos seus interesses, porém exerce atividade empresarial no território nacional, por meio de representante ou sucursal, ou adquiriu bens para esse fim;

II - o devedor cuja atividade empresarial no país faz parte de um grupo de empresas, cuja controladora tem o centro de suas atividades em território estrangeiro, não havendo sentença de falência do grupo proferida no exterior e homologada.

Art. 6º Compete à autoridade judiciária brasileira conceder medida de natureza cautelar relativa ao patrimônio do devedor que tenha domicílio, sede social ou estabelecimento secundário no país, mediante prova da decretação de sua falência no exterior.

Art. 7º O juiz da falência, da concordata ou da recuperação da empresa supervisionará, dirigirá e impulsionará o exercício das funções atribuídas por esta Lei aos demais órgãos judiciais, exercerá plena jurisdição sobre o patrimônio do devedor, e será o único competente para ordenar ou autorizar medidas sobre os bens que o compõem.

Art. 8º A intervenção do Ministério Público é obrigatória na reabilitação civil do falido, na verificação da existência de crimes cometidos por este e por terceiros, e nos casos previstos nesta Lei.

## TÍTULO II DA RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

Art. 9º O devedor cuja falência for decretada pode requerer a continuação do negócio, que vise à sua recuperação.

§ 1º O requerimento será apresentado com o plano de recuperação econômica e financeira da empresa, o respectivo resumo e a demonstração da viabilidade da execução.

§ 2º O requerente apresentará, também, o plano de solução do passivo e o respectivo resumo, especificando a percentagem dos créditos quirografários que será paga, e o prazo, se esta for a modalidade de liquidação do passivo ou fizer parte de outra.

§ 3º A percentagem e o prazo fixados no parágrafo anterior não podem ser inferiores aos do art. 32, ou excluir a atualização monetária.

§ 4º A apresentação dos planos de recuperação econômica e financeira e de solução do passivo da empresa vincula o devedor a executar as obrigações neles assumidas.

§ 5º Se os planos forem apresentados por iniciativa de terceiro, o devedor será ouvido, no prazo de dez dias, para dizer se assume as obrigações do plano, prossequindo a falência no caso de recusa.

§ 6º O devedor pode oferecer, no mesmo prazo, outros planos ou alterações aos apresentados por terceiros.

§ 7º O pedido se processará em autos distintos, perante o mesmo juízo da falência.

Art. 10. Poderão também requerer a recuperação da empresa:

I - qualquer credor;

II - dois terços dos empregados existentes no trimestre anterior ao da decretação da falência;

III - o Ministério Público, relativamente às empresas de que trata o art. 3º, desde que haja interesse econômico ou social na sua manutenção;

IV - o Ministro de Estado, o Governador, ou outra autoridade, a que estiver vinculada a empresa pública, sociedade de economia mista ou entidade que explore atividade econômica.

Art. 11. Na demonstração da viabilidade da recuperação, na fase em que se encontra o processo, serão considerados, além de outros, os seguintes aspectos:

I - importância social e econômica da empresa no contexto local, regional ou nacional;

II - mão-de-obra e tecnologia empregadas;

III - volume do passivo.

Art. 12. Os meios de recuperação da empresa que importem modificação dos prazos de vencimento das dívidas obedecerão ao princípio da igualdade de direitos dos credores, salvo anuência expressa dos que forem diferenciados.

Art. 13. Constituem meios de recuperação da empresa, entre outros:

I - transformação, incorporação, fusão ou cessão;

II - alteração ou substituição do bloco de controle;

III - substituição total ou parcial dos administradores;

IV - aumento do capital social;

V - arrendamento;

VI - constituição de garantias reais ou pessoais;

VII - prazos antecipados e condições especiais de pagamento dos créditos dos fornecedores, prestadores de serviço e financiadores que se obriguem a continuar operando normalmente com a empresa, durante toda a recuperação.

Art. 14. Ao despachar a petição, o juiz determinará a intimação dos credores, por edital, em que será transcrito o resumo dos planos de recuperação econômica e financeira e de solução do passivo da empresa para, no prazo de dez dias, impugnarem o requerimento.

Parágrafo único. O edital será publicado no órgão oficial ou em outro jornal de ampla circulação, editado na comarca, se houver.

Art. 15. Qualquer pessoa legitimada a requerer a recuperação poderá opor-se ao seu deferimento e oferecer um plano substitutivo ou alteração ao proposto, no prazo de dez dias, contados da publicação do edital mencionado no artigo anterior.

Parágrafo único. O juiz proferirá a sentença, em dez dias.

Art. 16. Deferindo o pedido de recuperação, cabe ao juiz:

I - sortear, desde logo, o administrador judicial da empresa;

II - convocar reunião dos credores da empresa, no prazo de dez dias, para eleger uma comissão de três a cinco membros, que os representará perante o administrador judicial, auxiliará e fiscalizará sua gestão;

III - suspender a realização do ativo, inclusive a venda dos bens que constituam o objeto de garantia real ou de privilégio;

IV - fixar a remuneração do administrador judicial, de acordo com a capacidade financeira da empresa.

§ 1º Na eleição da comissão de credores deve ser respeitada a adequada representação das várias classes de credores e dos diversos interesses em causa.

§ 2º As reclamações devem constar da ata da reunião, que será apresentada ao juiz, dentro de vinte e quatro horas.

§ 3º A reunião ficará suspensa por dez dias, e neste prazo o juiz decidirá sobre a representação que atenda ao critério previsto no § 1º.

§ 4º Se o dia do vencimento do prazo da suspensão da reunião cair em feriado, prorroga-se até o seguinte dia útil, quando os trabalhos prosseguirão, no mesmo local e hora da convocação.

§ 5º Não serão substituídos, nos cargos sociais, os diretores e administradores das pessoas jurídicas de natureza civil ou comercial, de pequeno porte, e das de médio porte, cuja receita não permita o pagamento da remuneração do administrador judicial.

§ 6º O devedor individual prosseguirá no exercício de sua atividade, podendo o juiz nomear administrador não constante da lista a que se refere o art. 227, se entender necessário.

Art. 17. A parte dispositiva da sentença será publicada por edital, no órgão oficial.

Art. 18. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias darão anuência à aplicação do plano de solução do passivo, quando contenha remissão de dívidas ou dilação de prazos, por meio de seus representantes legais.

Parágrafo único. Para esse efeito, logo após o deferimento do pedido de recuperação, serão intimados para responder, no prazo de dez dias.

Art. 19. Não serão repostos na administração dos seus bens ou em suas funções o devedor ou o administrador, quando a exposição inicial do síndico apontá-los como responsáveis por ilícitos civis ou penais, existir prova desses fatos ou oferecimento de denúncia.

Parágrafo único. O devedor ou o administrador serão intimados por carta, com aviso de recepção, para responderem no prazo de três dias, e o juiz proferirá decisão em cinco dias.

Art. 20. Se, após o restabelecimento do devedor na administração dos seus bens ou do administrador nas funções diretivas, for apresentada a exposição do síndico, apontando-os como responsáveis por ilícitos civis ou penais, ou surgir prova desses fatos, o juiz os privará ou os afastará do exercício das respectivas atividades, observado o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 21. Compete ao administrador judicial:

I - dirigir a gestão dos negócios da empresa;

II - conferir e, se for o caso, elaborar a relação do ativo e passivo da empresa, podendo contratar serviços técnicos ou peritos;

III - prestar ao juiz contas dos atos e operações praticados no semestre e apresentar-lhe o relatório e o balanço do estado da recuperação;

IV - propor ao juiz o restabelecimento, sob sua fiscalização, do devedor na administração dos seus bens ou do administrador nas suas funções.

§ 1º O juiz pode fixar, para as prestações de contas, períodos menores, que não serão inferiores a um mês.

§ 2º São ineficazes em relação aos credores os atos de administração extraordinária ou de disposição praticados pelo titular ou gestores da empresa, sem prévia autorização do administrador judicial.

§ 3º Pode o juiz suprir a autorização se o administrador judicial não se manifestar sobre a prática do ato, no prazo de quarenta e oito horas, contado do seu recebimento, ou denegar a autorização.

Art. 22. O administrador judicial deve ter, no exercício de suas funções, a diligência de toda pessoa ativa e proba na gestão dos seus negócios.

Art. 23. A comissão de credores pode examinar livremente os livros e documentos da empresa e informar-se do estado e evolução dos seus negócios.

Art. 24. O titular da empresa em recuperação ou seus administradores, o Ministro de Estado a que se achar vinculada e a comissão de credores podem requerer a destituição do administrador judicial, quando faltar ao cumprimento dos seus deveres.

Parágrafo único. Ouvido o requerido, o juiz proferirá decisão, dentro de cinco dias.

Art. 25. Não executada a modalidade dos planos de recuperação econômica e financeira e de solução do passivo homologado pela sentença, ouvido o devedor, no prazo de cinco dias, o juiz encerrará a recuperação e determinará o prosseguimento da falência.

Parágrafo único. Da sentença, cujo dispositivo será publicado por edital, cabe agravo.

Art. 26. Os atos de administração extraordinária e de disposição autorizados pelo juiz ou pelo administrador judicial não são revogáveis se prosseguir a falência.

Art. 27. Executados integralmente os planos de recuperação econômica e financeira e de pagamento do passivo da empresa, o devedor deve requerer a extinção das suas obrigações e do processo de falência, na forma do art. 49. O juiz proferirá sentença, no prazo de cinco dias, declarando-os cumpridos, e extinguirá o processo de falência.

### TÍTULO III DA CONCORDATA PREVENTIVA

Art. 28. A concordata preventiva é o meio de recuperação da empresa, mediante pagamento da totalidade ou de parte dos seus débitos.

Parágrafo único. A impetração da concordata determina o vencimento antecipado dos créditos sujeitos aos seus efeitos, a cessação do curso dos juros e a compensação das dívidas vencidas e das que se vencerem por força da impetração.

Art. 29. Podem requerer concordata as empresas compreendidas nos arts. 1º, 2º e 3º, que exercerem regularmente as suas atividades, há mais de dois anos.

Art. 30. Não pode impetrar concordata o devedor que:

I - nos cinco anos anteriores teve sua falência decretada;

II - faltou ao cumprimento dos planos de recuperação econômica e financeira e de solução do passivo, qualquer que seja o tempo decorrido;

III - foi condenado por crime falimentar, furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, fraude e abuso na função ou administração de sociedade por ações, receptação, crime contra a propriedade imaterial, crime de concorrência desleal ou contra a economia popular.

Art. 31. A concordata será processada perante o juiz competente para conhecer e julgar o processo de falência, no foro do domicílio da empresa individual ou na sede da empresa social ou das entidades compreendidas no art. 3º.

Art. 32. Na petição da concordata, o devedor oferecerá a todos os seus credores quirografários o pagamento mínimo de:

I - sessenta por cento, quando o prazo for de um ano;

II - oitenta por cento, quando o prazo for de dois anos;

III - cem por cento, quando o prazo for de três anos.

§ 1º No caso do inciso II, o devedor pagará o valor dos créditos em duas parcelas de quarenta por cento cada uma, até o fim de cada período anual; no caso do inciso III, as duas primeiras parcelas anuais serão de trinta e três por cento e a última de trinta e quatro por cento.

§ 2º Os créditos serão atualizados monetariamente, de modo não cumulativo.

Art. 33. A petição inicial conterá a explicação das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões do pedido, e será instruída com os seguintes documentos:

I - certidão da Junta Comercial referente ao registro da firma individual, matrícula do agente auxiliar do comércio, arquivamento do ato constitutivo e alterações da sociedade comercial nacional e demais documentos da sociedade comercial estrangeira, registro da sociedade civil ou outra pessoa jurídica;

II - o último balanço, com a demonstração da conta de lucros e perdas, inventário de todos os bens e relação das dívidas ativas, assim como o balanço e contas levantadas para a impetração da concordata;

III - relação, em duas vias, de todos os credores quirografários, com indicação de seus domicílios e residências, valor do crédito de cada um, origem e critério de atualização estipulado no contrato;

IV - lista, em duas vias, dos credores não sujeitos aos efeitos da concordata, valor do crédito de cada um, origem, garantias pessoais ou reais e critério de atualização pactuado no contrato;

V - relação dos livros de escrituração ou fichas em uso, com indicação da última folha escriturada;

VI - declaração sobre a existência ou não de falência anterior, concordata ou recuperação da empresa.

§ 1º A petição inicial será acompanhada de resumo do pedido, cuja publicação, por edital, conterá, também, o aviso de que as relações dos credores quirografários e dos não sujeitos aos efeitos da concordata estarão à disposição dos interessados, para consulta em cartório.

§ 2º Para a distribuição do pedido não será exigida a apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e parafiscais.

§ 3º O impetrante depositará a quantia necessária à publicação do edital, dentro de vinte e quatro horas, contadas da intimação do despacho que manda processar a concordata.

§ 4º No prazo de quarenta e oito horas do ajuizamento do pedido, o devedor apresentará ao escrivão os livros de escrituração ou fichas para conferir, certificar a data do último lançamento e inutilizar os espaços em branco.

§ 5º Os livros ou fichas poderão ser apresentados à Junta Comercial, para autenticação, no prazo de cinco dias, contados do ajuizamento do pedido.

Art. 34. No despacho que manda processar a concordata, o juiz:

I - determinará a publicação do edital previsto no § 1º do artigo anterior;

II - ordenará a suspensão das ações e execuções contra o devedor por créditos sujeitos aos efeitos da concordata;

III - fixará o prazo de vinte dias para a apresentação das declarações e justificações de créditos omitidos na lista publicada;

IV - marcará prazo de dez dias para que o devedor torne efetiva a garantia que tiver oferecido;

V - proibirá a prática de qualquer ato de disposição ou oneração dos bens do devedor e do sócio ilimitadamente responsável;

VI - vedará sejam levados a protesto títulos de crédito em que o devedor figure como obrigado principal ou avalista deste.

Parágrafo único. Deferido o processamento da concordata, o juiz sorteará o comissário.

Art. 35. Se o pedido de concordata não estiver formulado e instruído nos termos desta Lei, e no caso de dolo, o juiz decretará a falência do devedor, sorteará o síndico e marcará o prazo de dez dias para os credores posteriores ao pedido e os credores particulares do sócio ilimitadamente responsável apresentarem a declaração e justificação dos seus créditos.

§ 1º O juiz pode conceder o prazo de quinze dias para que seja completada a petição inicial ou produzido documento hábil para instruí-la, prorrogável, caso apresente motivo justificado.

§ 2º Havendo débitos fiscais ou parafiscais, a concordata somente será concedida mediante prova de garantia da execução, da nomeação regular de bens a penhora ou de parcelamento da dívida.

§ 3º Da decisão cabe agravo, a que o juiz poderá dar efeito suspensivo.

Art. 36. O concordatário e o sócio ilimitadamente responsável conservam a administração dos seus bens, sob a fiscalização do comissário, e com as limitações impostas por esta Lei.

§ 1º As pessoas referidas neste artigo não podem praticar ato a título gratuito ou que importe em alteração da situação dos credores sujeitos aos efeitos da concordata.

§ 2º Dependem da autorização do juiz os atos de disposição dos bens que não sejam objeto de comércio ou atividade econômica do devedor, ou do sócio ilimitadamente responsável.

§ 3º A alienação deve ser feita por qualquer das formas previstas para a venda de bens da massa falida.

§ 4º Os atos praticados com infração ao disposto nos parágrafos anteriores são ineficazes em relação aos credores.

§ 5º Os atos de que trata o § 2º não são suscetíveis de revogação, caso tenha prosseguimento a falência.

Art. 37. As ações dos credores não sujeitos aos efeitos da concordata prosseguirão, mas as execuções serão sobrestadas, após a avaliação dos bens penhorados.

§ 1º Se o devedor não efetuar o depósito integral das prestações devidas aos credores sujeitos aos efeitos da concordata, nos prazos respectivos, a execução prosseguirá.

§ 2º Durante a concordata, os credores a que este artigo se refere não podem iniciar qualquer ação ou execução que tenha por base os seus títulos de preferência, salvo na hipótese de falta do depósito pontual das importâncias devidas aos credores sujeitos aos efeitos da concordata.

Art. 38. Os credores sujeitos aos efeitos da concordata poderão oferecer embargos, no prazo de dez dias, contados da publicação do edital mencionado no § 1º do art. 34, que serão autuados em autos apartados.



§ 1º Os embargos terão por fundamento:

a) sacrifício aos credores maior do que a liquidação na falência, inviabilidade econômica da empresa ou falta de condições necessárias à sua boa gestão;

b) obtenção da concordata por dolo do devedor ou de terceiro;

c) protesto de título de crédito, nos trinta dias anteriores à distribuição do processo, quando a recusa de aceitação ou a falta de pagamento decorrerem da impossibilidade de cumprimento das obrigações do devedor, obtenção de empréstimo, transferência da sede da empresa para outro Município, pagamento de dívida ou outorga de garantia a algum credor, preterindo o direito dos outros, e demais fatos dolosos que possam influir na apreciação da boa-fé do impetrante.

§ 2º O impugnado será ouvido, no prazo de cinco dias, contados da intimação, por carta, com aviso de recepção, o juiz proferirá decisão, em cinco dias, ou designará audiência de instrução e julgamento, se houver necessidade de prova.

§ 3º O impugnado, o comissário e o impugnante serão intimados por carta, com aviso de recepção, para comparecerem à audiência, que não se realizará em prazo inferior a cinco dias.

§ 4º Após a instrução e os debates, o juiz proferirá decisão ou designará data para sua leitura, no prazo máximo de cinco dias.

§ 5º A instrução e o julgamento deverão concluir-se dentro de quarenta e cinco dias.

§ 6º Da sentença cabe agravo.

Art. 39. A concordata obriga todos os credores quirografários anteriores à impetração, admitidos ou não ao passivo, que conservem seu direito contra os coobrigados, fiadores do devedor e obrigados de regresso.

Art. 40. Os créditos arrolados na relação prevista no inciso III do art. 34 desta Lei, quando não impugnados, ficam incluídos no quadro geral de credores, na forma em que constam.

§ 1º Entregue em cartório o quadro geral de credores, o escrivão, em vinte e quatro horas, publicará aviso aos credores, que, no prazo de dez dias, poderão impugnar os créditos admitidos pelo devedor.

§ 2º Ouvido o impugnante, no prazo de cinco dias, contados da intimação, por carta, com aviso de recepção, o juiz proferirá decisão.

§ 3º Se houver necessidade de provas, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, em que serão observadas as disposições do § 3º e seguintes do art. 38.

Art. 41. A sentença que concede a concordata deve conter os mesmos requisitos da que decreta a falência, e seu dispositivo será publicado, por edital, afixado na porta da sede da empresa impetrante e remetido pelo correio ao órgão regional do Registro do Comércio, na forma da lei processual.

Art. 42. O comissário deve fiscalizar os atos do devedor, levar ao conhecimento do juiz qualquer fato de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, e requerer a falência do concordatário, quando ficar evidente a impossibilidade de cumprir a concordata.

Art. 43. Por seu trabalho, o comissário perceberá remuneração, que o juiz fixará, atendendo às suas responsabilidades, à importância da concordata e às dificuldades na fiscalização dos atos do devedor e cumprimento dos seus deveres legais, estatutários ou contratuais.

Art. 44. O comissário responde pelos prejuízos que, por dolo ou culpa, causar ao devedor e aos credores.

Art. 45. Se o devedor não constituir a garantia oferecida ou não cumprir as obrigações derivadas da concordata, o comissário ou qualquer credor comunicará o fato ao juiz.

§ 1º Ouvido o devedor, no prazo de três dias, o juiz proferirá decisão, dentro de cinco dias.

§ 2º A sentença que resolver a concordata decretará a falência do devedor e conterá os requisitos do art. 62.

Art. 46. O devedor será privado da administração dos seus bens, até o trânsito em julgado da sentença que julgar cumprida a concordata, se:

- I - ocultar bens;
- II - omitir informações que deva prestar ao juiz ou ao comissário;
- III - prestar informação falsa;
- IV - praticar ato doloso em prejuízo dos credores.

§ 1º O comissário ou qualquer credor podem requerer a medida prevista neste artigo.

§ 2º Ouvido o devedor, no prazo de três dias, o juiz, em cinco dias, proferirá decisão. Se deferir a medida, sorteará o administrador judicial e fixará a remuneração, atendendo à situação dos bens e às dificuldades do exercício da função.

§ 3º O administrador judicial responde pelos prejuízos que, por dolo ou culpa, causar ao devedor.

Art. 47. Efetuado o depósito ou provada a extinção total dos créditos quirografários, o devedor pode requerer a desistência da concordata.

§ 1º O juiz mandará publicar edital para conhecimento dos credores sujeitos à concordata, que poderão oferecer impugnação, no prazo de dez dias.

§ 2º Ouvido o devedor, no prazo de três dias, contados da intimação, por carta, com aviso de recepção, o juiz proferirá decisão, em cinco dias.

§ 3º Da sentença que homologar a desistência cabe apelação.

§ 4º Cabe ao juiz, antes da remessa dos autos ao tribunal, e ao relator, posteriormente, decidir as medidas urgentes.

Art. 48. Após o pagamento integral dos créditos admitidos à concordata, o devedor requererá a extinção de suas obrigações.

§ 1º O juiz mandará publicar edital, a fim de que os credores, no prazo de dez dias, possam oferecer impugnação.

§ 2º Aplicam-se à audiência do impugnado e à instrução e julgamento o disposto no § 2º e seguintes do art. 38.

§ 3º A sentença que julgar cumprida a concordata ordenará o cancelamento do protesto dos títulos admitidos à concordata.

§ 4º O dispositivo da sentença que declarar a extinção das obrigações será publicado por edital.

§ 5º Da sentença cabe apelação.

§ 6º As medidas urgentes serão decididas, conforme disposto no § 4º do artigo anterior.

**TÍTULO IV  
DA FALÊNCIA**

**Capítulo I  
DA CARACTERIZAÇÃO E DECRETAÇÃO**

Art. 49. Considera-se falida a empresa ou a entidade a que se aplica esta Lei que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação líquida constante de título executivo judicial ou extrajudicial.

§ 1º Prova-se a impontualidade por meio do protesto do título, interposto perante o oficial competente, pelo valor total ou pelo saldo da dívida.

§ 2º Os títulos não sujeitos a protesto obrigatório devem ser protestados, para os fins desta Lei.

§ 3º A certidão do protesto a que se referem os parágrafos anteriores instruirá o pedido de falência.

Art. 50. A falência pode ser decretada a pedido do credor, do devedor ou, nos casos previstos nesta Lei, de ofício.

Parágrafo único. O credor que tenha título legal de preferência deve demonstrar que os bens sujeitos a privilégio ou a direito real de garantia são insuficientes para garantir o seu crédito e, se bastarem, renunciar ao direito real ou ao privilégio.

Art. 51. Requerida a falência por credor, cabe-lhe provar o inadimplemento do devedor, instruindo o pedido com título hábil para realizar qualquer execução, ou provar sumariamente os fatos reveladores da crise econômico-financeira descritos no artigo seguinte.

§ 1º A verificação das contas extraídas dos livros comerciais consiste no seu exame por perito, nomeado pelo juiz competente para decretar a falência do devedor, e se realizará sob sua direção.

§ 2º Se o requerido não puder ser citado pessoalmente, o Ministério Público intervirá nos atos e termos do processo.

§ 3º O requerido será intimado por carta, com aviso de recepção, para responder no prazo de três dias, e o juiz proferirá sentença em cinco dias.

§ 4º As contas extraídas dos livros comerciais são títulos hábeis para requerer a falência, e se vencem na data da sentença proferida no processo de verificação.

Art. 52. São fatos reveladores da situação de crise econômico-financeira do devedor, que autorizam a decretação da falência:

I - a cessação, em caráter geral, do cumprimento corrente de suas obrigações, ou o reconhecimento judicial ou extrajudicial da impossibilidade de satisfazê-las;

II - a falta de nomeação de bens à penhora ou arresto, para a garantia de execução, no caso de não ter sido encontrado o devedor;

III - o balanço do último exercício ou qualquer outro posterior, em que o ativo realizável seja inferior ao passivo exigível;

IV - o desaparecimento injustificado do devedor, sem deixar representante com poderes gerais para administrar seu negócio e satisfazer as obrigações contraídas, ou o abandono das funções por um ou mais administradores da sociedade;

V - o abandono das atividades do devedor, ocultação, desvio, liquidação precipitada ou ruínosa de bens.

§ 1º O devedor tem a obrigação de pedir a sua falência nos casos previstos nos incisos I, II e III.

§ 2º Qualquer credor é legitimado para requerer a falência, com fundamento neste artigo.

Art. 53. Pode ser decretada a falência:

I - do espólio do devedor comerciante, até um ano depois da sua morte, com base em fato anterior ou posterior ao óbito;

II - do menor, com mais de dezoito anos, que mantenha estabelecimento comercial, com economia própria;

III - dos que, embora expressamente proibidos, exercem o comércio.

Parágrafo único. O herdeiro do comerciante falido pode requerer a falência do espólio se tiver aceito a herança, a fim de separá-la do seu patrimônio.

Art. 54. É competente para decretar a falência o juiz em cuja jurisdição está situado o centro das atividades do devedor, ou a filial, sucursal, agência ou representante no Brasil de empresa estrangeira.

Art. 55. A falência não será declarada se o requerido provar:

I - falsidade ou nulidade do título da obrigação;

II - prescrição;

III - pagamento da dívida, anterior ao requerimento da falência;

IV - pedido de concordata preventiva, anterior à citação;

V - depósito judicial da quantia atualizada correspondente ao título que instrui a petição inicial, visando a questionar sua validade ou importância, no prazo da defesa;

VI - qualquer fato que extinga ou suspenda o pagamento do título que instrui a petição inicial.

Art. 56. A sentença que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a destes.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ao sócio que se tenha retirado voluntariamente ou tenha sido excluído da sociedade, há menos de dois anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato.

§ 2º Os sócios com responsabilidade ilimitada poderão exercer o direito de defesa que esta Lei assegura à sociedade devedora.

§ 3º Para esse efeito, os sócios ilimitadamente responsáveis serão citados, conjuntamente com a sociedade.

§ 4º Se depois da decretação da falência da sociedade forem conhecidos outros sócios ilimitadamente responsáveis, serão estes também citados, por carta, com aviso de recepção, para, em cinco dias, oferecerem defesa.

§ 5º O juiz, em cinco dias, proferirá sentença, da qual caberá agravo.

Art. 57. A responsabilidade solidária dos administradores da sociedade por ações e dos gerentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, estabelecida nas respectivas leis, e a dos sócios comanditários e do sócio oculto, previstas no Código Comercial, será apurada no juízo da falência, independentemente da liquidação do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo.

§ 1º A petição inicial mencionará, com precisão, os fatos que serão objeto da prova, conterá o rol de testemunhas, e será acompanhada dos documentos legais.

§ 2º O réu será citado para comparecer à audiência de instrução e julgamento, que não se realizará em prazo inferior a dez dias, contados da citação, podendo nela oferecer defesa escrita ou

oral e produzir prova.

§ 3º O autor será intimado da designação da audiência, por carta, com aviso de recepção.

§ 4º Após a instrução e as alegações finais, o juiz proferirá sentença, ou marcará data para a sua leitura, no prazo máximo de cinco dias.

Art. 58. Havendo fundado receio de que a empresa requerida ou os sócios ilimitadamente responsáveis extraiam ou dissipem bens dos respectivos patrimônios, o juiz, mesmo sem ouvi-los, pode decretar medidas cautelares, de ofício ou a pedido do requerente da falência, antes de prolatar a sentença.

Parágrafo único. Essas medidas podem consistir, entre outras, no arrolamento dos bens pelo depositário que nomear, ou no afastamento dos administradores da empresa e designação de um administrador, que exercerá as suas atribuições sob a direção e superintendência do juiz, até a assinatura, pelo síndico, do termo de aceitação.

Art. 59. O pedido de falência requerida pelo devedor será instruído com os documentos enunciados nos incisos II, III e IV do art. 33, e com:

I - a descrição da situação financeira e do montante do ativo e do passivo;

II - a relação das ações trabalhistas em curso, até a data do pedido, e das condenações não satisfeitas;

III - a lista das execuções fiscais e o valor das dívidas;

IV - os bens objeto de penhora nas ações e execuções mencionadas nos incisos II e III.

Art. 60. A petição inicial da falência requerida por credor será instruída com o título do seu crédito e a certidão do protesto mencionada no § 1º do art. 49 ou a prova do fato revelador da situação de crise econômico-financeira do devedor.

Parágrafo único. A petição será acompanhada de cópia, para fazer parte do mandado de citação.

Art. 61. Estando em termos a petição, o juiz ordenará a citação do requerido para, no prazo de cinco dias, oferecer contestação.

§ 1º Se o devedor não puder ser citado pessoalmente, a citação será feita por edital.

§ 2º Feita a citação, o oficial de justiça comparecerá ao cartório, logo depois, para entregar o mandado, e o escrivão certificará a hora da entrada.

§ 3º A arguição das matérias relevantes enumeradas no art. 55 deverá ser acompanhada de prova e decidida no prazo de quarenta e oito horas.

§ 4º A alegação de fato revelador da situação de crise econômico-financeira do devedor deve ser acompanhada de prova ou de sentença, proferida na justificação prévia, pelo juiz competente para decretar a falência do interessado, observando-se, quanto ao procedimento, o disposto na lei processual.

Art. 62. A sentença que decreta a falência conterá:

I - o nome e qualificação do falido e dos sócios com responsabilidade ilimitada, aos quais se estende;

II - a hora da prolação;

III - a ordem de reter a correspondência e entregá-la ao síndico;

IV - a proibição de fazer qualquer pagamento ao falido;

V - a ordem à Junta Comercial ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas para anotarem a falência no registro da firma individual ou da pessoa jurídica, na matrícula ou no arquivamento;

VI - o termo legal da falência, quando for possível determinar a data em que ficou caracterizada;

VII - a fixação do prazo de vinte dias para os credores apresentarem a declaração e justificação dos seus créditos;

VIII - a determinação de medidas adequadas para impedir prejuízo à massa;

IX - a convocação, na reunião dos credores da empresa, na forma do inciso II do art. 16.

§ 1º Em caso de omissão da hora da prolação da sentença, entende-se que se deu às doze horas.

§ 2º São ineficazes os pagamentos efetuados pelo falido após decretação da falência.

§ 3º Ao fixar o termo legal da falência, o juiz não poderá retrotraí-lo por mais de sessenta dias, contado o prazo:

a) da data do primeiro instrumento do protesto por falta de pagamento, tirado dentro do semestre imediatamente anterior à decretação da falência;

b) do despacho da petição inicial;

c) da distribuição do pedido da concordata preventiva.

Art. 63. O dispositivo da sentença será publicado por edital e afixado na porta do estabelecimento do falido.

Art. 64. O falido e o sócio ilimitadamente responsável ao qual se estende a falência podem interpor agravo.

§ 1º A sentença somente poderá ser impugnada com fundamento na falta de um ou mais pressupostos para a decretação da falência.

§ 2º A interposição do recurso não suspenderá a falência, mas os bens da massa só poderão ser vendidos nos casos previstos no art. 134.

Art. 65. A correspondência e as comunicações dirigidas ao falido serão entregues ao síndico, que as abrirá e enviará ao destinatário as de caráter estritamente pessoal.

Parágrafo único. O falido tem direito de ler a correspondência e as comunicações retidas pelo síndico, e este o dever de sigilo sobre o conteúdo estranho aos interesses patrimoniais.

Art. 66. A falência instaura o concurso de todos os credores sujeitos aos seus efeitos, relativamente ao patrimônio do devedor.

§ 1º Todo crédito, ainda que tenha preferência, deve ser verificado, segundo as normas estabelecidas nesta Lei, com exceção dos créditos trabalhistas e tributários anteriores à decretação da falência, cuja importância será determinada na forma das leis que os regulam.

§ 2º Determinado o valor do débito, pelo órgão dotado da competência tributária ou pela Justiça do Trabalho, caberá ao credor apresentar o título do seu crédito ao juiz da falência, no prazo de dez dias, para ser incluído no passivo.

§ 3º O juiz da falência autorizará o síndico a reservar a importância do crédito trabalhista e proceder à venda de bens, antes mesmo de iniciar a realização do ativo, para o respectivo pagamento.

§ 4º Se antes da decretação da falência houve penhora para pagamento de crédito trabalhista ou tributário, a venda dos bens sobre

os quais recaiu será feita pelo síndico, a requerimento do credor, mediante autorização do juiz da falência.

Art. 67. O falido e os administradores da sociedade falida são obrigados a prestar ao juiz e ao síndico toda a colaboração que exijam e a comparecer pessoalmente à sua presença, no dia e hora indicados na convocação.

§ 1º A convocação será transmitida por telegrama, fonograma ou qualquer outro meio idôneo de comunicação.

§ 2º O falido e os administradores da sociedade falida são obrigados a prestar ao síndico, no prazo de vinte e quatro horas, todas as informações que lhes exija sobre os bens sujeitos à arrecadação, mandatos outorgados, participação em sociedades e outras.

Art. 68. O falido e os administradores da sociedade falida não poderão se ausentar ou mudar de residência sem prévia autorização do juiz e deverão informar, nos autos, a nova residência, em caso de mudança.

§ 1º A autorização será concedida, depois de ouvido o síndico, em vinte e quatro horas, se a ausência do requerente não prejudicar o curso do processo, e nos casos da urgente e justificada necessidade.

§ 2º A autorização não impedirá o prosseguimento da falência, dispensando-se qualquer intimação do falido ou do administrador da sociedade falida na falta de advogado constituído ou se este renunciar ao mandato.

Art. 69. O falido e os sócios ilimitadamente responsáveis são obrigados a comparecer aos atos do processo.

Parágrafo único. O juiz poderá autorizar a constituição de procurador para os atos a que, por motivo justificado, o falido e o sócio ilimitadamente responsável não possam comparecer.

Art. 70. O falido e o sócio ilimitadamente responsável que deixarem de cumprir os deveres impostos por esta Lei ou resistirem injustificadamente às ordens do juiz poderão ser presos, por sua ordem, de ofício, a requerimento do síndico, do Ministério Público ou de qualquer credor.

Parágrafo único. A prisão não excederá de sessenta dias, e da sua decretação cabe agravo, sem suspensão da execução da ordem.

Art. 71. Caberá prisão preventiva do falido, por ordem do juiz, de ofício, a requerimento do síndico, do Ministério Público ou de qualquer credor, quando houver prova da existência de crime falimentar.

Art. 72. Se, após a decretação da falência morrer o falido ou o sócio ilimitadamente responsável, o processo continuará com os herdeiros.

Art. 73. Durante o processo da falência fica suspenso o curso da prescrição relativa às obrigações de responsabilidade do falido e dos sócios ilimitadamente responsáveis.

Art. 74. A sentença suspende o curso dos juros, para os efeitos do concurso, até o seu encerramento, salvo quanto aos créditos com direito real de garantia, até onde esta alcançar.

Art. 75. Os credores conservam as ações, pela totalidade dos seus créditos, contra os coobrigados, os fiadores do falido e os obrigados de regresso.

Art. 76. A reforma da sentença faz cessar os seus efeitos. Entretanto, são oponíveis ao devedor a venda de bens, nas condições do art. 134, a resolução de contratos bilaterais e outros atos legalmente praticados.

Art. 77. Reformada a sentença que decreta a falência, o requerente que a postulou, com dolo ou culpa, indenizará os danos causados ao requerido.

Parágrafo único. A ação será proposta perante o juiz da falência, de acordo com o procedimento comum.

Art. 78. A falência pode ser estendida:

I - ao controlador que orientou ou conduziu a atividade econômica de pessoa coletiva falida, no interesse próprio ou de grupo de que faz parte;

II - ao controlador da pessoa coletiva falida que, contrariamente ao interesse desta, a manteve sob direção unificada, no interesse próprio ou do grupo de que faz parte;

III - ao titular do controle cujo patrimônio confundiu-se com o da pessoa coletiva controlada e falida, tornando indivisível a reunião dos seus ativos e passivos ou da maior parte deles.

§ 1º O pedido de extensão pode ser feito pelo síndico ou por qualquer credor, que oferecerá, desde logo, o rol de testemunhas e documentos.

§ 2º O juiz designará a audiência de instrução e julgamento, deferindo as provas que serão produzidas.

§ 3º O requerido será citado para comparecer à audiência, que não se realizará em prazo inferior a dez dias, contados da citação, nela oferecendo defesa escrita ou oral, e produzir prova.

§ 4º O síndico e o requerente da extensão da falência serão intimados da designação da audiência, por carta, com aviso de recepção.

§ 5º Após a instrução e as alegações finais, o juiz proferirá sentença ou marcará data para a sua leitura, no prazo máximo de cinco dias.

## Capítulo II DOS EFEITOS DA FALÊNCIA

### Seção I Dos Efeitos quanto ao Falido

Art. 79. A sentença que decreta a falência priva o falido e o sócio ilimitadamente responsável da administração dos bens existentes em seus patrimônios e dos que adquiram, até a sentença de encerramento do processo transitar em julgado.

Parágrafo único. As despesas com a aquisição e a conservação dos bens supervenientes serão deduzidas do passivo.

Art. 80. Continuarão com o síndico as ações e execuções em curso, de natureza patrimonial, em que forem partes o falido e o sócio ilimitadamente responsável, os quais poderão intervir no processo como assistentes.

Art. 81. Os atos relativos aos bens compreendidos na falência e os pagamentos e recebimentos realizados pelo falido e pelo sócio ilimitadamente responsável posteriores à sentença que lhes decreta a falência são ineficazes em relação aos credores.

Art. 82. Não se compreendem na falência:

I - os bens e direitos de natureza estritamente pessoal;

II - os bens absolutamente impenhoráveis;

III - as prestações de caráter alimentar, como salários, proventos de aposentadoria, pensões e rendimentos da atividade do falido, dentro dos limites indispensáveis à sua manutenção e da família;

IV - os frutos derivados do usufruto legal dos bens dos filhos que se acham sob o seu poder e dos que constituam o dote, e os rendimentos do bem de família;



V - os bens legalmente inalienáveis;

VI - as indenizações devidas ao falido por dano pessoal ou ofensa moral.

Parágrafo único. O falido pode exercer tarefas artesanais, profissionais ou com relação de dependência e a exploração econômica dos bens não compreendidos na falência.

Art. 83. Se o falido carecer de meios de subsistência, o juiz, ouvido o síndico, pode deferir a concessão de auxílio alimentar que atenda às suas necessidades mínimas e da família.

## Seção II Dos Efeitos quanto aos Credores

Art. 84. Decretada a falência, todos os credores ficam sujeitos às disposições desta Lei e somente podem exercer os seus direitos sobre os bens do falido e do sócio ilimitadamente responsável pela forma que esta prescreve.

§ 1º Nenhuma ação ou execução individual pode ser proposta ou continuar sobre os bens compreendidos na falência.

§ 2º A suspensão não atinge a arrematação se os editais de praça forem ou estiverem sendo publicados.

§ 3º O produto da alienação que exceder o valor do crédito do exequente entrará para a massa.

Art. 85. A decretação da falência produz o vencimento antecipado dos débitos pecuniários do falido e do sócio ilimitadamente responsável.

Art. 86. Não podem ser exigidos na falência:

I - os créditos correspondentes a obrigações a título gratuito;

II - as prestações a título de alimentos;

III - as despesas dos atos realizados para tomar parte na falência, salvo as relativas a processos movidos contra a massa;

IV - as penas pecuniárias por infração das leis penais e administrativas, inclusive as multas fiscais que tenham este efeito ou caráter moratório.

Art. 87. Não se suspendem as ações e execuções iniciadas antes da falência por:

I - credores por títulos não sujeitos a rateio;

II - credores por quantia ilíquida, coisa certa ou abstenção de fato.

§ 1º As ações e execuções prosseguirão com o síndico.

§ 2º Os credores referidos no inciso I conservam seus direitos sobre os bens do devedor e do sócio ilimitadamente responsável e podem pedir a reserva da importância dos créditos a que têm direito.

§ 3º Os credores referidos no inciso II podem pedir a reserva das quantias que lhes são devidas ou do valor da coisa.

Art. 88. Os credores garantidos por direito real ou privilégio, que não receberem integralmente o pagamento dos seus créditos, concorrem pelo saldo com os credores quirografários.

Art. 89. Os créditos condicionais são admitidos na falência mediante reserva da quota correspondente.

Art. 90. Os credores têm o direito de compensar as suas dívidas com os créditos que tiverem contra o falido, embora não vencidos antes da decretação da falência.

Parágrafo único. Não pode ser efetuada a compensação dos créditos não vencidos se o credor os adquiriu por compra e venda entre vivos, no ano anterior à decretação da falência ou depois da prolação da sentença.

Art. 91. A decretação da falência suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao síndico.

### Seção III

#### Dos Efeitos quanto aos Bens

Art. 92. A sentença que decreta a falência priva, desde a sua data, o falido e o sócio ilimitadamente responsável do direito de dispor de seus bens.

Parágrafo único. O síndico exercerá a administração dos bens e promoverá a sua alienação.

Art. 93. O falido e o sócio ilimitadamente responsável são representados pelo síndico nas ações que versem sobre os bens arrecadados ou sujeitos ao concurso.

Art. 94. O falido e o sócio ilimitadamente responsável podem aceitar ou renunciar à herança ou legado.

§ 1º No caso de aceitação, os credores do "de cujus" somente podem agir sobre os bens que este possuía, depois de pagos os débitos do falido e as despesas da falência.

§ 2º A renúncia à herança ou legado produz efeitos quanto à parte que exceder à importância dos débitos do herdeiro ou legatário e das despesas da falência.

§ 3º Em ambos os casos, o síndico intervirá no processo de inventário.

§ 4º A condição de que os bens legados não fiquem sujeitos à arrecadação é ineficaz em relação aos credores.

Art. 95. Na falência do espólio, suspende-se o processo de inventário e o síndico substitui o inventariante na administração dos bens da herança.

### Seção IV

#### Dos Efeitos quanto às Relações Jurídicas Anteriores à Falência

Art. 96. Aplicam-se aos contratos ainda não integralmente cumpridos na data da decretação da falência as seguintes regras:

I - se a prestação a cargo do falido estiver totalmente cumprida, o outro contratante é obrigado a satisfazer a sua;

II - se a prestação a cargo do contratante não falido estiver integralmente cumprida, deverá declarar o crédito correspondente à prestação que o falido lhe deve;

III - se existirem prestações recíprocas pendentes de cumprimento, o credor-não-falido tem o direito de pleitear a resolução do contrato com indenização.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso III, o contratante não falido deve promover a resolução do contrato, em trinta dias, contados da publicação da sentença que decreta a falência.

§ 2º O síndico pode pleitear o cumprimento do contrato, ficando a cargo da massa o pagamento da prestação pela qual está obrigada. Nesse caso, requererá autorização ao juiz, e comunicará sua intenção ao contratante não falido, no prazo de trinta dias contado do recebimento da notificação.

§ 3º Deixando a parte não falida de optar pelo cumprimento do contrato, a opção passará para o síndico que, autorizado pelo juiz, poderá exercê-la nos quinze dias subsequentes ao vencimento do prazo estabelecido no § 1º. A comunicação ao outro contratante será feita por carta registrada, com aviso de recepção.

Art. 97. Os créditos cuja prestação não seja monetária serão avaliados em dinheiro.

Art. 98. As obrigações a prazo vencem-se na data da sentença que decreta a falência.

Art. 99. Os contratos preliminares e os contratos que não revestem a forma especial determinada em lei são inexigíveis na falência, salvo se puderam ser cumpridos e se o juiz autorizar o cumprimento.

§ 1º A execução deve ser requerida pelo síndico ou pela parte, no prazo de trinta dias, contados da publicação da sentença que decreta a falência.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de promessa de compra e venda e às promessas de cessão que tenham eficácia real.

Art. 100. A falência resolve os contratos em que o credor não é obrigado a aceitar prestação por um terceiro, indicado pelo síndico, quando tiver interesse em que seja realizada pessoalmente pelo devedor, bem como os contratos de execução continuada. Resolve, também, os contratos de mandato, conta corrente, agência, concessão e distribuição.

Art. 101. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o contrato de comissão produz os seguintes efeitos:

I - se o devedor tiver vendido bens por conta do comitente, este pode reclamar o preço não pago diretamente ao comprador;

II - se o devedor tiver comprado bens por conta do comitente, o vendedor tem o direito de cobrar o preço diretamente deste.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o pagamento depende de prévia autorização do juiz, ouvido o síndico.

Art. 102. O sócio ilimitadamente responsável ao qual a falência se estende não pode exigir nenhuma prestação que lhe deva a sociedade falida.

Art. 103. Decretada a falência da sociedade, os sócios não podem exercer o direito de retirada ou receber o valor das suas quotas ou ações.

Parágrafo único. Exercido o direito de retirada, durante o período suspeito, o sócio é obrigado a devolver à massa a importância que houver recebido a título de reembolso.

Art. 104. A decretação da falência do sócio ostensivo produz a dissolução da sociedade em conta de participação.

Parágrafo único. Os outros sócios não podem exercer qualquer direito sobre os bens do fundo social, antes do pagamento integral dos credores da sociedade e das despesas do processo.

Art. 105. As debêntures emitidas pela sociedade falida são incluídas na falência pelo valor nominal, deduzidas as amortizações ou reembolsos.

Art. 106. Nas operações a termo, a falência de uma das partes, antes do vencimento do contrato, confere à outra parte o direito de apresentar a declaração de crédito pela diferença a seu favor, existente na data da sentença que a decreta.

§ 1º Se, nessa data, a diferença for a favor da massa, a outra parte tem o direito de optar pelo pagamento da prestação, segundo o valor desse dia ou do dia do vencimento.

§ 2º A opção deve ser exercida no prazo de trinta dias, contados da publicação da sentença.

Art. 107. A falência do locador não resolve o contrato de locação, cabendo ao síndico zelar pelos seus direitos e interesses.

§ 1º No caso de falência do locatário, o síndico pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato, indenizando o locador.

§ 2º Se o locador não aceitar a indenização, cabe ao juiz arbitrá-la.

Art. 108. Se o contrato de compra e venda não estiver cumprido, ou se ambas as partes o tiverem cumprido parcialmente, na data da decretação da falência do comprador, o vendedor tem o direito de executar a sua prestação e apresentar a declaração e justificação do crédito relativo ao preço.

§ 1º Se o vendedor não exercer esse direito, a execução do contrato fica suspensa, até que o síndico, autorizado pelo juiz, declare se o cumprirá ou não.

§ 2º Se a declaração for negativa, resolve-se o contrato e o vendedor pode habilitar-se na falência do comprador.

§ 3º O vendedor pode interpelar o síndico, por carta, com aviso de recepção, para que emita a declaração, dentro de cinco dias.

§ 4º Se a declaração for negativa, resolve-se o contrato e o vendedor pode habilitar-se na falência do comprador. No caso de falência do vendedor, não se resolve o contrato se tiver ocorrido a tradição da coisa. Se não houve a tradição, cabe ao síndico escolher entre o cumprimento e a resolução do contrato.

§ 5º Resolvido o contrato, o comprador pode habilitar-se na falência do vendedor, sem direito a indenização.

Art. 109. No caso de falência do comprador, se o preço tiver que ser pago a termo ou em prestações, o síndico, com autorização do juiz, pode executar o contrato.

§ 1º O vendedor tem o direito de exigir caução ou garantia, salvo se o síndico pagar imediatamente o preço, com desconto dos juros legais.

§ 2º Na venda em prestações, com reserva de domínio, a falência do vendedor não resolve o contrato.

Art. 110. Aplicam-se aos contratos de fornecimento e de compra e venda com entregas fracionadas as disposições do art. 109.

Art. 111. O contrato de empreitada se resolve pela falência de uma das partes, a menos que o síndico, mediante autorização do juiz, declare a intenção de executar a obra encomendada.

§ 1º Na falta de declaração, o contratante pode interpelar o síndico, por carta registrada, com aviso de recepção, no prazo de trinta dias, contados da decretação da falência.

§ 2º A intenção de cumprir o contrato deve ser comunicada ao contratante no prazo de quinze dias, contados da decretação da falência, por carta registrada, com aviso de recepção.

§ 3º O disposto nesse artigo não se aplica à empreitada de obra pública, salvo interesse da administração, manifestado ao síndico, dentro do prazo e na forma do parágrafo anterior.

Art. 112. A falência do segurado não resolve o contrato de seguro contra danos, devendo observar-se o disposto no art. 1.451 do Código Civil.

Art. 113. A decretação da falência produz a inaplicabilidade da cláusula compromissória, pactuada com o devedor, salvo se antes de proferida a sentença se tenha instituído o juízo arbitral.

Parágrafo único. O juiz pode autorizar o síndico, em casos especiais, a pactuar a cláusula compromissória ou concordar com a celebração do compromisso.

Art. 114. Nas relações patrimoniais não reguladas expressamente nesta Lei, o juiz decidirá por analogia, atendendo à unidade e universalidade do concurso e à igualdade de tratamento dos credores.

Art. 115. O credor que antes da decretação da falência houver recebido de um coobrigado solidário em relação ao falido ou de um fiador parte de seu crédito tem direito de concorrer à falência desse ou dos demais devedores para exigir a parcela restante.

§ 1º O coobrigado com direito de regresso contra o falido concorre na sua falência pela totalidade da importância paga.

§ 2º O credor tem o direito a que se lhe destine a quota correspondente ao coobrigado que pagou antes da falência.

§ 3º O credor tem o direito de exigir a reserva da cota correspondente ao coobrigado, até o limite do que lhe é devido.

§ 4º Subsiste o direito do credor contra o coobrigado pela parcela remanescente do crédito.

Art. 116. O coobrigado ou fiador do falido, com direito de hipoteca ou penhor sobre os bens que garantem a ação de regresso, concorre na falência pela soma objeto da garantia hipotecária ou pignoratícia.

Parágrafo único. O produto da venda desses bens dados em garantia destina-se ao pagamento do credor, até o limite do seu crédito.

Art. 117. O credor de vários coobrigados solidários, cuja falência seja decretada, tem o direito de concorrer, em cada uma delas, pela totalidade do seu crédito, até recebê-lo por inteiro.

Parágrafo único. O regresso entre os coobrigados falidos somente pode ser exercido depois de o credor receber o pagamento integral.

Art. 118. Não existe regresso entre as massas dos coobrigados solidários pelos rateios distribuídos ao credor comum, salvo quando o total dos pagamentos excede o valor do crédito.

§ 1º O credor é obrigado a restituir o excesso à massa garantida pelas demais ou à que efetuou o último pagamento, e esta fará a divisão proporcional ao desembolso de cada uma e ao respectivo débito.

§ 2º No caso de culpa ou dolo, o excesso será devolvido em dobro, devidamente atualizado.

Art. 119. Os coobrigados solventes e os garantes do falido ou do sócio ilimitadamente responsável a que se estende a falência podem apresentar a declaração do crédito correspondente às quantias pagas ou devidas, se o credor não fizer a sua no prazo fixado na sentença.

Art. 120. Os créditos condicionais são admitidos à falência, desde que anteriores à sua decretação, compreendendo-se dentre eles os que não podem ser exigidos do falido sem prévia excussão dos bens do obrigado principal.

Parágrafo único. A admissão se dá com reserva, enquanto pendente a condição, depositando-se os rateios que couberem ao credor.

#### Seção V

##### Dos Efeitos quanto aos Atos Prejudiciais aos Credores

Art. 121. São ineficazes, em relação aos credores, os atos realizados pelo falido, dentro do termo legal da falência, que consistam em:

- I - liberalidade;
- II - pagamento ou constituição de garantia real de dívida não vencida;
- III - pagamento de dívidas vencidas por forma diversa da prevista no respectivo título ou por meios anormais;

IV - constituição de hipoteca, penhor ou qualquer outra garantia especial, no caso de obrigação que originariamente não a tinha, ou se achava vencida.

Parágrafo único. A ineficácia deve ser declarada pelo juiz, de ofício, quando conhecer do ato ou dos seus efeitos, a requerimento do síndico ou de qualquer credor.

Art. 122. São também ineficazes em relação aos credores quaisquer atos realizados dentro do termo legal da falência, quando se provar que a outra parte tinha conhecimento do estado patrimonial do devedor.

Parágrafo único. O síndico proverá a ação revocatória desses atos, no juízo falimentar, pelo procedimento comum contra a parte ou seus herdeiros, ou terceiro que adquirir o bem de má-fé.

Art. 123. Sem prejuízo da responsabilidade do síndico, qualquer credor pode intentar a ação revocatória, se:

I - interpelar o síndico, por meio de carta, com aviso de recepção, para que declare, no prazo de trinta dias, se proporá a ação;

II - o síndico declarar que não pretende mover a ação ou, decorridos trinta dias da interpelação, não a propuser;

III - prover as despesas do processo.

§ 1º Sendo declarada a ineficácia do ato, o credor terá direito ao ressarcimento das despesas efetuadas e a uma recompensa, não superior a dez por cento do valor dos bens recuperados, limitada à importância do seu crédito.

§ 2º A sentença fixará o valor da recompensa.

Art. 124. O condenado à restituição entregará à massa o bem e os acessórios, ou o equivalente, mais perdas e danos.

Art. 125. A ação prescreve em três anos, contados do dia do trânsito em julgado da sentença que decretou a falência.

#### TÍTULO V DA ARRECADAÇÃO E CUSTÓDIA DOS BENS

Art. 126. Imediatamente após a assinatura do termo de aceitação, o síndico efetuará a arrecadação dos bens e documentos do falido e do sócio ilimitadamente responsável, onde quer que se encontrem.

§ 1º Se o síndico ainda não tiver assumido as funções, o juiz designará depositário, que iniciará a arrecadação.

§ 2º Não sendo possível proceder à arrecadação ou concluí-la no dia em que teve início, serão lacrados a sede do estabelecimento e os bens do falido.

§ 3º Os bens que não se encontrarem no foro da falência serão arrecadados, mediante carta precatória, transmitida pelo meio idôneo mais rápido.

§ 4º Antes de receber a precatória, o juiz que tenha conhecimento seguro da decretação da falência pode determinar a aplicação de lacre no estabelecimento e bens do falido que se encontrem na sede do juízo.

§ 5º Antes de receber a precatória, o juiz pode, de ofício, determinar as medidas que julgar adequadas para evitar lesão ao direito dos credores.

§ 6º O falido e o sócio ilimitadamente responsável serão obrigados a indicar ao síndico ou ao depositário os bens sujeitos à arrecadação.

§ 7º Os depósitos para pagamento dos créditos sujeitos à concordata não serão arrecadados na falência, e poderão ser levantados

pelos credores constantes da lista nominativa prevista no inciso III do art. 34.

Art. 127. São excluídos da aplicação de lacre os bens não compreendidos na falência, quando houver certeza de sua exclusão, assim como:

I - os utilizados na exploração da atividade do falido, se esta, no entendimento do juiz, não puder ser imediatamente interrompida, total ou parcialmente;

~~II -~~ os livros comerciais ou fichas;

III - os títulos de crédito vencidos ou próximos do vencimento, que serão entregues ao síndico para cobrar;

IV - o dinheiro.

§ 1º A continuação da exploração da atividade do falido, em caráter provisório, estará a cargo do síndico, que poderá nomear um ou mais prepostos, com autorização do juiz.

§ 2º O juiz pode determinar a cessação, redução ou modificação da exploração, se não for requerida a recuperação da empresa, dentro dos três meses seguintes à decretação da falência, ou a pedido do síndico, baseado na análise dos resultados operacionais ou em fato relevante que possa influir no prosseguimento da atividade.

§ 3º O dinheiro será entregue ao síndico.

Art. 128. O síndico avisará o falido ou administradores da sociedade falida, com antecedência de vinte e quatro horas, que removerá os lacres e procederá ao inventário e avaliação dos bens.

Parágrafo único. Nessa operação, o síndico pode ser assistido por um ou mais avaliadores, cujos honorários serão previamente aprovados pelo juiz.

Art. 129. O inventário será assinado pelo síndico e, se estiverem presentes, pelo falido ou administradores da sociedade falida.

Art. 130. O síndico requererá ao juiz da falência e este requisitará ao juízo da ação ou execução, que não estiverem suspensas em virtude da decretação do concurso, a entrega dos bens penhorados ou objeto de apreensão e depósito, observado o disposto no § 2º de art. 84.

Art. 131. O síndico é obrigado a tomar as medidas necessárias à guarda e conservação dos bens e documentos da massa.

§ 1º Quando importem despesas extraordinárias, para efetuar-las, o síndico deve requerer autorização ao juiz.

§ 2º Em caso de urgência, a fim de evitar subtração, perda ou deterioração, o síndico executará as medidas apropriadas, sem perda de tempo, e as comunicará ao juiz.

Art. 132. O síndico deve promover a cobrança dos créditos do falido e do sócio ilimitadamente responsável e prover a conservação e ressalva de seus direitos, representando-os em juízo.

Parágrafo único. Para os atos que exigem poderes especiais, é necessária a autorização do juiz.

Art. 133. As somas de dinheiro arrecadadas, entregues ou recebidas pelo síndico, serão depositadas à ordem do juiz, pela forma disposta no art. 238.

Parágrafo único. O juiz pode autorizar o síndico a ter fundos necessários para pagar as despesas ordinárias ou extraordinárias que autorizar.

Art. 134. A qualquer tempo, o síndico pode requerer a venda dos bens perecíveis, deterioráveis, sujeitos a grave desvalorização ou que sejam de conservação arriscada ou dispendiosa.

Parágrafo único. O falido será intimado, por carta, com aviso de recepção, no prazo de cinco dias, para manifestar-se sobre o pedido, e o juiz decidirá em cinco dias.

Art. 135. O síndico pode celebrar contratos que sejam necessários à guarda, conservação e administração dos bens, e de seguro, mediante prévia autorização do juiz.

Parágrafo único. O juiz levará em consideração a economia dos custos e o valor corrente dos serviços, podendo determinar ao síndico que lhe apresente proposta, de acordo com a modalidade aplicável à licitação pública que considere indicada.

Art. 136. É lícito ao síndico, mediante prévia autorização do juiz, dar em locação ou outro contrato bens do falido, com o objetivo de produzir renda para a massa.

§ 1º Esses contratos não atribuem direito de preferência na compra, nem podem importar em disposição total ou parcial dos bens, ou ter duração superior ao tempo necessário para a alienação do respectivo objeto.

§ 2º Os prazos em que a prestação ou prestações devem ser efetuadas consideram-se essenciais, e o não-cumprimento do contrato importará sua resolução, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 3º Vencido o prazo ou resolvido o contrato, o bem deve ser restituído ao síndico, dentro de quarenta e oito horas.

Art. 137. O terceiro que for atingido pela arrecadação pode reaver o bem arrecadado, reivindicando-o, no juízo da falência, até dez dias após a publicação do edital de venda.

§ 1º O embargante instruirá a petição com o título de seu direito real, prova do contrato em que se fundamenta o pedido e rol de testemunhas.

§ 2º Ouvidos o falido e o síndico, no prazo comum de cinco dias, o juiz proferirá decisão, em cinco dias ou, se houver necessidade de produção de prova, designará audiência de instrução e julgamento, observado o disposto no § 3º e seguintes do art. 38.

Art. 138. Se o bem tiver sido alienado pelo síndico, o reivindicante haverá o preço recebido pela massa e, em caso de perecimento, o valor estimado, sem prejuízo, em qualquer hipótese, dos ramos anteriores.

#### TÍTULO VI DO SÍNDICO

Art. 139. O síndico administra os bens compreendidos na falência, sob a direção e supervisão do juiz e a fiscalização da comissão de credores, e exerce as funções que não estejam expressamente atribuídas a outros órgãos da falência.

Art. 140. No prazo de três dias, contados da publicação do edital a que se refere o art. 63, qualquer interessado pode impugnar a nomeação do síndico se:

I - feita em desacordo com esta Lei;

II - for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim do falido ou administrador da sociedade falida, em linha reta, ou, na colateral, até terceiro grau;

III - for credor do falido;

IV - houver prestado serviços ao falido, remunerados ou gratuitos, nos dois anos anteriores à decretação da falência.

Parágrafo único. O juiz decidirá de plano a impugnação, dentro de vinte e quatro horas.



Art. 141. O síndico tem o dever de aceitar a nomeação, salvo justa recusa ou incompatibilidade para o exercício das funções.

§ 1º Recebida a comunicação, pela forma mais rápida que possa ser comprovada, o síndico, no prazo quarenta e oito horas, comparecerá perante o escrivão, que lavrará o termo de aceitação do encargo.

§ 2º Se, sem justa causa, não comparecer no prazo fixado no parágrafo anterior, o escrivão imediatamente comunicará o fato ao juiz, que sorteará outro síndico.

§ 3º O síndico que, sem justa causa, recusar o encargo ou deixar de comparecer para assinar o termo de aceitação não poderá ser nomeado nos dez sorteios posteriores.

Art. 142. O síndico exerce pessoalmente as suas funções e não pode delegá-las, exceto para atos determinados, com prévia autorização do juiz.

Parágrafo único. O síndico pode nomear procuradores, prepostos, auxiliares e outros, e ajustar honorários, mediante prévia autorização do juiz.

Art. 143. Para propor ação e contratar honorários de advogado ou perito, o síndico deve requerer autorização do juiz.

Art. 144. O síndico não pode postular em juízo nos processos em que há interesse da falência.

Art. 145. No prazo de trinta dias, contados da data do termo de aceitação, o síndico deve apresentar ao juiz exposição em que mencionará:

I - as causas e circunstâncias da falência;

II - o cuidado e diligência do falido e dos administradores da sociedade falida no exercício dos seus encargos e funções;

III - a responsabilidade do falido, administradores da sociedade falida e terceiros por atos ilícitos civis e penais;

IV - os atos do falido impugnados pelos credores e os que pretende impugnar.

Parágrafo único. Tratando-se de sociedade, a exposição compreenderá os fatos apurados e a responsabilidade dos administradores, membros do conselho fiscal e terceiros.

Art. 146. Todas as importâncias que o síndico receber serão depositadas, no máximo, até o dia seguinte, e somente poderão ser levantadas com autorização do juiz.

Parágrafo único. Será destituído o síndico que infringir o disposto neste artigo.

Art. 147. O falido, a comissão de credores e qualquer um deles pode representar contra o síndico pela omissão ou prática de ato de administração.

§ 1º O juiz, ao receber os autos conclusos, abrirá vista da representação ao síndico, pelo prazo de vinte e quatro horas, e, se o destituir, sorteará outro.

§ 2º O juiz pode, de ofício, a qualquer tempo, destituir o síndico, por motivo justificado.

Art. 148. O síndico deve exercer com diligência as atribuições determinadas por essa Lei, registrar em livro próprio, autenticado pelo juiz, os atos relativos à administração da falência, e prestar-lhe contas mensalmente e quando cessarem suas funções.

Parágrafo único. Compete ao novo síndico propor a ação de responsabilidade civil contra o destituído, quando autorizado pelo juiz.

Art. 149. A remuneração do síndico será fixada pelo juiz, com base no ativo realizado e no preço dos bens sujeitos a direito real.

§ 1º O pagamento será efetuado depois da aprovação das contas.

§ 2º Não tem direito a remuneração o síndico que renunciar, não apresentar suas contas ou quando estas forem desaprovadas.

Art. 150. Com base na escrituração, correspondência e demais papéis relativos à atividade do falido, e nas suas declarações, em trinta dias, contados da data do termo de aceitação, o síndico organizará a relação dos credores, com indicação do crédito de cada um e do direito de preferência. Organizará, também, a relação de todos os que tenham direito real mobiliário sobre coisas em poder do falido, com indicação dos respectivos títulos.

Parágrafo único. A relação será entregue ao escrivão e permanecerá sob sua guarda e responsabilidade.

Art. 151. No prazo de trinta dias, contados da data do termo de aceitação, o síndico fará elaborar o balanço do último exercício, se o falido não o tiver levantado, e procederá às correções necessárias e eventuais ajustes, inclusive nos demonstrativos.

#### TÍTULO VII

#### DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

##### Capítulo I

##### DA VERIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

Art. 152. Recebida a relação dos credores, o escrivão, vinte e quatro horas após, publicará, por edital, aviso aos credores para apresentarem a declaração e justificação dos seus créditos.

§ 1º O prazo para a habilitação conta-se da publicação do edital.

§ 2º A comunicação aos credores constantes da relação será feita por carta, com aviso de recepção, ou outro meio idôneo de comunicação, e informará o prazo dentro do qual deverão apresentar as suas declarações de crédito.

§ 3º Se a despesa com a expedição das comunicações exceder ao custo da publicação de edital em jornal de ampla circulação editado na comarca, o escrivão mandará publicá-lo.

Art. 153. O pedido de habilitação conterá:

I - o nome e o prenome do credor, firma ou denominação;

II - domicílio e residência do credor ou da sede da empresa social, e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;

III - a importância do crédito, título do qual se deriva e critério de atualização estipulado no contrato;

IV - a garantia real prestada pelo falido e o respectivo instrumento;

V - a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

§ 1º O credor de título ao portador ou à ordem apresentará o original e a cópia, que o escrivão conferirá, devolvendo àquele com a anotação de que foi apresentado com o pedido de habilitação.

§ 2º O credor é obrigado a conservar o original e apresentá-lo, se for exigido.

Art. 154. O pedido de habilitação produz os mesmos efeitos da propositura de processo civil e obsta a decadência dos prazos em relação aos atos que não podem ser executados durante a falência.

Art. 155. O escrivão fará a relação das habilitações e a entregará ao juiz, em vinte e quatro horas, contadas da expiração do prazo a que se refere o inciso VII do art. 62.

Parágrafo único. No mesmo prazo, o escrivão enviará cópia ao síndico e ao falido, por carta registrada, com aviso de recepção.

Art. 156. Na presença do falido e com a assistência do síndico, o juiz verificará o passivo, podendo determinar o que for necessário ao esclarecimento dos fatos.

§ 1º A ausência do falido, intimado a comparecer perante o juiz, não pode ser invocada como motivo de nulidade da verificação.

§ 2º Após o exame dos pedidos de habilitação, inclusive posteriores à relação elaborada pelo síndico, o juiz, no prazo de dez dias, determinará o passivo.

§ 3º O prazo fixado no parágrafo anterior pode ser prorrogado por cinco dias.

Art. 157. Concluída a habilitação dos créditos e fixado o passivo, o juiz fará lavrar termo de encerramento dos trabalhos, do qual constará a decisão tornando executivos os créditos admitidos.

§ 1º O termo e a relação dos créditos ficarão sob guarda e responsabilidade do escrivão, e poderão ser examinados em cartório.

§ 2º No prazo de dez dias, contados do depósito em cartório do termo e da relação, o escrivão, por carta registrada, com aviso de recepção, ou por outro meio idôneo de comunicação, informará ao credor excluído, admitido por uma parte do crédito ou noutra classe, ou com reserva, a decisão relativa ao crédito declarado.

Art. 158. O credor pode impugnar a decisão, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da comunicação prevista no § 2º do artigo anterior.

§ 1º A impugnação será instruída com os documentos com que o credor pretende provar a legitimidade, importância ou classificação do seu crédito.

§ 2º Deferindo a petição inicial, o juiz designará a audiência de instrução e julgamento, segundo as disposições do § 3º e seguintes do art. 38.

Art. 159. Após o depósito do termo de encerramento dos trabalhos e da relação dos créditos, e antes de ultimado o pagamento dos credores, o credor ainda pode requerer habilitação na falência.

Parágrafo único. O credor arcará com as despesas ocasionadas pelo retardamento, por causa que lhe seja imputável, e perderá os rateios anteriores ao deferimento da habilitação.

Art. 160. Se antes do encerramento da falência descobrir-se que a admissão de um crédito ou de uma garantia resultou de falsidade, dolo, erro essencial ou outro vício, ou foi obtido documento decisivo cuja existência era ignorada, o síndico ou qualquer credor admitido podem demandar a revogação da decisão relativa ao crédito ou a garantia em questão.

§ 1º Na instrução e no julgamento da impugnação serão observadas as disposições do § 3º e seguintes do art. 38.

§ 2º O síndico pode intervir em juízo.

§ 3º Pendente de julgamento a impugnação, o juiz pode determinar a reserva dos rateios que possam caber ao impugnado.

Art. 161. A habilitação dos credores particulares do sócio ilimitadamente responsável processar-se-á de acordo com as disposições deste Título.

Art. 162. As disposições do § 3º e seguintes do art. 38 aplicam-se aos pedidos de reivindicação, restituição e separação de coisas móveis que estejam na posse do falido.

Parágrafo único. Os rateios anteriores não serão atingidos pela sentença, cabendo ao reclamante participar dos subseqüentes.

## Capítulo II DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

Art. 163. Os créditos derivados das relações de trabalho e as indenizações trabalhistas gozam de preferência sobre todos os outros créditos.

Art. 164. Os créditos tributários têm preferência sobre todos os outros, seja qual for a natureza e o tempo da constituição, excetuados os créditos trabalhistas.

Art. 165. Os créditos hipotecários, pignoratícios e anticréticos têm preferência sobre os pessoais, privilegiados ou quirografários, em relação ao preço dos bens sujeitos a esses direitos reais.

Art. 166. Os créditos que gozam de privilégio especial têm preferência sobre os créditos com privilégio geral e aos quirografários, em relação ao preço dos bens sujeitos ao pagamento desses créditos.

Art. 167. Os créditos que gozam de privilégio geral têm preferência sobre os créditos quirografários, em relação aos bens sujeitos a crédito real ou privilégio especial.

Art. 168. Se o produto da venda do bem sujeito a direito real de garantia ou a privilégio não bastar para o pagamento da dívida, o credor concorrerá pelo saldo com os credores quirografários.

## TÍTULO VIII DA LIQUIDAÇÃO

### Capítulo I DA REALIZAÇÃO DO ATIVO

Art. 169. O síndico, sob a direção do juiz, deve proceder à venda dos bens, após o acerto do passivo da falência, salvo os que forem indispensáveis à continuação do negócio do falido.

Parágrafo único. O síndico pode ser autorizado pelo juiz, motivadamente, a antecipar as vendas.

Art. 170. A venda dos bens deve ser feita pela forma mais conveniente aos objetivos da falência, que o juiz determinar, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I - alienação da empresa ou negócio do falido, como unidade;

II - alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do falido, caso tenha cassado a exploração do seu negócio, ou de todos eles;

III - alienação parcial ou singular dos bens.

§ 1º Se convier à realização do ativo, ou em razão de oportunidade, pode ser adotada mais de uma forma de alienação.

§ 2º Na venda da empresa ou negócio do falido, e de um ou mais estabelecimentos, e dos bens em geral, serão tomadas as seguintes providências:

a) avaliação por um perito nomeado pelo juiz;

b) alienação, em leilão, pelo maior lance oferecido, ainda que seja inferior ao valor de avaliação.

§ 3º O juiz poderá autorizar motivadamente outra forma de alienação, mediante proposta do síndico, que conterá:

- a) a indicação do conjunto de bens integrantes do negócio;
- b) a avaliação de cada um desses elementos;
- c) o preço global, não inferior ao da avaliação;
- d) a modalidade de alienação.

Art. 171. No caso de execução anterior à decretação da falência em que a penhora recair sobre imóvel, o síndico, substituindo o exequente no processo, poderá optar pelo prosseguimento normal deste, ou requerer que a execução se desenvolva de acordo com as normas desta Lei, perante o juiz da falência.

§ 1º Não optando, no prazo de trinta dias, contados da decretação da falência, o exequente, o falido ou qualquer interessado podem interpellar o síndico, por carta, com aviso de recepção, para que emita a declaração de opção, dentro de cinco dias. Se não fizer a declaração dentro do prazo estipulado, o processo prosseguirá normalmente.

§ 2º Não será autorizado o pagamento ao credor antes que o síndico o substitua no processo.

§ 3º O juiz da execução ou o da falência suspenderão a venda quando entenderem que o preço oferecido é consideravelmente inferior ao justo.

Art. 172. Os créditos garantidos com penhor ou com direito a privilégio podem ser vendidos, no curso da falência, quando admitidos ao passivo.

§ 1º Requerida a venda pelo credor, o juiz ouvirá o síndico, no prazo de quarenta e oito horas. Deferindo-a, determinará a época em que se efetuará a venda e a respectiva modalidade, dentre as previstas para a alienação dos bens da massa.

§ 2º O juiz pode autorizar o síndico que a massa fique com a coisa objeto de penhor ou privilégio, pagando o credor, ou promover a venda, pela modalidade proposta pelo credor, ou outra aplicável à alienação dos bens arrecadados.

Art. 173. No prazo fixado no artigo anterior, o síndico apresentará ao juiz relatório em que:

- I - prestará contas das operações efetuadas;
- II - informará o resultado da venda dos bens e o produto de cada uma;
- III - relacionará os bens que deixaram de ser vendidos e os créditos não cobrados ou pendentes de decisão judicial, explicando sucintamente as causas.

## Capítulo II DO PAGAMENTO AOS CREDITORES DA FALÊNCIA

Art. 174. O síndico, a cada dois meses, ou no período que o juiz fixar, apresentará relação das quantias disponíveis e o projeto de distribuição do ativo, segundo a graduação dos créditos.

§ 1º O escrivão publicará aviso aos credores, no órgão oficial, de que poderão examinar o projeto em cartório.

§ 2º No prazo de cinco dias, contados da publicação do aviso, os credores poderão apresentar suas observações.

§ 3º Examinadas as observações e, se tiverem procedência, retificado o projeto, o juiz autorizará o síndico a efetuar os pagamentos.

§ 4º O projeto ficará sob a guarda e responsabilidade do escrivão.

Art. 175. Os créditos trabalhistas serão pagos logo que haja recursos disponíveis ou que sejam obtidos com o produto dos bens objeto de privilégio.

Art. 176. As importâncias obtidas com a realização do ativo serão distribuídas na seguinte ordem:

I - pagamento das despesas, inclusive quantias adiantadas ao síndico, e dívidas contraídas para a administração da falência ou a continuação autorizada do negócio do falido;

II - pagamento dos créditos admitidos com direito real de garantia ou privilégio sobre as coisas vendidas, segundo a graduação das respectivas preferências;

III - pagamento dos créditos quirografários, na proporção da importância pela qual cada um foi admitido, inclusive os mencionados no inciso anterior, se a garantia não tiver sido realizada ou o preço não bastou para o pagamento do total da dívida.

Parágrafo único. Caberá ao juiz estabelecer a graduação dos créditos mencionados no inciso II.

Art. 177. Os credores admitidos na forma do art. 159 concorrem somente aos rateios posteriores à admissão, salvo os titulares de direito de preferência.

Parágrafo único. Se a sentença reconhecer que o retardamento é devido a causa não imputável ao credor, este terá direito a receber os rateios anteriores.

Art. 178. O produto da venda dos bens liberados da sujeição a crédito real ou privilégio especial e dos arrecadados ou vendidos depois da apresentação do relatório, previsto no art. 173, será distribuído na forma da proposta do síndico, aprovada pelo juiz, independentemente de outras formalidades.

Art. 179. O juiz estipulará a modalidade de pagamento dos rateios.

Art. 180. Nos casos previstos no art. 160, os credores restituirão as quantias recebidas, monetariamente atualizadas e com juros legais.

Art. 181. Se houver saldo, serão pagos os juros suspensos, mediante proposta do síndico, aprovada pelo juiz.

Art. 182. O direito dos credores a perceber as importâncias dos seus créditos prescreve em cinco anos, contados da data da aprovação do plano de distribuição.

Art. 183. Concluída a realização do ativo, e antes do rateio final, o síndico prestará contas da sua gestão.

§ 1º Apresentadas as contas, o juiz determinará que fiquem sob a guarda e responsabilidade do escrivão. Este, em vinte e quatro horas, publicará aviso, pelo órgão oficial, colocando-as à disposição do falido e dos credores, pelo prazo de quinze dias, dentro do qual poderão apresentar observações.

§ 2º Ouvido o síndico, no prazo de quarenta e oito horas, o juiz julgará as contas, até o lapso de dez dias, subsequente, valendo-se, se necessário, de assessoramento técnico.

Art. 184. Aprovadas as contas e paga a remuneração do síndico, mediante proposta deste, o juiz determinará a distribuição do rateio final, que se realizará na forma dos anteriores, incluídos os créditos objeto de reserva.

Art. 185. Os créditos sujeitos a condição suspensiva ficarão depositados até que se verifique a condição. Em caso contrário, serão objeto de rateio suplementar entre os credores.

Art. 186. As quantias devidas aos credores que não se apresentaram serão depositadas, valendo o recibo como quitação.

Art. 187. Serão previstas reservas para o pagamento dos credores cujos créditos estiverem sujeitos a condição suspensiva ou pendentes de decisão judicial.

#### TÍTULO IX DA EXTINÇÃO E DA REABERTURA DO PROCESSO FALIMENTAR

Art. 188. Extingue-se o processo falimentar:

I - quando, no prazo estabelecido na sentença que decreta a falência, não forem apresentadas declarações de crédito;

II - quando, antes mesmo da distribuição do último rateio, a importância total distribuída atingir o montante dos créditos admitidos, ou ocorrer a extinção destes, por qualquer modo, e forem pagas a remuneração do síndico e as despesas do processo;

III - quando efetuada a distribuição final do ativo;

IV - quando não possa ser proveitosamente continuado o processo, por insuficiência do ativo.

§ 1º O encerramento da falência, por insuficiência do ativo, não restabeleça o exercício das ações individuais dos credores admitidos ao concurso contra o devedor, a menos que este ou os administradores da empresa hajam cometido fraude contra os credores ou dissimulado o ativo.

§ 2º O pedido de reabertura da falência pode ser feito por qualquer credor.

§ 3º Ouvido o devedor, no prazo de quarenta e oito horas, o juiz proferirá sentença, em cinco dias, ou, sendo necessário, designará audiência de instrução e julgamento, conforme o disposto no § 3º e seguintes do art. 38.

§ 4º Da sentença cabe apelação.

Art. 189. A extinção do processo falimentar será declarada por sentença, a requerimento do síndico, do falido ou de ofício.

Parágrafo único. O dispositivo da sentença será publicado por edital.

Art. 190. Com a extinção do processo:

I - cessam os efeitos da falência sobre o patrimônio do falido;

II - termina a atuação dos órgãos da falência;

III - os credores readquirem o livre exercício das ações que tiverem contra o devedor, correspondentes à parte não satisfeita dos seus créditos pelo capital e juros.

Art. 191. Nos casos do art. 188, dentro do prazo de cento e vinte dias, contados da extinção do processo, este pode ser reaberto, a requerimento de qualquer credor:

I - quando forem descobertos bens suscetíveis de arrecadação;

II - quando for descoberta atividade econômica que o falido vinha exercendo, antes do encerramento da falência, ou se, depois desta, empreender a nova atividade, desde que a reabertura aproveite aos credores e o falido ofereça garantia de pagar dez por cento, no mínimo, dos créditos antigos e novos.

§ 1º A sentença que reabrir o processo falimentar conterá fixação do prazo de vinte dias para os novos credores apresentarem declaração e justificação dos seus créditos, e será publicada em órgão oficial.

§ 2º O juiz nomeará o mesmo síndico.

Art. 192. Os credores concorrem aos novos rateios pelas quantias que lhes forem devidas no momento da reabertura da falência, deduzidas as importâncias anteriormente recebidas, respeitados os privilégios e a graduação dos créditos.

Art. 193. Os prazos relativos às ações revocatórias dos atos do falido, posteriores à reabertura da falência, contam-se da data da publicação da sentença.

Art. 194. Não produzem efeito em relação aos credores os atos a título gratuito, posteriores ao encerramento e anteriores à reabertura da falência.

Art. 195. Encerrando-se a falência por insuficiência do ativo, as dívidas da pessoa jurídica de natureza econômica serão suportadas, total ou parcialmente, pelos administradores ou pelos dirigentes de fato, remunerados ou não, responsáveis pelos prejuízos decorrentes de atos ilícitos.

§ 1º Considera-se dirigente de fato quem se imiscui na direção e na gestão da pessoa jurídica.

§ 2º São atos ilícitos:

a) dispor dos bens da pessoa jurídica como dos seus próprios;

b) exercer atividade econômica, no interesse pessoal, sob o manto da pessoa jurídica;

c) usar os bens ou crédito da pessoa jurídica para fins pessoais ou para favorecer outra pessoa jurídica ou empresa em que o administrador ou dirigente tenha interesse direto ou indireto;

d) persistir abusivamente, no interesse pessoal, na exploração deficitária que leve à insuficiência do ativo para cobrir o passivo;

e) manter contabilidade falsa ou irregular ou fazer desaparecer documentos contábeis de pessoa jurídica;

f) desviar ou dissimular todo ou parte do ativo ou aumentar fraudulentamente o passivo.

Art. 196. A ação para cobertura do passivo compete ao síndico ou credores.

§ 1º Citado, o réu terá quinze dias para contestar.

§ 2º Havendo necessidade de produzir provas, será observado o disposto no § 4º e seguintes do art. 38, ou, caso contrário, o juiz desde logo proferirá sentença.

§ 3º A ação prescreve em três anos, contados da sentença que decretou a falência.

#### TÍTULO X DA REABILITAÇÃO CIVIL DO FALIDO

Art. 197. Será concedida reabilitação ao falido que:

I - pagar integralmente os créditos admitidos à falência, os juros correspondentes, as dívidas da massa e as despesas processuais;

II - cumprir regularmente o plano de recuperação;

III - manter boa conduta, durante o período de cinco anos, contados do encerramento da falência.



Art. 198. A reabilitação pode ser requerida ao juiz da falência pelo devedor ou por seus herdeiros.

Art. 199. Deferida a petição, o juiz ordenará a publicação no órgão oficial da parte relativa ao pedido de reabilitação.

Parágrafo único. Acompanhará a petição o resumo do pedido, que fará parte do edital.

Art. 200. Qualquer interessado pode opor-se à reabilitação, no prazo de cinco dias, contados da publicação do edital.

Parágrafo único. Ouvido o Ministério Público, o juiz proferirá sentença, no prazo de dez dias, contados do término do prazo estipulado neste artigo.

Art. 201. Da sentença de reabilitação constará a ordem à Junta Comercial ou ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas para procederem à anotação prevista no inciso V do art. 62.

Art. 202. A reabilitação faz cessar as incapacidades pessoais que atingem o falido por efeito da sentença que decretou a falência.

Art. 203. Não será concedida reabilitação ao devedor condenado por crime falimentar, antes de ser penalmente reabilitado.

#### TÍTULO XI

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À FALÊNCIA DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 204. Os administradores e os liquidantes das pessoas jurídicas estão sujeitos às obrigações impostas a estas.

Art. 205. A ação de responsabilidade civil contra os administradores, os membros do conselho fiscal e os liquidantes da empresa falida, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, será exercitada pelo síndico, previamente autorizado pelo juiz.

§ 1º A autorização pode compreender, se necessário, medidas cautelares.

§ 2º As ações ajuizadas antes da declaração da falência continuarão com o síndico.

Art. 206. Na falência das sociedades que tenham sócios limitadamente responsáveis, o juiz, mediante proposta do síndico, pode determinar a integralização das quotas ou ações, antes mesmo que expire o prazo estabelecido para o pagamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos titulares anteriores das quotas ou ações.

#### TÍTULO XII

##### DA VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CRIMES COMETIDOS PELO FALIDO E POR TERCEIROS

Art. 207. No prazo de trinta dias, contados da exposição a que se refere o art. 145, o síndico elaborará relatório em que:

I - complementar a mencionada exposição;

II - analisará a conduta do falido, administradores da sociedade falida e terceiros, sob o aspecto penal;

III - indicará os atos que possam constituir crime falimentar e seus autores;

IV - requererá a abertura de inquérito judicial para a apuração dos crimes falimentares e de seus autores, indicando as provas.

Parágrafo único. O relatório, com os documentos que o instruem, será apresentado ao juiz, e a segunda via entregue ao escrivão, no prazo de vinte e quatro horas, contadas do término do prazo fixado neste artigo.

Art. 208. O escrivão publicará, no órgão oficial, aviso aos credores e interessados, pondo o relatório e documentos à disposição deles para exame, em cartório, durante dez dias.

§ 1º Dentro desse prazo, qualquer credor pode formular observações sobre o pedido de abertura do inquérito, apontando inexatidões ou erros, e produzir documentos.

§ 2º Não tendo sido requerida a abertura do inquérito, qualquer credor poderá fazê-lo, no mesmo prazo.

Art. 209. Serão ouvidos, no prazo de cinco dias, o agente ou agentes indicados no pedido de abertura do inquérito, os quais poderão alegar defesa e requerer provas.

Art. 210. Ouvido o Ministério Público, em dez dias, o juiz, em quarenta e oito horas, determinará as provas necessárias à apuração dos fatos.

§ 1º Sendo necessário, nomeará perito, designará dia, hora e local para prestar compromisso, e marcará prazo para a realização da diligência, que não excederá de quinze dias.

§ 2º O indiciado pode indicar técnico e apresentar quesitos em quarenta e oito horas, contadas da intimação do despacho de nomeação do perito.

§ 3º Apresentado o laudo, serão ouvidos o indiciado e o Ministério Público, no prazo, respectivamente, de três e de seis dias.

Art. 211. Se houver necessidade de produzir prova, o juiz designará a audiência de instrução, nos dez dias subseqüentes, determinando as que deverão ser realizadas.

Parágrafo único. Essas provas podem consistir em interrogatório do indiciado e na inquirição de testemunhas, mencionadas no relatório do síndico e das arroladas pelo indiciado ou pelo Ministério Público, no prazo fixado no § 3º do artigo anterior.

Art. 212. Finda a instrução, será dada vista do inquérito ao Ministério Público, pelo prazo de dez dias.

§ 1º Se não oferecer denúncia, os autos ficarão à disposição do síndico e dos credores, em cartório, por três dias, durante os quais poderão oferecer queixa.

§ 2º O escrivão, dentro de vinte e quatro horas, intimará o falido e publicará aviso aos credores, no órgão oficial, comunicando-lhes que poderão examinar os autos.

Art. 213. Decorrido o prazo, quer tenha havido denúncia ou queixa, quer não, o juiz proferirá decisão, dentro de cinco dias.

§ 1º Se não tiver sido apresentada denúncia e o juiz considerar improcedentes as razões invocadas pelo Ministério Público, remeterá cópia desta manifestação ao Procurador-Geral, que designará outro órgão do Ministério Público para reexaminar o assunto.

§ 2º Se receber a denúncia ou queixa, remeterá os autos ao juízo criminal.

§ 3º A rejeição da denúncia ou queixa não impede o exercício da ação penal, pelos mesmos fatos ou por outros.

## **TÍTULO XIII DOS CRIMES FALIMENTARES**

### **Capítulo I DOS CRIMES COMETIDOS PELO FALIDO**

Art. 214. Constitui crime, quando decretada a falência do agente:

I - efetuar gastos pessoais ou familiares excessivos em relação à sua condição econômica;

II - realizar despesas vultosas em operações arriscadas, inclusive sobre títulos de bolsa, mercadorias ou valores;

III - empregar meios ruinosos ou abusivos para obter recursos ou fundos;

IV - comprar mercadorias ou produto para revenda abaixo do preço corrente, retardando a falência;

V - prosseguir na exploração deficitária da atividade econômica ou auxiliar desta, quando é inevitável a falência;

VI - obrigar-se, por conta de outrem, por prestação vultosa em relação à situação da empresa;

VII - não ter os livros obrigatórios, deixar de legalizá-los ou de autenticar as fichas, no caso de escrituração mecânica, ou escriturá-los, de forma irregular ou incompleta;

VIII - destruir, suprimir ou ocultar documento cujo registro a lei exige;

IX - deixar de elaborar o balanço, no prazo e segundo os preceitos da lei, ou elaborá-lo com inexatidão nas respectivas contas ou omitir a publicação;

X - pagar um ou mais credores, durante o período suspeito, em prejuízo dos demais;

XI - praticar ato de disposição de bem do ativo, ou simular alienação, em prejuízo dos credores, durante o período suspeito;

XII - adquirir bem imóvel, título, valor mobiliário ou crédito, e colocá-lo em nome de terceiros;

XIII - exercer atividade econômica ou auxiliar desta, para a qual tenha sido inabilitado, nos termos do § 3º deste artigo;

XIV - declarar ou admitir dívida inexistente;

XV - subscrever título de crédito de favor cuja soma a pagar possa comprometer a situação da empresa;

XVI - subtrair ou desviar elemento do ativo sujeito ao concurso, ou faltar ao dever de colaborar na sua arrecadação.

Pena - reclusão de dois a oito anos e multa.

§ 1º Aplicam-se à pena privativa de liberdade e à multa, inclusive o valor, as correspondentes disposições do Código Penal.

§ 2º Estão sujeitos à pena e à multa estatuídas neste artigo:

- a) o profissional que assinar balanço inexato;
- b) o credor que receber pagamento oitante da praterição dos demais;
- c) quem adquirir bem do ativo, conhecendo o prejuízo a terceiro, ou participar de simulação;
- d) o terceiro em cujo nome o falido colocou o bem adquirido;
- e) o beneficiário, nos casos de dívida fictícia, contraída, declarada ou reconhecida, e da subscrição de título de crédito de favor;
- f) a pessoa que emprestar o seu nome para a atuação do inabilitado e os sócios e administradores da empresa fictícia ou de favor.

§ 3º A condenação por qualquer um dos fatos descritos neste artigo importa na inabilitação, pelo prazo de dez anos, para o exercício da atividade econômica ou auxiliar desta a que se dedicava o agente, e na incapacidade permanente para fazer parte do conselho de administração ou diretoria de quaisquer empresas sujeitas a esta Lei, ou ser gerente, liquidante ou mandatário dessas empresas.

§ 4º A inabilitação produz efeitos desde o trânsito em julgado da sentença, mas o prazo fica suspenso enquanto durar a pena de reclusão, e começa a correr a partir do seu cumprimento ou da extinção da punibilidade.

§ 5º A reabilitação extingue a inabilitação imposta ao falido para o exercício de atividade econômica ou auxiliar desta.

§ 6º A reabilitação pode ser requerida decorridos cinco anos do dia em que, de qualquer modo, extinguir-se a pena ou terminar sua execução, desde que o condenado prove estarem extintas, por sentença, as suas obrigações.

## **Capítulo II DOS CRIMES COMETIDOS POR OUTRAS PESSOAS**

Art. 215. Aplicam-se a pena privativa de liberdade e multa cominadas no artigo anterior aos conselheiros, diretores, administradores, gerentes e liquidantes da empresa falida que:

I - cometerem qualquer fato descrito no artigo anterior;

II - concorrerem para causar ou agravar a crise econômica da empresa, faltando aos deveres e responsabilidades de suas funções.

Parágrafo único. Tratando-se de conselheiro, diretor, administrador, gerente ou liquidante de empresa pública, sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica, sob o regime de empresas privadas, a pena de reclusão e a de multa serão aumentadas de um terço.

Art. 216. Ficam sujeitos à pena privativa de liberdade e à multa estabelecidas no artigo 214 o juiz, o órgão do Ministério Público, o síndico, o escrivão, o perito, o avaliador, o oficial de justiça e outros auxiliares do juízo que agirem no interesse pessoal ou de terceiro em qualquer ato ou termo do processo, diretamente, por interposta pessoa ou mediante simulação, ou forem desiduosos no cumprimento de suas atribuições.

Art. 217. Incorre, ainda, nas penas impostas no art. 214 desta Lei o síndico que:

I - receber ou pactuar retribuição, em dinheiro ou outra forma, diversa da que tem direito;

II - desviar, deixar de entregar ou depositar regularmente dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel da massa que tem a posse em virtude da função;

III - der informação, parecer ou extratos dos livros do falido, inexatos ou falsos, apresentar relatório ou fazer exposições contrárias à verdade.

Art. 218. Fica sujeito às penas previstas no artigo 214 quem:

I - promover, inclusive por interposta pessoa, habilitação de crédito simulado ou indevido, no todo ou em parte;

II - após a decretação do falido, desviar, subtrair, receber ou ocultar bem do falido, sujeito ao concurso;

III - ciente do estado falimentar, desviar, receber ou ocultar bem do falido, ou adquiri-lo por preço manifestamente inferior ao de mercado.

Art. 219. Constitui crime, punido com a pena privativa de liberdade e com a multa constante do art. 214, exercer, inclusive por

interposta pessoa, atividade econômica ou auxiliar desta, nos casos de inabilitação e de incapacidade.

Art. 220. O deferimento da recuperação da empresa não exclui o processo e julgamento do agente por crime falimentar.

Art. 221. Nos casos de concordata preventiva ou de recuperação da empresa, aplicam-se:

I - a disposição do inciso XV do art. 214 ao administrador judicial e ao comissário;

II - a disposição do inciso I do art. 215 ao administrador judicial;

III - as disposições do art. 216 ao comissário e ao administrador judicial;

IV - a disposição do inciso I do art. 217 ao comissário e ao administrador judicial;

V - a disposição do inciso III do art. 217 ao comissário e ao administrador judicial.

Art. 222. Aplicam-se as penas do art. 214 ao credor que, sem concurso com o falido:

I - requerer, inclusive por interposta pessoa, a habilitação de crédito simulado ou indevido;

II - após a decretação da falência, subtrair, desviar, receber ou, em declaração pública ou privada, dissimular bem do falido;

III - ciente do estado econômico do devedor, desviar ou receber bem do seu patrimônio, ou adquiri-lo por preço notoriamente inferior ao de mercado, se ocorrer a falência;

Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e III, incorrerá nas mesmas penas previstas no caput deste artigo a pessoa que, de qualquer forma, contribuir para a prática do fato.

Art. 223. Os administradores, diretores, gerentes liquidantes da empresa equiparam-se ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes desta Lei.

Art. 224. Tratando-se de falência de pequena empresa, o juiz pode diminuir a pena de reclusão de um a dois terços e converter a multa em prestação de serviços à comunidade.

Art. 225. A prescrição extintiva da punibilidade de crime falimentar opera-se em dois anos, contado o prazo do dia em que transitar em julgado a sentença que encerrar a falência ou julgar cumprida a concordata preventiva ou os planos de recuperação econômica e financeira e de apuração do passivo.

Art. 226. Aplicam-se aos crimes falimentares as regras gerais do Código Penal, sempre que esta Lei não disponha de modo diverso.

#### TÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 227. As câmaras especializadas dos Tribunais de Justiça ou o órgão especial organizarão, de três em três anos, listas de administradores judiciais, de comissários e de síndicos, levando em conta o número provável de processos de falência, concordata preventiva e de recuperação das empresas em que esses auxiliares da justiça poderão atuar.

§ 1º Para a organização das listas, serão requisitadas indicações aos órgãos estaduais de representação das classes de advogados, economistas, administradores de empresas e contabilistas.

§ 2º A representação por classe, dentro do possível, deve ser numericamente igual.

§ 3º As listas gerais serão publicadas no órgão oficial, e poderão ser alteradas, mediante reclamação de qualquer membro da classe da pessoa impugnada, no prazo de três dias, contados da publicação.

§ 4º Em caso de necessidade, a qualquer tempo, as listas poderão ser aumentadas, observando-se o disposto no § 1º.

§ 5º Não convindo o sorteio, devido às condições da comarca ou à capacidade financeira do devedor, o juiz designará um administrador judicial, comissário ou síndico.

Art. 228. Toda vez que esta Lei se referir a "falido" ou "devedor" entende-se que a disposição também se aplica ao sócio ilimitadamente responsável atingido pela falência.

Art. 229. As falências processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas.

Art. 230. Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda nacional, pelo câmbio do dia em que for decretada a falência, mandada processar a concordata ou despachada a petição de recuperação da empresa.

Art. 231. O prazo para audiência do órgão do Ministério Público será de cinco dias, contados da intimação, se outro não estiver indicado nesta Lei.

Parágrafo único. Decorrido o prazo, o ato não poderá ser praticado, nem a falta alegada como causa de nulidade do processo.

Art. 232. O síndico, o comissário e o administrador judicial são obrigados a enviar ao órgão do Ministério Público os relatórios e exposições concernentes a fatos relativos aos processos em que atuam.

Art. 233. As petições de falência e de concordata preventiva estão sujeitas a distribuição, segundo a ordem de apresentação.

§ 1º Assim que a petição for distribuída, será entregue ao escrivão e este remeterá os autos conclusos, no mesmo dia.

§ 2º A distribuição previne a jurisdição para qualquer outro pedido de igual natureza, relativo ao mesmo devedor.

§ 3º As ações que devam ser propostas perante o juiz da falência serão distribuídas por dependência.

Art. 234. Os processos de falência e de concordata e seus incidentes têm preferência sobre todos os outros, na ordem dos feitos, em qualquer circunstância.

Art. 235. Os prazos marcados nesta Lei são contínuos e peremptórios, não se suspendem nos feriados e nas férias forenses e começam a correr da publicação no órgão oficial.

Art. 236. As publicações ordenadas nesta Lei serão feitas no órgão oficial do Estado ou do Distrito Federal e, se o devedor ou a massa comportarem, em jornal de ampla circulação nas respectivas capitais e na comarca.

§ 1º O prazo máximo para providenciar as publicações é de quarenta e oito horas, contadas do recebimento das matérias ou dos autos em cartório.

§ 2º A publicação dos atos e termos do processo em que seja conveniente maior divulgação, como a alienação de bens, podem ser feitas por outros meios idôneos de comunicação, mediante proposta do síndico ou do escrivão, conforme o responsável, aprovada pelo juiz.

§ 3º As publicações ordenadas nesta Lei conterão a epígrafe "falência de ...", "concordata preventiva de ..." ou "recuperação de ...".

Art. 237. As citações e intimações pelo correio ou por qualquer meio idôneo de comunicação consideram-se feitas na data da

sua recepção no endereço do destinatário, quando omitida, dez dias após a expedição.

Art. 238. As quantias em dinheiro, recebidas a qualquer título serão depositadas no Banco do Brasil S.A., na Caixa Econômica Federal ou em instituições financeiras oficiais federais, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Se não existirem filiais ou agências na comarca, os depósitos serão efetuados em banco privado.

§ 2º Os depósitos estão sujeitos à atualização monetária e vencem juros.

§ 3º Os depósitos serão movimentados pelo síndico, por meio de cheque nominativo, em que mencionará o fim a que se destina.

Art. 239. A atualização dos créditos, após a propositura da ação de falência, será feita aplicando-se o índice de variação média dos preços da economia, que mais geralmente for aceito.

Parágrafo único. Em relação ao tempo anterior à propositura da ação, aplicam-se índices estipulados conjuntamente com as obrigações.

Art. 240. Os processos de falência e concordata não podem parar por falta de preparo.

Art. 241. O comissário e o administrador judicial são obrigados a fazer levantar o balanço patrimonial da empresa, imediatamente após o ingresso no exercício das suas funções e encerrá-lo no prazo de quinze dias.

Art. 242. As disposições de caráter processual desta Lei e as que regulam a recuperação da empresa aplicam-se aos processos pendentes.

Art. 243. Após o deferimento da recuperação da empresa ou da concordata preventiva, o devedor pode habilitar-se nas licitações da administração centralizada e autárquica, se prestar garantia ou fizer seguro-garantia.

Art. 244. Os pedidos de falência, concordata preventiva e recuperação da empresa poderão ser feitos por procurador munido de poder para esse fim.

Art. 245. Esta Lei se aplica aos processos por crime falimentar já iniciados na data de sua publicação.

Art. 246. Esta Lei entra em vigor noventa dias após a publicação, exceto os arts. 227 e 242, que passam a vigorar nesta data.

Brasília,

Mensagem nº 1.014, de 1993

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto do projeto de lei que dispõe sobre falências e concordatas.

Brasília, 21 de dezembro de 1993.

*Antônio Carlos*

EM/nº 343 /MJ

BRASILIA,  
Em 27 de JULHO de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe sobre falências e concordatas, elaborado por Comissões constituídas no âmbito deste Ministério e que, se editado, substituirá o Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, e a legislação subsequente, que regem a matéria.

2. O instituto da falência no Brasil, iniciado com o Código Comercial de 1850, e inteiramente inspirado na doutrina e legislação francesa, é atualmente regulado pelo Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945.

3. Com as transformações econômico-sociais ocorridas no País, a legislação falimentar não mais atende aos reclamos da sociedade, fazendo-se necessária a edição de nova lei, mais ágil e moderna.

4. Assim, com esse propósito, foi constituída, pela Portaria nº 233/MJ, uma Comissão com a finalidade de elaborar projeto de lei sobre falências e concordatas.

5. Ante as evidentes deficiências do texto legal que rege a matéria, optou a Comissão por apresentar um diploma que substituisse o mencionado Decreto-lei nº 7.661, de 1945, por absolutamente desatualizado e onde foram inseridas alterações superficiais paralelamente a leis esparsas — prática assaz condenada pela boa técnica legislativa.

6. Face a relevância e complexidade da proposição, optou-se pela publicação do anteprojeto no Diário Oficial da União de 27 de março de 1992, a fim de que segmentos especializados da sociedade pudessem manifestar-se sobre a proposição.

7. As sugestões e subsídios apresentados foram encaminhados à Secretaria de Estudos Legislativos deste Ministério, acrescidos, posteriormente, de manifestação oriunda do Conselho da Ordem dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro.

8. Considerando a importância, para a defesa da cidadania, da ordem jurídica e da ordem econômica, da adequação às condições contemporâneas da prática da indústria, do comércio e das demais práticas correlatas, temos a intenção de lograr clareza e distinção das regras ordenadoras de tais atividades, foi então que pareceu-nos de bom alvitre constituir outra



Comissão, pela Portaria nº 552/MJ, intentando proceder à revisão do texto último do referido anteprojeto de reforma da Lei de falências e concordatas.

9. Assim sendo, a proposta legislativa mencionada visa a, primordialmente, proteger credores e devedores, salvaguardando, também a empresa.

sobrestamento das execuções por dívidas não sujeitas aos seus efeitos, após a avaliação dos bens do devedor, e impossibilidade de instauração de novos processos. Entretanto, se o devedor deixar de cumprir pontualmente as obrigações decorrentes da concordata as execuções terão prosseguimento, e novas ações poderão ser movidas por credores não compreendidos na concordata.

13. As questões surgidas na falência, na recuperação da empresa e na concordata serão decididas em tempo hábil, aplicando-se normas semelhantes às do procedimento sumaríssimo.

14. De acordo com o princípio da unidade do juízo falimentar, todos os créditos devem ser verificados da mesma forma, ainda que tenham preferência. Excetua-se os créditos trabalhistas e tributários anteriores à decretação da falência, cujo valor de apuração respectivamente na Justiça do Trabalho e no órgão dotado de competência para esse fim.

15. No que se refere aos efeitos da falência sobre as relações jurídicas existentes na data da sua decretação, as novas disposições procuram atender a evolução do direito em matéria obrigacional. Por outro lado, atribui-se ao juiz a tarefa de decidir, por analogia, os assuntos não regulados expressamente, tendo em consideração os princípios da unidade e universalidade do concurso e do tratamento paritário dos credores.

16. A venda dos bens será feita em leilão por forma que obedeça a uma ordem de preferência, podendo ser adotada mais de uma, ou autorizada pelo juiz, outra, que seja considerada mais conveniente aos interesses das falências. Pela ordem de preferência, vendem-se: a) a empresa como unidade; b) os bens em bloco; e c) unitariamente, em todos os casos após a avaliação por perito nomeado pelo juiz.

17. O pagamento aos credores da falência efetuar-se-á segundo projetos elaborados pelo síndico, a cada dois meses, e aprovados pelo juiz.

18. Na hipótese de extinção do processo de falência por insuficiência do ativo, os administradores da empresa ou os dirigentes que de fato forem responsáveis pelos prejuízos decorrentes de atos ilícitos serão obrigados a cobrir o passivo, mediante

diante ação promovida pelo síndico, credores ou Ministério Público.

19. Independentemente da insuficiência do ativo para o pagamento dos credores, os administradores, conselheiros fiscais e liquidantes da empresa responderão pelos prejuízos ~~que ela tenham~~ causado. Compete ao síndico, autorizado pelo juiz, propor a ação de responsabilidade civil.

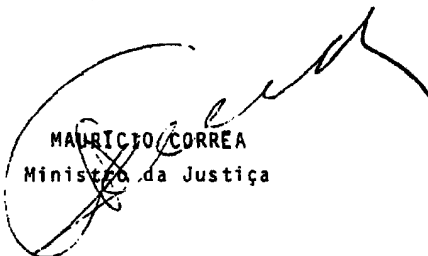
20. As sanções penais aplicáveis ao devedor e aos terceiros, no caso de falência, consistirão em pena de reclusão de dois a oito anos, e competente multa. As penas serão aumentadas de um terço quando se tratar do agente, conselheiro, administrador, gerente ou liquidante de empresa pública, sociedade de economia mista e de outras entidades que explorem atividade sob o regime das empresas privadas.

21. Nas disposições gerais, prevê-se a atribuição aos Tribunais de Justiça na tarefa de organizarem, periodicamente, listas de administradores judiciais, comissários e síndicos que serão sorteados pelos juízes das falências, das concordatas ou das recuperações de empresas. Os componentes das listas serão indicados pelos órgãos estaduais de representação das classes de advogados, economistas, administradores de empresas e contabilistas.

22. As publicações dos atos processuais serão feitas no órgão oficial do Estado ou do Distrito Federal e, se o devedor ou a massa comportarem, em jornal de ampla circulação nas respectivas capitais e na Comarca.

23. Essas são, em linhas gerais, as principais normas que integram o projeto ora apresentado ao descortino de Vossa Excelência, que, se acatadas, revogarão o disposto no Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, e a legislação subsequente.

Respeitosamente,



MAURICIO CORREA  
Ministro da Justiça

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Nº 343 DE 27 / 07 / 93

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

A legislação que regula as concordatas e falências está desatualizada, sendo necessária a edição de nova lei, mais ágil e moderna.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Existem em tramitação, no Congresso Nacional, projetos de lei que tratam, parcialmente, da falência e da concordata. São eles:

- Projeto de Lei nº 4969, de 1985, do Poder Executivo, que "Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, alterado pela Lei nº 7274, de 10 de dezembro de 1984";
- Projeto de Lei nº 3.362, de 1989, do Deputado Geovani Borges, que "Acrescenta parágrafos ao art. 880 da Consolidação das Leis do Trabalho";
- Projeto de Lei nº 110, de 1991, da Deputada Cidinha Campos, que "Dispõe sobre a exclusão dos efeitos da falência, insolvência, liquidação judicial ou extrajudicial, os empreendimentos financiados por agentes do Sistema Financeiro de Habitação - SFH";
- Projeto de Lei nº 1.314, de 1988, do Deputado Lélcio Souza, que "Dispõe sobre a concordata do mini, pequeno e médio produtor rural";
- Projeto de Lei nº 1.501, de 1989, que "Dá nova redação ao art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho".
- Projeto de Lei nº 2.718, de 1989, do Deputado Floriceno Paixão, que "Dá nova redação ao art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho";

FOLHA 2 DO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Nº 343 DE 27 / 07 / 93

- Projeto de Lei nº 5.458, de 1990, do Deputado Leopoldo Souza, que "Introduz dispositivos ao art. 880 da Consolidação das Leis do Trabalho";
- Projeto de Lei nº 146, do Deputado Carlos Cardinal, que "Dá nova redação ao § 1º do art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho";
- Projeto de Lei nº 471, de 1991, do Deputado Jurandyr Paixão, que "Altera o art. 880 da Consolidação das Leis do Trabalho";
- Projeto de Lei nº 1.301, de 1991, do Deputado José Carlos Coutinho, que "Dá nova redação ao art. 499 da Consolidação das Leis do Trabalho";
- Projeto de Lei nº 2.103, de 1991, do Deputado Fernando Diniz, que "Dá nova redação ao art. 242 da Lei nº 6.404, de 13 de dezembro de 1976, sujeitando as sociedades de economia mista à falência e concordata";
- Projeto de Lei nº 2.429, de 1991, do Deputado Said Ferreira, que "Acrescenta o inciso IX ao art. 4 e modifica o § 3º do art. 11, da Lei de Falências e Concordatas, adotando, assim, o sistema da insuficiência patrimonial e transformando a impontualidade em processo de execução";

4. Custos:

5. Razões que justificam a urgência:

FOLHA 3 DO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Nº 343 DE 27 / 07 / 93

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do Parecer Jurídico:

A Consultoria Jurídica do MJ opinou pela constitucionalidade e juridicidade da proposição referente ao anteprojeto de lei sobre falências e concordatas.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

**Institui o Código Civil.**

Art. 964. Têm privilégio especial:

I – sobre a coisa arrecadada e liquidada, o credor de custas e despesas judiciais feitas com a arrecadação e liquidação;

II – sobre a coisa salvada, o credor por despesas de salvamento;

III – sobre a coisa beneficiada, o credor por benfeitorias necessárias ou úteis;

IV – sobre os prédios rústicos ou urbanos, fábricas, oficinas, ou quaisquer outras construções, o credor de materiais, dinheiro, ou serviços para a sua edificação, reconstrução, ou melhoramento;

V – sobre os frutos agrícolas, o credor por sementes, instrumentos e serviços à cultura, ou à colheita;

VI – sobre as alfaías e utensílios de uso doméstico, nos prédios rústicos ou urbanos, o credor de alugéis, quanto às prestações do ano corrente e do anterior;

VII – sobre os exemplares da obra existente na massa do editor, o autor dela, ou seus legítimos representantes, pelo crédito fundado contra aquele no contrato da edição;

VIII – sobre o produto da colheita, para a qual houver concorrido com o seu trabalho, e precipuamente a quaisquer outros créditos, ainda que reais, o trabalhador agrícola, quanto à dívida dos seus salários.

Art. 965. Goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor:

I – o crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar;

II – o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa;

III – o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido, se foram moderadas;

IV – o crédito por despesas com a doença de que faleceu o devedor, no semestre anterior à sua morte;

V – o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento;

VI – o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior;

VII – o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida;

VIII – os demais créditos de privilégio geral.

LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965

**Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.**

Art. 75. O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento bastante para requerer a ação executiva.

§ 3º No caso de falência ou concordata, o credor poderá pedir a restituição das importâncias adiantadas, a que se refere o parágrafo anterior.

LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999

**Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.**

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

**Dispõe sobre as Sociedades por Ações.**

Art. 170. Depois de realizados 3/4 (três quartos), no mínimo, do capital social, a companhia pode aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações.

§ 1º O preço de emissão deverá ser fixado, sem diluição injustificada da participação dos antigos acionistas, ainda que tenham direito de preferência para subscrevê-las, tendo em vista, alternativa ou conjuntamente: (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 5-5-1997)

I – a perspectiva de rentabilidade da companhia; (Inciso incluído pela Lei nº 9.457, de 5-5-1997)

II – o valor do patrimônio líquido da ação; (Inciso incluído pela Lei nº 9.457, de 5-5-1997)

III – a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições do mercado. (Inciso incluído pela Lei nº 9.457, de 5-5-1997)

§ 2º A assembleia-geral, quando for de sua competência deliberar sobre o aumento, poderá delegar ao conselho de administração a fixação do preço de emissão de ações a serem distribuídas no mercado.

§ 3º A subscrição de ações para realização em bens será sempre procedida com observância do disposto no artigo 8º, e a ela se aplicará o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 98.

§ 4º As entradas e as prestações da realização das ações poderão ser recebidas pela companhia independentemente de depósito bancário.

§ 5º No aumento de capital observar-se-á, se mediante subscrição pública, o disposto no artigo 82, e se mediante subscrição particular, o que a respeito for deliberado pela assembleia-geral ou pelo conselho de administração, conforme dispuser o estatuto.

§ 6º Ao aumento de capital aplica-se, no que couber, o disposto sobre a constituição da companhia, exceto na parte final do § 2º do artigo 82.

§ 7º A proposta de aumento do capital deverá esclarecer qual o critério adotado, nos termos do § 1º deste artigo, justificando pormenorizadamente os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.457, de 5-5-1997)

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

### **Institui o Código de Processo Civil.**

Art. 584. São títulos executivos judiciais:

III – a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que verse matéria não posta em juízo; (Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27-12-2001)

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

### **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.**

LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997

### **Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.**

LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974

### **Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.**

Art. 34. Aplicam-se a liquidação extrajudicial no que couberem e não colidirem com os preceitos desta Lei, as disposições da Lei de Falências (Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945), equiparando-se ao síndico, o liquidante, ao juiz da falência, o Banco Central do Brasil, sendo competente para conhecer da ação revogatória prevista no artigo 55 daquele Decreto-lei, o juiz a quem caberia processar e julgar a falência da instituição liquidanda.

DECRETO-LEI Nº 3.689,  
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

### **Código de Processo Penal.**

Art. 28. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

Art. 538. Após o tríduo para a defesa, os autos serão conclusos ao juiz, que, depois de sanadas as nulidades, mandará proceder às diligências indispensáveis ao esclarecimento da verdade, quer tenham sido requeridas, quer não, e marcará para um dos 8 (oito) dias seguintes a audiência de julgamento, cientificados o Ministério Público, o réu e seu defensor.

§ 1º Se o réu for revel, ou não for encontrado no domicílio indicado (arts. 533, § 3º, e 534), bastará para a realização da audiência a intimação do defensor nomeado ou por ele constituído.

§ 2º Na audiência, após a inquirição das testemunhas de defesa, será dada a palavra, sucessivamente, ao órgão do Ministério Público e ao defensor do réu ou a este, quando tiver sido admitido a defender-se, pelo tempo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por mais 10 (dez), a critério do juiz, que em seguida proferirá a sentença.

§ 3º Se o juiz não se julgar habilitado a proferir decisão, ordenará que os autos lhe sejam imediatamente conclusos e, no prazo de 5 (cinco) dias, dará sentença.

§ 4º Se, inquiridas as testemunhas de defesa, o juiz reconhecer a necessidade de acareação, reconhecimento ou outra diligência, marcará para um dos 5 (cinco) dias seguintes a continuação do julgamento, determinando as providências que o caso exigir.

Art. 539. Nos processos por crime a que não for, ainda que alternativamente, cominada a pena de reclusão, recebida a queixa ou a denúncia, observado o disposto no art. 395, feita a intimação a que se refere o art. 534, e ouvidas as testemunhas arroladas pelo querelante ou pelo Ministério Público, até o máximo de cinco, prosseguir-se-á na forma do disposto nos arts. 538 e segs.

§ 1º A defesa poderá arrolar até cinco testemunhas.

§ 2º Ao querelante ou ao assistente será, na audiência do julgamento, dada a palavra pelo tempo de 20 (vinte) minutos, prorrogável por mais 10 (dez), devendo o primeiro falar antes do órgão do Ministério Público e o último depois.

§ 3º Se a ação for intentada por queixa, observar-se-á o disposto no art. 60, III, salvo quando se tratar de crime de ação pública (art. 29).

Art. 540. No processo sumário, observar-se-á, no que lhe for aplicável, o disposto no Capítulo I do Título I deste Livro.

DECRETO-LEI Nº 2.848.  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

### **Código Penal.**

Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 1º Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o art. 44 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 2º – Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

### **Concurso formal**

Art. 70. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicasse-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de designios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Parágrafo único – Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

### **Crime continuado**

Art. 71. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicasse-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Parágrafo único. Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verifi-

cando-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – em 20 (vinte) anos, se o máximo da pena é superior a 12 (doze);

II – em 16 (dezesseis) anos, se o máximo da pena é superior a 8 (oito) anos e não excede a 12 (doze);

III – em 12 (doze) anos, se o máximo da pena é superior a 4 (quatro) anos e não excede a 8 (oito);

IV – em 8 (oito) anos, se o máximo da pena é superior a 2 (dois) anos e não excede a 4 (quatro);

V – em 4 (quatro) anos, se o máximo da pena é igual a 1 (um) ano ou, sendo superior, não excede a 2 (dois);

VI – em 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.

#### **Prescrição das penas restritivas de direito**

Parágrafo único. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

#### **Prescrição depois de transitar em julgado sentença final condenatória**

Art. 110. A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 2º A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

DECRETO-LEI Nº 2.321,  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987

**Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.**

DECRETO-LEI Nº 73.  
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

**Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.**

DECRETO-LEI Nº 7.661.  
DE 21 DE JUNHO DE 1945

#### **Lei de Falências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2003-Complementar e 71, de 2003, vão às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Lúcia Vânia.

São lidos os seguintes

#### **OFÍCIOS DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Nº 173, de 2003, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 764, de 2003, do Senador Heráclito Fortes; e

Nº 174, de 2003, de 21 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 746, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Lúcia Vânia.

São lidos os seguintes

#### **AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO**

(Nº 251, de 2003, de 17 do corrente, da Ministra de Minas e Energia, encaminhando as informações



em resposta ao Requerimento nº 616, de 2003, dos Senadores Delcídio Amaral e Rodolpho Tourinho;

Nº 389, de 2003, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 702, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo; e

Nº 1.082, de 2003, de 21 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 714, de 2003, do Senador João Capiberibe.

#### EXPEDIENTE

##### DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

(Do Diretor-Geral do Senado Federal, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 991, de 2003).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício. Senadora Lúcia Vânia.

É lido o seguinte

##### REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2003

OFGSJP nº 121/2003

Brasília, 21 de outubro de 2003

Senhor Presidente,

Entendo que o recente “furor midiático” a propósito dos recursos públicos gastos em viagem e ministração do governo Lula a Buenos Aires, aparentemente com finalidades não-oficiais, reflete uma atitude mais generalizada de cobrança suspeita da opinião nacional diante desse tipo de despesas, efetuadas por autoridades dos Poderes constituídos.

No intuito de estimular uma reflexão interna pautada pela preocupação com o fortalecimento da imagem pública desta Casa, solicito seja-me informado, em quadro sinóptico, o seguinte:

– Senadores participantes de viagens ao Exterior no corrente ano, cujas despesas (transporte aéreo, hospedagem, ajudas de custo) foram pagas pelo Senado Federal, no todo ou em parte.

– Datas, destinos, roteiros e finalidades dessas viagens.

– Discriminação das despesas respectivas envolvendo recursos do Senado.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de profunda estima e sincera consideração. – **Jefferson Peres**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência defere o expediente que acaba de ser lido, nos termos do art. 215, inciso II, do Regimento Interno, e o remete à Diretoria-Geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência informa ao Plenário que se encerrou na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 54, de 2003, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de doze milhões, cento e vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico Brasileiro – Estal.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Lúcia Vânia.

São lidos os seguintes

Of. Nº 885/03-LBP

Brasília, 21 de outubro de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Luciano Castro (PL/RR), na qualidade de titular, e o Deputado Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 130, de 2003, que “dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Of. Nº 886/03-LBP

**Justificação**

Brasília, 21 de outubro de 2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Neucimar Fraga (PL/ES), na qualidade de titular, e o Deputado Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 131, de 2003, que “estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária, Senadora Lúcia Vânia.

É lida a seguinte

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 80, DE 2003**

**Altera a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

Art. 14.....

IV – direito de revogação, individual e coletivo;

V – veto popular. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Recentemente todos os veículos de comunicação social veicularam os acontecimentos políticos no Estado da Califórnia – Estados Unidos, onde se deu a destituição do governador do Partido Democrata, Davis Gray, e as eleições do astro do cinema de Hollywood, Arnold Schwarzenegger, do Partido Republicano. Os jornais, telejornais, revistas, rádio, enfim, todos falaram e muito pouco se explicou sobre o instituto denominado “recall”. Contudo, o que chamou a atenção de todos, além das eleições de um astro do cinema, foi o próprio processo de destituição do representante do povo e as novas eleições, significando um aprimoramento da democracia. Muito embora diversos jornalistas e articulistas políticos tenham se prendido ao assunto, transcrevemos aqui a opinião de Tereza Cruvinel, publicada na coluna “Panorama Político”, do jornal **O Globo** do dia 9 de outubro de 2003, em decorrência da simplicidade e profundidade como a questão foi formulada:

“Nota melancólica para a política a eleição do ator Arnold Schwarzenegger para governador da Califórnia, ao fim de uma campanha em que as idéias deram lugar a falas dos personagens por ele vivido no cinema. É o espetáculo ampliando seus domínios. O mesmo episódio traz, por outro lado, um alento ao futuro da democracia, consolidando o *recall* como a instituição do arrependimento eleitoral, ao permitir a revogação do mandato de governantes que frustraram seus eleitores por incompetência ou por traição. Ah, se ele chega ao Brasil um dia...”.

Assim, o objetivo desta Proposta de Emenda Constitucional é inserir, no sistema democrático brasileiro, dois instrumentos da denominada democracia semidireta ou participativa, quais sejam, o direito de revogação e o veto popular.

O jurista Nelson de Sousa Sampaio nos explica a origem do instituto “direito de revogação”, sua característica, onde é aplicado e acentua que no passado as Constituições dos Estados do Rio Grande do Sul e de Goiás já o previam, a saber: “*Nos primórdios do regime representativo, que se situam na Idade Média, os eleitos estavam vinculados estreitamente aos eleitores através de instru-*

ções, consignadas em cadernos, os 'cahiers' que na França perduraram até a Revolução de 1789. Quando os Deputados mostravam-se infiéis a esse mandato imperativo, podiam ser revogados pelos eleitores. Depois de desaparecido o mandato imperativo, com a implantação do sistema representativo moderno, a revogação popular de mandatos reapareceu como instituto de governo semidireto, ou seja, aquele que procura aumentar a participação e o controle do povo sobre os governantes. A primeira forma dessa revogação é a destituição de todos os membros do Parlamento pelo eleitorado. Representa uma dissolução popular do Parlamento, sendo conhecida sob o termo alemão de Abberufungsrecht. Vemo-lo em alguns Cantões da Suíça, no Leichtenstein, e em Estados-Membros da Alemanha Federal, onde o instituto já era conhecido desde a República de Weimar. A forma de eleição para destituir titulares individuais de cargos surgiu na América do Norte com o nome de **recall**, onde existe em diversos dos seus estados e em grande número de governos locais. Usado mais freqüentemente para revogar o mandato de legisladores estaduais, governadores, prefeitos e conselheiros municipais, o **recall**, em alguns Estados-Membros da União norte-americana, também pode ser manejado contra funcionários administrativos e até contra juízes. Na União Soviética e em várias 'democracias populares', ele é adotado contra membros dos corpos legislativos. No Brasil, o **recall** foi previsto na Constituição gaúcha de 1891 (art. 39) para deputados estaduais, enquanto a Constituição de Goiás de 1891 (reformada em 1898) o admitiu para 'conselheiros municipais' (art. 27)<sup>1</sup>.

Por seu turno, "o veto é a faculdade que permite ao povo manifestar-se contrário a uma medida ou lei, já devidamente elaborada pelos órgãos competentes, e em vias de ser posta em execução. Certo número de cidadãos, em determinado prazo, exercendo direito constitucional, pode fazer com que uma lei já publicada seja submetida à aprovação ou rejeição do corpo eleitoral"<sup>2</sup>.

Aliás, aprofundando melhor o assunto, bastante valiosa a lição do cientista político Paulo Bonavides sobre tais institutos:

<sup>1</sup>Eleições e Sistemas Eleitorais, Revista Paraná Eleitoral, nº 07 (abril/1988)

<sup>2</sup>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10ª edição, Ed. Malheiros, 1994, P.294.

"Em certos sistemas constitucionais que consagram a democracia semidireta instituiu-se outro mecanismo excepcional de ação efetiva do povo sobre as autoridades, permitindo-lhe pôr termo ao mandato eletivo de um funcionário ou parlamentar, antes da expiração do respectivo prazo legal. Esse mecanismo vem consubstanciado no chamado direito de revogação. Dois países principalmente o admitem: a Suíça e os Estados Unidos. A revogação assume duas modalidades correntes: o recall e o abberufungsrecht.

O **recall** é a forma de revogação individual. Capacita o eleitorado a destituir funcionários, cujo comportamento, por qualquer motivo, não lhe esteja agradando. Determinados números de cidadãos, em geral a décima parte do corpo de eleitores, formulam, em petição assinada, acusações contra o deputado ou magistrado que decaiu da confiança popular, pedindo sua substituição no lugar que ocupa, ou intimando-o a que se demita do exercício de seu mandato. Decorrido certo prazo, sem que haja a demissão requerida, faz-se votação, à qual, aliás, pode concorrer, ao lado de novos candidatos, a mesma pessoa objeto do procedimento popular. (...) Doze dos Estados-Membros da União americana aplicam o recall, que tem mais voga na esfera municipal do que na estadual. Cerca de mil municípios americanos o adotam. A instituição inexistente no plano federal. Na órbita estadual, conforme assinala Duverger, são modestos os seus resultados: um único governador, o de Oregon, em 1821, caiu pelo recall. (...) A Constituição de Weimar em seu artigo 71 dispunha sobre a destituição do Presidente do Reich, a pedido do Reichstag, através de votação popular. Feita a consulta, o recall se consumava com a queda do Presidente (...). Na antiga União Soviética, os publicistas do regime jactavam-se do direito de revogação, previsto no artigo 142 da Constituição, que instituía uma espécie de mandato imperativo dos chamados representantes das classes trabalhadoras. Os deputados ficavam obrigados a prestar conta aos eleitores de seu trabalho, e podiam ter o mandato revogado a qualquer momento.

O **Abberufungsrecht** – é a forma de revogação coletiva. Aqui não se trata como o recall, de cassar o mandato de um indivíduo, mas o de toda uma assembléia. Requerida a dissolução, por determinada parcela do corpo eleitoral, a assembléia só terá findo seu mandato após votação na qual resulte patente pela participação de apreciável percentagem constitucio-

*nal de eleitores que corpo legislativo decaiu realmente da confiança popular. Sete cantões da Suíça e um semicantão desse mesmo país admitem em suas instituições o Abberufungsrecht*<sup>3</sup>.

Assim, enquanto o direito de revogação – que se apresenta nas espécies “recall” e “abberufungsrecht”, onde o primeiro é conhecido como revogação individual enquanto o segundo como revogação coletiva – permite ao povo pôr termo, antecipadamente, ao mandato dos seus representantes, vez que estes são obrigados a prestar contas periódicas de seu trabalho, e assim serem reapreciados por seus representantes, o veto é a faculdade de que é titular o eleitorado de se manifestar coletivamente contrário a determinada medida governamental ou lei já devidamente aprovada ou em vias de ser efetivada<sup>4</sup>.

A Carta Política de 1988, responsável pela instrumentalização da redemocratização do Brasil, assegurou que “*todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*” (Parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988 – CF/88), rompendo com a expressão tradicionalmente inserida em nossas constituições, de que “*todo poder emana do povo e em seu nome será exercido*”. Desta feita, o Brasil adota a denominada democracia semidireta ou participativa, isto é, a coexistência da democracia representativa (aquela em que o povo, fonte primária do poder, se governa por meio de representantes eleitos) com outros instrumentos da democracia direta, tais como o plebiscito, referendo e a iniciativa popular.

É o art. 14 da CF/88 que estabelece os mecanismos do exercício da vontade popular, ou melhor, da soberania popular, ali prescrevendo que essa soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos (democracia representativa), bem como, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. Por conseguinte, imprescindível agregar nesse rol o direito de revogação e o veto popular, espécies da denominada democracia participativa, os quais também são espécies o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

3 Idem. Ob. Cit. P. 291 e 293

4 Sant’ana Pedra, Anderson. “Na Defesa de uma Democracia Participativa”, extraído do sítio [jusnavegandi](http://jusnavegandi.com).

Vale dizer que se manteve a estrutura insculpida na Carta Constitucional de delegar ao legislador, mediante simples lei de tramitação sob o rito ordinário, toda a disciplina sobre a matéria, de modo que será a lei ordinária que irá estabelecer os pressupostos, as condições e os procedimentos para a materialização desses novos institutos, distanciando a Constituição das regras detalhistas ou minuciosas. Por exemplo: o recente caso do **recall** do Estado da Califórnia, onde se afastou o governador Gray Davis, necessitou das assinaturas de 12% (doze por cento) do eleitorado, a fim de submetê-lo ao vereticto da interrupção ou continuidade do mandato. No caso, não se busca pormenorizar as regras de tais institutos.

Diante do grande alcance de nossa Proposta, num País que assegura a democracia participativa ou semidireta, inclusive com base sólidas na democracia, imperativo a criação desses institutos com vista a cada vez mais se aperfeiçoar o nosso Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual contamos com o apoio e a aprovação de nossos Pares.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. –  
**Antonio Carlos Valadares – Ramez Tebet – Patrícia Saboya Gomes – Ney Suassuna – Serys Slesarenko – Rodolpho Tourinho – Roberto Saturnino – Fernando Bezerra – Eduardo Azeredo – Geraldo Mesquita Júnior – Mão Santa – Ana Júlia Carepa – Eduardo Suplicy – Heloísa Helena – Augusto Botelho – Mozarildo Cavalcanti – Aelton Freitas – Papaléo Paes – Valdir Raupp – Sibá Machado – Teotônio Vilela Filho – Efraim Moraes – José Agripino – João Ribeiro – Gerson Camata – Fátima Cleide – Garibaldi Alves Filho – Flávio Arns – Pedro Simon.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CAPÍTULO IV Dos Direitos Políticos

Art. 14. (\*) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o alistamento eleitoral;

IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;

V – a filiação partidária;

VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito, conforme possibilita o Regimento, a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, da mesma forma que a Senadora Heloísa Helena, também desejo me inscrever para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex<sup>as</sup> terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. Fica inscrita, em primeiro lugar, a Senadora Heloísa Helena. Em segundo lugar, está inscrito o Senador Aelton Freitas e, em terceiro lugar, o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar pela Liderança do PSB após a Ordem do Dia, porque a pauta está muito extensa. Se for possível algum orador falar, eu gostaria de falar como Líder.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito em primeiro lugar, para falar após a Ordem do Dia, nobre Líder Antonio Carlos Valadares.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o dia de hoje, 28 de outubro, é dedicado ao servidor público e, portanto, é um dia em que se devem prestar homenagens ao servidor público. No entanto, penso que deve ser feita uma grande reflexão sobre a situação dos servidores públicos do Brasil nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Ao longo de pelo menos uma década, o servidor público vem, aos poucos, perdendo o status de agente público, de servidor do povo, para ser colocado perante a opinião pública como o vilão dos males pelos quais o País vem atravessando.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, durante esse período, temos observado o achatamento salarial e o enxugamento da máquina administrativa, com a redução do número de servidores públicos. Quando assumiu a Presidência o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, houve a demissão de milhares de servidores públicos. Depois, viu-se a substituição do servidor público por empregados terceirizados, abrindo-se um caminho quase que para a privatização do serviço público no País. E não falo daquelas carreiras típicas de Estado, em que não há como se pensar em terceirizar esses serviços, mas, mesmo assim, temos ouvido sugestões de que a iniciativa privada colabore com setores do Poder Judiciário.

Na verdade, até me pergunto: qual o sentido que os Governos – e citei o Governo do Presidente Fernando Collor – vêm dando à imagem ou à dignidade do servidor público?

O achatamento salarial desencoraja, por exemplo, que alguém queira ser professor neste País. Dados recentes mostram que os professores, principal-

mente os do Ensino Fundamental e Médio, têm em média entre 45 e 59 anos de idade, ou seja, não está havendo uma renovação em uma profissão tão importante e fundamental como é a do professor.

Por que os cursos de licenciaturas nas universidades públicas e nas faculdades particulares estão sempre com vagas ociosas? Porque não há realmente nenhum estímulo para que a pessoa, mesmo tendo vocação, queira ser professor neste País, já que, se for do Ensino Fundamental e Médio, ganhará algo em torno de R\$300,00 a R\$600,00 por mês. Se chegar ao último ponto da carreira de professor universitário, o professor ganhará em torno de R\$3 mil. E isso ocorrerá se o professor tiver concluído o doutorado ou se tiver tempo de serviço suficiente, porque, na verdade, na maioria das universidades públicas, o professor auxiliar não ganha mais do que R\$1 mil.

E é bom lembrar que todos os profissionais têm que passar pela mão do professor, desde a professora do interior até o professor universitário. No entanto, a carreira vem, ao longo do tempo, perdendo a sua motivação. Também podemos falar o mesmo com relação aos médicos. A média dos salários dos médicos no serviço público, por exemplo, não passa de R\$800,00.

Estamos falando, portanto, de dois grupos de servidores: de um lado, aqueles que ajudam na formação dos futuros técnicos nas diversas áreas, para impulsionar o desenvolvimento do País, e, do outro lado, o profissional que cuida da saúde. E, quando falo do médico, englobamos todos os profissionais da área de saúde. Assim, se um médico ganha tão pouco, imaginem quanto ganham os outros!

E o que podemos dizer do policial, seja ele policial civil estadual ou federal? O que se vê é um profissional mal pago e, portanto, exposto a ser corrompido pelo poder forte do dinheiro da criminalidade, que vai do narcotráfico às quadrilhas mais banais.

Então, neste dia dedicado a homenagear o servidor público, é preciso realmente que pensemos o que queremos de fato para o nosso País em relação ao serviço público. E não falo só das carreiras típicas de Estado, mas das outras que são também muito importantes.

É preciso devolver a tranquilidade às pessoas que fizeram um concurso público, entraram no serviço público, cumpriram um estágio probatório e, depois, ficaram sujeitas às regras e às leis que, a qualquer momento, podem fazê-las deixar o serviço público. Para tanto, Sr. Presidente, não se pode aceitar o aviltamento da carreira do servidor público, a quebra da sua dignidade.

A aposentadoria de um servidor público, na maioria das vezes, não é suficiente sequer para pagar os medicamentos de que o cidadão precisa, visto que, quando se aposenta, já está naquela fase da vida em que tem uma série de doenças ditas da terceira idade. O salário do servidor público deve proporcionar-lhe um mínimo de dignidade na velhice.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria de me associar às homenagens que V. Ex<sup>a</sup> faz à classe dos servidores públicos no seu discurso, bem como me posicionar e me alinhar, da mesma forma que V. Ex<sup>a</sup>, em relação aos comentários feitos sobre o desestímulo que enfrenta a classe dos servidores públicos neste momento de crise, principalmente nestes últimos dez anos, em que seus salários foram achataados, reduzidos substancialmente, em decorrência do congelamento sistemático a que foram submetidos seus vencimentos. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que os professores, que formam a geração futura do nosso País, deveriam receber um salário mais condizente com a sua atuação frente à sociedade, aos jovens. Além disso, também gostaria de dizer que o servidor público, de um modo geral, tem sido prejudicado pela profusão de cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, o que obriga cada governante a tomar posse já trazendo uma equipe totalmente diferente daquela existente, a qual já está profissionalizada e experimentada de outros anos. O que acontece então? O novo Governo, quase sempre, entra com uma equipe sem experiência, seus quadros ainda vão ganhar a devida cancha no serviço público, e demandará pelo menos um ano para que a administração readquirir a sua velocidade normal. Por esse motivo, a carreira do servidor público deve ser repensada. É necessário que se dê a condição de permanência ao servidor público. Isto acontece no Banco Central: a equipe que assiste à área financeira e à área administrativa é praticamente a mesma. Entra governo, sai governo, e o Banco Central fica com a sua espinha dorsal intacta para bem administrar as suas tarefas, que são complexas. E, como são complexas as tarefas do Banco Central, assim também o são as da Administração Pública. Assim, penso que somente os cargos de extrema confiança dos governantes deveriam ser preenchidos por meio de cargos em comissão, enquanto o restante – os cargos técnicos, que exigem

especialização e experiência – deveria ser preenchido apenas por intermédio de concurso. Era essa a contribuição que queria dar a V. Ex<sup>a</sup>, neste momento em que demonstra, mais uma vez, seu apreço e sua solidariedade a esta classe que merece nosso respeito: a dos servidores públicos do Brasil.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Valadares.

O meu Estado, especificamente, era território federal e foi transformado em Estado. Com isso, o quadro de funcionários do ex-território ficou à disposição do Estado, e alguns servidores foram redistribuídos para outros órgãos no Estado ou fora dele. O certo é que esse grupo de funcionários é um quadro em extinção, assim como também o é o do Amapá. Os Municípios e o novo Estado estão fazendo, portanto, concursos para preenchimento dos seus quadros.

Mas quero enfatizar o que V. Ex<sup>a</sup> disse: a importância de retomar a dignidade do servidor público, fazendo com que ele seja realmente um profissional. Neste particular, no Senado, o quadro de funcionários é altamente profissional, qualificado, e, portanto, deveria servir de modelo para vários outros órgãos, tanto federais, quanto estaduais e municipais.

Portanto, presto uma homenagem especial a todos os servidores públicos do Brasil, mas, em particular, aos servidores públicos do Estado de Roraima, sejam eles do ex-Território de Roraima, dos diversos órgãos federais que lá atuam, sejam do Governo do Estado ou das Prefeituras.

Preocupa-me muito ver que, há mais de uma década, vem sendo feito um trabalho de desmonte da imagem do servidor público, de desqualificação do servidor perante a opinião pública. Isso não faz bem ao País nem a ninguém. Devemos trabalhar, sim, para que a valorização seja retomada e para que não volte a acontecer o que ocorreu na Fundação Nacional de Saúde, que, na época do Presidente Collor, teve simplesmente desmantelado um grupo de funcionários importantes, os chamados “mata-mosquitos”. Como consequência, houve o recrudescimento de doenças como a dengue, a febre amarela e tantas outras, que são evitadas pela vacinação. Com a idéia do excesso de funcionários e do enxugamento da máquina administrativa, causou-se um mal ao País.

Neste dia, abraço todos os servidores públicos do País, do meu Estado, dos Municípios de todo o Brasil. Realmente, essa categoria precisa ser valorizada e ser olhada de outra maneira.



Aqui desta tribuna, presto as minhas homenagens e digo que é urgente que não só o Poder Executivo, aquele que, na verdade, tem a iniciativa nesse particular, mas também nós, do Legislativo, nos esforcemos para encontrar mecanismos que valorizem efetivamente o servidor público.

Creio que a Constituição de 1988 deu um grande passo ao consagrar o princípio de que o ingresso no Serviço Público só se daria por concurso público. Por outro lado, creio que esse preceito está sendo burlado na medida em que um enorme setor do serviço público está sendo substituído pelos chamados serviços terceirizados, por empresas que, na verdade, são particulares – aqui não vai nenhum demérito aos funcionários dessas empresas –, quando poderíamos perfeitamente ter um quadro de servidores públicos atuando nessas atividades.

Contudo, não vim aqui debater essa questão, mas deixar registrada a minha admiração e o meu respeito pela categoria dos servidores públicos e parabenizá-los pelo seu dia: 28 de outubro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE**(Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à segunda oradora inscrita, Senadora Lúcia Vânia, do Estado de Goiás.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com muita satisfação que venho ao Senado Federal registrar o anúncio da possibilidade de um novo tempo para a economia de Goiás, com reflexo para todo o Brasil.

Refiro-me ao XXI Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que se encerra hoje em Goiânia, com previsões das mais otimistas: uma expectativa de que empresários alemães invistam US\$ 2.600 milhões em nosso Estado.

Tive o prazer de participar ontem da abertura do encontro em Goiânia, que contou com o comparecimento de representantes dos Governos da Alemanha e do Brasil, e fui testemunha do entusiasmo com que os empresários alemães estão encarando a possibilidade de investir no País e em Goiás. No Centro de Convenções, havia uma platéia atenta de mais de mil empresários brasileiros e alemães, confirmando a vocação de Goiânia para o turismo de negócios.

Destaca hoje o jornal **O Popular**: “Alemães devem investir US\$2,6 bilhões em Goiás”. De US\$ 30 bilhões que os alemães pretendem investir no Brasil, em 69 projetos de infra-estrutura e energia, ao menos

US\$2,65 bilhões deverão ser destinados a programas em Goiás”.

“A Confederação Nacional da Indústria do Brasil (CNI) e da Alemanha (BDI) renovaram ontem, por mais três anos, a Iniciativa Brasil-Alemanha de Infra-Estrutura e Energia. O objetivo é a criação de parcerias entre empresários brasileiros e alemães para a execução de obras de infra-estrutura no Brasil, especialmente as previstas no Plano Plurianual de Investimentos 2003-2007, do Governo Federal.

O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, afirmou que os investimentos em infra-estrutura são bem-vindos, pois há forte demanda pela expansão da logística no País. E lembrou que, neste ano, o volume físico das exportações brasileiras já aumentou 20%, demandando mais estradas, ferrovias e portos.

Os alemães, que ficaram fora do processo de privatização brasileira no governo passado, já manifestaram interesse em participar de obras de auto-estradas, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas e térmicas e em linhas de transmissão de energia.

Em fevereiro de 2002, durante a viagem do Chanceler alemão Gerhard Schröder ao Brasil, brasileiros e alemães criaram uma parceria para fomentar projetos bilaterais de infra-estrutura e de energia. Agora, o acordo foi reativado.

O Presidente da Federação das Indústrias de Goiás, Paulo Afonso Ferreira, lembrou que os 69 projetos selecionados são viáveis economicamente. E manifestou confiança na possibilidade de os alemães investirem no Brasil, especialmente em Goiás, a curto prazo.

A lista com os 69 projetos na área de infra-estrutura foi elaborada por uma comissão mista de representantes do Governo Federal e dos empresários brasileiros. Em março do próximo ano, uma delegação de empresários alemães virá ao Brasil conhecer de perto os projetos pré-selecionados.

O Presidente da Confederação Alemã da Indústria, Michael Rogowski, afirmou que as empresas alemãs poderão cooperar com o Brasil na expansão de sua infra-estrutura. Ele lembrou também que as empresas alemãs instaladas no Brasil já contribuem com 15% do Produto Interno Bruto brasileiro. Esse percentual deve aumentar ainda mais, sobretudo após o Encontro Econômico Brasil – Alemanha.

A Ministra da Defesa do Consumidor, Alimentos e Agricultura da Alemanha, Renate Künast, reconheceu que o Brasil voltou a ser o centro das atenções dos investidores internacionais. Estima-se que mil e



quinhentas empresas alemãs têm investimentos no Brasil, a maioria – cerca de oitocentas – em São Paulo. Mas a Ministra garantiu que, no futuro próximo, outras empresas também fincarão bandeira no território brasileiro, sobretudo em outros Estados.

Incrementar as exportações goianas para a Alemanha, que somaram US\$68 milhões de janeiro a agosto de 2003, atrair investimentos para diversos setores do Estado e ajudar a inserir as médias e pequenas empresas goianas no contexto internacional da atividade comercial, tudo isso faz parte das expectativas dos empresários goianos após esse encontro.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Encontro Brasil-Alemanha, realizado em Goiânia, só vem confirmar o crescimento que a Região Centro-Oeste e, em especial, o Estado de Goiás, tem apresentado nos últimos anos.

Cabe destacar nosso papel na produção de algodão, arroz, soja, milho e cana, bem como os empreendimentos ligados ao agronegócio e a instalação de 40 novos distritos industriais.

E vale lembrar, ainda, a recente inauguração da maior fábrica de couros do mundo, um empreendimento de empresários brasileiros, com o apoio decisivo do Governo do Estado, que vem mudando o perfil da cidade de Itumbiara, gerando empregos e arrecadando impostos.

É por tudo isso que Goiás, assim como o Centro-Oeste, são vozes indispensáveis na discussão da reforma tributária.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, do PFL do Estado do Maranhão, que falará por cessão do nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sinto-me no dever de informar a este Plenário sobre fatos ocorridos naquela Comissão, que foram motivo de forte pronunciamento do Senador Almeida Lima desta tribuna. Faço-o agora, porque não desejo que se tenha a impressão de indiferença, de minha parte, em relação a S. Ex<sup>a</sup>.

Fomos surpreendidos, no início deste mês de outubro, com um mandado de segurança, junto ao Supremo Tribunal Federal, impetrado pelo Senador Almeida Lima, contra o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, embo-

ra não surpreendidos com a esperada decisão do Ministro Cezar Peluso, de indeferi-lo de pronto.

O Senador Almeida Lima, como já é do conhecimento desta Casa, manifestou o seu inconformismo por não lhe ter sido permitido ler o seu voto em separado na memorável reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de 24 de setembro passado, a mais longa em duração na história do Senado, quando se deu o início à apreciação do relatório relativo à PEC 67/2003, que versa sobre a reforma da Previdência.

O inconformismo do ilustre impetrante, porém, fez vista grossa e omitiu, nas suas alegações, os seguintes e decisivos detalhes:

1 – o fato que considerou censurável originou-se de uma questão de ordem formulada pelo Senador Romero Jucá e indeferida pelo Presidente da Comissão em decisão que beneficiaria a pretensão do próprio Senador Almeida Lima;

2 – tal decisão do Presidente ocasionou recurso ao Plenário, na forma do art. 405 do Regimento;

3 – como suplente da Comissão podia participar da citada reunião, como ocorreu, e, na forma do art. 112 do Regimento Interno, era-lhe facultado discutir o assunto em debate pelo prazo regimental a ele concedido, assim como enviar à Mesa, por escrito, informações ou esclarecimentos – o que S. Ex<sup>a</sup> não fez;

4 – apesar das limitações e do fato de que a leitura do voto em separado não estar expressamente previsto no Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Almeida Lima, graças à liberalidade da Presidência – tantas vezes necessária para a boa condução dos trabalhos conflituosos –, afinal leu o seu voto, não obstante os protestos dos Senadores que não lhe reconheciam o direito.

Chega-se, então, à conclusão, Sr. Presidente, que as motivações inspiradoras do ilustre Senador Almeida Lima, que o levaram a acionar judicialmente a sua própria Casa, foram perfunctórias. A indignação de S. Ex<sup>a</sup> não procede como uma atitude justa e de equilíbrio em relação à espinhosa tarefa que, com amplos e honrosos elogios, cabe a este Senador desempenhar como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A decisão de S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro-Relator Cezar Peluso, demonstra, em poucas palavras, a absoluta inconsistência dos longos argumentos expostos pelo impetrante no referido mandato de segurança. O Ministro Peluso indeferiu a liminar solicitada pelo Senador.

Sr. Presidente, o insucesso do nobre Senador Almeida Lima no seu pleito judicial não me fez eufórico. Antes, lastimo o ocorrido. O que se deu foi o inconformismo a uma longa prática de cumprimento das regras regimentais do Senado, que permitem algumas manobras políticas compreensíveis e impede, ainda, outras. Entretanto, entendo que a democracia se fortalece no debate das idéias, pressuposto do exercício da liberdade. O reverso disso resulta no enfraquecimento do regime, e o que desejamos é a sua consolidação.

Esse é um episódio que considero encerrado e que não transpõe os limites do nosso bom convívio parlamentar.

Eram esses, Sr. Presidente, os esclarecimentos que julguei do meu dever trazer ao conhecimento desta Casa.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – Pois não.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup>, com o zelo que lhe é peculiar, faz um pronunciamento para justificar um procedimento que eu, como seu companheiro, seu correligionário, até julgaria desnecessário, porque a tradição de V. Ex<sup>a</sup> é de ação com correção pessoal, parlamentar e regimental. O Senador Almeida Lima, um companheiro por quem tenho muito apreço pessoal, creio que, levado pela emoção do momento – vivemos uma reunião tensa, a discussão dos votos em separado em confronto com o relatório do Relator na CCJ por ocasião da apreciação da reforma da previdência –, impetrou uma ação contra V. Ex<sup>a</sup> junto ao Supremo Tribunal Federal, posicionando-se contra uma atitude, que agora V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa, adotada com correção. Nenhum dos seus companheiros do PFL teve dúvida com relação à postura democrática de respeito aos companheiros, de tolerância até, que V. Ex<sup>a</sup> tem assumido, permitindo um debate livre, profundo, em torno dos assuntos que tramitam pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De toda forma, como esse assunto foi muito comentado, um companheiro ter questionado outro – no caso, V. Ex<sup>a</sup>, junto ao Su-

premo Tribunal Federal –, e como o Supremo se manifestou, V. Ex<sup>a</sup> se julga com o direito de trazer ao conhecimento da Casa a decisão do Supremo, declarando com muita propriedade que entende o assunto como encerrado, como deve ser. Neste momento, não me cabe dar a minha interpretação à atitude do Senador Almeida Lima, por quem, repito, tenho o maior apreço pessoal, mas entendo que S. Ex<sup>a</sup> tomou uma atitude movido pela emoção da tensão da reunião, mas quero manifestar a V. Ex<sup>a</sup> a opinião do seu Partido, de que tem em V. Ex<sup>a</sup> um companheiro cordato, correto, sério e fiel cumpridor do Regimento. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e pela correção de suas atitudes!

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – Agradeço ao Senador José Agripino, Líder do meu Partido, a solidariedade que traz a este seu companheiro.

Ouç o Senador Almeida Lima.

**O Sr. Almeida Lima (PDT – SE)** – Nobre Senador, registrando com tranqüilidade e de forma civilizada as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, devo apenas dizer que, não obstante a minha experiência parlamentar no Congresso Nacional decorrer do exercício do mandato de Senador, por duas vezes fui Deputado Estadual no meu Estado. E a experiência, a prática parlamentar, tem-me ditado uma norma de comportamento: fazer uso dos instrumentos jurídicos que o Estado Democrático de Direito permite. Naquela reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entendi, como entendo, que houve um cerceamento do exercício de direito do mandato de Senador da República. Como entendi ter sido lesado naquele direito, busquei o instrumento a que o Estado de Direito nos garante e fui, portanto, ao Supremo Tribunal Federal com uma ação de mandado de segurança, que, ultimada, foi indeferida. Como cidadão e agora como representante do povo, consciente dos meus direitos e obrigações, entendo que este é o instante de acatar a decisão da Suprema Corte de Justiça do País e, embora discorde do seu mérito, assim como V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer, dar por encerrado o episódio, ressaltando apenas que procuramos exercer os instrumentos próprios da democracia, de pessoas civilizadas, dentro do espírito do Estado de Direito em que vivemos. Agradeço, portanto, a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte que me concede. Ressalvada o entendimento de V. Ex<sup>a</sup>, que, quanto ao mérito, diverge do meu, parabeno-o pelo pronunciamento.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – Senador Almeida Lima, agradeço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>.

Ouç o Senador Aloizio Mercadante.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, preliminarmente, de público, manifesto o respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho parlamentar que desempenha. Penso que foi uma das minhas belas descobertas nesta legislatura conviver com um Senador sereno, equilibrado, democrático, que acata as decisões majoritárias da Comissão, que sabe ouvir e dialogar. Neste momento tão difícil, de tramitação de duas matérias complexas, extremamente polêmicas, V. Ex<sup>a</sup> tem sido um ponto de equilíbrio essencial entre as expectativas da Minoria, da Oposição, e as atitudes da Maioria. Talvez a longa vivência parlamentar e política seja elemento central nessa capacidade de ponderação, de equilíbrio, de tolerância, de respeito à diversidade, ao pluralismo, tão fundamental na vida desta instituição, que é o Parlamento. Quero dizer, Sr. Presidente, que a independência dos Poderes é um valor fundamental. É um princípio constitucional, uma cláusula pétrea da Constituição, uma das dimensões mais relevantes do Estado republicano. Isso significa que este Poder, que é constituído, na sua essência, pelo pluralismo, pela diversidade, pelos embates cotidianos entre Maioria e Minoria, tem que se valorizar, sobretudo reconhecendo que somos capazes de nos auto-organizar e assegurar, por meio do Regimento, na convivência fraterna, a capacidade de embate, de disputas, a essência desta instituição. Quero lembrar que o Relator tem até trinta minutos para ler o parecer. Para começar, ressalto que em nenhum momento o Regimento diz que o voto em separado deve ser lido. Não existe no Regimento a expressão “leitura de voto em separado”. Existe, sim, “leitura do voto do Relator”. E estabelece ao Relator um limite de trinta minutos. Naquele dia, os votos em separado foram de horas, extrapolando todas as condições, eu diria, inclusive, acordadas preliminarmente entre os Líderes. De qualquer forma, V. Ex<sup>a</sup> foi absolutamente tolerante, respeitou os encaminhamentos e soube acatar também a decisão majoritária da Comissão. A decisão foi de maioria, foi democrática, foi regimental no encaminhamento do processo decisório. E o Supremo, nessa atitude, valoriza o Poder Legislativo, valoriza a nossa independência como Poder, reconhece que foi uma atitude legítima, regimental e democrática. Por tudo isso, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela condução dos trabalhos. Fico satisfeito pelo fato de esse episódio ter sido encerrado e dessa forma, com o reconhecimento, com a valorização da nossa independência de Poder Legislativo, com democracia, que significa, antes de tudo, o direito de expressão da minoria, mas com a

prevalência da decisão da maioria em cada um dos nossos processos de pronunciamento legislativo em todas as matérias em que estamos envolvidos. Parabéns, Senador Edison Lobão. Mesmo não sendo de um Partido aliado, quero, de público, render minhas homenagens a V. Ex<sup>a</sup> pela serenidade, equilíbrio, seriedade e competência com que vem levando à frente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – As expressões de V. Ex<sup>a</sup> a mim me valem muito. Senador Aloizio Mercadante, o convívio com V. Ex<sup>a</sup> também é profundamente agradável a mim. Tornei-me seu amigo. Já o conhecia de muito tempo, mas este convívio fez de nós dois bons amigos e em mim V. Ex<sup>a</sup> tem um grande admirador.

Ouçó o Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Edison Lobão, apenas quero expressar o meu testemunho, de quem tem acompanhado todas as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, fundamental para a vida e para a personalidade do Poder Legislativo perante a sociedade brasileira. Manifesto minha alegria de tê-lo como Presidente daquela Comissão, exercendo o seu mandato constituído por uma indicação partidária, devidamente acatado por todos os Partidos de maneira madura. Acho que estamos diante de um político no auge de sua maturidade de décadas de exercício parlamentar, em atividade como gestor executivo, que contribui efetivamente com a história legislativa do Parlamento no exercício da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. O meu testemunho vem somar uma outra preocupação: a necessidade de uma reforma urgente no Regimento Interno do Senado Federal. Temos um Regimento omissivo em situações fundamentais para o processo legislativo, que ainda herda conceitos e afirmações do bipartidarismo. Tenho certeza de que o Presidente Sarney, juntamente com toda a Mesa Diretora, está sensível, tem esse mesmo diagnóstico e a preocupação de avançarmos numa reforma do Regimento Interno do Senado Federal para que, com isso, possamos dar melhores instrumentos de direção aos Presidentes das Comissões do Senado Federal. O trabalho das Comissões é essencial à vida do Parlamento. Infelizmente, lá não há um grande acompanhamento da sociedade brasileira, mas o aperfeiçoamento regimental irá permitir isso. Da minha parte, externo o contentamento de ter V. Ex<sup>a</sup> como Presidente da Comissão e a alegria de saber que V. Ex<sup>a</sup>, com a maturidade que tem, tira as dúvidas nos momentos fundamentais em que há interrogações quanto à aplicação regimental. Parabéns! Para todos os Parlamen-

tares desta Casa, sem dúvida alguma, é um orgulho tê-lo presidindo aquela Comissão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. V. Exª lembra a ambigüidade do nosso Regimento, que, na verdade, é omissa em muitos pontos.

Ao ver, à distância, o Senador Antonio Carlos Magalhães, lembro-me de um episódio. Na sua volta ao Senado, Rui Barbosa descrevia a visita do Marechal Hermes da Fonseca à Bahia quando foi interrompido por um colega seu reclamando de procedimentos regimentais. Rui Barbosa respondeu dizendo que pertencia ao Senado há muito mais tempo que seu colega e, por isso mesmo, sabia os procedimentos que estavam no Regimento e os da tradição. Estou aqui, Senador Tião Viana, há três mandatos como Senador da República e o próprio eminente Senador Almeida Lima argúi sua pouca experiência no Senado, embora tenha muita experiência na Assembléia Legislativa e esteja aqui há apenas poucos meses. Portanto, tenho eu o dever de conhecer mais os procedimentos regimentais do que S. Exª.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me concede um aparte, Senador Edison Lobão?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Edison Lobão, minha interferência neste debate, que considero salutar para a Casa, até para esclarecimentos que a opinião pública precisa ter, é no sentido de parabenizar e felicitar V. Exª por seu comportamento idôneo, digno e, acima de tudo, democrático à frente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual faço parte desde que fui eleito Senador pela primeira vez. Posso dar meu testemunho de que V. Exª, à frente daquele órgão colegiado do Senado Federal que muito honra esta Casa, tem sido um professor, um estadista, um homem que transcende o próprio comportamento e fisionomia, para evidenciar a consideração que se deve ter com o Poder Legislativo. Tanto é verdade que os debates acalorados que se travam na Comissão são permitidos à exaustão por V. Exª, tendo em vista a liberalidade que o nobre Presidente da Comissão concede aos nobres Senadores. Por isso, sem me referir à decisão do Supremo – porque decisão do Supremo é para se cumprir, e nada mais –, solidarizo-me com V. Exª pelo trabalho profícuo que tem realizado à frente daquela Comissão, sobretudo fortalecendo o Poder Legislativo ao qual pertencemos. Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares ao registrar sua solidariedade, sua opinião e a convivência de V. Exª com este modesto companheiro. Por tudo isso, agradeço a V. Exª.

**A Srª Heloísa Helena** (Bloco/PT – AL) – Permita-me V. Exª um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

**A Srª Heloísa Helena** (Bloco/PT – AL) – Senador Edison Lobão, sinto-me na obrigação de fazer um registro à fala de V. Exª no que diz respeito à sua tolerância na reunião da Comissão, inclusive para com os Senadores que têm direito regimental de discutir na Comissão, mesmo que não sejam membros dela. Talvez seja realmente necessário corrigirmos – como bem disse V. Exª – a ambigüidade regimental que, muitas vezes, nos faz, por analogia, dar direitos a uns e a outros não. É evidente que, por mais que tenhamos que nos submeter à decisão do guardião da Constituição – embora do Regimento efetivamente devamos ser nós –, tenho a concordância com aqueles que reivindicavam a leitura do voto em separado. Isso porque, embora o Regimento seja omissa, e realmente o é em relação ao tempo a ser dado ao voto em separado, o Regimento também é omissa em relação ao tempo dedicado ao Relator na Comissão. Como bem sabe V. Exª, nós o usamos por analogia. Porque, quando se fala em 30 minutos para o parecer, é para o parecer oral dado em Plenário, diante da designação feita pelo Presidente da Mesa. Isso nada tem a ver com os 30 minutos de que falávamos na Comissão, embora um Senador tenha falado, erradamente, há pouco que há no Regimento. Pelo menos, aqui, no Regimento, não tem. Nós o usamos por pura analogia com o pronunciamento feito no Plenário oralmente pelo Relator designado pelo Presidente da Mesa. Então, talvez seja extremamente importante, como bem disse V. Exª, que possamos corrigir a ambigüidade do Regimento. Mas não devemos fazê-lo para a neomaioria, não para maiorias artificiais ou políticas, mas para garantir que o Regimento seja utilizado para a garantia dos mandatos dos Senadores e a garantia dos mandatos das maiorias. Nada é pior em uma Casa Legislativa – sei que esse não é o posicionamento de V. Exª – do que o fato de o Regimento ser alterado ou interpretado conforme maiorias artificiais e conjunturais. Portanto, apenas fiz o registro porque um Senador disse, de forma errada, que no Regimento havia algo que não tem. Senti-me na obrigação de fazer o devido reparo. Mas não poderia deixar de saudar e de compartilhar com V. Exª, embora não com-

partilhe com a interpretação dada, e não foi a de V. Ex<sup>a</sup>, porque houve um recurso ao Plenário. V. Ex<sup>a</sup> pensava como eu penso, mas infelizmente o Plenário da Comissão decidiu efetivamente o contrário. Portanto, senti-me na obrigação de me manifestar, inclusive falando sobre a tolerância que V. Ex<sup>a</sup> teve para com aqueles que, embora direito tenham, efetivamente não eram membros na Comissão. Muito obrigado.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Incorporo, como sendo de grande valia, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu discurso.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, desejo encerrar, mas se V. Ex<sup>a</sup> tiver tolerância, ouviremos ainda o Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Serei breve, nobre Senador Edison Lobão. Quero dizer que estou solidário com V. Ex<sup>a</sup>. No período desses dois mandatos tenho visto a lhanza e a seriedade com que V. Ex<sup>a</sup> segue o Regimento e a educação com que trata todos os companheiros. Parabéns. Minha solidariedade.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Muito obrigado ao nobre Senador Ney Suassuna.

Agradeço ao eminente Presidente desta Casa, Senador Eduardo Siqueira Campos, pela tolerância.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.**

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sinto-me no dever de informar este plenário sobre fatos ocorridos naquela Comissão, que foram motivo de forte pronunciamento do Senador Almeida Lima desta tribuna. Faço-o agora porque não desejo que se tenha a impressão de menoscabo de minha parte em relação a Sua Excelência.

Fomos surpreendidos, no início deste mês de outubro, com o mandado de segurança, junto ao Supremo Tribunal Federal, impetrado pelo Senador Almeida Lima contra o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, embora não surpreendidos com a esperada decisão do Ministro Cezar Peluso de indeferi-lo de pronto.

O Senador Almeida Lima, como já é do conhecimento desta Casa, manifestou seu inconformismo por não lhe ter sido permitido ler o seu voto em separado na memorável reunião da CCJ, de 24 de setembro passado – a mais longa em duração na história do

Senado -, quando se deu início à apreciação do Relatório relativo à PEC nº 67/2003, que versa sobre a reforma previdenciária.

O inconformismo do ilustre impetrante, porém, fez vista grossa e omitiu, nas suas alegações, os seguintes e decisivos detalhes:

1º o fato que considerou censurável originou-se de uma questão de ordem formulada pelo Senador Romero Jucá, indeferida pelo Presidente da Comissão, em decisão que beneficiaria a pretensão do próprio Senador Almeida Lima;

2º tal decisão do Presidente ocasionou recurso ao Plenário, na forma do art. 405 do Regimento;

3º como Suplente da CCJ podia participar da citada reunião, como ocorreu, e, na forma do art. 112 do Regimento Interno, era-lhe facultado discutir o assunto em debate pelo prazo regimental a ele concedido, assim como enviar à Mesa, por escrito, informações ou esclarecimentos, o que Sua Excelência não fez;

4º apesar das limitações e do fato de que a leitura do voto em separado não estar expressamente previsto no Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Almeida Lima, graças à liberalidade da Presidência – tantas vezes necessária para a boa condução de trabalhos conflituosos -, afinal leu o seu brilhante voto, não obstante os protestos dos Senadores que não lhe reconheciam tal direito.

Chega-se então à conclusão, Senhor Presidente, que as motivações inspiradoras do ilustre Senador Almeida Lima, que o levaram a acionar judicialmente a sua própria Casa, foram perfunctórias. A indignação de Sua Excelência não procede como uma atitude justa e de equilíbrio em relação à espinhosa tarefa que, com amplos e honrosos elogios, cabe a este Senador desempenhar como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A decisão de Sua Excelência o Ministro-Relator César Peluso – que lerei em seguida para o conhecimento dos meus pares – demonstra, em poucas palavras, a absoluta inconsistência dos longos argumentos expostos pelo impetrante no referido mandado de segurança.

Registra o documento do Supremo Tribunal Federal:

**MANDADO DE SEGURANÇA 24.666-9  
DISTRITO FEDERAL****Relator:** Min. Cezar Peluso**Impetrante:** José Almeida Lima**Impetrado:** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

**Decisão:** 1. Por conceder liminar tendente a interromper a tramitação da PEC nº 67/2003, com todas as suas graves consequências institucionais, seria mister despontasse nítido a aparência do alegado direito subjetivo do impetrante. À vista das informações, não o desponta, todavia.

É que, abstraídos outros aspectos consideráveis, não teria o impetrante, em primeiro lugar, legitimação para exigir observância de suposto direito de proferir voto em separado, porque, ostentando apenas a qualidade de suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, só poderia fazê-lo quando previamente convocado, nos termos regimentais (art. 84, § 1º, do RISF), para substituir o único membro titular do Partido, Senador Jefferson Peres, o qual teria estado presente e participado dos trabalhos, na mesma sessão. Trata-se de poder privativo do membro da Comissão (art. 132, § 6º, I) e que, como tal, não teria sido violado na espécie.

Em segundo lugar, porque, já não fora decisiva tal razão, consta das mesmas informações e documentos instrutores que o impetrante, posto não convocado para substituir o membro titular presente à sessão, nela teria, durante encaminhamento do recurso interposto ao Plenário, pelo Senador Romero Jucá, usado da palavra, destinando seu tempo à leitura de voto em separado, sem interrupção nem cassação da palavra. Isto é, teria exercitado, na prática, prerrogativa que a rigor lhe não pertenceria como mero membro suplente da Comissão, mas argúi desrespeitada como se lhe pertencera.

Do exposto, **indefiro** a liminar, determinando remessa dos autos à douta Procuradoria Geral da República, nos termos e para os fins do art. 10 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.

Publique-se. Int.

Brasília, 22 de outubro de 2003. – Ministro **Cezar Peluso**, Relator

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o insucesso do nobre senador Almeida Lima, no seu pleito judicial, não me faz eufórico. Antes lastimo o ocorri-

do. O que se deu foi o inconformismo a uma longa prática de cumprimento das regras regimentais do Senado, que permitem algumas manobras políticas compreensíveis e impedem outras.

A democracia se fortalece no debate das idéias, pressuposto do exercício da liberdade. O reverso disso resulta no enfraquecimento do regime. E o que desejamos é a sua consolidação.

Este foi um episódio que considero encerrado e que não transpõe os limites do nosso mandato parlamentar.

Eram esses os esclarecimentos que julguei devesse registrar em nossos anais.

Obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

Em seguida, ouviremos as palavras do próximo orador inscrito, Senador Augusto Botelho.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais do que uma comunicação de interesse partidário, esta é uma comunicação de interesse do País. Aliás, mais do que uma comunicação, é uma preocupação e um alerta que o meu Partido deseja fazer.

Sr. Presidente, tenho em mão elementos extraídos de dados oficiais, o Siafi, acerca do volume de recursos investidos por diversos Ministérios do atual Governo. V. Ex<sup>as</sup> vão ficar extasiados com a pequenez dos números. Talvez aqueles que representam o Governo nesta Casa venham a justificar que os baixos investimentos estejam ocorrendo por exigência do FMI, do compromisso com o superávit primário tomado pelo Governo com o FMI. Eu, desde já, estranho, porque estamos sendo governados, Senadora Heloísa Helena, por um Governo que ganhou a campanha dizendo que iria romper com o FMI, que iria retomar o crescimento. Ele tinha uma tese claríssima: a retomada do crescimento e o rompimento com o FMI.

Não se justifica, portanto, que o Ministério das Cidades, criado pelo Governo do Presidente Lula com uma dotação orçamentária de aproximadamente R\$1,9 bilhões para investimentos, tenha executado apenas R\$92 milhões, 5% do total.

O Ministério do Esporte, com dotação orçamentária de aproximadamente R\$250 milhões, executou

apenas R\$445 mil, valor insignificante se comparado à dotação.

O Ministério do Turismo, com dotação orçamentária de R\$234 milhões para investimentos, executou até o presente momento – e estamos no final do mês de outubro – R\$ 2,7 milhões, 1% do total. Como tenho saudade do Governo passado, quando as quadras de esporte, os campos de futebol se multiplicavam por este Brasil afora, fazendo a felicidade de tantos brasileiros.

O Ministério de Assistência Social, também criado pelo atual Governo, tem dotação orçamentária de aproximadamente R\$140 milhões para investimentos, e executou investimentos de apenas R\$ 126 mil. Repito: R\$126 mil.

O Ministério do Meio Ambiente, com dotação orçamentária de R\$266 milhões para investimentos, executou apenas R\$3,4 milhões, 1% do total.

O Ministério da Integração Nacional, que tem a responsabilidade de promover investimentos geradores de infra-estrutura, emprego e renda no Brasil inteiro, mas principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dispõe de dotação orçamentária de R\$1,8 bilhão para investimentos, e executou, até o presente momento, segundo o Siafi, R\$40 milhões, 2% do total.

O Ministério dos Transportes, que tem dotação orçamentária de aproximadamente R\$3 bilhões para investimentos, executou R\$101 milhões, 3% do total.

Investimentos nesse nível evidentemente não geram empregos, é claro! Essa é uma das razões pelas quais o desemprego grassa por todo o País chegando à casa dos 13% – em São Paulo atinge a casa dos 20%. Portanto, não há investimentos públicos que auxiliam na geração de emprego. Todavia, qualquer desculpa pode ser aceita: compromisso com o FMI, compromisso com o superávit primário...Está tudo bem; não aceito, mas até há uma justificativa.

Porém, quero trazer para V. Ex<sup>as</sup> dois dados: a relação de gastos em diárias, passagens e locomoção, com valor executado em investimentos. Gastar pouco significa não desejar gerar emprego com investimento público. Agora, gastar dinheiro com passagem, locomoção e diárias é outra coisa, algo que se deve avaliar. Se fizermos uma relação entre o que se gastou com investimentos e o que se gastou com diárias, passagens e locomoção, a preocupação será maior. O alerta se faz, e a preocupação se impõe.

Senadora Heloísa Helena, no Ministério das Comunicações, gastou-se 1,87 vezes mais em diárias, passagens e locomoção do que em investimento; no

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 3,12 vezes mais em diárias, etc. do que em investimento; no Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2,14 vezes mais; no Ministério das Minas e Energia, 1,07 vezes mais em diárias, locomoção do que em investimento.

Para culminar, leio a seguinte manchete do Diário do Comércio de hoje: “Dinheiro do Sebrae faz turismo em Cuba. R\$300 mil do Sebrae vão ajudar o turismo em Cuba. Pedido veio do Governo Lula. Acordo ‘é inconstitucional’.”

Senador Mozarildo Cavalcanti, enquanto no Ministério da Assistência e Promoção Social gastaram-se R\$126 mil no Brasil inteiro, de uma tacada só, o Governo faz um convênio entendido como inconstitucional com Cuba de R\$300 mil.

Definitivamente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho o dever de concluir que este Governo está gastando indevidamente. Chamo a atenção desta Casa para esse absurdo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do Regimento Interno.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar minha comunicação de Liderança desta tarde, quero dizer ao Senado Federal que, diante da grave denúncia divulgada esta semana pela revista Veja sobre espionagem envolvendo nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores, alguns deles hoje no Governo, estou encaminhando à Mesa os seguinte itens:

1º Requerimento de Informações ao Ministro da Justiça. Esse requerimento nós pretendemos que ele não seja aprovado na base do senta e levanta, na base do consenso, da compreensão sempre generosa da Casa. Queremos vê-lo debatido e desde já me inscrevo para o debate do requerimento;

2º transcrição nos Anais da reportagem da revista Veja contendo pormenorizada descrição do aparelho de espionagem posto em prática pelo PT, segundo a revista, durante a campanha eleitoral.

Na sexta-feira passada, neste plenário, antecipei em pronunciamento da tribuna que tinha a visuali-

zação para além da campanha, para dentro do Governo. Já era detentor de indícios de um esquema de espionagem e que, a se confirmar, traria pormenores ao Plenário. Antes até do que supunha, confirmou-se a bisbilhotagem. O ilustre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, naquela manhã, prontificou-se a se aliar à investigação que então anunciei. S. Exª pode sem dúvida agora cumprir a promessa.

Sr. Presidente, repito o que disse ao iniciar este pronunciamento: a revista Veja, uma das mais importantes publicações brasileiras, publica esta semana grave denúncia de espionagem praticada durante a campanha eleitoral de 2002, envolvendo nomes do Partido dos Trabalhadores hoje membros do atual Governo. A imediata apuração dos fatos contidos na denúncia não pode sofrer protelações pela extrema importância de que se reveste a descrição levada ao conhecimento do Brasil pela revista.

Desde logo, e como medida complementar, requero, Sr. Presidente, que o trecho da entrevista seja considerado parte integrante deste pronunciamento e assim passe a constar dos Anais do Senado da República. Em seguida, Sr. Presidente, o texto.

Sr. Presidente, de maneira bastante leal para com a Casa, para com a Nação e para com o Governo, em reunião hoje com as Lideranças do Bloco de Oposição, ficou acertado que o Líder José Agripino e eu assinaríamos um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Justiça, perguntando que providências S. Exª estaria tomando para, fartamente, explicar à Nação sobre esse que me parece um escândalo – e se não é desmentido é um escândalo com formas escabrosas.

Segundo: tomamos a decisão de aguardar o que mais possa vir à luz, envolvendo esse tema.

Terceiro: tomamos a decisão de não precipitar o pedido de nova comissão parlamentar de inquérito, até porque não queremos vulgarizar esse instituto, deixando bem nítido que o que determinará o nosso pedido ou não de uma comissão parlamentar de inquérito será o conteúdo, o vigor e a capacidade de convencimento dos argumentos que venham a ser postos pelo Governo à nossa análise e sobretudo à análise da Nação. Se o Governo for convincente, a Oposição reconhecerá e tomará as medidas cabíveis. Se o Governo não for convincente, a Oposição fará o pedido da comissão parlamentar de inquérito, por entender que, não havendo o necessário esclarecimento, somente uma investigação mais ampla e com todos os poderes atinentes a uma CPI é que se poderia chegar então à verdade que, neste último caso, no que não quero crer, teria sido sonegada pelo Governo à Nação.

Fiquei triste com a matéria, Sr. Presidente. A reportagem é responsável, o jornalista Policarpo Júnior é sério, a revista Veja é acreditada, mas percebo que o Ministro Ciro Gomes, tão zangado com o ex-Ministro José Serra, precisaria agora, quem sabe, interpellar o Governo sobre ser verdade ou não que ele próprio, Ciro, fora vítima de chantagem orquestrada pela campanha de Lula, e o Governador Garotinho também. Que não se acomodem os dois – concluo, Sr. Presidente – em preferir colocar a culpa em quem não tem caneta e procurar inventar inocência para quem tem a caneta na mão.

Estamos diante de um dilema, que determinará se a CPI será pedida ou não pela Oposição. Estamos diante de um dilema: ou o Governo desmente, e aqui reconheceremos a força dos seus argumentos, ou serei obrigado a vir a esta tribuna para dizer que tudo aquilo que se dizia de Serra teria se dado de verdade na campanha de Lula. Ou seja, que o verdadeiro Serra seria o próprio Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

#### **ELEIÇÕES**

Paz, amor e guerra

*Há um ano, Lula venceu a eleição com um estilo “paz e amor”, mas, nos bastidores, uma equipe do PT trabalhou noite e dia desencavando denúncias e dossiês e promovendo blefes e negociações sigilosas para enfraquecer seus adversários*

**Policarpo Junior**

#### **LULA E A TROPA DE GUERRILHA**

*Com seu QG em São Paulo, a soldadesca de Lula atuou em sigilo durante quase um ano e, numa das operações mais ousadas, acessou até um cofre do BB*

1. Carlos Alberto Grana – O logístico
2. Osvaldo Bargas – O elo
3. João Piza – O coordenador
4. Wagner Cinchetto – O operador
5. Ricardo Berzoini – O político

Em agosto de 2002, dias depois da estreia do horário eleitoral, o tucano José Serra exibiu em seu programa imagens de Ciro



Gomes xingando um eleitor de “burro”. Ciro reagiu acusando Serra de adotar um “comportamento de marginal”. O petista Luiz Inácio Lula da Silva, então líder das pesquisas com 37% das intenções de voto, assistiu à briga de longe. Indagado sobre as desavenças dos rivais, Lula saiu-se com um gracejo cuja repercussão foi tal que se tornou marca de sua campanha: “Lulinha não quer briga. Lulinha quer paz e amor”. Foi de fato com paz e amor que Lula conduziu sua campanha presidencial e obteve uma portentosa vitória, cujo primeiro aniversário é comemorado nesta segunda-feira, 27. O que não se sabia é que, nos subterrâneos de sua campanha, não havia paz nem amor – havia guerra. Guerra de defesa, com batalhões prontos para salvar Lula de ataques destruidores, e principalmente guerra de ataque, com tropas entrincheiradas para estraçalhar candidaturas adversárias.

Nas últimas quatro semanas, **Veja** entrevistou dezessete personagens para recuperar os bastidores da campanha do PT e encontrou um intenso contraste entre a leve imagem pública do candidato e o pesado trabalho sigiloso de seus assessores. A criação do bunker começou no fim de 2001, quando o advogado João Roberto Egydio Piza Fontes, que trabalha para Lula há quase dez anos, teve uma conversa decisiva com o líder petista. Os dois encontraram-se na sede do Instituto Cidadania, em São Paulo. Calejado militante, João Piza, como é conhecido, queria convencer Lula a montar uma célula guerrilheira para atuar em duas funções: protegê-lo das armadilhas de campanhas passadas e, ao mesmo tempo, espalhar minas terrestres no campo dos adversários. Seria um trabalho secreto e pesado. Faltava ainda quase um ano para a convenção do PT que oficializaria o candidato presidencial, mas Lula deu luz verde ao advogado e pediu cautela. “Seja inteligente. Não faça nada de manoel ou joaquim nessa história”, disse. E tudo foi feito como Lula queria.

**Domingos Peixoto/RI – Milton Michida/AE**

“Sou advogado, amigo e companheiro de Lula há décadas. Trabalhei, é óbvio, como militante petista para sua eleição”, diz

Piza. O bunker guerrilheiro era formado por pessoas da confiança de Lula e sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores. João Piza era o coordenador-geral. Ricardo Berzoini, hoje ministro da Previdência, era o orientador político e, a partir de pesquisas reservadas, instruía o grupo sobre os alvos que mais interessavam atacar. O sindicalista Osvaldo Bargas, velho amigo de Lula, fazia a ligação entre o grupo e o candidato, passando as informações mais relevantes. Outro sindicalista, Carlos Alberto Grana, então secretário-geral da CUT, cuidava da logística do grupo – carros, celulares, passagens, dinheiro. “Há muitos imprevistos que vão aparecendo e que nem sempre a parte oficial da campanha pode enfrentar”, diz Grana. Os encarregados de colher informações que pudessem eventualmente prejudicar os candidatos rivais de Lula eram militantes da base do PT ou aliados acomodados em sindicatos ou movimentos sociais. O grupo trabalhou quase um ano, com QG num escritório na Rua Haddock Lobo, nos Jardins, em São Paulo. No campo de batalha, desenhou denúncias e dossiês, promoveu blefes e acordos sigilosos e lançou petardos certos contra Serra, Ciro e Anthony Garotinho.

Janeiro: a defesa – A primeira missão foi no flanco de defesa, quando estourou o escândalo de Santo André. A partir de janeiro de 2002, com o seqüestro e morte do prefeito da cidade, o petista Celso Daniel, as investigações do caso esbarraram num esquema de propina montado na prefeitura e num festival de petistas grampeados. O primeiro alerta chegou ao grupo pelo empresário Antônio Celso Cipriani, da TransBrasil, que contratara os serviços de Piza no processo de falência de sua empresa. “Estão fazendo uma armação contra o PT”, avisou. “Os telefones do Lula e de pessoas próximas a ele estão grampeados.” O grupo saiu a campo em duas frentes: evitar que o escândalo respingasse em cardeais do PT e impedir a divulgação do conteúdo dos grampos. No desdobramento do caso, o então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, chegou a pedir a abertura de um inquérito para investigar José Dirceu, que presidia o partido e coordenava a campanha, mas o ministro Nelson Jobim, do Su-

premo Tribunal Federal, não aceitou a denúncia por escassez de provas.

A tarefa de manter os grampos na toca exigiu mais artimanha. Gilberto Carvalho, ex-secretário da prefeitura de Santo André e um dos grampeados, foi convocado para avaliar o caso. Disse que, se divulgado, o conteúdo dos telefonemas poderia gerar constrangimento, mas não escândalo. “Pode ser que existam coisas complicadas, mas são coisas de política. Não tem nada de corrupção”, garantiu. Ainda assim, não convinha a divulgação. O bunker, então, preparou a estratégia: retirar as fitas das mãos da Polícia Federal e dos promotores paulistas, identificados como excessivamente “tucanos”. Como fazer? Apelou-se ao procurador Luiz Francisco de Souza, usina de denúncias contra tucanos em Brasília. Sabendo que o grampo fora ilegalmente instalado pela polícia, Luiz Francisco acionou a controladoria de atividades policiais do Ministério Público, que intervém nos casos em que há abuso policial. Deu certo. A controladoria acionou a Justiça paulista, que, diante das evidências da ilegalidade da escuta, mandou apreender as quarenta fitas. “Tudo o que fiz foi falar com um procurador do grupo de controle que aquilo parecia armação”, explica Luiz Francisco.

Maio: a rasteira – Anthony Garotinho, que concorreu pelo PSB, foi o primeiro alvo da soldadesca petista. O advogado João Piza convidou Paulo Costa Leite, candidato a vice de Garotinho, para uma conversa. Tentou convencê-lo a renunciar em favor de Lula, fortalecendo o petista e deixando Garotinho na chuva. Em 6 de maio de 2002, haveria uma segunda reunião entre Piza e Costa Leite, na qual já pretendiam acertar os termos da renúncia, caso Lula disparasse e Garotinho empacasse nas pesquisas. “Naquele momento, a renúncia era apenas uma hipótese. O Lula tinha como adversário só o candidato do governo. Os demais não empolgavam e havia a chance de vitória no primeiro turno”, relembra Costa Leite. “E o doutor João trazia credenciais de amigo de Lula.” Nada aconteceu, porém. Costa Leite foi levado à renúncia com a revelação de que, no passado, pertencera ao SNI, agência de bisbilhotagem do regime militar. E,

com isso, era até bom que se mantivesse bem longe de Lula.

Julho: a armadilha – No fim de julho de 2002, a campanha esquentava, o movimento nos bastidores já era intenso e o deputado Ricardo Berzoini chegou com uma notícia extraída de uma pesquisa. “No segundo turno, a gente perde feio para o Ciro”, disse. O bunker petista, então, acionou o sindicalista Wagner Cinchetto, um arquivo vivo das malandragens que precederam a criação da Força Sindical, central de onde vinha Paulo Pereira da Silva, o vice de Ciro. Um ano antes, a guerrilha do PT já usara os serviços de Cinchetto, que apresentou uma série de denúncias sobre as peripécias de Luiz Antonio de Medeiros na Força Sindical. As denúncias, naquela época, foram providenciais. Medeiros, presidente do PL paulista, resistia à idéia da adesão de seu partido à candidatura de Lula. Com as denúncias de Cinchetto e a ameaça de cassação de seu mandato de deputado, Medeiros passou a examinar com mais simpatia a hipótese de levar o PL a apoiar o PT – o que acabou se concretizando. Agora, porém, o alvo era Paulo Pereira da Silva, sobre quem Cinchetto já reunira munção.

#### **Joedson Alves/AE**

Em junho, quando Ciro se preparava para lançar seu livro *Um Desafio Chamado Brasil*, numa livraria em São Paulo, Cinchetto lhe telefonou. De um celular pré-pago, fez um alerta anônimo. “Seu vice é corrupto”, disse. “Nós vamos à porta da livraria distribuir dossiês denunciando isso.” Era blefe, não havia manifestação nenhuma, mas os dossiês existiam. Em julho, era hora de tirá-los do baú e vazá-los à imprensa. Nessa época, Pereira da Silva foi atormentado por denúncias de compra superfaturada e desvio de dinheiro de um fundo público. Em seu trabalho de soldado petista, Cinchetto chegou a planejar um bote mortal. Mandou dizer à turma de Pereira da Silva que, com uma boa grana, silenciaria sobre as denúncias. A idéia era fotografar o ato do pagamento – e denunciar o vice por tentativa de suborno. “Na hora em que ele fosse pagar, a gente fotografava”, rememora Cinchetto. O vice de Ciro, porém, não caiu na armadilha. “Até hoje, não consegui saber se isso foi co-

isa do PT ou do PSDB”, diz Paulo Pereira da Silva, que na época acusou o tucanato. “É que o Serra nunca quis que eu formasse chapa com o Ciro.” Agora, Pereira da Silva já sabe: foi coisa do PT.

Maio: a águia – O alvo mais constante da guerrilha petista foi José Serra e seu flanco mais vulnerável, o economista Ricardo Sérgio de Oliveira, caixa das campanhas tucanas e ex-diretor do Banco do Brasil. Em maio de 2002, os petistas procuraram o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, minucioso colecionador de histórias sobre Ricardo Sérgio. O ex-senador e os petistas conversaram na suíte 2021 do hotel Maksoud Plaza, em São Paulo. Dias depois, já de volta a Brasília, ACM entregou um calhamaço de 1.000 páginas a um enviado petista, o advogado Terence Zveiter, narrando episódios referentes à atuação de Ricardo Sérgio na privatização das teles. Com a papelada na mão, Zveiter telefonou para seu contato em São Paulo. “A águia pousou”, disse ele, usando a senha do sucesso da operação. “Alguém vai procurá-lo para ver a águia”, orientou o contato. Dias depois, capítulos do dossiê começaram a aparecer nos jornais. “Com o ex-senador, peguei um envelope grande com centenas de documentos sobre Ricardo Sérgio e outras pessoas”, relembra Zveiter.

Outra denúncia teve gênese muito mais complicada. O bunker do PT precisou descolar um contato com acesso a um cofre na sede paulista do Banco do Brasil, na Avenida Paulista, no coração da capital. No cofre, havia documentos sobre um empréstimo que um contraparente de Serra, Gregorio Marin Preciado, fizera do BB – e também havia a sugestão de que ele fora favorecido por Ricardo Sérgio, então diretor do banco. O contato do PT, um funcionário do BB, ficou duas semanas preparando o acesso ao cofre. Conseguiu. Deveria entregar os documentos ao advogado Francisco Alvarez Neto, colega de João Piza. Conforme o combinado, Alvarez aguardava em frente da estação Consolação do metrô, na Avenida Paulista, com uma caneta na lapela. Como nos filmes de espionagem, o advogado foi recebendo instruções pelo celular. Primeiro, pediram que andasse até um café das proxi-

midades, o Subito Expresso. Depois, que pegasse seu carro e parasse num estacionamento pago ali perto, com os vidros abertos. De repente, apareceu um homem de terno, colocou um envelope lacrado no banco do passageiro e disse: “Devolva até as 17 horas, no mesmo lugar”. No mesmo dia, uma cópia da papelada desembarcou em Brasília e, pouco depois, apareceu nos jornais. Três semanas antes da eleição, os procuradores Luiz Francisco, ele de novo, e Alexandre Camanho entraram com ação contra Ricardo Sérgio por favorecer Preciado.

Um ano depois – O advogado João Piza e seus sócios continuam advogando para Lula, o PT e a CUT. O deputado Ricardo Berzoini virou ministro da Previdência Social. O sindicalista Osvaldo Bargas ganhou o cargo de secretário de relações trabalhistas, no Ministério do Trabalho, em Brasília. O outro sindicalista, Carlos Alberto Grana, continua na CUT e agora representa a entidade num conselho federal que lida com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O sindicalista Wagner Cinchetto presta consultoria informal à CUT. O procurador Luiz Francisco, de Brasília, está de malas prontas para passar um ano em Portugal, onde fará um mestrado. O deputado Luiz Antonio de Medeiros aliou-se ao PT e o pedido de cassação de seu mandato foi arquivado, com o voto favorável dos petistas. Antonio Carlos Magalhães voltou a ser eleito senador pela Bahia e a denúncia pela violação do painel eletrônico, que motivou sua renúncia, foi arquivada. E o juiz João Carlos da Rocha Mattos, da 12ª Vara Federal, ordenou a destruição das quarenta fitas que registram o caso de Santo André.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para uma comunicação de interesse da Liderança do Governo, por 5 minutos.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> havia sinalizado à Mesa que deseja falar, e a Mesa registra um ofício que atribui a V. Ex<sup>a</sup> o horário da Lide-

rança da Minoria. V. Ex<sup>a</sup> será atendido, se for o desejo de V. Ex<sup>a</sup>, em seguida ao Líder Aloizio Mercadante.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de reportar-me ao pronunciamento do Líder Senador José Agripino em que basicamente arrola dados, que suponho sejam do Siaf, sobre as restrições orçamentárias que o País atravessa. De fato, são de amplo conhecimento público que o Brasil está sendo submetido a uma política extremamente rigorosa do ponto de vista fiscal. Entre outros motivos, porque o Governo anterior gerou uma dívida pública, especialmente no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, decorrente de uma política cambial irresponsável, uma política de juros que originou a maior taxa de juros da economia internacional, praticamente durante todo o Governo. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Governo, a dívida pública era de R\$ 64,6 bilhões; e quando ele saiu era de R\$ 627 bilhões. O endividamento público do Estado – e essa taxa de juros contaminou os outros Entes da federação – é que compromete hoje a capacidade de investimento e gasto.

Este Governo, diversamente do Governo anterior, que aumentou em 1% do PIB a carga tributária a cada ano, tomou a decisão de não continuar essa trajetória de insensatez. O País não pode continuar aumentando a carga tributária como vinha fazendo. Mas para não aumentar a carga tributária somos obrigados, sim, a conter despesas; conter despesas para permitir gerar um superávit. Mas, infelizmente, mesmo a taxa de juros caindo em cinco leilões sucessivos, e já está no patamar de 19%, não cobre metade dos gastos com juros da dívida pública.

Ora, se o Estado não pode continuar se endividando nessa velocidade, porque isso não permitirá que os juros caiam para que cresça a economia, a produção aumente e gerem-se empregos, temos que gerar um superávit primário e cortar despesas para viabilizar essa estratégia de gestão das políticas públicas.

Em segundo lugar, com relação ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, gostaria de dizer que, na preliminar, concordo integralmente que o Ministro da Justiça esclareça todas as denúncias que sejam de sua competência. É fundamental que o Ministro da Justiça se pronuncie e não vejo impedimento nisso. É um direito da Oposição e uma dimensão importante da democracia que toda e qualquer sus-

peita na vida pública possa ser esclarecida por quem tem a competência. Sobre isso não há problema.

Tenho também um imenso respeito pelo jornalista Policarpo Júnior, que considero um jornalista sério, que merece credibilidade, e temos que discutir essas informações com bastante transparência e seriedade. No entanto, em relação a algumas afirmações, cuja origem desconheço, não vejo procedência, como, por exemplo, de que haveria a eventual participação de uma suposta equipe. Como na época eu era candidato ao Senado Federal e trabalhei muito para obter os 10.497.000 votos, não participei da coordenação da campanha presidencial, mas posso apresentar algumas informações que são elementares na minha primeira impressão da leitura da matéria.

Sobre o Vice do então candidato Garotinho, qual foi a informação que levou a sua renúncia? A de que ele havia prestado serviços ao Serviço Nacional de Informações durante o regime militar. Ora, o PT não tem os arquivos do SNI, não tinha como ter acesso a essa informação. Essa informação veio a público na medida em que ele foi anunciado. Esse foi o fato. Então, não houve nenhuma campanha de espionagem orquestrada para afastar o Vice do candidato Garotinho.

O fato é que ele reconheceu que prestou serviços ao SNI, que foi um agente do SNI e, em função disso, renunciou à candidatura.

O segundo episódio que chama a atenção relaciona-se à destruição de fitas sobre as denúncias de Santo André. Ora, as fitas estavam sob depósito judicial, em juízo. Havia um inquérito iniciado pelo Ministério Público. O Tribunal de Justiça anulou o processo e estabeleceu que as fitas deveriam ser destruídas por terem sido obtidas de forma ilegal.

Não há qualquer envolvimento de campanha política num processo dessa natureza. Isso é uma decisão de Justiça. O juiz responsável do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou o processo. O inquérito tinha sido feito – discute-se hoje a reabertura do inquérito e pode ser que a Justiça tome essa decisão –, foi anulado e as fitas foram destruídas por decisão da Justiça. Não há, portanto, qualquer pretensão envolvimento dessa natureza.

O terceiro fato relevante parece que envolve o Senador Antonio Carlos Magalhães, S. Ex<sup>a</sup> teria entregue um dossiê de mil páginas a um suposto sindicalista.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir um aparte, já esclarecerei.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Apesar de ser anti-regimental, é evidente que concedo um aparte, pela natureza da discussão que estamos realizando.

Por favor, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – É melhor do que eu falar para uma questão de ordem. Em verdade, o jornalista Policarpo Júnior esteve comigo, há cerca de oito ou dez dias, para saber daqueles fatos. Eu disse ao jornalista que, em verdade, tinha conversado com um advogado ligado ao PT. Eu não era Senador, não era coisa nenhuma, ao contrário, o meu mandato tinha sido retirado com o apoio de pessoas ligadas ao Presidente Fernando Henrique e ao PT – eu renunciei. Eu, então, declarei fatos que conhecia em relação ao Ministro José Serra, que foram amplamente divulgados, como é o caso da Roseana Sarney e do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira. Declarei isso no Hotel Maksoud, disse a ele até o número da suíte em que estava. Agora jamais entreguei e não entendi por que divulgaram que havia um dossiê de mil páginas, até porque o dossiê do Ricardo Sérgio era grande, mas não tinha mil páginas. De modo que, em abono aos esclarecimentos de V. Ex<sup>a</sup>, queria dizer isso, bem como que o caso do Ministro Costa Leite foi como V. Ex<sup>a</sup> disse, ele trabalhava no gabinete do general Medeiros no tempo do Presidente Figueiredo; conseqüentemente, isso veio à tona, ele não se sentiu bem e ele próprio renunciou. De modo que queria esclarecer este ponto porque vou à tribuna tratar de outras questões e não quero misturar os assuntos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Quero concluir a minha intervenção basicamente dizendo que, da nossa parte, temos todo interesse que isso tudo seja esclarecido. E acredito que o Ministro da Justiça seguramente o fará com a maior responsabilidade.

Em relação ao episódio do Paulinho, sindicalista por quem tenho grande apreço – e as divergências políticas não mudam o meu apreço por ele –, tenho certeza de que, no que se refere a Osvaldo Bargas, é muito pouco provável que um episódio desse tenha ocorrido, por toda sua trajetória. Conheço-o há muitos anos e trata-se de um sindicalista da maior responsabilidade e credibilidade, não participaria, e nem participou diretamente, de qualquer ação, que eu saiba, do ponto de vista da campanha presidencial, sobretudo em funções como essas, em uma suposta equipe que havia sido montada.

Em relação ao Sr. Wagner Chinchetto – creio que é esse o nome –, que era um associado, um alia-

do do Paulo Pereira, houve divergências na área sindical entre eles. Então, ele se afastou e fez uma denúncia pública anterior à campanha. Não se tratou de um fato novo que surgiu na campanha eleitoral; a denúncia ganhou relevância e projeção durante a campanha. Ele era um sindicalista aliado e parceiro de Paulo, que rompeu com a Força Sindical e fez um conjunto de denúncias.

Portanto, entendo que esse episódio deve ser apurado, como todos os outros episódios. Só não posso concordar – e aí quero ser bastante veemente – com a tese de que Serra não é Serra, que a investigação, portanto, não supõe, e jogar ilações dessa natureza. O candidato José Serra tem muita coisa a explicar, sim, sobre espionagem em campanha eleitoral, que por sinal foi objeto de um inquérito justo, como contratação de empresa de gravação de telefone, os episódios da então candidata Roseana Sarney e outros que dizem respeito a indícios muitos graves, sobretudo porque estavam relacionados ao próprio aparelho do Estado, a verbas públicas, ao orçamento de um Ministério. São episódios que devem igualmente ser esclarecidos e os envolvidos devidamente punidos, como estabelece a Constituição, sem qualquer tipo de discriminação.

Da nossa parte, não há razão para não termos absoluta transparência nesse episódio e não apurarmos.

Apresento uma explicação preliminar pelas poucas informações de que disponho, dentre outras coisas, porque eu era candidato a Senador à época. Na leitura é possível responder a algumas informações, como é o caso do Vice do Garotinho e outras que aqui mencionei, nas quais não vejo qualquer fundamentação. Mas temos todo interesse e considero procedente que esse episódio e qualquer outra denúncia dessa natureza sejam cuidadosamente analisados e esclarecidos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Solicito a palavra como Líder, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Tião Viana, havia-me solicitado a palavra, como Líder da Minoria, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Solicito depois a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Assim estão registrados o Senador Antonio

Carlos Magalhães, logo em seguida V. Ex<sup>a</sup> e Senador José Agripino pela ordem.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação e é importante que eu a faça de imediato. O Líder Aloizio Mercadante, que é tão Líder quanto eu e o Senador Arthur Virgílio, teve oportunidade de falar por dez minutos, cinco minutos mais cinco minutos. Há uma norma definida de que, um minuto antes de terminar os cinco minutos, a campanha é acionada e, após os cinco minutos, o microfone é desligado. Isso aconteceu comigo e, disciplinadamente, me retirei da tribuna, mesmo sem ter podido concluir o meu raciocínio de que estamos sendo governados por um Governo que gosta de viajar, mas que não gosta de ação.

Assim, com todo o respeito e o apreço que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, manifesto minha contrariedade quanto ao tempo destinado ao Líder do Governo, que foi dobrado com relação ao Líder do PFL, que tinha um importante comunicado a fazer, de interesse da sociedade do Brasil.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Tião Viana, em primeiro lugar, a Mesa responderá ao Líder José Agripino.

Nobre Líder José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. O dispositivo foi colocado exatamente para propiciar aos Líderes e aos Srs. Senadores igualdade no uso do tempo. O Líder Aloizio Mercadante realmente falou por um tempo superior ao de V. Ex<sup>a</sup>, dando-lhe esclarecimentos e ao Senador Arthur Virgílio. A Mesa, entendendo – talvez equivocadamente, e é a primeira a reconhecê-lo – que era do interesse de V. Ex<sup>as</sup>, que o ouviam atentamente, assim o permitiu. Porém, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão na reclamação. Conhecendo V. Ex<sup>a</sup> este Presidente, como conhece, sabe que não foi minha intenção tratar desigualmente as Lideranças.

Fica registrada a reclamação de V. Ex<sup>a</sup>, que procede integralmente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, como o meu assunto é exatamente o mesmo dos Senadores Arthur Virgílio e Aloizio Mercadante, e o do Senador Antonio Carlos Magalhães não o é, solicitei a S. Ex<sup>a</sup> a permuta. E S. Ex<sup>a</sup> concordou.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo a concordância do nobre Líder Antonio Carlos Magalhães, a Mesa procederá à alteração nas inscrições.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana por cinco minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Registro o contentamento e o reconhecimento pela atitude elevada do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, neste momento no Senado Federal, quando trouxe um assunto grave e delicado. Na matéria jornalística, imputam-se interrogações que dizem respeito à condução de caráter, a atitude de uma política com ética, que, sem dúvida, é um assunto merecedor de atenção e resposta de quem possa estar envolvido. O Líder do PSDB, de maneira clara e objetiva, trouxe os argumentos do seu Partido, a sua visão política sobre o assunto e tomou a decisão de encaminhar o caso ao Ministro da Justiça como um requerimento de informações.

É um assunto que deve ser registrado, porque fica uma impressão, no cotidiano da atividade do Senado, de que a Oposição tem um certo impulso de “mazombismo”, e o Senador Arthur Virgílio mostra uma ruptura com o comportamento de mau humor das oposições, com um comportamento meramente crítico; mostra responsabilidade no tratamento de uma matéria dessa natureza. O Líder Arthur Virgílio poderia pedir a convocação do Ministro da Justiça e de outras personalidades políticas, mas não o fez. É um fato digno de registro que merece o respeito da base de apoio ao Governo, e acredito que desse modo estaremos sempre no caminho do diálogo, do entendimento e da divisão de responsabilidade na condução dos grandes problemas de interesse nacional.

Gostaria ainda de registrar um episódio que envolveu o nosso Presidente da República. Quando procuraram o candidato Lula com o famoso Dossiê Cayman, contra a figura do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, na época candidato à reeleição, ele o rejeitou no primeiro momento e pediu que aquilo ficasse muito longe dele. Isso em plena campanha eleitoral! É um exemplo do caráter e da maneira digna como age na vida pública. Infelizmente, não é a prática de outros. Todos sabem do festival de dossiês que passam nas mãos de opositores durante as campanhas eleitorais. Para nós, o entendimento é o de que esse

tipo de atitude cheira mal, tem odor fétido e não é proporcional a um conceito de democracia e de ética.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, como Líder do meu Partido, para fazer uso da palavra após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito em terceiro lugar, após o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Efraim Morais.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança da minoria por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, como de outras vezes, para falar sobre o problema do cacau. Desta feita, entretanto, ao contrário das outras, para dizer uma palavra de apreço e respeito ao Ministro da Fazenda, Dr. Palocci. Isso porque eu e o ex-Governador e Senador César Borges tratamos bastante sobre o problema de financiamento do cacau, principalmente do Pesa, que é a base do financiamento para 1.200 cacauicultores que estão com as suas propostas em carteira, mas não puderam receber o financiamento.

Fiz essa solicitação ao Ministro Palocci na comissão e várias vezes pessoalmente. Estivemos, eu e o Senador César Borges, com o Ministro da Agricultura, que nos recebeu muito bem, mas que achou indispensável conseguir o financiamento do Pesa para que o Banco do Nordeste, onde o ex-Governador Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, poderia, de imediato – porque os recursos estão lá – financiar os produtores de cacau.

O Ministro da Fazenda teve a gentileza de me comunicar que quinta-feira, no Conselho Monetário, será aprovado o Pesa no que diz respeito ao cacau. Isso é muito importante para a Bahia, mas é importante também que se saiba que, depois que for aprovado o Pesa, a burocracia no Banco do Brasil não pode travar o financiamento aos produtores de cacau.

A lavoura cacauieira está se reabilitando e vai se reabilitar, não tenho a menor dúvida. Para tanto, esse financiamento é indispensável aos pequenos, médios

e grandes cacauicultores. Porque ali existe uma área com cerca de 200 mil desempregados. Tenho certeza de que com a volta da lavoura cacauieira à sua plenitude não só haverá emprego e renda como também teremos reabilitada uma cultura que tanto serviu ao País, que tantas divisas forneceu, inclusive para os Estados do Sudeste se industrializarem, mas que estava levando à miséria uma das regiões mais ricas do Estado.

Hoje o cacau não é peça fundamental na economia da Bahia, dado o grau de industrialização do Estado – e agora vamos ter mais uma fábrica além da Ford, a Hyundai –, mas, em certo momento, logo que comecei minha atividade pública, a sua cultura pesava mais de 60% na receita do Estado. Hoje não pesa tanto, mas é nem por isso os cacauicultores devem ser abandonados.

E o Ministro da Fazenda, numa prova de discernimento e de inteligência sobretudo, atendeu aos reclamos que fizemos desta tribuna – o Senador César Borges, o Senador Rodolpho Tourinho e eu – em nome da Bahia. O Governador Paulo Souto também esteve várias vezes tratando deste assunto. Para se ter uma idéia, mais de nove anos se passaram e a burocracia não deixou que a reabilitação da lavoura cacauieira se realizasse.

Tenho certeza absoluta de que com o Pesa vamos ter novamente o cacau promissor, o povo mais feliz na região do sul do Estado e a Bahia contente de ver a sua lavoura principal enriquecida.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e transmito daqui o meu agradecimento ao Ministro Palocci.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência vai prorrogar a Hora do Expediente, para ouvir as comunicações inadiáveis, e concede a palavra, por cinco minutos, à Senadora Heloísa Helena, primeira inscrita.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje é um dia muito especial, o dia dos trabalhadores do setor público. Por mais que a base de bajulação ou base de sustentação do Governo tenha tentado alterar o calendário com manobras regimentais, o primeiro dia de discussão da reforma da previdência acabou sendo justamente o dia do servidor público. Evidentemente, faremos esse debate mais à frente, no item específico da pauta.

No entanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar uma homenagem a todos os trabalhadores do setor público e fazer uma homenagem muito

especial a um servidor público do meu Estado, Silvio Viana, exemplo de honestidade, de coragem, de firmeza de propósitos, que infelizmente foi assassinado justamente pela sua honestidade. Sabemos todos que não são incomuns os servidores públicos honestos. Tenho repetido muitas vezes, inclusive nesta Casa, que um servidor público parasita ou patrocina a desonestidade por meio do seu serviço porque tem um político vigarista por trás, dando-lhe sustentação.

Por isso, neste dia, eu queria homenagear o nosso querido companheiro, infelizmente assassinado há sete anos, mais uma das vítimas do crime organizado em meu Estado, mais um dos exemplos de impunidade. Infelizmente, Silvio Viana, Coordenador de Arrecadação do Governo do Estado, foi assassinado covardemente em uma emboscada. Hoje, não apenas a sua família, não apenas os servidores públicos estaduais do meu Estado, mas todos os alagoanos e alagoanas que lutam contra o crime organizado, contra todas as formas perversas e covardes da impunidade estão cobrando do Governo do Estado, cobrando do Governo Federal, das autoridades competentes que disponibilizem recursos e mecanismos de investigação para identificar os responsáveis os agenciadores da emboscada, os que intermediaram a execução. Assim, poderemos revelar ao povo alagoano e aos servidores públicos de Alagoas quem mandou matar Silvio Viana, quem tinha interesse no crime.

A única coisa que Silvio Viana fazia como Coordenador de Arrecadação do Governo do Estado, em outubro de 1996, era investigar o acordo dos usineiros e fazer verdadeira devassa fiscal nos livros dos que sonegam e parasitam os cofres públicos do meu Estado. É por isso que aqui deixo uma homenagem a esse homem de bem, exemplo de servidor, e a tantos outros servidores públicos da minha querida Alagoas e do meu País.

Sr. Presidente, parece que, todos os anos, relembramos as lágrimas da família de Silvio Viana e de tantas outras vítimas da impunidade. Deixo aqui a minha homenagem a ele e a todos que continuam lutando contra um acordo imoral e absolutamente insustentável juridicamente, que se renova a cada Governo no Estado de Alagoas. Cada governante eleito insiste em reproduzir esse maldito acordo dos usineiros que acabou por assassinar – não temos nenhuma dúvida – o nosso companheiro Silvio Viana. Aliás, quando ele foi pego em uma emboscada, vinha de forma absolutamente simbólica: trafegava sozinho na carro e trazia um presente para a mãe dele – um passarinho na gaiola. Quem viu a foto do tiro de misericórdia na nuca do

companheiro Silvio Viana, covardemente assassinado, pode se lembrar dessa cena.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente – e todos os anos fazemos isto –, espero que um dia não apenas a família de Silvio Viana, mas todas as mulheres e homens de bem e de paz da minha querida Alagoas possam ver a solução desse crime tão maldito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Aelton Freitas, do Partido Liberal de Minas Gerais.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 5 minutos.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiros que acompanham os trabalhos desta Casa pela Rádio Senado e pela TV Senado, antes de tratar do tema que me trouxe à tribuna, quero aproveitar este momento para parabenizar o funcionalismo público estadual, federal e municipal pelo seu dia.

Sr. Presidente, recebi, com satisfação, o anúncio feito na última semana pelo ilustre colega Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, de que a safra brasileira de grãos 2003/2004, a primeira plantada no Governo Lula, deve atingir o volume recorde de 124 milhões a 127 milhões de toneladas, um acréscimo de quase 4% em relação à safra de 2003.

Se o levantamento feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) não prevê uma taxa de crescimento tão grande, em virtude das dificuldades de um primeiro ano de mandato do Governo, acredito que a safra recorde deve ser comemorada e valorizada. A confirmação do recorde, bem como do seu valor exato, depende agora da indispensável colaboração de São Pedro, pois, embora todos os esforços possíveis tenham sido feitos pelo Governo e pelos produtores rurais do nosso País, segundo prognósticos do Instituto Nacional de Meteorologia, é difícil que se repita um índice de chuva tão favorável quanto o da safra passada. De qualquer forma, a previsão de crescimento de 9,8% no consumo de fertilizantes reforça a estimativa de uma nova safra recorde, refletindo ainda o aumento da tecnologia e a maior capitalização dos produtores, conforme argumenta o Ministro Roberto Rodrigues.

Importante destacar ainda o esperado aumento de aproximadamente 5% na área plantada em todo o País, puxado principalmente pelas plantações de soja, algodão e arroz.

Os números revelam também, Sr. Presidente, um acréscimo entre 7% e 11% na produção de soja,



que deve gerar um incremento de até 10% do faturamento com as vendas externas do produto em 2004, atingindo a considerável soma de US\$8 bilhões. Já o algodão ensaia expressivo crescimento em torno de 30% em relação à safra anterior.

Os índices confirmam, mais uma vez, que a agricultura brasileira tem totais condições de continuar ocupando o papel de grande mola propulsora da economia nacional. Contudo, é evidente que não podemos nos acomodar. Afinal, safras como a de milho, que deve ter redução média de 6%, e a de trigo, que deve se manter no mesmo patamar, ainda podem alcançar níveis mais elevados com incentivos adequados.

Precisamos, pois, valorizar e proteger cada vez mais a agricultura nacional, fazendo com que ela persiga um crescimento com qualidade e competitividade. O Ministério da Agricultura, tão bem comandado por Roberto Rodrigues, está agindo em todas as frentes, tanto que anunciou recentemente a criação de uma Câmara Setorial de Agricultura Orgânica, fundamental especialmente para os mini, pequenos e médios produtores rurais.

Aqui, volto a apelar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela criação de uma Comissão Permanente de Agricultura e Política Rural, para que o Senado Federal participe de forma mais ativa do processo de aperfeiçoamento da agricultura brasileira a ser deflagrado nos próximos anos, com a nossa esperança e a nossa boa vontade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao último orador inscrito para uma comunicação inadiável, o nobre Senador Roberto Saturnino, do PT do Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um breve comentário sobre a viagem do Presidente Lula, 10 dias atrás, à Argentina. Eu já devia ter feito esse comentário anteriormente e até procurei fazê-lo em um discurso maior, pois o tema mereceria ser tratado em 20 minutos, mas infelizmente não consegui a inscrição, pois os nobres colegas estão mais assíduos do que nunca na tribuna.

Assim, hoje, farei um breve comentário para contar os momentos presenciados em Buenos Aires. Foi realmente um encontro histórico e marcante. Os dois Presidentes foram eleitos em um momento em que o Brasil e a Argentina enfrentam dificuldades mui-

to graves, que afetam as suas respectivas soberanias. Neste momento histórico, o Brasil e a Argentina elegem dois Presidentes que são coincidentes em idéias, pensamentos e avaliações sobre as dificuldades que vivem seus países e as respectivas soluções.

Essa coincidência de pontos de vista e de posições políticas neste momento grave para as duas nações é algo de extrema importância, porque os dois Países precisam efetivamente um do outro para superar a problemática em que se encontram. E, tendo como pano de fundo essa problemática, os dois Presidentes firmam uma aliança estratégica muito sólida, definida em princípios muito bem expostos, os quais foram colocados em um documento a que se chamou de Consenso de Buenos Aires. Tal documento pautará a atuação do Brasil e da Argentina no campo internacional e nas próprias políticas internas.

É extraordinário que isso tenha acontecido, pois Brasil e Argentina eram países, historicamente, adversários. Lembro-me de que, quando fiz o meu serviço militar no CPOR, a hipótese de guerra do Exército Brasileiro era com a Argentina. Isso foi inteiramente superado pela realidade que os dois países vivem e que fez um olhar para o outro como aliados, amigos, países que têm um destino comum e que falam, hoje, em integração econômica, cultural e até mesmo política.

O Presidente Kirchner enfatizou a urgência de se instalar um Parlamento do Mercosul. O Presidente Lula fez referências várias ao embrião de uma nação sul-americana. Isso, necessariamente, leva os dois países a uma atuação conjunta em favor dos seus próprios interesses, das suas populações, das suas economias, frente a problemas maiores que lhe são colocados exatamente porque herdaram situações e políticas anteriores que os levaram a esse quadro de dificuldades.

Os dois países tiveram uma participação muito interessante e importante na solução da crise boliviana e, agora, estão agindo em conjunto na questão da Alca, colocando a consolidação do Mercosul antes da Alca. E, como razões de negociação e pontos de vista de ambos os países, coloca-se a defesa dos interesses do Mercosul, perante uma economia muito mais desenvolvida em termos de produtividade, visto que o projeto de desenvolvimento de Brasil e Argentina pode ser profundamente afetado caso o Brasil ou a Argentina, isoladamente, venham a assinar um acordo, venham a concordar com posições e postulações da potência norte-americana que afetem de maneira indelével, de maneira irrecorrível, o nosso processo

de desenvolvimento, o nosso projeto nacional de desenvolvimento.

Esse fato, Sr. Presidente, é extremamente auspicioso e extraordinário na história deste País, na história do Cone Sul e da América do Sul, precisando, pois, ser discutido com mais profundidade. Lamento ter somente este tempo curto, mas eu tinha que dar à Casa as impressões que recolhi nesta viagem da qual participei e que, como eu disse, constituiu um marco importante na história desses dois países.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência chama a atenção dos nobres Líderes e das Srs Senadoras e dos Srs. Senadores, pois haverá votações nominais, votação secreta de autoridades, e ainda há vários itens constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 1.014, DE 2003

Nos termos dos arts. 336, II, combinado com o 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para Mensagem nº 202, de 2003 (Projeto de Resolução nº 56, de 2003), que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, a segunda fase do Projeto de Educação do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, – Senador **César Borges – Ramez Tebet, Presidente – Aloizio Mercadante, Relator – Ana Júlia Carepa – Eduardo Suplicy – Serys Slheassareko – Roberto Saturnino – Antonio Carlos Valadares – Geraldo Mesquita Júnior – Fernando Bezerra – Mão Santa – Garibaldi Alves Filho – Pedro Simon – Ney Suassuna – César Borges – Antonio Carlos Magalhães – Efraim Moraes – Rodolpho Tourinho – Tasso Jereissati – Almeida Lima – Patrícia Saboya Gomes.**

#### REQUERIMENTO Nº 1.015, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, de autoria do Senador

José Sarney, que dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. – **Antônio Carlos Valadares – Mozarildo Cavalcanti – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – José Agripino – Tião Viana.**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 1.016, DE 2003

Nos termos do art. 216, do regimento Interno, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro do Trabalho e Emprego as seguintes informações sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT:

- 1) Em quais programas são aplicados recursos do FAT, excetuados os destinados ao BNDES, ao Programa de Seguro-Desemprego e ao abono salarial;
- 2) Objetivo de cada um dos programas;
- 3) Discriminação dos valores destinados, anualmente, a cada um destes programas entre 1995 e 2003;
- 4) Discriminação, por programas, dos recursos aplicados em cada uma das regiões do País entre 1995 e 2003.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante.**

(À Mesa para decisão)

#### REQUERIMENTO Nº 1.017, DE 2003

**Requer, ao Ministro da Justiça, acerca de denúncia da Revista VEJA, sobre espionagem eleitoral.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que a Mesa solicite, ao Ministro da Justiça, informações sobre a denúncia veiculada na edição nº 1826, da Revista **VEJA**, sob o título “PAZ, AMOR E GUERRA”, envolvendo ações de espionagem desenvolvidas durante a campanha elei-

toral de 2002, esclarecendo as providências adotadas pelo Governo para apuração de responsabilidades.

### Justificação

O País, que vive em estado de direito democrático, não pode permanecer em silêncio diante das revelações contidas em reportagem publicada por uma das mais importantes revistas do Brasil. Ao Senado Federal (ou ao Congresso Nacional), dentro de suas prerrogativas de fiscalização dos atos do Poder Executivo, é fundamental conhecer o teor das providências do Governo, que, temos certeza, igualmente, terá interesse na apuração das denúncias.

Sala das Sessões, 28 de outubro, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **José Agripino**, Líder do PFL.

*(À Mesa para decisão)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446, DE 2003

**Modifica os arts. 588 e 804 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), o art. 1º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964 (Lei do Mandado de Segurança), e acrescenta artigo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, criando restrições à concessão de liminares no processo civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 588 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973:

“Art. 588. ....

.....  
II – sem a devida prestação de garantia real ou fidejussória, somente se concederá medida que importe no levantamento de depósito em dinheiro nos casos de crê-

dito de natureza alimentar, até o limite de sessenta vezes o valor do salário mínimo.

..... (NR)”

Art. 2º Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 588 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, renumerando-se dos demais:

“Art. 588. ....

.....  
III – é permitida a prática de atos que importem a alienação de domínio, contanto que o montante em dinheiro resultante da alienação seja depositado em juízo, aguardando o trânsito em julgado da ação, ressalvada a hipótese do inciso II deste artigo.

..... (NR)”

Art. 3º Acrescente-se os seguintes parágrafos ao art. 804 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973:

“Art. 804. ....

§ 1º Não se concederá liminarmente a medida cautelar quando dela resulte gravame financeiro ou patrimonial para a Fazenda Pública, sem que esta seja previamente ouvida, nos casos em que não seja prestada garantia real ou fidejussória.

§ 2º Cessarão os efeitos da medida liminar concedida contra a Fazenda Pública, sem a prestação de garantia real ou fidejussória, após o decurso do prazo de cento e vinte dias, contados da sua concessão. (NR)”

Art. 4º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. Cessarão os efeitos da medida liminar concedida contra a Fazenda Pública, sem a prestação de garantia real ou fidejussória, após o decurso do prazo de cento e vinte dias, contados da sua concessão. (NR)”

Art. 5º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992:

“Art. 5º-A. Sempre que houver risco de a Fazenda Pública vir a sofrer dano, em virtude da concessão de liminar ou de qualquer medida de caráter antecipatório, o juiz ou o relator, atentando para as possibilidades do requerente, determinará a prestação de garantia real ou fidejussória.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

O presente projeto visa, precipuamente, à criação de mecanismos processuais objetivando acabar com a chamada “indústria de liminares”, mediante a qual muitas empresas obtêm liminares judiciais para não pagar tributos, provocando grandes prejuízos para a União e os contribuintes.

Não se trata de debilitar a possibilidade de concessão de liminares, que, entendemos, deve ser mantida como uma das manifestações da luta do cidadão contra as opressões do Estado em suas ilegalidades.

O que se procura é coibir a má utilização das normas de Direito Processual Civil, muitas vezes aplicadas injustamente, mediante a astúcia dos advogados decorrente do aproveitamento das brechas da lei, para beneficiar empresários em detrimento da Fazenda Pública.

Sendo assim, estamos propondo, em primeiro lugar, modificações no Código de Processo Civil nos seguintes aspectos: primeiro, procurando restringir o levantamento de depósitos em dinheiro nos casos de crédito contra a Fazenda Pública, apenas possibilitando que se faça obedecido o limite de sessenta salários mínimos, assim mesmo quando se tratar de crédito de natureza alimentar; segundo, nos processos de execução provisória, cujas regras também se aplicam à antecipação de tutela, somente permitindo a prática de atos que importem a alienação de domínio, desde que o seu resultado em dinheiro seja depositado em juízo; terceiro, condicionando a concessão de liminares contra a Fazenda Pública à prestação de garantia real ou fidejussória, caso ela não tenha sido ouvida; e, por último, determinando cessarem-se os efeitos da medida liminar concedida contra a Fazenda Pública, sem a prestação de garantia, após cento e vinte dias.

Também estamos propondo, com o mesmo objetivo, alterações na Lei do Mandado de Segurança, de forma a que naquele diploma legal também fique assentado que a medida liminar concedida contra a Fazenda Pública perca os seus efeitos no prazo de cento e vinte dias, caso não haja sido prestada garantia real ou fidejussória.

Por derradeiro, ainda propomos modificações na Lei nº 8.437/92, explicitando que o juiz determine a prestação de garantia real ou fidejussória sempre que houver possibilidade de a Fazenda Pública sofrer dano em virtude da concessão de liminar ou de qualquer medida de caráter antecipatório.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. –  
**Sibá Machado.**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

### **Institui o Código de Processo Civil.**

Art. 588. A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

I – corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer; (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

II – o levantamento de depósito em dinheiro, e a prática de atos que importem alienação de domínio ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução; (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

III – fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior; (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

IV – eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo; (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

§ 1º No caso do inciso III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução; (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

§ 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de 60 (sessenta) vezes o salário mínimo, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade; (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7-5-2002.)

Art. 804. É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º-10-1973.)

LEI Nº 4.348, DE 26 DE JUNHO DE 1964

**Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança.**

Art. 1º Nos processos de mandado de segurança serão observadas as seguintes normas:

a) é de dez dias o prazo para a prestação de informações de autoridade apontada como coatora. Veto.

b) a medida liminar somente terá eficácia pelo prazo de (90) noventa dias a contar da data da respectiva concessão, prorrogável por (30) trinta dias quando provadamente o acúmulo de processos pendentes de julgamento justificar a prorrogação.

LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992

**Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.**

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(À Comissão de Constituição, Justiça, e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência informa ao Plenário que recebeu do Ministério da Fazenda as seguintes Petições:

– **Nº 10, de 2003** (nº 387/2003, na origem), solicitando orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Alvorada – RS, sem prévia autorização daquele Ministério; e

– **Nº 11, de 2003** (nº 388/2003, na origem), de 17 do corrente, solicitando orientação quanto à contratação de operação de crédito interno pela Prefeitura Municipal de Viamão – RS, sem prévia autorização daquele Ministério.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos e, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Senhor Presidente da República adotou, em 23 de outubro de 2003, e publicou no dia 24 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 133, de 2003**, que “Cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

**Titulares**

**Suplentes**

**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. vago
César Borges (PFL)	3. vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	4. vago

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)**

Tião Viana (PT)	1. Fernando Bezerra (PTB).
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3. Ana Júlia Carepa (PT)

**PMDB**

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

**PDT**

Jefferson Péres 1.Almeida Lima

### PPS

Mozarildo Cavalcanti 1. vago

### DEPUTADOS

#### Titulares

#### Suplentes

### PT

Nelson Pellegrino 1.Fátima Bezerra  
Arlindo Chinaglia 2.Iriny Lopes

### PFL

José Carlos Aleluia 1.Kátia Abreu  
Rodrigo Maia 2.Antônio Carlos Magalhães Neto

### PMDB

Eunício Oliveira 1.André Luiz  
Mendes Ribeiro Filho 2.Alberto Fraga

### PSDB

Jutahy Júnior 1.Antônio Carlos Mendes Thame  
Custódio Mattos 2.Bismarck Maia

### PP

Pedro Henry 1.Celso Russomanno

### PTB

José Múcio Monteiro 1.Ricarte de Freitas

### Bloco PL/PSL

Valdemar Costa Neto 1.Bispo Rodrigues

### PSB

Eduardo Campos 1.Renato Casagrande

### PV(\*)

Sarney Filho 1.Marcelo Ortiz

(\*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- **Publicação no DO:** 24-10-2003;
- **Designação da Comissão:** 28-10-2003;
- **Instalação da Comissão:** 29-10-2003;
- **Emendas:** até 30-10-2003 (**7º dia da publicação**);

– **Prazo final na Comissão:** 24-10-2003 a 06-11-2003 (**14º dia**);

– **Remessa do processo à CD:** 06-11-2003;

– **Prazo na CD:** de 07-11-2003 a 20-11-2003 (**15º ao 28º dia**);

– **Recebimento previsto no SF:** 20-11-2003;

– **Prazo no SF:** de 21-11-2003 a 04-12-2003 (**42º dia**);

– **Se modificado, devolução à CD:** 04-12-2003;

– **Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD:** de 05-12-2003 a 07-12-2003 (**43º ao 45º dia**);

– **Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de:** 08-12-2003 (**46º dia**);

– **Prazo final no Congresso:** 21-02-2004 (**60 dias**).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 134, de 2003, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 80.000.000,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

### MPV Nº 134

Publicação no **DO** – 27-10-2003

Emendas – Até 02-11-2003 (7º dia da publicação)

Prazo final Comissão – 27-10-2003 a 09-11-2003 (14º dia)

Remessa do Processo à CD – 09-11-2003

Prazo na CD – de 10-11-2003 a 23-11-2003 (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF – 23-11-2003

Prazo no SF – 24-11 a 07-12-2003 (42º dia)

Se modificado, devolução à CD – 7-12-2003

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD – 08-12 a 10-12-2003 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de – 11-12-2003 (46º dia)

Prazo final no Congresso – 24-2-2003 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência informa ao Plenário que, em sessão anterior, foram lidos os **Requerimentos nºs 995 e 1.004, de 2003**, respectivamente, dos Srs. Senadores Leonel Pavan e João Batista Motta, solicitando autorização para, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, ausentarem-se dos trabalhos da Casa, no período de 26 de outubro a 6 de novembro, para participarem da Terceira WTA Technomat, a realizar-se na China e Coréia, como integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Coréia.

Avulsos dos requerimentos encontram-se à disposição das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores nas suas bancadas.

Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 39, DE 2001

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna, que *acrescenta § 5º ao art. 73 e § 4º ao art. 131, ambos da Constituição Federal, para instituir as Procuradorias Jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal*, tendo

Parecer sob nº 1.198, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favo-

rável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão de 22 do corrente, quando teve sua votação transferida para hoje.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa.)

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas. (Pausa.)

Em votação a Emenda nº 1 da CCJ (Substitutivo), que tem preferência regimental.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação nominal por meio eletrônico.*)

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**O SR. GERSON CAMATA** (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência concede a palavra para encaminhar a votação, por cinco minutos, ao nobre Senador Demóstenes Torres. Em seguida, falarão os Senadores Gerson Camata e Ney Suassuna, este na condição de autor da matéria.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a presente proposta de emenda constitucional, que tem como primeiro signatário o Senador Ney Suassuna e que teve como Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Jefferson Péres – que apresenta emenda –, guarda consonância com a jurisprudência pátria.

A Advocacia-Geral da União foi concebida para advogar em nome de todos os Poderes e instituições. Porém, em alguns casos, tem o Supremo Tribunal Federal entendido que pode haver discordância entre posições de Poderes e de instituições. O Poder Executivo, por exemplo, em determinado momento, pode estar em conflito processual – é bom que se diga, pois os Poderes são harmônicos – com o Poder Judiciário. Nesse caso, a Advocacia-Geral da União, que representa os dois Poderes, naturalmente fica numa posição bastante delicada para exercer a defesa dos interesses conflitantes.

Segundo a Advocacia-Geral do Senado, há muitas proposições em que o Executivo tem guardado conflito com o Poder Legislativo, em especial com o Senado Federal. Ao se criar a Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, o Senador Jefferson Péres, num gesto louvável, dá poderes judiciais à Advocacia-Geral do Senado para defender os interesses do Senado Federal. Não há, portanto, qualquer discrepância jurídica nisso, por se tratar de um entendimento consolidado. É muito bom, aliás, que cada qual tenha a sua advocacia. No nosso caso, a advocacia já está criada. Não estamos criando qualquer ônus de qualquer espécie. Apenas estamos dando atribuição efetiva à Advocacia-Geral do Senado, que já existe.

Concordo perfeitamente com o proponente, ilustre Senador Ney Suassuna, pelas exposições feitas, que foram efetivamente melhoradas pela emenda apresentada pelo nobilíssimo Senador Jefferson Péres.

*Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para encaminhar a votação, por cinco minutos.

**O SR. GERSON CAMATA** (Sem Partido – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei bem rápido no encaminhamento. Fui um dos signatários dessa emenda constitucional de autoria do Senador Ney Suassuna. Cumprimento o Relator, Senador Jefferson Péres, pela emenda introduzida, que aperfeiçoou e melhorou a qualidade da PEC apresentada pelo Senador Ney Suassuna.

Creio que o objetivo principal, quando o Senador Ney Suassuna cria, por meio dessa emenda, a Procuradoria do Tribunal de Contas da União, responde aos questionamentos feitos pela população e pelos nossos eleitores diante dos inúmeros escândalos que o País vem enfrentando. Perguntam-nos sempre: quando esse dinheiro será devolvido? Quando esses recursos tirados do Erário a ele vão retornar? Por que raramente se vêem condenações? Por que, quando se vêem condenações, nunca se vê a devolução do recurso desviado do Tesouro Nacional?

A Procuradoria do Tribunal de Contas, principalmente no exame das contas públicas, dos agentes públicos, poderá, depois de terminado o processo, avançar também na busca e no retorno dos recursos que vierem ou que vieram a ser desviados.

Trata-se de uma emenda meritória. A Constituição brasileira precisava dar essa nova atribuição principalmente aos Tribunais de Contas. Tenho certeza de que os Estados e os Municípios que têm Tribunais de Contas haverão também de conceder-lhes essas novas atribuições, mediante lei ou emenda constitucional, para que aqueles que desviaram recursos possam ser alvo da obrigatoriedade judicial, legal, da sua devolução.

As emendas acrescentadas dão poderes também à Procuradoria do Senado Federal – que já existe –, com o objetivo de representar o Senado, estabelecendo apenas atribuições, sem criar despesa, como no caso do Tribunal de Contas.

Votarei a favor da proposta, sendo um dos seus subscritores.

Cumprimento o autor e o Relator da emenda.

*Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, o Sr. João Alberto Souza, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, para encaminhar a votação.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há muito se fazia a necessidade de se criar essa Procuradoria. Há até histórias em relação ao Tribunal de Contas.



Na época do Floriano, ele determinou ao Ministro da Fazenda que providenciasse que o Tribunal de Contas registrasse uma verba de que ele precisava, e o Presidente do Tribunal negou-se a fazê-lo. E ele, pura e simplesmente, mandou chamar o Presidente do Tribunal e insistiu, mas o Presidente do Tribunal negou de novo. Ele disse: "Como é mesmo o seu nome? Não é com o senhor que eu queria falar. Quero falar com o seu substituto. O senhor já está aposentado". E realmente, com data atrasada, saiu a aposentadoria do Presidente do Tribunal de Contas.

É claro que o Brasil de hoje não é o Brasil daquele tempo, mas o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas estaduais têm muitas demandas e não têm a força de fazer-se valer perante a Justiça. Quem o faz é a Advocacia-Geral da União, onde hoje há mais de 5,5 milhões de processos, o que atrasa e cria problemas. Por essa razão, há necessidade de se criar essa Procuradoria.

Fiquei muito feliz com a melhoria que o Senador Jefferson Péres fez, ao criar também a Advocacia do Senado e da Câmara, o que, com toda a certeza, vai dar agilidade na defesa das causas do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Estaduais e das duas Casas parlamentares.

Solicito aos companheiros, a todos os meus Países, que apóiem essa criação, votando a favor dessa PEC, porque realmente ela é de muita importância para o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência concede a palavra ao nobre Relator da matéria, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa proposta de emenda à Constituição que tem como primeiro subscritor o Senador Ney Suassuna vem apenas dar **status** constitucional ao que já existiu na lei ou já é reconhecido pela jurisprudência dos Tribunais. Órgãos públicos que não têm personalidade jurídica devem ter, no entanto, personalidade judiciária, ou seja, capacidade processual para funcionarem seja como pólo passivo, seja como pólo ativo em qualquer demanda que lhe diga respeito.

Só me resta dar os parabéns ao Senador Ney Suassuna e agradecer aos oradores que me antecederam pelas referências que a mim fizeram.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Apelo às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário, pois estamos em processo de votação.

Senador Augusto Botelho, o painel ainda não registra o voto de V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Senador Reginaldo Duarte, o painel ainda não registra o voto de V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

A Mesa chama a atenção das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores para o fato de que esta matéria depende, para sua aprovação, de 49 votos favoráveis. E renova o apelo às Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra o Senador Tião Viana, pela ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a presença integral do Bloco de apoio ao Governo em plenário. Temos matérias fundamentais para o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros, pela ordem.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero chover no molhado. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que, mais uma vez, faça um apelo aos Senadores que estão circunstancialmente nas Comissões e em outros lugares da Casa para que compareçam ao plenário, porque esta matéria, de iniciativa do nobre Senador Ney Suassuna, é muito importante e o número de presentes está muito baixo. Precisamos de um **quorum** qualificado, constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, nobre Líder Renan Calheiros. A Mesa renova o apelo e convida o Senador Maguito Vilela para que faça constar no painel seu voto. (Pausa.)

A Mesa informa ao Plenário que recebeu ofício do nobre Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, o eminente Senador Eduardo Suplicy, que está neste exato momento proferindo pales-

**VOTAÇÃO NOMINAL****EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO) À PEC Nº 39, DE 2001 (1º TURNO)**

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 28/10/2003

Num.Votação: 1  
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 28/10/2003 16:28:40  
Encerramento: 28/10/2003 16:37:20

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
-	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	ABST.
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	ABST.
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	ABST.
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Votos SIM : 50  
Votos NÃO : 03  
Votos ABST. : 03

**Total : 56**

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO, 3.

Houve 3 abstenções.

Total de votos: 56.

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), fica prejudicada a Proposta.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania oferecendo a redação para o segundo turno, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte

#### **PARECER Nº 1509, DE 2003**

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

#### **Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2001, que acrescenta § 5º ao art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de outubro de 2003.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 1509, DE 2003**

#### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2003**

Acrescenta § 5º ao art. 73 e § 4º ao art. 131, ambos da Constituição Federal, para instituir as procuradorias jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Consti-

tuição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 73 e 131 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. ....

.....

§ 5º A consultoria jurídica e a representação judicial do Tribunal de Contas serão exercidas, quando couber, por seus Procuradores, organizados em carreira, observado o disposto no art. 132.” (NR)

“Art. 131. ....

.....

§ 4º A consultoria jurídica e a representação judicial da Câmara dos Deputados e do Senado Federal serão exercidas por seus respectivos advogados ou procuradores, organizados em carreira, observado o disposto no art. 132.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O parecer vai à publicação.

A matéria constará da Ordem do Dia, oportunamente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 2:**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão de 22 do corrente, quando teve sua votação transferida para hoje.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 1.018, DE 2003**

Nos termos do art. 315 combinado com o art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o adiamento da votação da Proposta de Emenda Constitucional nº 13 de 2003, para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.

#### **Justificação**

Na 147ª Sessão, deliberativa ordinária, ocorrida a 22 de outubro de 2003, foi deliberado que a matéria seria melhor debatida e votada na sessão seguinte. Entretanto, após reflexão, concluí que a matéria ainda precisa de maior detalhamento, e, assim, seria melhor que a mesma voltasse à Comissão de Constituição e Justiça, e que lá se debatesse com maior detalhe, as ponderações apresentadas em plenário por aqueles que lá se manifestaram.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003 – Senador **Eduardo Azeredo**.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Exª, Senador Eduardo Azeredo, como autor, para encaminhar a votação.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a criação de novos Municípios no Brasil era disciplinada por uma legislação extremamente liberal, que levou a alguns exageros no passado. Entretanto, a legislação hoje em vigor é muito rígida, porque, ao contrário da anterior, praticamente impossibilita a criação de novos Municípios.

O Brasil é um País ainda em crescimento, com amplos espaços sendo ocupados. Pessoalmente, sou favorável à criação de novos Municípios. Entretanto, esses Municípios têm que ter a possibilidade de crescerem e de se suportarem financeiramente. Não podemos ter os exageros ocorridos no passado.

Portanto, a minha proposta é voltarmos a discutir a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que lá possamos incluir restrições, tais como população mínima e uma distância também

mínima do município-mãe, para que haja condições de aprovação da matéria no plenário, tendo em vista tratar-se de assunto polêmico.

Dessa forma, peço o apoio das Srªs e dos Srs. Senadores para o meu requerimento, a fim de que possamos rediscutir a questão, aprovando-a posteriormente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Siba Machado, pela ordem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem) – Sr. Presidente, posso debater a matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª poderá fazê-lo pelo Bloco, porque, nesse tipo de votação, podem fazer uso da palavra o autor do requerimento e um representante de cada Partido.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Falo, então, pelo Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com as idéias do Senador Eduardo Azeredo.

Quero lembrar que, recentemente, o Congresso votou matéria muito parecida, do Senador Chico Sartori, aprovando-a por unanimidade nas duas Casas, mas o projeto foi vetado, na íntegra, pelo Presidente da República, porque não pretendia regulamentar a lei vigente, mas modificar a Constituição.

Por estar preocupado com o assunto, procurei o Ministro Márcio Thomaz Bastos para saber se poderíamos apresentar um texto de regulamentação da matéria. S. Exª considerou que isso seria importante e é o que estamos fazendo.

Como esse texto de regulamentação, e não de mudança da Constituição, está em final de redação e eu gostaria de submetê-lo à apreciação da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça, parabeno o Senador Eduardo Azeredo, porque, com a aprovação de seu requerimento, terei o tempo necessário para fazê-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai a reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 1.019, DE 2003**

##### **Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.**

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para o item 7 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 3 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. – **João Alberto Souza.**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa esclarece ao Plenário que essa será a única votação secreta que ocorrerá antes da discussão do item 8 e do requerimento a respeito da Previdência, pois se trata da escolha de uma autoridade.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 7:**

#### **MENSAGEM Nº 10, DE 2003** (*Escolha de Chefe de Missão Diplomática*)

Mensagem nº 10, de 2003 (nº 1.214/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Eduardo Moreira Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza, para a leitura do parecer.

#### **PARECER Nº 1.510, DE 2003 – CRE**

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA. Lê parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o nome do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, indicado para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O parecer é favorável.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação nominal e secreta pelo painel eletrônico.*)

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar, na votação anterior, o meu voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Renan Calheiros, o painel não registra, ainda, o voto de V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa)

A Mesa informa que já solicitou providências do Prodasen, por isso, pede às Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que estiverem com problema em alguma bancada para que apenas mudem de posto, que o voto será consignado. O Prodasen informa que se trata de um problema com origem na energia estática, o qual está sendo resolvido.

(*Procede-se à apuração.*)

**VOTAÇÃO SECRETA****MENSAGEM Nº 10, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO ESTADO DE ISRAEL, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO CHIPRE.

Num.Sessão: **1**  
Data Sessão: **28/10/2003**

Num.Votação: **2**  
Hora Sessão: **14:30:00**

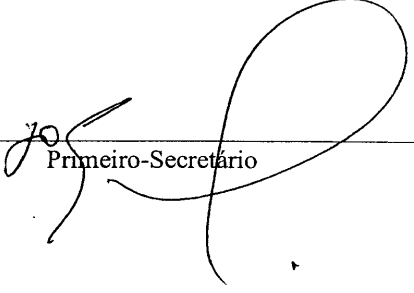
Abertura: **28/10/2003 16:43:47**  
Encerramento: **28/10/2003 16:53:03**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
-	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	Votou

Presidente: *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS*

Votos SIM : **54**  
Votos NÃO : **07** **Total : 62**  
Votos ABST. : **01**

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa vai proclamar o resultado: votaram SIM 54 Srs. Senadores; e NÃO 7 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

Total: 62 votos.

O nome do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A Mesa registra o voto do nobre Senador Eurípedes Camargo.

A Mesa procederá ao devido reparo na votação:

Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e NÃO 7 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

Total: 63 votos.

O nome do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima foi aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 3:**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2003

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que altera o § 8º do art. 62 da Constituição Federal para determinar que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria será incluída na Ordem do Dia de amanhã para votação em primeiro turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 4:**

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 664, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003-CN, Relator: Senador Luiz Otávio), que aprova as Contas dos Presidentes da Câmara dos Deputados, relativas ao exercício de 2000.

A matéria constou da pauta da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua discussão encerrada, e a votação adiada para hoje.

Passa-se à votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Mesa registra a abstenção da nobre Senadora Heloísa Helena.

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 664, DE 2003

**Aprova as Contas do Presidente da Câmara dos Deputados, relativas ao exercício de 2000.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Com fundamento no inciso IX do art. 49 da Constituição Federal e no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, são aprovadas as Contas do Presidente da Câmara dos Deputados, referentes ao exercício financeiro de 2000, recomendando-se que a Casa envie ao Tribunal de Contas da União todas as demonstrações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 5:**

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 52, DE 2002  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 10 e 11, de 2002.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, tendo

Parecer favorável, sob nº 534, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro passado, quando teve sua discussão encerrada e a votação adiada para hoje.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 1.020, DE 2003

##### Adiamento da votação para determinado dia.

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requero adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2002, que “modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador”, a fim de ser feita na sessão de 4 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Em votação o requerimento do nobre Senador Aloizio Mercadante.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 170, DE 2002  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2003)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico, tendo

Pareceres sob nºs 176 e 1.430, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

A matéria constou da pauta da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua discussão encerrada.

Passa-se à votação do projeto, sem prejuízo das emendas e da subemenda. (Pausa).

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a Subemenda à Emenda nº 2, de Plenário.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a Subemenda, fica prejudicada a Emenda nº 2, de Plenário.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a matéria aprovada



## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 170, DE 2002

**Dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Pelo menos cinquenta por cento das doses de soro antiofídico para uso humano, produzidas e importadas por laboratórios e empresas sediadas no País, deverão estar sob a forma liofilizada.

Parágrafo único. A comercialização de soro antiofídico se fará, obrigatoriamente, em conjuntos contendo medicamento anti-histamínico e bula com orientações em destaque sobre a aplicação e a conservação de ambos os produtos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de dois anos a contar da data de sua publicação.

#### Justificação

Os acidentes ofídicos constituem um problema de saúde pública negligenciado em nosso País. A cada ano registram-se cerca de vinte mil casos de acidentes por picada de cobra e destes 110 evoluem para óbito. Os trabalhadores rurais são as principais vítimas.

Os indivíduos mais afetados são homens jovens, atingidos principalmente em seus pés, pernas, mãos e antebraços. A variação sazonal da incidência, nas diversas regiões do País, mostra que a ocorrência de acidentes ofídicos está associada à atividade agrícola e aos trabalhos em campo e floresta.

A letalidade é baixa, em torno de 1,5%, o que faz com que a mortalidade seja também baixa. Deveria, no entanto, ser zero. Verifica-se que cerca de 60% dos casos de óbito ocorridos por picada de cobra nos últimos anos no Brasil foram de pacientes que receberam atendimento médico tardiamente.

Se a letalidade, ainda assim é pequena, não o é, no entanto, a proporção de portadores de deficiência que se observa entre os sobreviventes. Quando a soroterapia é tardia ou a quantidade de soro administrada insuficiente para neutralizar o veneno circulante, as lesões e danos podem ser muito graves.

Uma única providência poderia reduzir drasticamente esse quadro: a disponibilidade de soro antiofídico mais próxima de onde ocorrem os acidentes.

A soroterapia antiofídica, hoje, é gratuita para todos os que dela necessitem no âmbito do Sistema Único de Saúde, em centros de atendimento credenciados. O soro antiofídico produzido no Brasil por três laboratórios estatais é de excelente qualidade, mas emprega tecnologia que exige sua conservação sob refrigeração. E aqui está o problema: como dito anteriormente, a maior parte dos acidentes ofídicos ocorrem na roça e no mato, longe de serviços de saúde e de refrigeradores.

Por reconhecer essa limitação, em 1981 a Organização Mundial da Saúde já recomendava a seus estados-membros localizados "nos trópicos" que passassem a utilizar a forma liofilizada do soro ao invés da forma líquida – até hoje adotada no Brasil. A forma liofilizada dispensa o uso de geladeira para sua conservação e mantém a eficácia por dez a quinze anos.

Desde 1979, os especialistas nacionais vêm defendendo, junto às autoridades sanitárias do País e aos laboratórios produtores, a substituição da nossa tecnologia de produção de soro antiofídico, sem sucesso.

A mudança não exige investimentos vultosos em equipamentos e instalações: é possível que quinhentos mil dólares permitam equipar os três laboratórios produtores nacionais.

Cabe reconhecer que o custo de produção do soro sob a forma liofilizada é, em verdade, mais caro entre vinte e vinte e cinco por cento. Os investimentos e custos, no entanto, trariam um benefício compensador, tanto em termos de vidas poupadas e deficiências sanadas como em termos econômicos, ao propiciar a redução da mortalidade e do tempo médio de internação das pessoas afetadas – de quatro a sete dias nos casos não-complicados e de pelo menos o dobro nos complicados. Ademais, ter-se-ia também a redução do número de portadores de deficiência, por conseguinte, dos gastos com previdência e assistência social públicas e dos custos de logística de transporte e armazenamento.

Esta é a razão que me move a apresentar esta proposição, para qual espero contar com o apoio dos demais Senadores.

**EMENDA Nº 1-CAS**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, a seguinte redação:

“Dispõe sobre o percentual mínimo do soro antiofídico distribuído no País que deve estar sob a forma liofilizada.”

**SUBEMENDA À EMENDA Nº 2-PLEN**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 1º Pelo menos cinqüenta por cento das doses de soro antiofídico para uso humano, comercializadas ou distribuídas em território nacional, deverão estar sob a forma liofilizada.”

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência pede a atenção do Plenário.

**Item 8:****PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.486, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; com votos em separado dos Senadores Demóstenes Torres e outros, Efraim Morais, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Paulo Octávio, José Jorge, Leonel Pavan e Almeida Lima.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas em fase de discussão em primeiro turno,

quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 1.021, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda Constitucional nº 67 e 77, ambas de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

**Justificação**

A PEC nº 67, de 2003, que trata da reforma da Previdência, versa sobre a mesma matéria, e de forma mais abrangente, que a sua congênere, de nº 77, de 2003. Assim, é regimentalmente previsto e está sedimentado nos costumes desta Casa Legislativa que nessas situações as propostas tramitem conjuntamente.

Portanto, o que se percebe agora é uma tentativa injustificável do Governo em atropelar o Regimento e a praxe na tramitação de matérias. A manobra do Palácio do Planalto tem a finalidade de tumultuar o processo legislativo e suprimir a discussão democrática, que é da natureza desta Casa. Ao final, pretende o Governo que o Senado tenha um comportamento subserviente e se converta em uma simples instância homologatória. Neste momento histórico, o Senado não pode se curvar às pretensões unilaterais do Poder Executivo e deve exercer a parcela de soberania estatal que a Constituição lhe reservou.

A sociedade espera que o Senado desmanche a visão do Palácio do Planalto de que aqui é uma Casa de Sabujos. Já que desrespeita sua história e seus integrantes, que respeite ao menos o seu Regimento. Seria de causar risos, se não fosse trágico, o Governo redigir uma Proposta de Emenda Constitucional paralela que contempla matéria discutida à exaustão na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, onde aliás o rolo compressor governamental massacrou todas as 316 emendas apresentadas. O acinte se torna cômico quando os autores de ambas as PEC, que são os mesmos, diretamente ou por seus prepostos, repetem inclusive os termos, a partir do início. Sequer tentaram disfarçar, mostrando que, além do deboche, abusaram da exigüidade do vocabulário.

O absurdo chega ao ponto de, na PEC paralela, haver remissão à PEC 67/2003, como se ela já tivesse sido promulgada. As senhoras senadoras, os senhores senadores, a Mesa Diretora, o próprio Senado e a independência dos Poderes têm de reagir e um bom início seria a aplicação do Regimento desta Casa para acolher o presente requerimento, determinando-se o apensamento das PEC assemelhadas, sob o risco de verificarmos o encontro das paralelas somente no infinito, ou em alhures.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2003. – Senador **Demóstenes Torres**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Em votação o requerimento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Para encaminhar, com a palavra o Senador Demóstenes Torres, autor do requerimento.

A Mesa comunica ao Plenário que, nesse tipo de requerimento, podem fazer uso da palavra para encaminhamento o autor do requerimento e um Senador por Partido.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apresentei o requerimento e aqui faço considerações sobre a necessidade de tramitação em conjunto de proposições que regulem a mesma matéria no Senado Federal.

Fiz por escrito e de uma maneira muito simples, sem utilizar muito a linguagem jurídica, para que possamos, ao final, fazer a discussão e a votação de uma forma que atenda aos interesses do País.

Tramitam no Senado Federal duas propostas de emenda à Constituição Federal (PECs nºs 67 e 77), versando sobre a reforma da previdência social.

A primeira, PEC nº 67, originária do Poder Executivo, já foi discutida e aprovada na Câmara dos Deputados. A segunda, a de nº 77, foi proposta nesta Casa. Ambas tratam da mesma matéria, sendo que a de nº 67 aborda o tema com maior amplitude que esta.

Estabeleceu-se um impasse sobre a forma de tramitação – separadas ou em conjunto – das proposições. Seria o trâmite conjunto obrigatório ou facultativo?

Desnecessário, mas conveniente alertar, antes de qualquer coisa, que o âmbito de tramitação é o Congresso Nacional, conforme determinação constitucional. Assim, o processo legislativo deve obedecer, em primeiro lugar, ao disposto nos arts. 59 a 69 da Constituição da República. Em um segundo momento, devem ser observados os regimentos internos de cada Casa, adotando-se sempre as regras gerais da hermenêutica jurídica.

Sabe-se, pela leitura do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, que a PEC nº 67 não pode ser promulgada por partes onde houver consenso entre as duas Casas.

No Senado, são duas as possibilidades: ou se promulga o texto da maneira como foi enviado pela Câmara dos Deputados, ou se promovem as mudanças necessárias e remete-se a matéria de volta àquela Casa para nova apreciação.

Sobre os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, existe uma aparente antinomia que não exige maior esforço de raciocínio para ser rechaçada.

O processo legislativo, não obstante a tramitação de matérias em separado, em cada uma das instâncias legislativas da União, deve ser uniforme. O Poder Legislativo Federal é exercido pelo Congresso Nacional nos termos do art. 44 da Carta Magna.

Embora a Câmara dos Deputados e o Senado Federal tenham seus próprios regimentos internos, por força constitucional o processo legislativo deve ser semelhante nas duas Casas. O Senado Federal não pode renunciar ao bicameralismo imposto pela Constituição Federal e se transformar em mera instância homologatória das decisões da Câmara dos Deputados.

Determina o art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal que “havendo, em curso no Senado,

dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer comissão ou Senador”.

Por seu turno, o art. 139 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece, em seu inciso I, que “...antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa; em caso afirmativo, fará a distribuição por dependência, determinando sua apensação...”

Ora, não é aceitável que o processo legislativo tenha feições diferenciadas em cada uma das Casas do Parlamento brasileiro. Deve, portanto, perquirir-se os princípios que regem o Processo Legislativo. A análise simplista de apenas um artigo não é hábil a sustentar uma decisão acertada sobre a questão.

O art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece os princípios básicos que regem o processo legislativo, estabelece em seus incisos III e IV a “impossibilidade...”

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

Presidente, a matéria é de relevância. Gostaria de concluir.

... “a impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, ainda que unânime, tomados ou não mediante voto” e a “nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental”.

O procedimento adotado para a tramitação da PEC é o mesmo, no que couber, para as demais proposições (art. 372 do nosso Regimento Interno).

Segundo Milagres Lewis (**Um Estudo Preliminar**. São Paulo: Mundo Cristão, 1984, p.89), “o princípio, ao mesmo tempo que explica as regras, as supera”. Para Uadi Lammêgo Bullos (**Manual de Interpretação Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1997, p.39), “o princípio é a parte mais importante de qualquer coisa”.

Indo mais adiante, Canotilho afirma que “os princípios distinguem-se das regras por terem maior grau de abstração, caráter de fundamentalidade no sistema e maior proximidade da idéia de Direito e da exigência de justiça”.

Portanto, a possível controvérsia – de ser a tramitação conjunta das PECs 67 e 77 separadas ou

conjuntas – deve ser resolvida através do cotejo das normas...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

Vou concluir, Sr. Presidente.

...das normas – constitucionais e regimentais – e da análise dos princípios que regem o tema.

Aqui cabem uma pergunta e sua resposta: tratam as PECs 67 e 77 de matéria análogas ou conexas? Não. As matérias são idênticas. As proposições regulam a mesma matéria.

Como já afirmado, o Regimento da Câmara dos Deputados determina que, sendo as matérias correlatas, a distribuição será feita por dependência e a tramitação conjunta (art. 139, I). Nenhuma dúvida.

O Regimento do Senado Federal por sua vez estabelece ser lícita a tramitação conjunta, mediante deliberação do Plenário (art. 258). Ao contrário do que uma desatenta análise pode indicar, o Plenário deliberará se as proposições são correlatas. Sendo a decisão nesse sentido, necessariamente deverá ocorrer o apensamento, e a tramitação deve ser conjunta. Tanto assim que o art. 260, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal chega a estabelecer – vou concluir, Sr. Presidente – a precedência de apreciação dos projetos. O projeto da Câmara precederá ao do Senado e o mais antigo ao mais moderno ou que regule a matéria com mais amplitude. Também, nenhuma dúvida.

Cabe observar ainda que caso as matérias não sejam apensadas e conseqüentemente apreciadas conjuntamente, a PEC nº 77 deverá ser havida por prejudicada, em virtude de ser o prejulgamento pelo Plenário, ou melhor, caso as PECs não sejam apreciadas conjuntamente, conforme determina o art. 334, § 1º, do Regimento Interno do Senado. Ressalte-se que a matéria tratada pela PEC nº 77 foi expressamente rejeitada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando da discussão da PEC nº 67, cujo relator não acolheu nenhuma das várias emendas.

E a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, conforme determinam o § 5º do art. 60 da Constituição Federal e art. 373 do Regimento Interno.

Em resumo, deve ser reafirmado o seguinte:

a) o Senado Federal não pode render-se às indevidas interferências do Palácio do Planalto, sob pena de ferir o estatuído no art. 2º da Constituição Federal (independência e harmonia entre os Poderes);

b) as matérias de que tratam as PECs 67 e 77, mais que conexas ou análogas, são idênticas, tendo aquela (67) maior amplitude que esta (77);

c) as duas propostas regulam a mesma matéria e devem ter sua tramitação em conjunto (arts. 258, do RISF; e 139 do RICD);

d) a deliberação do Plenário, prevista no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, é para que os Parlamentares decidam se as propostas regulam a mesma matéria – caso em que o pensamento será obrigatório;

e) a matéria constante da PEC 77 já foi apreciada e rejeitada pela CCJ e não pode, portanto, ser novamente apreciada na presente sessão legislativa, caso seja promulgada a PEC 67;

f) a não-tramitação em conjunto das PECs 67 e 77 fere os princípios gerais do processo legislativo, ensejando nulidade insanável que poderá ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal;

g) nenhum acordo de lideranças ou decisão do Plenário, ainda que unânime, tomados ou não mediante voto, pode prevalecer sobre a norma regimental que determina a tramitação conjunta.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Tião Viana, que falará pelo Bloco, para encaminhar a votação.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos diante de um assunto da maior relevância para o Parlamento brasileiro, para os Governadores de Estado, para os Srs. Prefeitos, para a Presidência da República e para todo movimento social organizado.

O encaminhamento equivocado desta matéria hoje pode gerar simplesmente a consolidação da não-aprovação da reforma da previdência no presen-

te exercício parlamentar. Portanto, trata-se de uma situação delicada que reputo da maior importância.

Eu gostaria de deixar claro o respeito que tenho pelas ponderações do Senador Demóstenes Torres, que tem procurado realizar um debate de mérito, claro, baseado na interpretação dos seus estudos constitucionais e nas suas visões jurídica e política sobre o assunto. O mesmo respeito externo pelo Senador Jefferson Péres, cuja visão tem os mesmos amparos constitucional, jurídico e político para uma matéria de tal dimensão.

De minha parte, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro que tenho absoluta convicção no que estamos defendendo. Tenho absoluta segurança de que não teríamos outro caminho para a aprovação de uma matéria dessa natureza, senão a valorização do tempo e do processo legislativo.

Os argumentos do Senador Demóstenes Torres não resistem a uma análise judiciosa sob a égide do Regimento do Senado Federal. Farei uma leitura objetiva do que estou tentando afirmar, Sr. Presidente.

Com efeito, o que diz o Senador Demóstenes Torres seria verdadeiro na Câmara dos Deputados, de acordo com o inciso I do art. 139 do Regimento Interno daquela Casa, **in verbis**:

Art. 139. A distribuição de matéria às Comissões será feita por despacho do Presidente, dentro de duas sessões depois de recebida na Mesa, observadas as seguintes normas:

1 – antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa; em caso afirmativo, **fará a distribuição por dependência, determinando a sua apensação**, após ser numerada, aplicando-se à hipótese o que prescreve o parágrafo único do art. 142...(grifos nossos).

Ou seja, na Câmara dos Deputados, a tramitação conjunta é obrigatória e de ofício. Não é o que diz o Regimento Interno do Senado Federal. Se houvesse omissão no Regimento Interno do Senado Federal, obrigatoriamente teríamos que recorrer ao Regimento da Câmara dos Deputados. No entanto, o Regimento Interno do Senado Federal é claro, quando diz que a tramitação em conjunto é mera faculdade sujeita à deliberação do Plenário. Está nos arts. 258 a

260, combinado com o item 8, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno.

A solenidade para a aprovação desse tipo de requerimento é tão especial que, nos termos do último dispositivo mencionado, deve ser votado na Ordem do Dia.

É clara a argumentação e a interpretação regimental, Sr. Presidente.

A PEC 67 já está instruída para discussão em plenário; a PEC 77 ainda será apreciada na CCJ. Inclusive, quanto à constitucionalidade, elas não devem ser apensadas por uma razão óbvia como essa.

O Senador Demóstenes Torres e outros Senadores confundem o que diz o art. 373: "A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa", conforme diz também a Constituição, no art. 60, § 5º.

Portanto, há um equívoco flagrante nas interpretações regimental e jurídica do Senador Demóstenes Torres. Como se trata de uma matéria em que se faculta o voto no plenário do Senado Federal sobre um requerimento apresentado, precisamos ter clareza da autoridade regimental que temos no plenário para fazer a devida manifestação. Em se tratando de processo legislativo, todos aqui são testemunhas das centenas de matérias que tramitaram independentemente dentro desta Casa e não lhes foi indagada a inconstitucionalidade. Então, isso é uma rotina dentro do Parlamento e pode ser apensada à mesma matéria.

Eu pediria a V. Ex<sup>as</sup> que atentassem para o que diz o Regimento, que é claro em relação à matéria. E qualquer dúvida de ordem constitucional é mais do que justo e legítimo que seja levada a uma outra instância. Porém, tirar um hábito do Parlamento, amparado no Regimento, que é votar requerimento de apensamento de matéria dessa natureza, não me parece justo, Sr. Presidente.

Estamos diante de um tema que é de interesse nacional, e os Senadores têm agido com absoluta responsabilidade em relação a ele: apresentaram 316 emendas, e todas foram tratadas com o devido respeito.

Fizemos todos os acordos políticos que estavam ao nosso alcance e chegamos à conclusão de que o melhor caminho para se respeitar o acordo político nesta Casa era a tramitação de uma emenda

constitucional paralela. Essa emenda paralela tem um acordo formal do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, e do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

Hoje, o Senador Paulo Paim esteve com o Presidente da Câmara e falou com S. Ex<sup>a</sup> sobre a importância de se priorizar e se dar um caráter de urgência urgentíssima a essa matéria. O Ministro José Dirceu manifestou formalmente um apoio à emenda e pediu que o Congresso a vote, porque ela é de interesse do Governo. O Ministro Ricardo Berzoini formaliza uma posição a favor da tramitação, em caráter de urgência, para que o País tenha promulgado e assegurado o andamento efetivo da emenda da reforma da previdência, sendo que a Emenda nº 67 já está promulgada e aprovada, e a Emenda nº 77, aperfeiçoada. Portanto, não vejo dúvida.

Se não valorizamos, no Parlamento, num ambiente como o Senado Federal, a autoridade moral dos seus Líderes, o compromisso político e efetivo dos seus Líderes, como vamos tramitar os acordos políticos? Entendo que o Regimento é um guia, e o acordo político é um componente fundamental e imprescindível da relação política.

Faço um apelo a V. Ex<sup>as</sup>. Sei das ponderações de mérito dos Senadores Jefferson Péres e Demóstenes Torres. Creio que é mais do que legítimo qualquer interpretação sobre esse tema, mas faço um apelo: que confiem no acordo político que estamos fazendo, na responsabilidade da tramitação da Emenda Constitucional nº 77, porque ela vem apenas aperfeiçoar a Emenda nº 67 e é fruto de tudo o que discutimos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se não aprovarmos essa matéria no prazo hábil, causaremos um prejuízo imensurável aos Governos estaduais, aos Municípios e à sociedade brasileira, que aprova a Reforma da Previdência.

Respeito, considero legítimo e reconheço a absoluta autoridade de qualquer Senador que discorde do meu ponto de vista, mas faço um apelo para que possamos considerar a necessidade de urgência na aprovação de uma matéria tão relevante para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HIPÓTESE DE PROMULGAÇÃO FATIADA DA PROPOSTA DE “REFORMA DA PREVIDÊNCIA”

Em face de conflito que se apresenta entre senadores que defendem modificações no corpo do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (PEC nº 40, de 2003, na Câmara dos Deputados) e a vontade de muitos Senadores de promulgar o texto aprovado na Câmara dos Deputados, sem alterações do Senado Federal, tem sido ventilada a tese de promulgação “fatiada”, que consistiria na promulgação das partes consensuais, postergando-se a conversão em norma constitucional das questões eventualmente impugnadas e, nesse sentido, emendadas pelo Senado Federal, até ulterior deliberação da Câmara dos Deputados sobre as inovações oferecidas pelos senadores.

A tramitação, no Senado, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, evidentemente, deve estar, sempre, de acordo com o texto constitucional e com as normas regimentais.

É por isso que a chamada tese de “fatiamento” deve ser frontalmente rechaçada, por sua evidente afronta ao texto constitucional. A Constituição Federal, em homenagem à rigidez que a caracteriza, exige, conforme o disposto no § 2º do art. 60, que “a proposta” deva ser “discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros”. Ora, se o Senado Federal altera a proposta oriunda da Câmara dos Deputados, isso implica necessário retorno da matéria à Casa de origem, posto terem sido cotejadas novas abordagens acerca da “proposta”. Só quando a Câmara dos Deputados acatar globalmente a proposição, com as contribuições do Senado, votando-a duas vezes, e admitindo-a pelo voto de três quintos de seus membros, é que pode ocorrer a promulgação. Se a “proposta” se caracteriza por um conjunto de dispositivos vinculados reciprocamente por relações de causa e efeito, enunciado e sanção, sua conversão parcial em norma constitucional é virtualmente impossível, sem violação do devido processo formal demandado pela própria Constituição, para o fim de sua reforma.

A única exceção que o Supremo Tribunal Federal tem admitido é a supressão, por uma das Casas, de norma já votada pela outra, desde que, no contexto de toda a proposta, a norma expungida se apresente como autônoma em relação à matéria restante (e promulgada), de maneira que sua retirada não modifique o sentido daquilo que se quer emendar na Constituição. Essa posição foi assentada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.031, de iniciativa do Partido dos Trabalhadores, para exame da constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 21, de 1999.

Assim, a Relatoria procurou, rigorosamente nos termos do Regimento Interno (art. 133, IV, num primeiro momento) ou da Constituição (art. 60,I), encontrar uma alternativa para que a PEC 67, de 2003 venha a ser votada sem a necessidade de retornar à Câmara, mas que, ao mesmo tempo, considere a vontade senatorial de levar a efeito mudanças na chamada Reforma da Previdência, tal como advinda da Câmara Baixa. Registre-se, por oportuno, que a Relatoria compartilha a preocupação do Executivo Federal e dos Governadores de Estado e Prefeitos Municipais quanto à urgência do estancamento de despesas previdenciárias desprovidas de lastro financeiro. Por isso, advoga a promulgação imediata de um texto que, conquanto esteja a merecer reparos, deve ser convertido o quanto antes em norma constitucional, para satisfação dos seus pertinentes propósitos. Ademais, as técnicas de interpretação, no âmbito da jurisdição constitucional concentrada, permitem suprir satisfatoriamente eventuais lacunas e incongruências na manifestação de vontade do legislador.

A proposição que contém os pontos de mudança aceitos pela bancada governista e que se convencionou chamar “PEC paralela” tem amparo no art. 133, IV, do Regimento e, especialmente, na prerrogativa constitucional de que um terço dos membros do Senado pode apresentar emenda à Constituição.

O argumento de que matérias conexas devem, obrigatoriamente, tramitar em conjunto, não resiste à análise regimental.

Com efeito, seria verdadeiro na Câmara dos Deputados, de acordo com o inciso I do art. 139 do Regimento daquela Casa, *in verbis*:

“Art. 139. A distribuição de matéria às Comissões será feita por despacho do Presidente, dentro de duas sessões depois de recebida na Mesa, observadas as seguintes normas:

I – antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa; em caso afirmativo, **fará a distribuição por dependência, determinando a sua apensação**, após ser numerada, aplicando-se à hipótese o que prescreve o parágrafo único do art. 142;

.....” (grifos nossos)

Ou seja, na Câmara dos Deputados a tramitação conjunta é obrigatória e de ofício.

No Senado Federal, a tramitação conjunta é **mera faculdade**, sujeita à deliberação do Plenário, nos termos dos arts. 258 a 260, combinados com o item 8 da alínea *c* do inciso II do art. 255 do Regimento. A solenidade para a aprovação deste tipo de requerimento é tão especial que, nos termos do último dispositivo mencionado, deve ele ser votado na **Ordem do Dia**.



Feita esta importante observação sobre a natureza da tramitação conjunta no Senado, deve ser rejeitado requerimento apresentado nesse sentido, com base em um argumento essencial: o da economia processual. A aprovação do requerimento representaria o recomeço – do ponto zero – dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ora, em que isso beneficia o País para a solução dos graves problemas previdenciários ora pendentes de equacionamento? Assim, considerando que as duas proposições encontram-se em fases distintas – e distantes (vez que uma já foi até votada na Câmara dos Deputados, em dois turnos) – de tramitação, por que apensá-las? Para adiar os trabalhos?

A PEC 67, de 2003 já está instruída para discussão em Plenário. A PEC 77, de 2003, ainda será apreciada, inicialmente, pela CCJ, inclusive em seus aspectos de constitucionalidade. Por isso, não devem ser apensadas.

Além de se argumentar que a tramitação conjunta não deve ser aprovada, é vital esclarecer que também **a prejudicialidade de uma proposição**, nos termos do art. 334 do Regimento, **não é de natureza automática**. Ao contrário do que sustenta o Senador Demóstenes Torres (PFL-GO) a PEC 77, de 2003 não será prejudicada com a aprovação da PEC nº 67, de 2003, mormente quando é notório que o escopo da segunda é o de aperfeiçoar a primeira, sem prejuízo de sua promulgação. Ademais, a declaração de prejudicialidade deve ser incluída em **Ordem do Dia** (mais uma vez, observe-se a solenidade regimental exigida, pela importância da declaração de prejudicialidade, que se equivale a uma **rejeição**). Além disso, da declaração de prejudicialidade proferida pelo Presidente da Casa, cabe recurso ao Plenário e audiência da CCJ.

Mas prejudicialidade não é tema para o momento, só cabe ser apreciada após a aprovação da promulgação da Emenda decorrente da PEC 67, de 2003. Só que deve ser repetido que a PEC nº 77 não trata dos mesmos dispositivos da PEC 67, de 2003. Aquela simplesmente complementa essa.

No mérito desta discussão, em seus aspectos constitucionais e regimentais, vai-se ao ponto essencial: estamos diante de uma questão crucial em que é preciso adotar soluções urgentes – sem correr riscos com incertezas futuras. Ou se produz a Reforma da Previdência, promulgando-se uma Emenda necessária, ainda que não seja a ideal, ou o País poderá pagar muito caro por essa protelação.

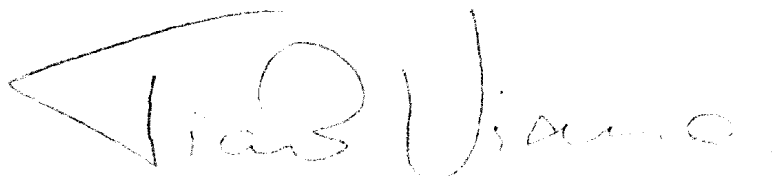
Deve-se esclarecer, outrossim, que a solução da PEC alternativa não se trata de nenhuma manobra “diabólica” ou “maquiavélica”. Não. É um compromisso desde já assumido pela base de apoio ao Governo e pelo próprio Governo de corrigir distorções típicas na Reforma da Previdência, o que, aliás, não é nenhuma novidade na história recente desta Casa.

Vale recordar aos que hoje fazem oposição ao Governo um fato pitoresco que salvou o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, de ver o Senado alterar a PEC que se converteu na Emenda Constitucional nº 9, de 1995 e que flexibilizou o monopólio de exploração do petróleo no Brasil. Naquela ocasião, setores da bancada do PMDB no Senado Federal desejavam incluir dispositivo que vedasse a privatização da PETROBRAS. Por ser amplamente aceita a tese, o Governo corria o risco de vê-la aprovada. O Presidente da República mandou, então, uma carta ao Senador Ronaldo Cunha Lima comprometendo-se com a não-privatização daquela estatal.

Ora o que se está a fazer, no caso da Previdência, é muito mais do que simplesmente uma palavra ou uma carta. Estamos querendo aprovar um texto **complementar**, que resultaria em uma segunda emenda. No caso supracitado, essa hipótese foi cogitada pela Oposição, como alternativa à “força normativa” da missiva presidencial e, apesar da segurança jurídica que oferecia, foi descartada pela Maioria.

É, portanto, um compromisso muito mais seguro, porque a ser inserido no texto constitucional.

Para concluir, deve ficar claro que a aprovação da PEC 67, de 2003 é o objetivo imediato do Governo. Trabalha-se para aprová-la no menor intervalo de tempo possível. Quanto à outra (a PEC nº 77, de 2003), é disposição desta Relatoria laborar para lhe dar trâmite célere, a fim de que as alterações construídas pelo entendimento também se tornem logo texto constitucional.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Viana". The signature is stylized, with a large, sweeping initial 'C' and a long, horizontal stroke extending to the right.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa passa a palavra ao próximo Líder inscrito, o nobre Senador Jefferson Péres, e informa que estão inscritos ainda os Senadores Arthur Virgílio e Fernando Bezerra, em seguida.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Quero me inscrever, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Pelo PSB, em sexto lugar, fica inscrito o nobre Líder Antonio Carlos Valadares.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, começo por dar razão ao Senador Tião Viana e discordar do ilustre Senador Demóstenes Torres.

Eu gostaria que toda a Casa participasse desta discussão, que não é só política, é uma discussão jurídica, também, Sr. Presidente. Temos, portanto, que decidir com enorme responsabilidade, deixando de lado engajamentos partidários, para tomar uma decisão que não fira a Constituição ou as leis.

Começo por concordar com o Senador Tião Viana e discordar do Senador Demóstenes Torres quanto ao Regimento, Sr. Presidente. Creio que a tramitação em conjunto de matérias correlatas é facultativa. O Regimento, nesse particular, é claro: diz que é lícito promover a tramitação conjunta e, por deliberação do Plenário, apensar um projeto ao outro. Portanto, o Plenário tem, sim, poder – desculpe-me o Senador Demóstenes Torres, talvez o Senador de melhor formação jurídica desta legislatura. Mas eu penso que não há outra interpretação, Sr. Presidente.

Nesse particular, Senador Siqueira Campos, gostaria de sugerir a mudança do nosso Regimento, para adotarmos o dispositivo da Câmara, que me parece muito mais racional. Naquela Casa, o Presidente manda verificar se há matéria correlata ou assemelhada e determina o apensamento. O nosso deveria ser assim, mas não é, Senador Tião Viana. Temos, portanto, a faculdade de não apensar projetos. Eu concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>.

Entretanto, Senador Tião Viana, eu não vejo como dar outra interpretação ao §5º do art. 60 da Constituição, já citado pelo Senador Demóstenes Torres, quando veda – e veda expressamente, Senador Siqueira Campos – a tramitação de matéria que já tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa. Vejam que não se trata de uma PEC rejeitada. É matéria.

Eu peço a atenção de todo o Plenário, para que não violemos a Constituição hoje. Segundo o § 5º do

art 60, a matéria – não uma PEC, mas qualquer matéria, até um artigo – constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada – uma ou outra, não importa – não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. É imperativo, é determinante, Sr Presidente.

Senador Tião Viana, a matéria constante da PEC nº 77 foi rejeitada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por V. Ex<sup>a</sup>, quando não acatou as emendas. Se V. Ex<sup>a</sup> não acatou as emendas, conclui-se que elas foram rejeitadas.

Tenho certeza de que o Senado vai aprovar, a despeito de meu voto contrário, a PEC nº 67. Não poderá, portanto, continuar a tramitação da PEC nº 77. Não vejo como dar outra interpretação a isso. Certamente, alguns interpretarão que só se for rejeitada pelo Plenário. Mas já foi rejeitada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Está, pois, rejeitada.

Senador Pedro Simon, apesar de toda a clareza do texto constitucional, se a maioria dos Senadores entender de outra forma, paciência! Mas, desde já, vou pedir à Direção Nacional do meu Partido que ingresse imediatamente com uma ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Este Senado já tem, inúmeras vezes, violado o Regimento, por acordos de Lideranças. E não adianta ir ao Supremo, porque é jurisprudência mansa e pacífica: violação do Regimento Interno é da economia interna do Senado Federal. Não deveria ser feita, mas pode. Entretanto, violação à Constituição, Senador Tião Viana, não pode.

Não se trata de desconfiança de qualquer que seja o compromisso assumido pelo Presidente da República. Se Sua Excelência enviar uma carta ao Senado Federal, como fez o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à privatização da Petrobras, comprometendo-se a fazer aprovar a matéria na Câmara dos Deputados rapidamente, desculpe-me eu não duvido da palavra do Presidente Lula, pois tenho certeza de que Sua Excelência irá cumprir, mas sou guardião da Constituição; todos nós somos.

Não só votarei contra a matéria, como meu Partido entrará com uma ação no Supremo Tribunal Federal. Não tenho dúvida alguma de que o Supremo Tribunal Federal acatará a ação.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante da argumentação do Senador Jefferson Péres, pergunto se a Mesa poderia colocar em votação uma matéria flagrantemente inconstitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antonio Carlos Magalhães, a interpretação de que a matéria é flagrantemente inconstitucional é um entendimento do Senador Jefferson Péres e, possivelmente, de V. Ex<sup>a</sup>. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não aprova nem rejeita emenda à Constituição. Ela dá apenas parecer.

Não há questão de ordem a ser decidida. V. Ex<sup>a</sup> consulta a Mesa, que assim responde a V. Ex<sup>a</sup>, o que não prejudica a intenção do nobre Líder do Partido Democrático Trabalhista de entrar com ação no Supremo Tribunal Federal ou a de qualquer Parlamentar de levantar questão de ordem sobre o assunto.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se V. Ex<sup>a</sup> não se aborrecer, até porque eu lhe devo muito pela sua gentileza e amizade, mas creio que a Mesa não pode, de saída, receber qualquer matéria que fira a Constituição. Ela existe para isso, inclusive. Por mais que o Ministro Raimundo Carreiro queira encontrar um dispositivo, não será fácil. Se a Mesa recebe uma matéria que afronta a Constituição, ela dá tramitação? Evidentemente, não é lógico. Pelo menos assim me parece. De qualquer forma, eu acato a decisão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antonio Carlos Magalhães, este Presidente jamais se aborreceria, especialmente com relação a V. Ex<sup>a</sup>. Tento, na medida do possível e das minhas limitações, cumprir o Regimento. Porém, em resposta a V. Ex<sup>a</sup>, a Presidência lerá o art. 356 do Regimento Interno:

Art. 356. A proposta será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e terá prazo de 30 dias, contados da data do despacho, para emitir parecer.”

A Constituição é clara.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Veja V. Ex<sup>a</sup> que, ainda agora, o Senador Jefferson Péres mostrou que, no Regimento Interno, ainda se pode fazer uma coisa ou outra, mas, na Constituição, jamais! Assim, no casamento entre a Constituição e o Regimento, deve-se dar maior importância à Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antonio Carlos Magalhães, referente à matéria, diz o § 5º da Constituição:

A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

A matéria, efetivamente, não foi rejeitada recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Mesa só voltará ao assunto se provocada por questão de ordem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais pela ordem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero sanar uma dúvida. A Mesa entende tratar-se de uma nova PEC? A outra morreu?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Ela foi despachada à CCJ, nobre Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, estou perguntando se a PEC sobre a qual o Senador Tião Viana apresentou parecer é uma nova PEC. É essa a dúvida. Peço à Mesa que esclareça.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa não tem dúvida, uma vez que ela foi despachada à CCJ.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, estou pedido a palavra para uma questão de ordem. Trata-se de uma nova PEC, da antiga ou de uma imaginária?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Não é nova, nem velha. Trata-se de uma proposta de emenda à Constituição que foi devidamente despachada à CCJ.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então, essa emenda deve voltar à Câmara dos Deputados, porque é uma nova emenda. É totalmente nova. É essa a minha dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Efraim Morais, a Proposta de Emenda à Constituição a que V. Ex<sup>a</sup> se refere foi recebida e despachada à CCJ, a qual deve proferir parecer. Essa Comissão não aprova, nem rejeita matéria; apenas profere parecer. Portanto, a Mesa não entende que haja questão de ordem a decidir.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar a intervenção do Senador Antonio Carlos Magalhães, reforçada pelo Senador Efraim Morais.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Se V. Ex<sup>a</sup> entende que não há questão de ordem, não há contradita de questão de ordem.

Se formos entrar no debate, também quero participar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Senador Aloizio Mercadante, efetivamente não havia questão de ordem a ser decidida. O Senador Antonio Carlos Magalhães levantou um questionamento, não na forma de questão de ordem, e a Mesa emitiu o seu parecer e respondeu ao Senador Efraim Morais.

A Mesa pode conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, que está inscrito em sétimo lugar, para falar como Líder do Governo, ainda sobre o requerimento apresentado à Mesa.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Aguardarei disciplinadamente, e espero que os outros Senadores o façam.

Quanto às Senadoras que querem debater, que se inscrevam e falem. Eu falarei no momento que julgar oportuno. Inclusive, na condição de Líder, poderia pedir a palavra, mas não o estou fazendo. Aguardarei a minha inscrição em sétimo lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Registro apenas, Sr. Presidente, que infelizmente não posso falar neste momento do debate, porque conheço o Regimento e sei que não posso inscrever-me para falar neste tema, respondendo ao Líder do Governo. Eu me inscreverei, com o direito regimental e constitucional que tenho, para discutir a matéria, porque a minha língua eu não vou deixar ninguém cortar.

Não me inscrevo agora porque não posso fazê-lo regimentalmente, até porque sei que a Mesa

irá prezar o que manda o Regimento, que dispõe que apenas um Parlamentar por partido falará.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, qual é a lista de inscrição? Quem está relacionado, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O próximo Líder inscrito é o nobre Senador Arthur Virgílio, que falará pelo PSDB. Posteriormente, o nobre Líder Fernando Bezerra, que falará pelo PTB; o Senador Antonio Carlos Valadares e ainda o Líder Aloizio Mercadante.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Peço a minha inscrição como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Senador Efraim Morais está inscrito pela Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever pelo PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Ex<sup>a</sup> inscrito em oitavo lugar.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Peço também a minha inscrição, Sr. Presidente, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – É possível um Senador por partido. V. Ex<sup>a</sup> fica devidamente inscrito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi muito feliz o Senador Jefferson Péres quando argüiu o aspecto constitucional e quando, por outro lado, trouxe o debate para a questão eminentemente técnica.

De fato, tenho ouvido por aí fumaças sobre acreditar-se ou não no que empenha o Governo por intermédio do Líder do PT, Relator Tião Viana. De minha parte, não há a menor sombra de dúvida quanto a S. Ex<sup>a</sup> não cumprir sua palavra. Ao contrário, tenho certeza absoluta de que a intenção de S. Ex<sup>a</sup> é essa, e o Governo não haverá de desprestigiar-lo.

Temos de discutir, neste momento, se cabe ou não o apensamento; se é ou não obrigatório o apensamento; se é ou não legítimo o apensamento. Poderemos argumentar com base no passado.

Volto à Câmara dos Deputados, e o exemplo ilustre que me ocorre é a Emenda Dante de Oliveira. Em determinado dia de 1984, o Deputado Dante de Oliveira apresentou a Emenda das Diretas. Cinco minutos depois, após a efetivação do protocolo de sua emenda, aparece na Secretaria-Geral da Mesa o Deputado Theodoro Mendes, de São Paulo. A matéria de S. Ex<sup>a</sup> só foi votada após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, e tempos depois, em 1987. É um exemplo ilustre, que lembra nossa luta por consolidar a democracia e, ao mesmo tempo, mostra a tradição de se fazer o apensamento.

Na Câmara dos Deputados, o Regimento diz que automaticamente deve haver o apensamento. No Senado Federal, há quem imagine que sim, há quem imagine que não, mas aqui já se viu o aspecto constitucional. Ou seja, as emendas conflitantes não poderiam ser apreciadas no mesmo ano; do contrário, teríamos um nunca acabar em potencial da tese contra a antítese. Seria esse o problema.

Por outro lado, temos o exemplo da Câmara e a praxe do Senado e, sobretudo, a inovação: jamais houve no Senado nada parecido com a PEC paralela. E, se não houve, não sei se é hora de se começar a inovar.

Dizia-me ainda há pouco o Líder Tião Viana que essa PEC seria aprovada em tempo recorde, e acredito nisso. Se é assim – perguntei ao Líder com a lealdade com que me relaciono com S. Ex<sup>a</sup> –, por que não se fazer a votação conjunta, evitando-se a inovação que vem por meio de uma PEC que nunca havia sido intentada nesta Casa? Se é assim, por que não se fazer a votação aqui e a votação na Câmara, até porque essa matéria, de urgência para o Governo, que vem sendo debatida há muitos anos no País, não obedece ao princípio da anualidade.

O Governo dispõe de ampla maioria e tem conseguido impor o seu ponto de vista, a sua opinião e a sua vontade. Nós, da Oposição, estamos dispostos a discutir o mérito sem obstrução, indo ao cerne da questão, procurando os aperfeiçoamentos.

Neste momento, estamos apenas colocando que, para o PSDB, não caberia a PEC paralela, embora eu saiba que as intenções são de cumprir com a determinação, sim. Não duvido disso.

Sr. Presidente, o Senador Demóstenes Torres é um jurista, uma figura ilustre com assento nesta Casa, que a todos nos orienta quando se trata de matéria de Direito. Diz S. Ex<sup>a</sup>, em texto muito bem substanciado, que o art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os princípios básicos que regem o processo legislativo, “estabelece, em seus inci-

sos III e IV, a impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de Lideranças ou decisão de Plenário, ainda que unânimes, tomados ou não mediante voto, e a nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental”. E aí arrazoa o Senador Demóstenes Torres no sentido de que o Senado espanque a possibilidade de prosseguimento desta PEC sem que a mesma esteja apensada à matéria principal.

Parece-me – e novamente recorro ao Senador Jefferson Péres – que, ao recusar as emendas, o Senador Tião Viana já estabelecerá a possibilidade de estarmos aqui infringindo a Constituição, porque estaríamos votando o contraditório, a antítese, opondo a antítese à tese e, quem sabe, buscando uma síntese que talvez não coubesse realizar neste momento.

De maneira bastante serena e procurando reservar toda nossa melhor energia para o debate da matéria em si, a posição do PSDB é a de que, neste momento, aqui, refletamos além do curto tempo, além das colinas do curto prazo, além do imediatismo, e que preservemos, sobretudo, o Senado. Tenho dito sempre que, se começarmos a criar regras ao sabor das nossas necessidades, um dia, veremos o papel inverter-se: quem é maioria vira minoria. E a minoria, que hoje se sentiria eventualmente oprimida em seu direito de manifestação, amanhã se sentirá, como maioria, no direito de oprimir.

O Congresso é uma entidade vetusta. As entidades têm que ser vetustas e austeras, devem viver sob regras fixas, imutáveis. O que serve para mim, serve para fulano, serve para beltrano, serve para sicrano. Ou seja, olhemos com nossos olhos, os melhores em relação ao Brasil, para as colinas do longo prazo e pensemos acima da conjuntura. Não vejo, sinceramente, que a matéria não possa voltar à Câmara dos Deputados, se for desejo do Senado modificá-la, até porque há a garantia do Ministro José Dirceu, há a garantia do Presidente da República, há o empenho das Lideranças do Governo, dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, todo o empenho de todos os que asseguram que esta PEC terá uma tramitação até mais célere do que a atual.

Por que então, Senador Jefferson Péres, não aproveitaríamos a possibilidade da celeridade desta para dar celeridade à matéria principal? Ou pareceria que estaríamos nos descuidando da matéria principal. Pareceria até que o Governo estaria mais preocupado em conceder nesta PEC os benefícios que procura retirar com a emenda da Previdência, a Emenda nº 067, do que propriamente aprová-la. É uma contradição formal que não quero que fique no campo do

formal, Sr. Presidente. Gostaria que saísse para o campo político. Ou seja, se pensarmos em 15, 20 dias, um ou dois meses a mais. E a matéria não possui princípio de anualidade, repito, não sei se vale a pena criarmos uma praxe que talvez não se sustente pela lógica; uma praxe que talvez colida com a sabedoria do legislador; uma praxe que talvez colida com a tradição secular de um Parlamento que foi montando suas regras a peso de muita vivência civilizatória, a peso de muitos passos históricos, a peso de muita vida vivida.

Portanto, chamo a Casa à reflexão e, também, o Senador Tião Viana, de cuja boa-fé eu jamais duvidaria. Ao contrário, registro a boa-fé do Senador Tião Viana, para neste momento pensarmos se a melhor saída não é abdicarmos da PEC paralela e cuidarmos de fazer a tramitação normal, natural, conforme a praxe, que tem sido a de se promulgar. Aquilo que foi aprovado se manda para a Câmara de volta; para o exame do que ainda está faltando; um tempo a mais, um tempo a menos, que seja aberto o espaço para o veredicto aberto, o veredicto claro do Congresso; que o Congresso fale, por intermédio do Senado e da Câmara, e que depois se estabeleça a vontade da Nação por meio desses que hoje estão aqui a debater.

Neste momento, então, o que fazemos é corroborar a tese que procurei abordar pelo lado político, com as limitações que possam em mim caber, mas, sem dúvida alguma, aqui endossando com entusiasmo a opinião absolutamente embasada juridicamente, preparada, absolutamente doura deste grande advogado, deste grande jurista que tem se demonstrado para nós como um homem sobretudo de muito espírito público, o Senador Demóstenes Torres, cuja opinião marcha nesta sessão e tem marchado em tantas outras do PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra, como de Líder do PTB. V. Ex<sup>a</sup> também dispõe de cinco minutos.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei brevíssimo no encaminhamento desta questão.

Ouvi aqui, desde o começo, a discussão das reformas encaminhadas pelo Governo e tenho a mais absoluta convicção da importância da reforma da Previdência para que todos possamos caminhar, do

ponto de vista econômico, para um crescimento sustentável deste País.

Discutimos a importância da reforma tributária, comparada com a Reforma da Previdência, e chegamos à conclusão de que ambas são fundamentais para o futuro do País. Não vou discutir aspectos jurídicos desta questão, que já foram aqui abordados com competência tanto pelo Senador Demóstenes Torres quanto pelo Senador Tião Viana. Tenho respeito profundo pelas opiniões emitidas pelo Senador Jefferson Péres.

Quero abordar essa questão sob o ponto de vista político, muito embora haja a convicção de que uma jurisprudência firmada no Supremo dá ao ponto de vista esposado pelo Senador Tião Viana toda a razão e respaldo para o voto que, dentro de pouco tempo, cada Senador irá proferir.

Sr. Presidente, não podemos protelar nem correr o risco de não aprovarmos aquilo que já é consenso da reforma da Previdência, indo para a Câmara, apenas aquilo que o Senado entendeu, por meio dessa nova PEC, que deva ser revisado pela Câmara.

Então, Sr. Presidente, quero deixar expresso o voto do PTB, em apoio à posição do Senador Tião Viana de que devamos todos nos manifestar contra o ponto de vista esposado pelo Senador Demóstenes Torres.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O PTB encaminha “não”.

Concedo a palavra ao nobre Líder Antonio Carlos Valadares, que falará pelo PSB. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, repare como eu entendo esta questão, do ponto de vista prático, falando na linguagem que gosto de falar, a linguagem simples, que é a mais entendível, e essa que busquei nas consultas que fiz à nossa assessoria. Duas propostas de emenda à Constituição tramitam nesta Casa: a PEC 67 e a PEC 77. A PEC 67 já foi objeto de apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, ao que consta, apesar de várias emendas terem sido rejeitadas, ela se manteve intacta. Ao lado dela, se apresenta agora uma Proposta de Emenda à Constituição chamada PEC 77 ou Emenda Paralela.

Ora, Sr. Presidente, o que diz o art. 60 da Constituição Federal? Que nenhuma proposta poderá tramitar ou ser aceita se foi rejeitada ou prejudicada, de alguma forma, mas no plenário. Não consta, Sr. Presi-

dente, que a PEC 77, que aqui chegou recentemente e está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tenha sido rejeitada ou prejudicada no plenário do Senado, a última instância. O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre esse assunto, conforme referido aqui pelo nobre Senador Tião Viana.

Sem entrar na questão de mérito, Sr. Presidente, do ponto de vista jurídico, não há por que esse requerimento de apensamento das duas matérias, mesmo porque a Câmara dos Deputados, conforme explicado, aceita tal apensamento, independentemente de requerimento ou da aprovação do Plenário. Aqui não: no Senado Federal, é preciso aprovação prévia para que isso venha a ocorrer.

De sorte que acho esse requerimento está adiante de uma questão que ainda ocorrerá, ou seja, é o carro adiante dos bois, Sr. Presidente. Esse requerimento não tem consistência neste momento. É esperar para ver. Suponhamos se porventura alguns dispositivos da Emenda nº 67 fossem rejeitados, e a Emenda nº 77 os contemplasse, não haveria por que a Emenda nº 77 prosperar nesta Casa, pois o art. 60 não permite que isso ocorra.

Afinal, Sr. Presidente, acho que o requerimento pode ser retirado e o seu autor pode esperar uma oportunidade para que seja reapresentado, já que ele é extemporâneo e nada do que prevê ocorreu: nem a proposta foi rejeitada, nem sequer foi prejudicada. É este o meu pensamento: esse requerimento não deveria nem ter sido aceito pela Mesa, uma vez que o processo legislativo não pode ser procrastinado por um requerimento que não tem base jurídica nem sustentação na nossa Constituição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o Líder Aloizio Mercadante, para encaminhar.

V. Exª dispõe de 5 minutos, nobre Líder.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Cem revisão do orador.) –

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, para encaminhar a votação.

V. Exª dispõe de 5 minutos, nobre Líder.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero, primeiramente, entrar na discussão de mérito. Pelo que entendi de todos os que aqui se pronunciaram,

não há divergência de mérito quanto à PEC nº 77. E nem poderia haver, pois trata-se de um trabalho que o Senado oferece à sociedade brasileira, primeiro por promulgar uma emenda, de iniciativa do Senador Pedro Simon e outros, que propõe o compromisso constitucional de inclusão social num País em que 40,6 milhões de trabalhadores estão fora da Previdência Social; e, em segundo lugar, por dobrar o piso de isenção para os inativos e pensionistas incapacitados ao trabalho.

Não posso crer que qualquer Parlamentar – Deputado ou Senador – se posicione contra a iniciativa, visto que todas as avaliações do impacto nas finanças da Previdência Social e dos Estados é absorvível, apesar de que, no setor público, por exemplo, cerca de 24% dos servidores se aposentaram por incapacidade ao trabalho.

A proposta de emenda constitucional resolve o problema do subteto ao propor que os governadores apresentem à assembléia legislativa, por meio de uma emenda, o valor do subteto, que poderá ser até o valor do salário do desembargador.

Por tudo isso, por todas essas contribuições e outros aperfeiçoamentos oferecidos pelo Senador Tião Viana, não creio que ninguém neste plenário possa ser contra a PEC 77.

Quero, Senador Jefferson Péres, dizer que os Senadores Pedro Simon e Ramez Tebet me lembraram a mesma situação, a ocasião da votação da quebra do monopólio do petróleo, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu um compromisso público de que não privatizaria a Petrobras. Portanto, ofereço, em nome do Governo, o mesmo compromisso.

Temos o compromisso de aprovar essa PEC, compromisso de Governo, um compromisso da base do Governo no Senado e na Câmara, compromisso hoje reafirmado pelo Presidente João Paulo em audiência com o Senador Paulo Paim – um compromisso político. Essa PEC traz benefícios negociados, há acordo com o Governo e que a aprovaremos.

Como não há nenhuma resistência política a sua aprovação, é evidente que temos garantida a tramitação dessa matéria.

Ofereço a primeira sugestão regimental, pois é simples; votamos a PEC 77 antes da PEC 67. Se não há objeção de mérito e se realmente a preocupação da Oposição é com a constitucionalidade e com a sustentação regimental, a PEC 77, votada antes da PEC 67 em plenário – e só vale a votação em segun-



do turno – elimina toda a discussão que estamos fazendo.

Portanto, se há realmente disposição de construção, temos uma solução regimental absolutamente tranqüila. É uma PEC nova que está tramitando, e o fato de tratar-se da mesma matéria, e como é necessário o Regimento para apensar, é a vontade política da maioria que estabelece, o não apensamento permite a tramitação paralela. Votamos a PEC 77 antes da PEC 67, e eliminamos totalmente essa preocupação.

Vou além: em maio de 1996, o Congresso Nacional viveu essa mesma problemática, com esse mesmo debate, em torno da mesma matéria, que era a reforma previdenciária. Na ocasião, na Câmara dos Deputados, o então Deputado Euler Ribeiro ofereceu um substitutivo para a reforma previdenciária e foi derrotado. Ao ser derrotado o substitutivo de S. Ex<sup>a</sup>, naquela ocasião, a Oposição de então, capitaneada pela Deputada Jandira Feghali, entrou com o Mandado de Segurança nº 22.503/3, propondo interditar a tramitação da reforma da previdência, porque a matéria havia sido votada, derrotada, vencida, rejeitada e, portanto, alegava o § 5º do art. 60 da Constituição, aqui argüido pelos Líderes da Oposição.

Quero ler agora o mérito do acórdão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, por sinal, a mesma matéria, reforma previdenciária. Diz o seguinte:

2. É de ver-se, pois, que tendo a Câmara dos Deputados apenas rejeitado o substitutivo, e não o projeto que veio por mensagem do Poder Executivo, não se cuida de aplicar a norma do art. 60, § 5º, da Constituição – é taxativo o Supremo. Por isso mesmo, afastada a rejeição do substitutivo, nada impede que se prossiga na votação do projeto originário. O que não pode ser votado na mesma sessão legislativa é a emenda rejeitada ou havida por prejudicada, e não o substitutivo que é uma subespécie do projeto originalmente proposto.

Portanto, o Supremo é muito claro. Não tendo sido rejeitada a emenda originária do Poder Executivo – e não foi na Câmara e nem na Comissão –, mesmo que o substitutivo ou uma emenda sejam rejeitados, pode, sim, na mesma sessão legislativa, ser oferecido um novo substitutivo, como ocorreu não só por decisão da maioria, naquela época, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas também por sustentação do Supremo Tribunal Federal. Não procede

arguição de inconstitucionalidade, não procede o argumento do apensamento automático – caso contrário não seria necessário um requerimento – e não procede colocar essa questão como a questão central se todos neste Plenário – pelo que entendo – estão de acordo com a PEC nº 77, no mérito. Portanto, estão dispostos a buscar construir uma alternativa.

Sugiro de duas uma: votamos a PEC nº 77 antes da PEC nº 67 e eliminamos toda essa polêmica. Se a Oposição não obstruir, seguramente votaremos com a maior agilidade, quebraremos o interstício e resolveremos todo o debate que estamos fazendo, sem qualquer tipo de prejuízo, porque o apensamento só existe se for votado o requerimento. Caso contrário, estamos seguros do caminho que estamos construindo, seguros do ponto de vista regimental, do ponto de vista constitucional, do ponto de vista da interpretação do Supremo Tribunal Federal e seguros, sobretudo, de que o País não pode adiar essa decisão.

Por que é fundamental promulgar a Reforma da Previdência? Porque a situação fiscal e financeira dos Estados é absolutamente dramática.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Antes de concluir, Sr. Presidente, passo a palavra ao ex-Presidente desta Casa, que tanto conhece o Regimento e a Constituição, Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Não é permitido o aparte durante encaminhamento de requerimento dessa natureza, nobre Líder Aloizio Mercadante. Lamento.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Aloizio Mercadante, não farei um aparte, mas digo apenas que V. Ex<sup>a</sup> apresenta uma solução que quem quer resolver o problema resolverá: essa da votação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. Portanto, a oferta está feita. Temos a sustentação constitucional, o parecer do Supremo Tribunal Federal nos embasa e garante a tramitação que estamos construindo.

O apelo final que faço ao Líder do PFL, que tantas vezes tem tido uma atitude de serenidade e equilíbrio nesta Casa, ao Líder do PSDB, o Senador Eduardo Azeredo, que esteve comigo esta semana, em Minas Gerais, e viu o empenho com que o Governador Aécio Neves pedia para que se aprove a reforma previdenciária. Todos os Governadores do PSDB têm manifestado insistentemente, reivindicado a aprovação o mais urgentemente possível dessa matéria. V. Ex<sup>a</sup> sabe, porque foi dito pelo Governador Aécio Ne-

ves, que mais 1/3 da receita líquida do Estado de Minas Gerais está comprometida com os inativos. “Eu não consigo resolver a crise fiscal e financeira do Estado se não for aprovada, promulgada e implantada as mudanças da reforma previdenciária”, disse o Governador.

Por tudo isso, Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> que é um testemunho desse apelo, o mesmo apelo que fazem os Governadores do PMDB e de todos os partidos desta Nação, nós temos uma responsabilidade pública suprapartidária. A solução política existe, se há o compromisso de mérito com a PEC nº 77.

Termino com a última fundamentação. Por que não discutir na matéria principal? Aí, sim, confrontaríamos com os pareceres do Supremo toda e qualquer mudança que diga respeito ao tema que poderia ser promulgado, que afeta e impede a promulgação. Quando estabelecermos dobrar o piso para a taxa dos incapacitados ao trabalho, a todos os fins, na forma da lei, estaremos atingindo todo o capítulo dos inativos e da aposentadoria. Ao mexermos no subtexto, será o mesmo, e assim por diante.

Por isso tudo, não temos outro caminho, do ponto de vista do interesse público, que não seja esse. Ele tem sustentação regimental e constitucional e o acórdão do Supremo Tribunal Federal que legitima, assegura e fundamenta a decisão que estamos tomando. E mais, a história é tão sábia que há um acórdão exatamente sobre o mesmo tema da reforma previdenciária, assinado, entre outros, pelo próprio Presidente Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal.

Por tudo isso, tenho certeza de que o Senado não faltará a este momento da vida pública nacional e derrotará esse requerimento, permitindo a conclusão da reforma previdenciária para que possamos nos dedicar à reforma tributária, esta sim, matéria muito mais polêmica, que exigirá grande criatividade, sabedoria e espírito público por parte deste Plenário.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)** – Antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, a Presidência deseja registrar a presença nesta Casa da Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, e do ex-Governador Antony Garotinho.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para restabelecer a verdade regimental, saliento que, no pronunciamento que fiz e cujas cópias distribuí a todos os Srs. Senadores, mencionei o art. 260, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federa-

ral, que estabelece a precedência quando as matérias são apensadas. O referido dispositivo diz claramente que o projeto da Câmara dos Deputados precederá o do Senado Federal.

Então, não há qualquer possibilidade, em se procedendo ao apensamento, de ser votada a PEC nº 77. E mais, o julgado do Supremo Tribunal Federal, como faz alusão o nobre Senador Aloizio Mercadante, diz respeito a substitutivo, que é o que gostaríamos de ter por parte do Senador Tião Viana. Estamos clamando o substitutivo, pois, obviamente, o que temos é uma proposta de emenda constitucional. Ou seja, efetivamente, a matéria não pode ser amparada regimentalmente, mesmo porque seria considerada prejudicada a outra. Em caso de se apensar, tem de ser votado o projeto da Câmara dos Deputados.

Na hipótese levantada do julgamento do Supremo Tribunal Federal, trata-se de um substitutivo, como leu o Senador Aloizio Mercadante, e não de uma proposta paralela de emenda à Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)** – Não há questão de ordem a ser resolvida.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)** – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado. Gostaria de fazer um esclarecimento ao nobre Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)** – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – V. Ex<sup>a</sup> não foi citado de forma pejorativa, pois não faço isso. Pelo contrário...

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)** – Senador Demóstenes Torres, o Regimento Interno não diz se a citação é pejorativa ou elogiosa. É a simples citação.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – Então, não podemos nem elogiar mais?

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)** – Ao contrário, Senador Demóstenes Torres. O Regimento Interno prevê a citação em qualquer das condições: ou elogiosa ou mesmo prejudicial. Basta ter sido citado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – Para encerrar, Sr. Presidente, a Senadora Heloísa Helena tem sustentado posicionamento semelhante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)** – Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, por parte do Senador Demóstenes Torres, sempre espero elogios. Não vejo a possibilidade de ser prejudicado.

Segundo, reafirmo que o acórdão do Supremo Tribunal Federal é taxativo: emenda ou substitutivo pode tramitar, se a PEC originária não tiver sido rejeitada na sessão legislativa. O texto é absolutamente

transparente. Vou relê-lo. Pela formação jurídica e pela competência do Senador Demóstenes Torres, tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> se convencerá pelo mérito da matéria:

É de ver-se, pois, que tendo a Câmara dos Deputados apenas rejeitado o substitutivo, e não o projeto que veio por mensagem do Poder Executivo, não se cuida de aplicar a norma do art. 60, § 5º, da Constituição. [É taxativo: não sendo derrotada a PEC originária do Executivo, não cabe o art. 60, § 5º.] Por isso mesmo, afastada a rejeição do substitutivo, nada impede que se prossiga na votação do projeto originário. [Portanto, mesmo que emendas e substitutivos sejam derrotados, a matéria pode tramitar.] O que não pode ser votada na mesma sessão legislativa é a emenda rejeitada ou havida por prejudicada. [E não o substitutivo, que é uma subespécie do projeto originalmente proposto.]

Portanto, não há qualquer procedência, quanto mais uma nova PEC.

Sr. Presidente, aqui não se trata nem mesmo de um substitutivo, mas de uma nova PEC sobre uma matéria que tramita e foi aprovada na Câmara dos Deputados e na CCJ.

Por tudo isso, Senador Demóstenes Torres, **data venia** toda sua cultura jurídica, reconhecida por esta Casa, o texto do Supremo é cristalino, transparente e não há exegese que consiga alterar a vontade do Supremo Tribunal Federal, que V. Ex<sup>a</sup> reconhece como instância máxima da constitucionalidade. Claramente, a matéria é constitucional. Assim, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> acatará esse parecer e permitirá que se vote a emenda, democraticamente, para que a Maioria do Senado delibere sobre o apensamento da matéria.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Primeiramente, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Consulto o Senador Demóstenes Torres se S. Ex<sup>a</sup> pedirá a palavra com base no art. 14 do Regimento Interno?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Não.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, sei que tenho o direito de falar, porque a mim foi atribuído um fato em função da fala do Sena-

dor Demóstenes Torres. Também sei que apenas dois oradores podem falar na mesma sessão com base nesse artigo. Realmente quero debater a matéria para poder, de fato, mostrar à opinião pública a farsa intelectual, a fraude que está sendo discutida em nome de proposta paralela ou proposta inicial...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> está usando a palavra porque foi citada?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, ou usa a palavra por ter sido citada ou não pode falar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, questioneei S. Ex<sup>a</sup>, porque, como o debate é sobre a juridicidade e a constitucionalidade da matéria e o Senador Demóstenes Torres foi citado pelo Senador Aloizio Mercadante, se S. Ex<sup>a</sup> pedir a palavra com base no art. 14, não me inscreverei para falar. De qualquer forma, eu já disse o que queria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Senador já disse que não falará com base no art. 14.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas referendar o que disse anteriormente e corroborou a leitura feita pelo Senador Aloizio Mercadante, que deixa claro que se trata de substitutivo. E mais: quando houver emendas rejeitadas, é o caso do dispositivo constitucional. Naturalmente, como disse anteriormente um Senador ao fazer a sustentação do seu ponto de vista, todas as emendas foram rejeitadas pelo relator e serão rejeitadas novamente. S. Ex<sup>a</sup> disse, a bem da verdade, que estou passando a carroça à frente dos bois, porque serão novamente rejeitadas. Nesse caso, a PEC paralela terá de ser julgada prejudicada, porque não pode tramitar no mesmo ano legislativo.

Era o esclarecimento que desejava fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Demóstenes Torres, tendo sido citado em pronunciamento, V. Ex<sup>a</sup> teve direito à palavra, como prescreve o Regimento Interno. Portanto, dois Senadores já fizeram uso da palavra nessa condição que especifica o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Agripino, pelo PFL.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para o PFL é uma convicção inabalável, no entendimento regimental, constitucional e jurídico, que a PEC paralela contraria a PEC nº 67, porque contém emendas que não foram acolhidas pelo relator, portanto, rejeitadas.

Pela argumentação aqui apresentada à exaustão pelo Senador Demóstenes Torres, está muito claro que a PEC nº 67, aprovada e sancionada, inviabiliza a apreciação da PEC nº 77, no exercício de 2003. Só em 2004 essa proposta poderia ser apreciada, pelas razões regimentais e constitucionais aqui exaustivamente expendidas.

Sr. Presidente, para o PFL, o que está em jogo é a eficácia das conquistas decorrentes de longas negociações.

Senador Aelton Freitas, foi duríssimo arrancar do Governo a não-contribuição para os inativos portadores de doenças incapacitantes e o redutor zero para a pensão dos mesmos. Imaginávamos que essa conquista, obtida em troca de um acordo de procedimento para votação rápida das emendas da reforma da previdência na CCJ, para nossa surpresa, foi apresentada pelo Relator não na PEC nº 67, mas numa PEC paralela inédita! Eu nunca tinha visto a figura da PEC paralela, apresentada com essa conquista e com mais alguns outros itens decorrentes de entendimentos.

Ora, nós, do PFL, queremos a eficácia daquilo que seja produto de entendimento ou do voto.

O Líder Aloizio Mercadante ou o Líder Tião Viana apresentou aqui uma proposta de que o Presidente da República faria uma carta assumindo o compromisso de que a PEC nº 77 seria votada com o apoio do Governo ainda este ano, quando não pode fazê-lo por razões constitucionais e regimentais. E a nossa preocupação, Sr. Presidente, é de que uma PEC nova, paralela, que iniciaria a sua tramitação em 2004, saberíamos como começa, mas não como termina. Então, tudo aquilo que viesse a ser negociado daqui para a frente na CCJ e aqui – regra de transição mais humana, redutor zero de pensões, subteto único para os Estados, contribuição zero para inativos acima de setenta anos – talvez vá para uma PEC paralela da qual teríamos dúvida com relação à eficácia.

O Presidente da República toma o compromisso por escrito, argumentando que não há tempo para ser apreciada. Mas como não há tempo? Em relação à reforma tributária – conversei com o Relator, Senador Romero Jucá -, não há PEC paralela. Se não há PEC paralela para a reforma tributária, por que haverá para a reforma da previdência?

Aqui queremos devolver a proposta do Líder Aloizio Mercadante. Se o Governo e os Partidos de

sua base desejam o entendimento democrático, vamos fazê-lo. Falo pelo PFL e tenho certeza de que o PFL todo concordará com a minha proposta.

Vamos discutir no voto todos os temas nevrálgicos, aqueles que suscitam dúvidas, como a paridade para os futuros, a integralidade, a regra de transição, o redutor zero de pensão. Vamos para o voto, vamos decidir tudo no voto, abandonando a PEC paralela. O PFL se compromete a dispensar todos os interstícios para que, se passarmos ao voto, se incorpore a PEC nº 67 e, aí sim, vá para sanção, para eficácia imediata. Nós, do PFL, abrimos mão do interstício e aí decidimos pelo voto da maioria, de forma cristalina, clara, sem sofisma.

Para nós, a PEC paralela é enganação! Senador Marcelo Crivella, para o PFL, a PEC paralela pode contemplar mil coisas interessantes, decorrentes de entendimento, mas são entendimentos **sub judice**, com uma grande interrogação. Senador Marcelo Crivella, na Câmara há PECs de 1995 empacadas! Quem me assegura que a PEC paralela, que só começaria a tramitar em 2004, tramitaria rapidamente e não receberia emendas dos Deputados?

Em contrapartida, ofereço o compromisso de dispensarmos todo os interstícios, se trouxermos as emendas todas para a votação democrática no plenário. E que prevaleça a maioria, o sentimento real da sociedade, interpretado pelos Senadores.

A proposta de apensamento traduz segurança de eficácia. Aquilo que for produto de negociação que se faça eficaz logo!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Efraim Morais, pela Bancada da Minoria.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> vai levantar uma questão de ordem?

Senador Efraim Morais, a Mesa solicita a V. Ex<sup>a</sup> que aguarde a formulação da questão de ordem. Logo em seguida, V. Ex<sup>a</sup> terá assegurado o uso da palavra.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com o maior prazer!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o Sr. Senador Jefferson Peres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as discussões estão muito boas. O Senado vive uma grande tarde e tudo que for feito para que este clima continue só engrandecerá a Casa.

Creio que o Plenário do Senado deveria deliberar sobre o seguinte: mesmo considerando que a ma-

téria não tenha sido rejeitada na CCJ, toda a matéria constante da PEC nº77 já foi rejeitada na Câmara dos Deputados. O §5º do art. 60 não se refere à mesma Casa, mas ao Congresso. Tudo isso já foi rejeitado na Câmara.

Em segundo lugar, para encerrar, mas aproveitando a deixa, o Senador Mercadante não foi feliz ao citar o acórdão do Supremo, não, Srs. Senadores! (Pausa.)

Senador Mercadante, depois V. Exª falará. Queremos esclarecer! Seja democrata! Vamos arranhar um pouquinho o Regimento, permito! V. Exª pode falar por dez minutos que vou ouvi-lo com muito prazer!

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª poderá usar da palavra para contraditar, já que o eminente Senador Jefferson Péres levanta uma questão de ordem. Gostaria que V. Exª concluísse.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – S. Exª já encerrou e me concedeu dez minutos. Posso começar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa consulta se V. Exª já encerrou a questão de ordem, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal não poderia ter tomado outra decisão. Senador Antonio Carlos Magalhães, o Governo enviou uma proposta ao Congresso Nacional. Posteriormente, veio um substitutivo que foi rejeitado. Claro que, para rejeitar substitutivo, a Câmara dos Deputados tinha que se pronunciar e apreciar a proposta original. Não poderia ser de outra maneira. Não foi sobre uma nova proposta, foi sobre a proposta original. Mas essa PEC paralela é uma nova proposta.

Portanto, o acórdão do Supremo Tribunal Federal, se V. Exª me permite, não se aplica, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª deseja contraditar, Senador Aloizio Mercadante?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Jefferson Péres agora abandona a condição de ilustre juriconsulto da Casa e assume a posição do militante apaixonado por sua causa, mas, nem sempre, as duas funções são compatíveis.

O acórdão é muito claro e transparente. O que mais me preocupa é se de fato a interpretação do Senador Jefferson Péres tem procedência, matérias que tenham sido rejeitadas na Câmara dos Deputados – emendas – não poderão ser reapresentadas no Senado, fico muito satisfeito, sobretudo na discussão da reforma tributária, pois 99% das emendas apresenta-

das já foram votadas e derrotadas na Câmara. Por sinal, todas as emendas da Oposição relativas à reforma previdenciária já haviam sido discutidas, aprovadas e derrotadas na Câmara.

O processo legislativo é bicameral. Se não vale para uma Casa, quanto mais para as duas. O Senado tem absoluta legitimidade de reapresentar suas propostas, e nós sempre defendemos essa condição.

Portanto, o acórdão é muito claro, Sr. Presidente. Não tendo sido rejeitada a PEC originária, pode, sim, ser apresentado um substitutivo, como diz o ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa – é dele esse parecer sobre a reforma da previdência–, um subproduto da PEC originária, que é uma emenda ou um substitutivo. Não tendo sido rejeitada a PEC originária, pode tramitar uma nova PEC, ser apresentado um substitutivo, emendas, com absoluta legitimidade e amparo constitucional, e não prevalece o art. 60, § 5º, como bem disse o nobre Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa vai decidir a questão de ordem.

Nobre Líder Jefferson Péres, reconhecendo V. Exª que a matéria não foi evidentemente rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas sim pela Câmara dos Deputados, V. Exª aborda a autonomia que as duas Casas têm.

A PEC nº 77 iniciou sua tramitação aqui nesta Casa. Se alguma coisa foi rejeitada na Câmara dos Deputados, caberá àquela Casa, quando essa matéria for enviada para lá, deliberar sobre o assunto, o que não prejudica a autonomia do Senado quanto à apreciação da matéria.

Portanto, decido a questão de ordem desfavorável a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Líder Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, realmente o Senado Federal vive uma grande tarde na discussão dessa matéria, quando tivemos oportunidade de ouvir vários Srs. Senadores, inclusive com posições até estranhas, como, por exemplo, o PT citando o nome do Ministro Maurício Corrêa como referência.

Veja V. Exª como é interessante a disputa nesta Casa, o PT cita, Senador Jefferson Péres, o Ministro Maurício Corrêa como referência, diante dos fatos ocorridos, de que o País tem conhecimento.

Não há a menor dúvida de que estamos vivendo uma situação inédita na história do Congresso Nacional, e não somente do Senado, quando se cria a figura imaginária, digamos assim, da PEC paralela, a famosa nº 77. O Senador Jefferson Péres tem toda ra-

zão: há uma nova PEC. Não há o que discutir. Não podemos abandonar a PEC votada na Câmara dos Deputados que chegou a esta Casa; não podemos colocá-la de lado e criar outra.

A minha preocupação, neste momento, é a de não imaginar o Relator, Senador Romero Jucá, constituindo uma nova PEC, uma PEC paralela da reforma tributária, para ser apresentada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Passo a imaginar que, por exemplo, o Relator dessa PEC, já há muito tempo nesta Casa, em nenhum momento imaginou uma nova. Então, queremos saber se essa nova PEC nasceu na Casa Civil, se é um produto do Governo. Se é um produto do Governo, não tenho dúvida disso, até pela orientação que deu aos seus Partidos da Base, para que não fosse acatada nenhuma emenda. É claro que não iria acatar nenhuma emenda, porque não ouvi, durante toda a campanha política, nenhum dos Srs. Senadores do PT, nem o Presidente da República, eleito pelo PT, dizerem que iriam taxar os inativos. Também não ouvi, nem vi, nenhum dos Senadores do PT, nem o Senhor Presidente da República dizer, durante a campanha eleitoral, que iriam taxar as viúvas e as pensionistas, e nem que iriam acabar com a paridade e com a integralidade.

Então, para mim, não é nenhuma novidade, Sr. Presidente, que essa nova PEC tenha sido construída dentro do Palácio do Governo. E se assim o foi, desrespeitou a assinatura dos Governadores, que é a grande bandeira, que é o grande argumento que tem o PT para dizer que tem o apoio dos Governadores.

E a Governadora Rosinha, que esteve há pouco nesta Casa, assinou a PEC nº 67. Hoje, não há mais a assinatura da Governadora e de nenhum dos Governadores, porque a PEC nº 77 não foi assinada pelos Governadores nem pelas Governadoras.

Então, é bom que se deixe bem claro que a proposta de taxar os inativos, os aposentados, as viúvas e os pensionistas e acabar com a integralidade, com a paridade, é um produto exclusivo do Partido dos Trabalhadores. Já não há mais a assinatura dos Governadores. A PEC nº 77 não é a PEC nº 67. A PEC assinada pelos Governadores foi a PEC nº 67. É bom que se deixe clara a questão.

Falarei com relação ao que mencionou o meu Líder, Senador José Agripino. Estamos dispostos a decidir no voto, com a autoridade do Líder do PSDB, consultando o Líder Arthur Virgílio. Afirimo, em nome da Minoria, da Oposição, que todos nós, do PSDB e do PFL, aceitamos disputar essa matéria no voto.

Deixo claro, no entanto, uma questão. A matéria votada na Câmara veio para esta Casa e não foi apreciada. Passou-se a votar um projeto imaginário. Estou começando a pensar no que vai acontecer com a reforma tributária, Senador Jefferson Péres. Não será

surpresa para ninguém se amanhã chegar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma nova PEC fabricada pelo Senador Romero Jucá. É claro que, desrespeitando como se desrespeitou a atual PEC nº 77, quando abandonaram, quando deixaram de lado o compromisso assumido com os Governadores, não se pode dizer mais que essa PEC, que será votada, é a dos Governadores, que tem o apoio dos 27 Governadores. Não é verdade. Essa PEC é assinada pelo PT e pela Base do Governo. O PFL e o PSDB não assinaram a nova PEC. É o que quero deixar registrado: aceitamos discutir no voto. Queremos dar direito às minorias, queremos dar oportunidade para que os Senadores do PT e da Base do Governo assumam de público que estão taxando os aposentados, as viúvas e os pensionistas, que são contra a paridade, contra a integralidade. Queremos dar-lhes a oportunidade de assumir que cometerem um estelionato eleitoral.

Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, quero encaminhar um requerimento à Mesa nos seguintes termos:

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal,

Requeremos, nos termos dos arts. 50, §2º da Constituição Federal, e dos arts. 215 e 216, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o pedido de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, pretendendo-se esclarecer assunto submetido à apreciação desta Casa, qual seja a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 (Reforma Previdenciária), especialmente porque, em que pese o Sr. Ministro ter comparecido às audiências públicas realizadas pela CCJ, não forneceu, nem ao Senador Almeida Lima, nem ao Senador Efraim Moraes, os estudos por eles solicitados e que serviram de base à Proposta de Iniciativa da Presidência da República, da qual foi signatário juntamente com o Ministro-Chefe da Casa Civil.

Quero adiantar e citar o art. 216, IV, Regimento Interno, que estabelece que os requerimentos de informação:

Art. 216.....

.....  
IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. (...)

Sr. Presidente, essa matéria foi deferida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, até o presente momento, não recebemos nenhuma informação do Sr. Ministro da Previdência. Entendo que o Regimento da Casa tem que ser cumprido. Entretanto, se essa matéria for votada sem as informações solicitadas pelos Srs. Senadores, devo dizer que estou de acordo com Senador Jefferson Péres, caso

em que a Liderança da Minoria também entrará com uma ADIn. Sobre a questão do requerimento, entendo, e espero que esse seja o entendimento da Mesa, que, se há um pedido de informação ainda não respondido pelo Sr. Ministro, essa matéria não poderá ser votada. Caso contrário, estaremos passando por cima do Regimento Interno da Casa.

É o seguinte o requerimento

## REQUERIMENTO Nº 1022, DE 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeremos, nos termos dos artigos 50, § 2º da Constituição Federal, e dos artigos 215 e 216-I do Regimento Interno do Senado Federal, o pedido de informações ao Ministro de Estado da Previdência Social pretendendo-se esclarecer assunto submetido à apreciação dessa casa, qual seja, a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67/2003 (Reforma Previdenciária), especialmente porque, em que pese o Sr. Ministro ter comparecido às audiências Públicas realizadas pela CCJ, não forneceu, nem ao Senador Almeida Lima, nem ao Senador Efraim Moraes, os estudos por eles solicitados e que serviram de base à Proposta de Iniciativa da Presidência da República, da qual foi signatário juntamente com o Ministro Chefe da Casa Civil.

### JUSTIFICATIVA

A guerra do Iraque foi tratada por dois Governos sob o argumento de que aquele país detinha conhecimentos e estaria construindo armas nucleares capazes de perturbar a paz mundial. Após destruir um país inteiro e assassinar milhares de seus cidadãos, além de perder vários soldados ficou demonstrada a mentira dos argumentos defendidos pelos dois Governos, inclusive, com falseamento de documentos onde o governo Blair exagerou o perigo representado pelas armas do Iraque em relatório apresentado à nação e aos parlamentares antes da guerra que derrubou o regime de Saddam Hussein. As consequências políticas da participação britânica na guerra geraram a Tony Blair a maior crise em seus seis anos no cargo obrigando, inclusive, o primeiro-ministro do Reino Unido a depor na comissão de inquérito que apura a morte do cientista David Kelly, especialista em armas do Iraque.

A “Reforma da Previdência” tem sido diariamente tratada pelos grandes meios de comunicação e pelo próprio Governo como algo urgente e indispensável para a solução dos enormes problemas do Estado Brasileiro.

A questão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais tem sofrido, neste momento de definição política dos rumos que o país tomará com o início de um governo de esquerda, ataques nos discursos oficiais e por parcelas expressivas da grande mídia. Quase que diariamente, manchetes alarmistas vêm sendo veiculadas alardeando que o “rombo” causado pelos encargos previdenciários dos servidores federais é um dos principais motivos que não permitem uma política de investimentos públicos e sociais, além de agravar o déficit fiscal e a dívida pública.

Estatísticas têm sido apresentadas para mostrar o risco de continuidade desse modelo, e o servidor público tem sido apontado como privilegiado e o maior responsável pelo “déficit”, inclusive, induzindo a pensar, pesar sobre ele, a inviabilização da geração de empregos e a solução de problemas sociais do país. Incita-se a opinião pública com alarmantes previsões e impressionantes números, objetivando convencê-la de que o Congresso Nacional precisa aprovar, ainda em 2003, a “**Reforma da Previdência**”.

Mas a discussão sobre o tema deve ser conduzida de forma honesta e isenta de distorções, o que, infelizmente, não vem sendo observado pelo discurso oficial e por parcelas expressivas da grande mídia.

E essa Casa não poderá contemplar esse estado de coisas. Importante ressaltar que nós Parlamentares não somos especialistas em Previdência Social. E vários foram os seminários realizados sobre o tema, inclusive, no Auditório Petrônio Portela, sobre “Reformas Previdenciárias na América Latina” e, infelizmente, poucos parlamentares puderam comparecer. Porém não se pode alegar falta de material, uma vez que era comum se defrontar com grupos de Servidores Públicos da Receita Federal (UNAFISCO) e da Previdência Social (FENAFISP e ANFIP), dentre outras entidades, repletos de cartilhas e apostilas abordando Parlamentares nos corredores ou visitando-os em seus gabinetes para trazer a real situação da Previdência Social.

Não se trata de tentar se especializar em Previdência Social, mas de compreender “de fato o que acontece com os números divulgados pela mídia”, que divergem tanto daqueles apresentados pelo Ministro aos Parlamentares quanto pelos fornecidos por esses servidores. Muitos esclarecimentos foram trazidos, mas, temos muito o que conhecer ainda. Na verdade — isso é um dito popular, mas nos serve —, **toda vez que uma mentira está junto de uma verdade, aparecem duas verdades.**

E, infelizmente, em que pese as audiências públicas na CCJ, o Ministro de Estado da Previdência Social não nos trouxe a verdade desses números, ou seja, não negou os números trazidos pelos servidores, apresentando apenas os seus como se verdadeiros fossem. Não apresentou os critérios utilizados para manipulação dos dados resultantes desses números e, quando questionado a respeito, tanto pelo Senador Almeida Lima (CCJ, 10/09/03), como pelo Senador Efraim Morais (CCJ 16/09/03), limitou-se a dizer que os números encontravam-se disponíveis nos Sistemas da Previdência Social.

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), Marcelo Oliveira, que participou, no dia 15/09/03, de audiência pública sobre a reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal rebateu argumentando:

- que a Paridade (reajuste igual para servidores da ativa e aposentados) seria um privilégio. Ele lembrou que entre 1995 e 2002, o reajuste dos servidores públicos variou de 4,6% a 66%. No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerenciado pelo INSS, o reajuste foi superior a 100%. “A Paridade é uma regra para garantir algum reajuste”, afirmou.
- Sobre a Integralidade (aposentado recebe o mesmo salário da ativa), o presidente disse que, realmente, apenas Portugal e México possuem essa regra, mas que é preciso levar em consideração as várias diferenças econômicas e sócio-culturais. Nos países desenvolvidos existem vários benefícios indiretos, como os subsídios para medicamentos. Na



Alemanha, por exemplo, os servidores públicos não tiram um tostão do bolso para financiar a própria Previdência. Oliveira também ressaltou que, no Brasil, os servidores públicos contribuem com 11% do total de remuneração para a Previdência.

- Para o presidente da ANFIP, os fundos de pensão previstos no texto da reforma devem ser vistos com cuidado. "Será a transferência dos recursos financeiros do Estado e dos servidores públicos para o mercado", afirmou. Oliveira fez questão de frisar que os gastos com a previdência dos servidores públicos, em relação ao PIB e à Receita Corrente Líquida (RCL), vêm diminuindo nos últimos anos e há tendências de declínio para o futuro.
- Durante a audiência, Oliveira parabenizou o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, por ter concedido entrevista a um jornal afirmando que o Ministério da Previdência não possui dados suficientes sobre o valor a ser economizado com a reforma. Helmut negou a existência da entrevista, publicada no dia 28/7
- REGIME GERAL - Sobre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerenciado pelo INSS, o presidente da ANFIP lembrou que a diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias desse sistema, em 2002, foi positiva em R\$ 2,09 bilhões. "Apesar da dívida, da falta de emprego e da exclusão de segurados do Sistema Previdenciário", lembrou.
- Oliveira acrescentou que esse sistema, além de ser o mais barato do mercado e apresentar os menores custos no mundo, beneficia 21 milhões de pessoas diretamente e cerca de 70 milhões, indiretamente. Na maioria das cidades brasileiras, o valor pago em benefícios previdenciários supera os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Para Oliveira, a evasão fiscal, a dívida das empresas para com a Previdência Social - que é de R\$ 160 bilhões -, e as 40 milhões de pessoas excluídas do sistema estão entre os principais problemas do INSS.
- De acordo com o presidente, o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, avalizou documento produzido pelo próprio INSS confirmando que a evasão fiscal e a Renúncia no Sistema Previdenciário chegam a cerca de R\$ 53 bilhões por ano.
- Sobre os sem-previdência, Oliveira explicou que, das 40 milhões de pessoas excluídas, principalmente por falta de emprego formal, 18 milhões têm renda suficiente para o contribuir com o sistema. "O valor que deixa de ser arrecado com essas pessoas corresponde a, no mínimo, R\$ 10 bilhões por ano", lembrou.
- Entre as soluções propostas para o RGPS, Oliveira enumerou a melhoria da legislação previdenciária, com ênfase no combate à sonegação e à fraude. Devido à fraude, por exemplo, a Previdência perde, segundo o Ministério, R\$ 1 bilhão por ano. "Senhoras com mais de 80 anos recebem salário-maternidade", lembrou.
- Sobre a dívida, Oliveira afirmou que os atuais 300 procuradores que atuam nessa área são insuficientes para os 176 mil processos referentes à dívida de R\$ 160 bilhões. Ele também apontou o problema da grande evasão de procuradores e auditores fiscais da Previdência Social, devido à remuneração insuficiente para mantê-los nos cargos.

Porém, o que mais nos chamou a atenção foi Oliveira ter se dirigido ao secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, afirmando que o Ministério da Previdência não possui dados suficientes sobre o valor a ser economizado com a reforma, conforme entrevista de Helmut a um jornal, publicada no dia 28/7.

E o jornal **O Estado de São Paulo** publicou na segunda feira, dia 28 de julho de 2003, na seção ECONOMIA, matéria denunciando que "ENTRE DADOS PRECÁRIOS E EFEITOS IMPONDERÁVEIS, GRANDE PARTE DOS CÁLCULOS TEVE DE SER FEITA NO ESCURO" e "o Ministério da Previdência Social não tem informações confiáveis para avaliar o impacto real que a Reforma da Previdência vai provocar sobre suas contas.". A reportagem feita pelo comentarista econômico Celso Ming, sob o título "Simulações do impacto da Reforma da Previdência" firma:

### **"Simulações do impacto da Reforma da Previdência**

ENTRE DADOS PRECÁRIOS E EFEITOS IMPONDERÁVEIS, GRANDE PARTE DOS CÁLCULOS TEVE DE SER FEITA NO ESCURO

#### **CELSO MING**

O Ministério da Previdência Social não tem informações confiáveis para avaliar o impacto real que a Reforma da Previdência vai provocar sobre suas contas.

O ministro Ricardo Berzoini tem dito que a reforma deve reduzir o déficit em R\$ 50,7 bilhões em 20 anos.

Mas este é o resultado que deverá provir apenas do aumento do limite de idade para aposentadoria do servidor público. Outras decisões já incorporadas ao projeto da reforma deverão provocar uma redução maior do déficit nos dois sistemas (INSS e Previdência dos Servidores Públicos), que, neste ano, deverá atingir os R\$ 74 bilhões, ou 5,2% do PIB. Mas grande parte dos cálculos teve de ser feita no escuro.

Helmut Schwarzer, 38 anos, doutor em Economia pela Freie Universität Berlin e ex-coordenador da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea, é o secretário de Previdência Social do Ministério da Previdência. É ele, também, quem roda as simulações sobre a economia de recursos que o projeto de reforma vai proporcionar. E o que ele conta mostra que o ministério controla menos informações do que se supunha até aqui. Confira a seguir:

**(1) Precariedade de dados** - O Ministério da Previdência não possui informações básicas sobre boa parte do universo dos funcionários civis do setor público. Não tem, por exemplo, acesso aos dados dos funcionários do Poder Legislativo e só aos da metade dos funcionários do Poder Judiciário. "Não sabemos a idade do servidor, o tipo de serviço que presta, condição do cônjuge e dos filhos. Por isso, não dá para calcular expectativa de vida ao aposentar-se, o valor da pensão e tudo o mais."

Isso significa que o ministério não conta com os elementos básicos de análise de pelo menos um terço dos funcionários civis da União. Acredite quem quiser, essa desinformação vinha até agora sendo considerada "normal", porque atribuída à necessária independência entre os poderes da União.

Prova de que não se trata apenas de independência entre poderes é que o Ministério da Previdência também não possui as informações pessoais sobre os integrantes das Três Armas, embora eles estejam sob jurisdição do Poder Executivo.

**(2) A outra parte do setor público** - A situação previdenciária dos Estados e municípios não tinha, em princípio, de ser controlada pelo ministério porque obedece a regimes próprios. No entanto, como está encarregado de coordenar a reforma cujas regras vão prevalecer não apenas para os funcionários da União mas, também, para os dos outros segmentos do setor público, o ministério deveria estar de posse das informações sobre os servidores dos Estados e dos municípios.

No entanto, ao final do ano passado, só contava com dados pormenorizados sobre o funcionalismo público de três Estados. Mesmo assim, apenas um Estado, o do Tocantins, havia fornecido informações completas. De lá para cá, além desses três (Tocantins, Sergipe e Ceará), o ministério obteve informações de mais seis Estados (Maranhão, Amazonas, Goiás, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná). Os outros 21 Estados ainda estão devendo esses dados. Ainda assim, dois desses nove Estados

também não sabem o que acontece com os funcionários do Poder Judiciário em serviço em seus territórios.

O desconhecimento sobre a situação dos municípios é ainda maior. Apenas quatro (Vitória é um deles) enviaram seus dados a Brasília. Dos pouco mais de 5,5 mil municípios, 2,1 mil têm regime previdenciário próprio. Os demais são regidos pelo INSS. Por aí se vê que as simulações sobre o impacto da reforma nas finanças da Previdência do setor público carregam fortes limitações.

**(3) Represamento** - Ainda assim, Schwarzer garante razoável confiabilidade aos números já divulgados, que apontam para uma economia de R\$ 50,7 bilhões em 20 anos, na Previdência do setor público da União, caso a reforma passe como está no anteprojeto do deputado federal José Pimentel (PT-CE). Ele avisa que pouco mais da metade dessa redução de despesas, de R\$ 2,5 bilhões por ano, está calcada no "efeito represamento", o dispositivo que exige mais sete anos de vida ativa do servidor antes de se aposentar.

Esse efeito também apresenta imponderabilidades. No momento, cerca de 130 mil funcionários, 20% dos atuais servidores do governo federal, já têm direito à aposentadoria. Por isso, o projeto institui um abono para segurar esses servidores por mais tempo na ativa. O ministério tem de trabalhar com estimativas sobre a parcela desse universo que morderá essa isca.

**(4) Contribuição do inativo** - Nos primeiros anos da vigência da reforma, uma parte importante do ganho fiscal da reforma previdenciária do setor público da União será obtida na ponta da arrecadação. Trata-se da cobrança da contribuição de 11% sobre o benefício pago ao servidor inativo. A arrecadação esperada deverá alcançar alguma coisa entre R\$ 900 milhões e R\$ 1 bilhão por ano.

**(5) Contribuição sobre o faturamento** - A maior dificuldade para projetar as condições do Sistema Geral, o INSS, é a queda da massa salarial e o aumento da informalidade, que vão reduzindo as receitas do sistema. (A propósito, quarta-feira, o IBGE revelou que a renda média do trabalhador no período de 12 meses terminado em junho caiu 13,4% em relação a igual período anterior; e que a informalidade aumentou 8%.) O impacto negativo dessa situação sobre o caixa da Previdência deverá ser em parte reparado por uma decisão embutida na outra reforma, a do sistema tributário. A idéia é cobrar parte da contribuição das empresas não mais sobre a folha de pagamentos mas sobre o "faturamento recalculado como valor agregado", de maneira a evitar a cumulatividade da contribuição (efeito cascata).

Schwarzer está convencido de que a cobrança de uma contribuição de 5% sobre o faturamento agregado permitirá uma redução de 20% para 10% da atual contribuição obrigatória sobre a folha de pagamentos.

Ele esclarece que a idéia não é aumentar a arrecadação do INSS mas apenas redistribuir a carga contributiva do sistema de modo a favorecer as empresas que mais empregam. Outra vantagem, segundo ele, desse novo sistema é evitar as oscilações cíclicas da arrecadação do INSS. "As empresas demoram para contratar. O faturamento precisa melhorar muito antes de começar o processo de criação de empregos e, conseqüentemente, aumentar a contribuição da empresa, que hoje é calculada sobre a folha de pagamentos. Por isso, a contribuição sobre o faturamento deve melhorar o fluxo de caixa do INSS."

**(6) Aumento do teto** - Outra decisão que vai reforçar as finanças do INSS é o aumento do teto das aposentadorias para R\$ 2,4 mil. A partir do momento em que esse novo teto entrar em vigor, as contribuições dos trabalhadores também aumentarão. Nos próximos anos, o ganho fiscal com esse dispositivo será de R\$ 1,9 bilhão por ano. A receita extra nos próximos 20 anos, a partir de 2004 será de R\$ 23,3 bilhões. À medida que começarem a se aposentar os trabalhadores que tiverem sido beneficiados por esse novo teto, esses ganhos deverão diminuir gradativamente. Depois de 20 anos, serão novamente alcançados pelo aumento de despesas porque o teto mais alto proporcionará aposentadorias também mais altas."

**Cumpre lembrar que o Ministro de Estado da Previdência Social assumiu o compromisso com o Senador Efraim Morais (CCJ 16/09/03) e perante os demais membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de outros Senadores ali presentes, de trazer aos Senadores dessa Casa os Estudos que serviram de base à proposição da PEC. Porém, não os apresentou.**

E essa casa tem um compromisso histórico com a sociedade. As forças políticas, os interesses políticos dos votos de nós Parlamentares são, na maioria das vezes, conjunturais. No passado vários dos Senadores que defenderam esse modelo de Previdência Social em nosso país hoje possuem uma posição totalmente avessa àqueles ideais defendidos. Porém, devemos ter claro que uma Emenda à Constituição não poderá tratar apenas a conjuntura atual, onde o desemprego encontra-se nos mais altos níveis encontrados nesse país. Da mesma forma, é preciso ter bem claro que Seguridade Social é um Dever do Estado, consagrado em nossa Constituição Federal.

Portanto, a Seguridade Social não pode ser tratada como uma questão meramente financeira. Trata-se, acima de tudo, de uma questão social, de extrema importância, especialmente num país de tantas desigualdades como o Brasil. Ainda que existisse o falacioso “déficit” atribuído à Previdência, a Seguridade Social não pode ser tratada sob a lógica do lucro; o enfoque é, e deve ser, social.

Não nos encontramos em condições de debater e votar a matéria, visto a sua extrema complexidade e que, muitas vezes, envolve questões polêmicas, eleitorais ou eleitoreiras. Sabemos que não se trata de uma causa popular, emanada do seio da sociedade, sem a influência de qualquer raciocínio desonesto ou interesses escusos. Trata-se de uma causa já pronta, com as regras já estabelecidas e, até mesmo, pretendendo um placar já definido. Daí se viu pouco mais de duas dezenas de Parlamentares conduzindo outras quase 5 centenas deles. E foi dentro desse quadro que, à meia noite do dia 5 de agosto, foi votada e aprovada a proposta da reforma da Previdência Social, na Câmara dos Deputados.

E não queremos que essa Casa se torne órgão homologador de tais causas. Em que pese as várias horas ininterruptas de negociações e discussões no Plenário da Câmara dos Deputados e, agora, aqui nessa Casa, não ouvimos que o papel do executivo foi fundamental: cargos, nomeações, liberação de verbas, arquivamento de CPI's, etc. tudo era moeda de troca por votos. Os Magistrados e os Militares se garantiram. Lembrava muito um pregão da Bolsa de Valores.

Todo esse cenário conturbado não nos deixa à vontade para formarmos as nossas convicções e votarmos sem hesitação essa PEC, trazendo momentos de perplexidade e de lucubrações sobre a real necessidade de uma Emenda Constitucional conduzida com tamanho aodamento e que traz no seu bojo profundas mudanças capazes até de mobilizar perto de 100 mil servidores públicos na marcha ocorrida aqui em Brasília por ocasião de sua votação na Câmara dos Deputados, onde vários episódios desagradáveis, sem precedentes na história desse país, aconteceram e que maculam a imagem de qualquer Governo democrático.

Ao cumprir com a responsabilidade de fornecer os Estudos que embasaram a Proposta de Emenda à Constituição, ora sob o foco dessa Casa, possibilitará que nós Senadores possamos formar o Juízo adequado, sendo de alta responsabilidade a apresentação dos Estudos e esclarecimentos necessários para que tenhamos nos nossos votos o reflexo da nossa consciência, de nossos ideais de forma a apoiarmos a Proposta com a dignidade dos votos daqueles que nos impuseram a difícil tarefa de decidir sobre o futuro desse país ou, rejeita-la com essa mesma dignidade imaculada.

Saliente-se, os Princípios insculpidos na Constituição Federal, projetados no Art. 37, impõe à Administração Pública questões de ordem legal, impessoal, moral, de publicidade e de eficiência. Evidente que os Estudos ora solicitados deveriam fazer parte da Proposta de Emenda Constitucional de modo a reduzir o desgaste com debates, audiências públicas, solicitações, requerimentos, convocações, evitando-se inclusive o desgaste de Parlamentares e membros do Governo expostos no Livro escrito pelo Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Sr. Magno Mello, *A Face Oculta da Reforma Previdenciária, Ed. Letrativa, 2003*, que contém informações estarrecedoras acerca do processo de mudança constitucional em curso.

Frise-se, a obra demonstra que a proposta encaminhada pelo presidente da República, vendida como uma reforma que trará a redenção do sistema previdenciário, conferindo-lhe uma estrutura mais igualitária e justa, é, na verdade, o resultado de uma articulação minuciosamente preparada, da qual fazem parte figuras proeminentes do atual governo, inclusive dessa Casa, que pretende substituir o atual regime de aposentadorias e pensões dos servidores públicos pelo assustador critério do fundo de pensão, fonte inesgotável de escândalos e desvios de recursos públicos, muitos deles recuperados no livro.

Repise-se, essa casa tem um compromisso histórico com a sociedade. E não apenas com a sociedade. Com as instituições que engrandecem esse país. Nesse sentido deverá ser acolhido o presente pedido de informações, inclusive para afastar a macula que se impinge a um de seus membros e passar a limpo essa denuncia contida nas poucas folhas do Livro do Sr. Magno Mello, descartando definitivamente qualquer outro interesse de qualquer empresa, empresário ou qualquer pessoa e demonstrando única e exclusivamente o interesse social e coletivo de se construir uma Previdência Moderna e modelo a ser seguido por outros países.

De outra forma, uma Emenda à Constituição deve ser vista como uma excepcionalidade. E só por ser excepcional já exige mais estudos dos órgãos do governo e dessa Casa. Na verdade não se pode quebrar as regras gerais. Qualquer Proposta posta nessa Casa exige a sua Justificativa. E mais ainda uma Proposta de Emenda à Constituição que deve exigir regras muito mais estritas. Não basta vir acompanhada de um simplório relatório, sem os estudos, as estatísticas, e até mesmo os pareceres. Critérios são critérios e no momento que qualquer critério é escancarado em função de uma excepcionalidade, seja ela ditada por instituições internacionais ou mesmo pela Presidência da República a responsabilidade dessa Casa aumenta tanto quanto o sucesso ou quanto o fracasso da Norma sancionada.

Ademais outras excepcionalidades também farão jus ao afastamento dos critérios indo na contramão do aperfeiçoamento do processo legislativo que se almeja para o nosso país.

E nós Parlamentares necessitamos de dados, de informações e do conhecimento do que se passa com a Previdência Social em nosso país. Essa tarefa é difícil dada que nós não somos especialistas na matéria. E, mesmo o acesso a esses dados, a essas informações não nos serão suficientes para que tenhamos tranquilidade e convicção para votarmos a matéria. Necessitamos da manipulação desses dados e dessas informações, ou seja, dos Estudos, do conhecimento que esses dados e informações podem fornecer.

Não me encontro em condições de debater e votar a matéria. Os debates tem sido sempre de cunho ideológico e político. A questão deve ser técnica e ter clareza trazendo os Estudos e a informação verdadeira para que possamos decidir a respeito da matéria.

E a falta de objetividade e de clareza da Proposta de Emenda fica caracterizada quando o próprio senador Tião Viana (AC), relator da reforma da Previdência e líder do PT, admite que o texto pode ser alterado ainda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante a votação dos 200 destaques apresentados pelos senadores, apontando quatro pontos da reforma previdenciária: “os valores dos subtelos salariais nos estados, a eliminação da cobrança de inativos em condições especiais (aposentadoria por invalidez), o controle social da Previdência e a instituição de regras de transição para os atuais servidores” e apresenta ao Plenário emenda constitucional contendo pontos contemplados pela PEC 67, dizendo o que o governo aceita alterar na reforma previdenciária.

Daí o indispensável requerimento com pedido de informações. Trata-se de uma medida antipática mas necessária se quisermos ter autoridade moral para criticarmos o executivo e votarmos remédios amargos para a sociedade brasileira.

O governo fala que existe déficit no regime de aposentadorias dos servidores porque considera a diferença entre o que ele paga de aposentadorias e pensões e o que ele desconta dos servidores ativos. Porém, deve-se ter em conta que os servidores ativos contribuem com um desconto de 11% das suas remunerações e o governo obriga-se a contribuir com o dobro do valor descontado dos servidores, ou seja, com 22%. Portanto, num cálculo simplista teremos para cada três servidores ativos a garantia de pagamento de uma aposentadoria. Esse seria o ponto ideal, ou seja, ter-se três servidores ativos para cada inativo. E se tivermos um número menor de servidores ativos o sistema não se apresentará equilibrado. Isso se concluímos que os servidores ora aposentados nunca contribuíram para as suas respectivas aposentadorias.

Então a questão do equilíbrio do Sistema Próprio de Previdência, ou seja, o problema da previdência do servidor, passa necessariamente pela discussão de que modelo de Estado se deseja e que política de serviço público se deseja, pois o encolhimento da base de arrecadação, pela não contratação de novos funcionários, alimenta o diferencial entre receitas e despesas.

E isso acontece porque com o passar dos anos muitos servidores foram se aposentando mas o governo não fez concurso para manter a mesma quantidade de servidores da ativa que existia antes. Então aumentou o número de aposentados e pensionistas e diminuiu o número de servidores em atividade.

**E, estudos da OIT realizados em 1996 em 64 países apontam para uma média de 30% de empregos gerados pelo setor público, enquanto, no Brasil, a média era de 11,3%.**

Assim, a viabilização do sistema de previdência social dos servidores públicos, cujo custeio é uma questão crucial ao ajuste das contas públicas, exige um debate mais profundo, claro e que permita o afloramento das questões escamoteadas.

E para se formular propostas e emendas adequadas e factíveis, que poderão tornar transparente o problema do financiamento da previdência do servidor público, é necessário, antes de tudo, que tenhamos um **diagnóstico correto**, que não

passasse ao largo das reais condições da estrutura do custeio desse sistema, mas que não seja feito apenas sob o enfoque do ajuste fiscal, transformando o servidor público em bode expiatório de uma crise fiscal sem precedentes causada por uma política econômica que despendeu bilhões de reais de recursos públicos para manter a moeda sobrevalorizada e manter o fluxo de capitais externos.

As reformas efetuadas ao longo dos doze anos em que o atual regime político econômico se implantou, foram justificadas para manter o controle da inflação. E alcançada e ancorada na queda da inflação quer agora o novo governo fazer com que os servidores públicos paguem essa conta e sirvam de sustentação aos acordos celebrados com o FMI.

Deve-se evitar a armadilha do uso de discursos que acirram as contradições e colocam em confronto aqueles que não têm determinados direitos sociais ("privilégio") com aqueles que conquistaram algum, ao invés de procurarem igualar as conquistas, cindindo a massa trabalhadora numa divisão da população entre quem tem e quem não tem direitos, entre vencedores e perdedores - estes, muito mais numerosos.

Importante a transcrição do seguinte trecho retirado de documento da APROVA: "Fica caracterizado que a principal razão para se postular a aprovação dessa Proposta tem sido não a oferta de benefícios melhores para os aposentados, mas a busca de redução de custos do ajuste fiscal necessário ao equilíbrio das contas nacionais, imputando-se aos servidores públicos e suas aposentadorias grande parcela desse custo, o que não pode ser aceito simplesmente como uma verdade incontestável, uma vez escamoteadas as reais razões do rombo das contas nacionais.

- **Para se falar em déficit é necessário, primeiro questionar se conceitualmente existe o déficit ou uma renúncia fiscal autoconcedida, analisar a natureza da Previdência dos servidores públicos em seu histórico, se retributiva ou contributiva, e se realmente existe um regime de custeio perfeitamente definido.**
- Enfim, prescutar o cenário histórico, político, social e econômico em que foram implantadas as regras previdenciárias dos servidores públicos e demonstrar que não há por quê se falar em "déficit" no Regime Próprio do Servidor Público Civil da União, evidenciando os seguintes tópicos:
  - a) De 1922 até 1988 vigorava o conceito de inatividade como parte do "pacote empregatício" do servidor, obrigação da União oriunda do próprio contrato administrativo. A sociedade aceitava bancar (financiar) a inatividade do servidor, em troca da dedicação exclusiva ao Estado. Existia contribuição para pensão e assistência - IPASE;
  - b) O Brasil era um país agrário e não havia serviços públicos estruturados. A partir da industrialização o capital passou a cobrar do Estado mais serviços públicos. Assim, o Estado passou a oferecer estabilidade no emprego mais aposentadoria para criar uma burocracia no sentido weberiano para dar sustentação ao novo modelo econômico que se fazia necessário. Os grandes beneficiários foram o capital e a própria sociedade, mas os mecanismos de poupança adequados deveriam ter sido criados;
  - c) Após a incorporação do IPASE pelo SINPAS em 1977, as contribuições dos servidores foram aportadas em algum Fundo? Houve um "buraco negro" no período de 1978 a 1993 em relação à Previdência Social do Servidor Público;

d) Não foi definido o regime de custeio: repartição, capitalização, misto? Contribuição patronal definida? Como custear as aposentadorias já concedidas e para as quais não houve contribuição (incorporação dos celetistas ao Regime Jurídico Único - RJU pela Lei nº 8.112/90)? Não pode ser encarado como um regime de repartição simples, pois haveria a necessidade de cobrar alíquotas cada vez mais altas se o contingente de ativos não evolui.

e) A crise fiscal decorrente do excessivo endividamento interno e externo é o ponto fundamental dessa discussão.

- O que esperamos demonstrar é que os dados apresentados pelo discurso oficial sobre os supostos prejuízos causados ao Tesouro pelo pagamento de aposentadorias e pensões a servidores públicos não resistem à análise alguma, superficial que seja, pelo menos quanto ao regime de previdência dos servidores civis da União. São expressões matemáticas manipuladas para respaldar argumentos favoráveis à imposição ilegal de contribuições previdenciárias aos inativos e de aumento para os que estão em atividade, como forma de criar superávits primários para cobrir o serviço da dívida, além de prepararem terreno para assegurar ao mercado privado acesso à considerável parcela das contribuições desses servidores.
- E assim é porque o governo jamais pagou a parte contributiva que lhe cabe na formação do seguro social do servidor, conforme estabelece a Constituição. E o desconto feito nos vencimentos do funcionalismo em época alguma esteve disponível para qualquer tipo de aplicação. Faz-se o desconto, mas não se procede à arrecadação. Aliás, qual o sentido econômico de se cobrar contribuição do funcionário público, se este tem um regime próprio bancado com recursos do Tesouro, que é o mesmo que paga o salário do funcionário? Há apenas uma contagem da contabilidade porque estão gerando uma despesa que na mesma hora vira receita no mesmo valor, se não há um fundo previdenciário constituído.
- Ora, todo sistema fundado na contribuição massificada para assegurar eventual resgate de seguro deve ser recolhido a fundo específico - no caso, um fundo previdenciário. Os recursos assim recolhidos devem ser aplicados de forma que possam ser capitalizados com o melhor rendimento possível, segundo as regras atuariais. Mas o governo repita-se, jamais pagou a sua parte e sequer arrecadou a um fundo a contribuição do segurado.
- O que se sabe, apenas, é o valor das aposentadorias e pensões pagas, logo apontado pela incompetência burocrática como "rombo" causado às contas governamentais. Se os recursos do sistema, os do governo e os dos segurados, tivessem sido recolhidos e aplicados segundo o modelo de capitalização coletiva atuarial, com certeza teriam gerado rendimentos apreciáveis.
- Não se diga aqui que se cogita apenas de uma hipótese. A experiência do extinto Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) não deixa margem à dúvida. Enquanto existiu, o IPASE cobria todas as despesas com aposentadorias e pensões, construía e administrava no país inteiro hospitais e postos de saúde para assistência aos servidores, além de financiar-lhes a aquisição de moradia própria. E note-se que, à época, o desconto previdenciário era de apenas 6% do salário."

E a Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – FENAFISP, no artigo "A Previdência como ela é nº 9" nos dá conta de que o governo FHC se comprometeu com o FMI em guardar o equivalente a 3,75% do PIB, porém o



governo Lula aumentou este percentual para 4,25%(toda a riqueza que o país produz no ano). Isso quer dizer que sobra menos dinheiro para investimentos sociais agora do que no governo anterior.

Em outro estudo intitulado **A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR CIVIL EM SEU ASPECTO ATUARIAL** a FENAFISP, nos da conta do seguinte:

- Os pagamentos das aposentadorias e pensões do setor público têm sido apontados como umas das principais causas do desequilíbrio das contas públicas, embora estudos elaborados cientificamente demonstrem que o percentual cobrado do servidor público é suficiente para financiar a sua aposentadoria integral.
- **É de se observar que na esmagadora maioria dos países desenvolvidos, os funcionários públicos civis e militares possuem regimes especiais de aposentadoria, com diferentes critérios de limite de idade, tempo de contribuição ou teto máximo, mas estas regras diferenciadas em relação aos demais trabalhadores decorrem das peculiaridades profissionais do servidor público, cuja dedicação ao Estado deve ser em tempo integral.**
- A afirmativa de que o servidor não contribui o suficiente para ter a sua aposentadoria integral e que essa é um privilégio em relação às aposentadorias do Regime Geral, é falacioso, pois não leva em conta que, embora no Regime Geral não se possa auferir mais do que R\$ 1.869,56 de aposentadoria, a contribuição é de 11% sobre esse mesmo limite, mesmo que a remuneração seja muitas vezes maior. Com o servidor civil a situação é diferente, pois o desconto incide sobre o salário integral, sem limites.
- **Um cálculo atuarial desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimento de Produtos de Previdência da "Sul América", levando em conta uma taxa de juros de 8,5% ao ano, mostra que, para garantir uma aposentadoria integral pelas regras adotadas para quem ingressou no serviço público a partir de 1998 (30 anos de contribuição e 55 anos de idade), no caso de uma mulher, seria preciso uma contribuição de 21,8% sobre o valor do benefício. Para o caso dos homens, (35 anos de contribuição e 60 de idade), o percentual cai para 12%. Portanto, em ambos os casos, levando-se em conta a contribuição de 11% do servidor e a parte da União, de até 22%, não há problema algum para financiar a aposentadoria integral do servidor civil federal.**
- O nó da questão, portanto, não está no presente, mas no passado, pois o desequilíbrio verificado entre as despesas presentes com inativos e as contribuições correntes não resulta da insuficiência da contribuição paga pelo servidor, ao contrário, essa é atuarialmente consistente, mas da inadimplência do Tesouro Nacional com o servidor: a União, além de jamais haver contribuído com a contrapartida que lhe caberia, como empregadora, para a formação de um fundo, ainda que meramente contábil, a demonstrar a origem do financiamento de aposentadorias e pensões, malversou totalmente os recursos cobrados dos servidores com essa finalidade, os quais poderiam, por si somente, constituir sólida base atuarial do sistema.
- O que vigorava, até então, era um **modelo orçamentário para o custeio das aposentadorias dos servidores civis da União**, no qual recursos oriundos do Orçamento da União financiavam essas aposentadorias, sendo as contribuições dos servidores destinadas ao custeio das pensões e outros benefícios assegurados pelo Plano de Seguridade Social do servidor público.
- A questão das aposentadorias dos servidores públicos federais e do seu pagamento pelo Tesouro Nacional sempre apresentou duas facetas que se contrapunham: para os funcionários, uma conquista histórica, para os governantes, um privilégio daqueles.

- Será que, de fato, o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos pelo Tesouro foi uma conquista histórica desses mesmos servidores, ou sempre foi apenas um privilégio que esses mantinham e que os diferenciavam do resto dos trabalhadores brasileiros?
- Para o economista José Prata de Araújo, nem um nem outro: foi, na verdade, um grande negócio para o Estado, que pôde se apropriar do superávit previdenciário dos servidores públicos, pois o pagamento direto pelo Tesouro impossibilitou a constituição de superávits em épocas onde o número de servidores ativos era muito superior ao número de aposentados e pensionistas.

Importante trazer à baila o debate havido na COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA da CÂMARA DOS DEPUTADOS no EVENTO: Audiência Pública Nº: 1106/02, datada de 12/12/02 com o seguinte tema: “Esclarecimentos sobre o déficit da Previdência Social anunciado pelo Governo Federal e as receitas instituídas pelo art. 195 da Constituição Federal, arrecadadas pelo Tesouro Nacional e não transferidas à Seguridade Social, na forma instituída em lei, sendo parte transferida indevidamente para outros Ministérios, autarquias federais e órgãos públicos que não pertencem ao sistema de seguridade social”, onde destacamos a sabedoria da Sra. MARIA DE LOURDES NUNES CARVALHO – Diretora de Defesa da Seguridade Social da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, que assim se pronunciou:

“O tema desta audiência é “Esclarecimentos sobre o déficit da Previdência Social.” Duas perguntas passam claramente pela cabeça de cada servidor da Previdência Social, de cada estudioso da Previdência Social e de cada pessoa do País, comprometida com a Previdência Social. Por que não foram, até agora, implementadas integralmente as deliberações do art. 195 da Constituição Federal, que trata dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios sociais? A Constituição de 1988 procurou reparar séculos de exclusão econômica e social, principalmente quanto aos milhões de brasileiros que tinham no campo o espaço para viver e sobreviver, com sua qualidade de vida reduzida na área econômica. Essa discussão é imperativa e inadiável, porque trabalhadores rurais que contribuíram dia após dia, ano após ano, durante séculos no Brasil, para ajudar a economia a ir para a frente e entrar para o mundo globalizado de maneira equilibrada, não podem ser tratados como os causadores do déficit do Regime Geral de Previdência Social. Eles contribuem para a riqueza da Nação, para a formação do Produto Interno Bruto, para a balança comercial. Com o argumento de que o déficit é gerado pelo trabalhador rural, tenta-se enquadrá-lo no esquema de assistência social, o que é um desrespeito para com milhões de pessoas que ajudam este País a avançar, mesmo no anonimato. Por quê? O que caracteriza o conceito de filiados obrigatórios da Previdência Social é o exercício da atividade econômica. Então, é um desrespeito tratá-lo como alguém que não é capaz de contribuir para a Nação e colocá-lo na situação constrangedora de assistencialismo. Qualquer que seja o número que queiramos dar à Previdência Social, não devemos nos esquecer de que atrás de cada número estão pessoas que dependem de proteção social para continuar ajudando o País. A Seguridade Social como instrumento de ampliação da rede de proteção social do País — Previdência, Saúde e Assistência Social — foi uma conquista da Constituição de 1988. Por que o Ministério da Seguridade Social nunca foi criado? Por que falar em déficit da Seguridade Social se sabemos que, juntando as arrecadações de Previdência, COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, teremos superávit? É maldosa essa conta que confronta a contribuição da folha de salário com os demais benefícios a serem pagos, quando existem fontes de recursos para cobrir os anos de exclusão de proteção social a que os trabalhadores rurais foram submetidos. A outra pergunta que devemos nos fazer na Câmara dos Deputados é: por que se fala tanto em déficit e ainda continua sendo concedida a renúncia contributiva nas contribuições previdenciárias? Essa é outra questão sobre a qual temos de refletir com seriedade. A Previdência Social nada mais tem feito nos últimos tempos do que tentar, com a

palavra déficit, encobrir as desigualdades sociais a que o País está submetido. Essas desigualdades sociais que vêm sendo tratadas a reboque das situações e necessidades econômicas, sem serem prioridade, podem se agravar ainda mais. Quando o Ministério da Previdência Social anuncia que, em 2002, há possibilidade de déficit de 16 ou 17 bilhões e dos servidores públicos de 54 bilhões, nós, que somos da Casa e trabalhamos ano após ano tanto com o lado rico da Nação, com as contribuições, quanto com o lado pobre, que são os segurados em sua grande maioria, ficamos arrepiados. Se tratamos essa situação de déficit e continuamos a tratar a renúncia contributiva como necessária para o fortalecimento da economia do País, o que faremos daqui a vinte anos com a quantidade de empregados hoje cobertos pelo sistema com determinada contribuição que não garantirá o pagamento de todas essas aposentadorias? O problema de hoje é consequência do passado. Desde o início da Previdência Social sistematizada no País, o que temos? Remanejamento de recursos para outros fins, como a construção da Transamazônica, da Ponte Rio Niterói, entre outros vários ajustes. Estamos coletando todos esses dados e os sistematizando, para demonstrar o montante de recursos remanejados. A Previdência era superavitária com regime de pessoas que ainda não se aposentavam. Agora, estamos com um estoque de quem cumpriu o contrato da Previdência Social, sendo argumento de déficit. Eles contribuíram superavitariamente no passado para sustentar quem estava aposentado. Diante desses aspectos, antes de falar em reforma da Previdência ou discutir déficit, precisamos quantificar tudo o que foi retirado da Previdência Social e refazer as contas para demonstrar que a situação não é bem como a imprensa está anunciando. Se a contribuição da folha de salário do trabalhador urbano é para pagar a aposentadoria do trabalhador urbano, por que só ela está sendo confrontada para demonstrar o déficit do trabalhador rural? O trabalhador rural é a grande vítima, porque de 1888, com a Lei Áurea, ao início da década de 70, nenhuma proteção social lhe foi dada. Somente a partir de maio de 1971, com a Lei Complementar nº 11, que cria o Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL, é que se previu a proteção social, até para acalmar o homem do campo que estava agitado. E nós, que conhecemos a História do Brasil, sabemos como estava o campo no final da década de 60 e início da de 70. Não foi uma conquista de reconhecimento da proteção social, mas uma atitude para acalmar o homem do campo. Algumas ações são necessárias para que a Previdência Social seja encarada com seriedade? O próximo Governo anuncia que ela deve ser reformada, mas o Regime Geral já sofreu grande reforma com o advento da emenda constitucional de dezembro de 1998. A regulamentação, por meio do fator previdenciário, ainda demonstrará que a reforma foi profunda e muitos prejuízos advirão às pessoas submetidas a essa regra. Quando se discute Regime Geral, dizendo que há déficit, devemos notar que o déficit é apenas conceitual, um artifício contábil para convencer a todos que devemos transferir os recursos da Previdência para outros caminhos. Se a Previdência é tão deficitária, por que o sistema de seguridade privado anda tão interessado nela? São essas perguntas que temos de fazer. Há outras ações que temos de desenvolver. Recentemente, tramitou a mini-reforma tributária, quando o SIMPLES teve sua base ampliada. Dentro do SIMPLES estão também contribuições previdenciárias com renúncia contributiva. Nós, da Federação, somos favoráveis a que a microempresa continue tendo a proteção do Estado para funcionar melhor e formalizar o emprego. Mas esses recursos devem vir de outras fontes e não da Previdência Social, que tem destinação definida às pessoas que perdem a capacidade laborativa ou chegam a uma idade em que não conseguem mais trabalhar. Temos também de verificar a conta que vem sendo feita em relação ao confronto benefício, arrecadação e contribuição rural. Se o produto agrícola faz parte de maneira significativa das exportações e do Produto Interno Bruto do País, por que a contribuição previdenciária da agroindústria é tão baixa que representa apenas 3% da arrecadação do INSS? Se confrontarmos toda essa situação, perceberemos que algo não vai bem. Se a contribuição da empresa rural é sobre o valor comercial de seus produtos, de seu faturamento, para financiar a aposentadoria rural, por que está apenas correspondendo a 3% da arrecadação? A Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência está sistematizando esses dados, através do Núcleo de Defesa da Seguridade Social, para em janeiro apresentar à Nação os verdadeiros

valores com que deveríamos trabalhar. A Previdência Social, tanto do Regime Geral quanto dos servidores públicos, só deve ser alterada após profundo debate com os segmentos organizados da sociedade — trabalhadores, empresários, aposentados, pensionistas, o Parlamento e o Poder Executivo — para que possamos buscar uma melhoria de qualidade de vida, para que não tenhamos uma nação rica com um povo pobre. E isso só vai acontecer se tratarmos a proteção social do País da maneira como estamos fazendo até agora. Se não modificarmos esse tipo de tratamento, não teremos bons resultados daqui a vinte anos, porque as tensões sociais serão maiores. E não nos venham com a desculpa de que o regime privado de capitalização é a melhor opção, inclusive para nós, servidores públicos. Basta analisarmos os valores praticados pelo mercado aberto de previdência privada no País. Um deles toma por base uma pessoa que começa a contribuir para a previdência privada com 18 anos, passa trinta e dois anos contribuindo com 592 reais e 13 centavos para ter uma aposentadoria de 5.500 reais. Com uma faixa dessas de salário, nós, do serviço público, contribuimos com 800 reais em média para garantir nossa aposentadoria e ainda somos considerados o principal motivo do déficit do País, somos os vilões. Como nossa contribuição, sem incluir a parte patronal do Governo, é maior do que a parte da iniciativa privada e continuamos deficitários, tomando por base apenas a regra presente? Podemos verificar que, com todas as contribuições do servidor público remanejado para outros fins, seremos superavitários. Por exemplo, se analisarmos o balanço patrimonial de dezembro de 1977 do então Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos Federais — IPASE, verificaremos que todo aquele patrimônio foi remanejado para o Regime Geral ou para outros Ministérios. Não devemos esquecer que o IPASE, para capitalizar os valores arrecadados a fim de garantir futuras pensões, agia no mercado. Quando entregou em 1977 todo seu patrimônio, por força da Lei nº 6.439, havia vários conjuntos residenciais em todo o País cujos valores arrecadados mensalmente, durante vinte anos, cobriram as contribuições e o pagamento de benefícios do Regime Geral, porque eram creditados e recebidos pelo então IAPAS. Além do mais, de 1978 a 1998, quando o servidor público ficou sem nenhuma regra de regime de Previdência Social, continuaram acontecendo os descontos nos nossos contracheques. Onde foram parar esses descontos? Por que não quantificamos esses valores antes de falar em qualquer argumento sobre o déficit da Previdência Social no regime dos servidores públicos? Outra questão mais séria ainda é quando se fala nos 54 bilhões. O regime dos servidores públicos está organizado por ente federado: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que criam as leis com autonomia, respeitando apenas as regras constitucionais. Cada um administra, paga e recebe a seu modo e, na hora do déficit, coloca-se uma conta igual para arrecadações diferentes e pagamentos diferentes. Na condição de servidores públicos, pedimos que, no exercício da nossa cidadania de prestar serviço ao Estado, este Parlamento trate a situação com bastante carinho, porque a Previdência Social não pode ser tratada apenas como presente, pois é sobretudo fruto do passado, e representa o presente quando a pessoa perde a capacidade laboral. Então, que não se perca de vista qualquer conta ou estatística atuarial para deixar o sistema saudável e viável. E o passado conta. Sabemos que precisamos mudar a Previdência, a pirâmide populacional do País está envelhecendo e temos de garantir saúde. Mas qualquer alteração passa necessariamente por uma auditoria profunda nas contas da Previdência Social, do Regime Geral e do regime dos servidores públicos, para que então o País tome as decisões, a fim de garantir que o futuro da população não fique ao sabor dos ventos da globalização financeira e econômica. A Previdência tem de ser tratada, como dizia o Ministro Waldir Pires, como um passivo social líquido que a Nação tem de pagar. Se estamos tratando como passivo social líquido, tem de constar do orçamento anual da Seguridade Social, tanto para o Regime Geral quanto para o regime do servidor público, o que está a descoberto, como a dívida contraída com a Previdência Social, através de remanejamentos e desvios de recursos a ela destinados e utilizados em outros fins. É bom que isso fique claro. Precisamos trabalhar com urgência na questão da inclusão econômica do homem do campo. Não adianta ficar reclamando que temos muitos benefícios a pagar, sem promovermos de fato a inclusão do homem do campo na economia. Não adianta retirar a situação de segurado especial para a de contribuinte de fato da

Previdência Social. Precisamos, antes de tudo, transformá-lo num segurado contribuinte individual do setor rural, com regras e contribuições compatíveis com a realidade rural, com todas as questões da sazonalidade. Como representante da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, como integrante do Fórum Fisco das diversas categorias questão trabalhando tributo e contribuição e refletindo seriamente o destino do País, à luz de tudo o que vem sendo discutido no atual Governo, pedimos que a Previdência Social seja tratada como instrumento de melhoria de qualidade de vida da população; que qualquer alteração ou reforma que venha a acontecer seja precedida de amplo debate pela sociedade; que se respeite as regras do contrato do Regime Geral e do regime público, porque pessoas que assumiram compromisso, que têm quinze ou vinte anos de contribuição social não podem ser apenas com mudanças nas regras do jogo que criem dificuldades de sobrevivência. Como representante da FENAFISP, pedimos que qualquer mudança seja precedida de amplo debate e que todos os recursos do passado que foram remanejados para outros fins — sabemos que eles não existem em espécie, talvez nem em patrimônio — sejam anualmente contabilizados no orçamento da Seguridade Social como dívida passada. Assim como no Orçamento da União incluímos o juro da dívida e os empréstimos, que a dívida da Previdência Social receba tratamento, no orçamento anual da Seguridade Social, dos valores do passado e de todas as parcelas que foram desviadas para outros fins no decorrer do período. Muito obrigada. (*Palmas.*)”

Destacamos também o pronunciamento da Sra. CLEMILCE SANFIM C. AFFONSO DE CARVALHO, assim:

Existe enorme sonegação da rede financeira e isenção de contribuição de toda natureza. Há a questão das entidades filantrópicas, na quais não inclui a APAE. Posso dizer — já é público, não há segredo profissional — que a Golden Cross foi tratada durante anos como entidade filantrópica. Quanto a Previdência perdeu! E as PUCs! Meu filho estudou na PUC. Eu sei o que quer dizer isto: considerada filantrópica. Temos de rever muitas coisas. .... Nós, auditores fiscais, trabalhamos juntos, atuamos intensamente na Constituinte. Estivemos aqui, em 1987, em 1988, dia-a-dia, com os Deputados Constituintes, ajudando a fazer a Constituição, que prezo muito e tem muito do nosso esforço. Muitos esclarecimentos que trouxemos, hoje, não estamos podendo levar ao novo Governo; temos muito o que dizer a ele. Na verdade — isso é um dito popular, mas nos serve —, toda vez que uma mentira está junto de uma verdade, aparecem duas verdades. Diz-se que a Previdência está quebrada em várias ocasiões. .... Temos esse dinheiro lá. O Tesouro, o Governo, nos deve. Tenho aqui uma relação. Em 1960, usaram a desculpa da Lei Orgânica da Previdência, de melar tudo e o Governo não dever mais nada. Em relação àquele princípio contributivo dos 3%, o sistema tripartite, em que se pagava Governo, empresa e empregado, o Governo foi substituindo a parte dele, criando impostos para luz, telefone. Tirou, criou outros impostos, concurso de prognóstico. E assim veio a vida toda. Esses recursos, porém, não chegavam integralmente à Previdência, porque éramos um sistema novo, como disse a Lourdinha, e a pressão por benefícios era pouca. O sistema era de capitalização, sim, só que ele não suporta o peso de 20 milhões de benefícios aos rurais; alguém tem de pagar. A Previdência deveria receber esses recursos do Orçamento da União, porque isso é benefício social, é auxílio social. A Previdência tinha de ser reintegrada desse recurso, assim como toda vez que se der isenção a uma entidade filantrópica, têm de vir créditos compensatórios à Previdência. Ninguém pode pegar o orçamento da Previdência Social e usar como bem entender. Não é assim. Existem coisas diferentes. O Orçamento Fiscal da União é um; o orçamento da Seguridade é outro. Os dois juntos fazem o Orçamento Geral da União. Quando são apresentadas as receitas, as despesas, vem tudo misturado. Se V.Exas. separarem, o orçamento da Seguridade Social é muito maior do que o Orçamento da União. O orçamento da folha de salários, com COFINS, CPMF, lucro líquido das empresas, concurso de prognósticos, é maior do que o Orçamento da União. Há muito perguntamos: por que não se cria o Ministério da Seguridade Social? O homem é o mesmo, a sociedade toda está amparada pelo princípio da universalidade do atendimento à saúde. Parte

desse eventual Ministério está na Previdência, parte está na assistência social. Diziam que o Ministério não seria criado porque ficaria muito grande. Grande é o Brasil, graças a Deus; grandes somos nós, operosos, competentes, sérios. Os que não são sérios se perdem no tempo e no caminho. Muitos dispõem dos recursos da Previdência Social. Agora mesmo, eu quero que a VARIG sobreviva. A empresa é brasileira; quantos empregos há ali! Mas começam eximindo-a de pagar COFINS. Então, os problemas nacionais são resolvidos tirando-se dinheiro da Previdência, e depois vêm dizer que ela tem rombo. É muito simplista o cálculo que está sendo feito, mas, felizmente, já temos jornais. Eu trouxe alguns. Por exemplo, o *Monitor Mercantil* é um jornal lido pela primeira linha, pelos aplicadores de classe A. Ele diz aqui: *“Previdência teve superávit de 32 bilhões no ano passado”*. O editor errou, foi a Seguridade que teve esse superávit. Está aqui, já está do lado de fora. Existem pessoas nos procurando e perguntando se é aquilo mesmo. No *Jornal do Commercio*, o Aziz Amed, um colunista muito respeitado, diz: *“Não há crise na Previdência, nem do servidor público, nem do INSS. O que há é uma crise fiscal. Todo o dinheiro do Orçamento está indo para financiar as megadívidas, interna e externa. E isso ninguém diz para não contrariar o FMI, bancos e seguradoras”*. Temos aqui também a entrevista do Ministro Cechin, a quem muito respeito, mas de quem, como técnica, tenho direito de discordar. Vivi nos bancos da previdência social, acompanhei, aprendi, entrei lá de trancinhas... Aqui se fala em déficit de 70 bilhões. Não existe, é simplista o cálculo. Em algum tempo, quando quiseram formar um fundo de previdência social, disseram que a receita de contribuições de empregados e empresas destinava-se ao pagamento de benefícios, mas ninguém disse que as outras todas do art. 195 não eram também da seguridade social. Ninguém disse isso. *“Porque isso está escrito, vamos fazer esse cálculo.”* Aí, jogam 78 bilhões de benefícios contra 62 arrecadados, gerando déficit de 16 bilhões. E o Governo de vez em quando tenta recuperar os contribuintes que não estão pagando. Recuperar como, se a voz oficial diz que o sistema está quebrado? Existem futurologistas falando em 2040, em 2030... Estudei um pouco de estatística numa escola respeitada e digo que não é todo mundo. Vou evitar falar em números, porque não sei se são 12 milhões de desempregados, se são 10 milhões. Há muita responsabilidade em quem fala. Não se pode falar uma coisa dessa na rua, porque o segurado diz, e a COBAP vai dizer que daqui a dois anos não se recebe mais. Eles já estão recebendo muito menos. A Constituição, no art. 194, fala na irredutibilidade dos proventos e vencimentos, e na hora em que se dá um aumento, desvincula-se o pagamento dos benefícios do salário mínimo. Dá-se, então, aumento de 11% à base dos benefícios do salário mínimo e 5% a quem ganha mais do que isso. É assim que está. Hoje, temos 7,8% de salários mínimos para o maior pagamento. Isso é lesar a Constituição, que está sendo desrespeitada nos arts. 194 e 195. Trouxe alguns dados, mas só como fundamento. Quero que saibam que sou estudiosa da Previdência. Aproveitei o que aprendi. As leis estão aqui. A da COFINS, a da Contribuição sobre o Lucro Líquido, que diz: *“Fica instituída a Contribuição Social sobre Financiamento (...) destinada exclusivamente às despesas com atividades fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.”* Quando se vai elaborar o Orçamento no Congresso Nacional — respeito muito o Congresso, não existe nenhum país democrata e livre sem um Congresso Nacional forte —, decidem que um tanto da COFINS vai acudir a merenda escolar. Se é merenda escolar, quero que o menino coma, mas isso não é seguridade social. A educação e a saúde têm percentuais certos do Orçamento para trabalhar. Se se tira um pedaço para outra coisa, está-se contrariando a Constituição. Vi o que está acontecendo no orçamento da Previdência Social. A lei sobre a CPMF diz que o produto de arrecadação da CPMF será distribuído integralmente para o Fundo Nacional de Saúde. Foi criada assim, mas já não é assim. E aqui estão as outras leis. Ouvi muito que a Previdência está quebrada. Quero dizer que, baseada nesse conhecimento e por saber que é muito simplista dizer que se pagou tanto de benefício e se arrecadou da folha de salário de contribuição tanto, resolvi fazer uma tese para o CONFISP. Peguei a Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, que trata dos crimes contra a Previdência Pública. Ela diz que, se o empregador tiver receita, se fizer registro de empregados menor do que efetivamente tem, terá cinco, dez anos de prisão. O Congresso Nacional resolveu que iria dar um cobro nesse desvio de receitas da Seguridade Social. Então, ele

apenou as empresas por todos os crimes. No entanto, o Governo Federal arrecada — tem de ser fiel depositário do recurso que arrecada —, passa pelo Tesouro, e não transfere tudo. Tenho aqui o quadrinho, está na minha tese essa retenção do recurso. Por exemplo, em 2001, de três contribuições (COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e CPMF), arrecadamos 71 bilhões e 800 milhões. Foram transferidos à Seguridade Social 35 bilhões e 600 milhões; transferidos a outros órgãos, àqueles que não fazem parte da Seguridade, 16 bilhões, e retidos no Tesouro, 19 bilhões. Dá para pagar tudo, inclusive dívidas interna e externa. E está o trabalhador aí, e está o povo repetindo que há rombo. Não há rombo nenhum, não pode o Tesouro, que tem que ser fiel depositário do recurso que arrecada da seguridade, reter recursos. Há os programas da Seguridade Social. Uma vez, quando estava fazendo uma palestra, alguém disse que eu havia dito que, entre a Previdência, a saúde e a assistência, só a Previdência tinha déficit. Eu disse que não, que a saúde também tem, mas, como ela tem que pagar tudo empenhando antes, deixa de executar os programas. E isso não sai na imprensa. A Previdência, contudo, paga benefícios, mesmo sem empenhar. Benefícios e pessoal são despesas que, *a priori*, não são obrigatoriamente empenháveis. E o que acontece com isso? Ninguém diz, mas, às vezes, a saúde guarda dois, três meses de pagamento para o ano seguinte. A assistência social está vivendo do pouco que se pode passar para ela. O Brasil tem um dado impressionante: pelos menos 10% da população, cerca de 16 milhões de pessoas, têm alguma incapacidade física. Desse total, apenas 1 milhão trabalha, dentre os quais só 200 mil têm carteira assinada. Eu trouxe ao Brasil modelo econômico que não servia para nós, que gerou este desemprego, e a principal receita da seguridade social é sobre a folha de salário. No entanto, permite que o País tenha um desemprego desse tamanho, que se faça uma sonegação dessa natureza, que as evasões e tudo que possa funcionar como perda para a Previdência hoje seja consentido. Como só restam dois minutos, quando receber as perguntas, falarei sobre outras coisas que não pude falar agora. Mas quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, reformar a Previdência é escolher um Ministro que tenha comunicação, que a conheça e queira ouvir todos os lados que sabem o que ela representa. Começa por aí. Em segundo lugar, acertar os rumos de perdas como essas que mencionei. Deixei para falar de uma no final que é realmente impactante: o patrimônio imobiliário da Seguridade Social foi levantado em 1990 através de uma licitação. A empresa Odebrecht fez o levantamento e mapeou o Brasil. Todos os imóveis da Previdência Social foram mapeados em 1990. A Lei nº 7.787/89 mandava alienar esse patrimônio em até 5 anos, 20% por ano, para capitalizar aquela parte que o Governo já não mandava. Mas nada foi feito. No meu Estado, o Rio de Janeiro, onde funcionou a sede da Delegacia do IAPI e depois o INAMPS hoje está ocupado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Viu, Ministro, não é do seu tempo! Na Nilo Peçanha, onde foi nossa sede de fiscalização, hoje funciona a Procuradoria-Geral da República, Seção Estado do Rio de Janeiro. Para a Almirante Barroso, nº 78, está indo a Seção do Rio de Janeiro da Secretaria do Patrimônio da União. Então, o que é bem de trabalhador — os imóveis foram constituídos como dação em pagamento, dados para quitar dívida ou construídos para seu funcionamento — hoje está abandonado. E, no tempo da Ministra Erundina, foi baixada portaria que proibia a Previdência de ceder imóveis. Só podia ser cessão onerosa, via aluguel, e até que se implantasse o que dizia a Lei nº 7.787, em vigor até hoje. Onde está o patrimônio? Como se pode dizer que a Previdência está quebrada e que tem rombo? Isso é jogo de número. É uma maneira simplista de dizer, de colocá-la legal e cientificamente como deficitária. Nós, auditores fiscais, à luz da Constituição, provamos... Resolvemos entrar nessa briga e vamos até o fim. Onde houver um espaço para falarmos, vamos fazê-lo, porque é um absurdo detratar a Previdência Social. Dizer que ela está quebrada não é estímulo para quem não está pagando. *Ah, eu não vou pagar porque ela está quebrada.* Para os aposentados, deve ser um desespero. O texto da lei dizia que seria regulamentada no Congresso Nacional a previdência pública complementar. Mas a pressão foi tão grande que isso saiu da lei. Agora, a previdência aberta, a de banco, está toda regulamentada. Outro dia ouvi o Presidente da ABRAP dizer que hoje eles já têm 2 milhões e 300 mil contribuintes — muitos deles não quiseram contribuir com a Previdência Social e foram direto aos bancos —, já com 170 bilhões de reais

capitalizados. Portanto, há 50 bilhões de reais para o Governo usar. Temos muito fundo. Precisamos deixar o FMI tomar por empréstimo o dinheiro desses grandes fundos que temos no País. Assim, resolveríamos domesticamente nossos problemas. Então, é um absurdo detratarmos o único bem que o brasileiro tem. A Previdência Social não é problema, mas solução. Vinte milhões de aposentados e pensionistas, em média com quatro dependentes, são 80 milhões de pessoas que não estão naquele nível dos 53, que não comem, porque existe a Previdência Social. Um dia, a história vai fazer justiça a ela. Mas para isso é preciso que haja pessoas de carreira na Previdência Social, um Ministro que faça como o ex-Ministro Waldir Pires, que não trabalhou com ninguém de fora. Todos os Secretários dele eram funcionários de carreira daquela entidade. Se fosse anunciado hoje na Esplanada dos Ministérios que Waldir Pires voltaria à Previdência, garanto que haveria passeata, fecharia tudo por aqui, porque ele foi um homem que respeitou o trabalhador, o aposentado e o servidor público. E hoje as chefias de plantão do Governo detratam a Previdência e o serviço público, que não tem que ser misturado com Previdência Social. Leis diferentes. A lei do regime geral é lá e a do funcionário público é aqui. E o responsável por não capitalizar o recurso do servidor público é o Governo, que nunca admitiu ser patrão do servidor público. Na Previdência, durante muitos anos, pagamos o salário dos servidores do IAPAS, INAMPS, INPS, LBA e FUNABEM com dinheiro da folha de contribuição dos aposentados. Temos um levantamento de tudo que é devido até 1990, e vamos continuar para saber quanto o Governo deve. Paro por aqui e estou aberta a responder qualquer pergunta que os senhores queiram fazer. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES** – Em um belo dia, o Presidente Tancredo Neves me chama, e eu venho ao Torto conversar com ele. Ele me diz: *“Olha, Waldir, até a semana passada, na minha cabeça, você ia ser meu Ministro da Justiça, porque nós vamos entrar numa fase de elaboração constitucional, vamos ter que convocar a Constituinte, reordenar as normas e as regras deste Estado autoritário em que nós vivemos tantos anos — mais de vinte anos. De forma que eu estava pensando que sua colaboração seria como meu Ministro da Justiça. Mas eu vou te dar um terrível abacaxi: você vai ser Ministro da Previdência.”* E disse que o déficit era gigantesco há muitos anos, sucessivamente, e que ninguém acreditava na Previdência; que havia marcado inclusive um encontro meu com o Dornelles — que ia ser o Ministro da Fazenda —, um almoço para o dia seguinte, porque o déficit da Previdência seria superior a 10 trilhões e que estaria numa marcha tão terrível que não teríamos, nem com a capacidade do Tesouro Nacional, a possibilidade de salvar a Previdência. Eu disse: *“Olha, Presidente, nós vamos lutar, eu vou ter essa conversa amanhã. Este País tem que encontrar seu rumo. Qual é o desafio do Brasil desde sempre? Desde que me encontrei, desde o início da minha vida pública, desde o início da minha geração?”* O que vi na política foi permanentemente este desafio. O desafio de que pudéssemos compatibilizar a capacidade extraordinária no plano econômico deste País como uma organização social que fosse respeitosa com as pessoas, digna, que suprimisse o *apartheid* do povo brasileiro, as discriminações, as relações iníquas na sociedade. Naquela ocasião, depois de tomar posse e saber que o quadro apresentava grande déficit, trabalhamos com a equipe da Previdência. Tivemos um contato sempre muito bom, o tempo todo. Lembro-me de que, num determinado instante, com apenas 60 dias de Ministro, estávamos examinando alguns quadros muito injustos da relação salarial na vida dos servidores da Previdência. Já tínhamos definido o que era efetivamente o déficit da Previdência. Ele era alto naquele momento. O País vinha de grande estagnação econômica. Depois dos episódios da crise do petróleo de 1974 e de 1979, o País entrou numa fase de dificuldades cambiais gigantescas, que se traduziram em problemas internos muito graves. Houve uma paralisia. Foi a crise econômica que começou a desestruturar as condições de continuidade do regime militar. A ditadura começou a cair na crise. E nós acelerávamos o processo de derrubada da ditadura militar em cima dessa sua incapacidade, ou seja, por ter organizado uma economia que era apenas um milagre na mentira. Isso se traduzia numa frase do General Medici, que foi Presidente da República: *“A economia vai bem, mas o povo vai mal”*. A dissociação entre a economia e a vida do povo, como se a economia não estivesse a



serviço da vida do povo, como se tivéssemos sempre que submeter as relações humanas e sociais a uma série de dogmas ou de compreensões apriorísticas e até presunçosas, de natureza científica, do que é o econômico, para submeter a esse conjunto de racionalidade toda a vida dos seres humanos. E começamos a trabalhar. Com 60 dias, mais ou menos, fizemos uma espécie de composição geral, porque encontrei um quadro conflagrado entre os servidores da Previdência e a estrutura do Estado. Disse, naquela ocasião, ao Presidente da República: *“Tenho a impressão de que vamos poder identificar os pontos essenciais de restauração da potencialidade da Previdência. E, seguramente, vai ser possível corrigirmos esse déficit. Eu não me aventuro a prognósticos a esta altura — isso era ainda mês de junho —, mas é possível, portanto, que corrijamos isso e que estabeleçamos um clima de ânimo, de solidariedade, de confiança.”* Houve um instante em que tive praticamente de entregar o Ministério. Tínhamos feito um acordo para o fim das tensões que me pareciam absolutamente naturais. No meu despacho, disse ao Presidente da República o que entendia; pedilhe autorização para tomar as medidas e a obtive. Fiz a definição normativa adequada e, depois, houve um recuo. Geralmente, isso tem início na área econômica. O recuo foi o começo de uma desmoralização da linha administrativa e dos objetivos. Foi quando pensei: se houver recuo, se não for mantida a autoridade do Ministro previamente acordada, então, substitui-se o Ministro. Parece-me coisa elementar. Houve rebuliço das coisas, mas o Ministro foi mantido. Enfrentamos alguns problemas com a Previdência, com os servidores e problemas gravíssimos com os bancos. Houve utilização consentida e organizada pelos bancos de recursos da Previdência, coisa absolutamente intolerável. Havia contas duplas, contas que chegavam à Previdência por via do recolhimento dos empresários e ficavam indisponíveis para a Previdência por um largo prazo. E isso durava mais de vinte anos... Enquanto isso, a Previdência organizava seu fluxo de caixa para fazer os pagamentos de pensões, aposentadorias e demais benefícios. Quando eles se esgotavam, os jornais noticiavam que os bancos estavam pagando tais benefícios, que a Previdência estava devendo aquele mês tanto e mais tanto, pagando inclusive juros. De repente, constatamos que, ao lado de toda essa rede e nos próprios bancos, tinham-se mais bilhões e trilhões. Muitas vezes o banco cobrava juros do que havia sido depositado e se esgotara para pagamento dos benefícios num determinado mês. Avançava uma parcela — cem milhões, duzentos milhões — e cobrava juros desse avanço. Havia uma conta indisponível da Previdência, recolhida ao lado, dez, quinze vezes superior. Portanto, tratava-se de um mecanismo de emprestar dinheiro da própria Previdência à Previdência, cobrando juros. Isso não podia continuar, isso não ia continuar. Isso é uma fraude. Ninguém contrata para ser submetido à fraude. Aprendi isso no primeiro ano do curso de Direito; nas primeiras aulas de Introdução à Ciência do Direito aprende-se isso. Os contratos existem porque há liberdade. Os contratos nasceram a partir do conceito de liberdade. É o conceito de liberdade do cidadão que gera o ato jurídico do contrato. Portanto, são pessoas livres que contratam e o fazem em benefício recíproco. Quando um contrato não é em benefício recíproco, se uma das pessoas perde, alguma coisa não está bem. A idéia da fraude nasceu na Teoria do Direito. Quando uma das partes contratantes está perdendo e continua com o contrato indefinidamente, existe ou um ato de coação ou corrupção, porque não é natural. Ninguém faz contrato para perder. A Previdência pagava a tarifa normal dos recolhimentos por via da contribuição que vinha à folha realizada pelos empresários, e pagava também outra tarifa por realização de pagamento de benefícios a aposentados, pensionistas etc. Esse era o pagamento. Então, essa indisponibilidade teria de ser justificada e não se justificava. De modo que foi uma luta. Meus amigos banqueiros da FEBRABAN pensaram que se tratava de um ato difícil de ser justificado por mim. E perguntei como manter. E pedilhes uma fórmula para manter. Sabia que a Previdência estava perdendo. A Previdência é a instituição mais importante deste País para preservar a dignidade da população exatamente no período da vida em que cessa a capacidade laborativa e, portanto, a pessoa vai viver. Interrompemos aquilo, anulamos aqueles contratos que tinham vinte anos, assinados logo depois da instalação da ditadura militar, em 1965, 1966. E a Previdência começou a se recuperar. O fato é que, em determinado instante, pudemos anunciar que tentáramos a batalha de zerar o déficit da Previdência. Foi

uma enorme alegria, com todo o corpo de servidores. De ponta a ponta deste País nossas arrecadações batiam recordes, nossas metas eram todas ultrapassadas, uma relação direta. Naquela época, quem fazia isso era o IAPAS, órgão da Previdência. Crescemos em arrecadação acima do PIB. O País estava começando a crescer também. Isso ajudou gigantescamente, não houve milagre nenhum. Se há estagnação e recessão, a economia, da natureza que o Brasil vive hoje, não sobrevive, nada sobrevive, nem a Nação nem a Previdência. Isso leva a Previdência ao caos, porque está levando a Nação ao caos, desestruturando a sociedade brasileira. De modo que foi possível, enfim, vencermos a batalha. Foi um dia de glória, quando, em novembro de 1985, recebi telefonema do Ministro da Fazenda, Funaro, meu amigo. Ele me disse estar precisando de recursos para fechar o balancete do Tesouro Nacional com o FMI esse mês: *"Preciso que a Previdência nos empreste um trilhão a fim de fecharmos o balancete para o FMI não registrar déficit, o que nos criaria problemas nas relações com o Fundo"*. Perguntei-lhe para quando queria o dinheiro, ao que ele respondeu: *"Assim que possível"*. Então, fechamos o acordo. Chamei o pessoal. Aquele foi um dia de glória, visto que a Previdência, que não podia ser nem ajudada no volume do seu déficit pelo Tesouro Nacional, estava emprestando dinheiro ao Tesouro Nacional, ao Ministério da Fazenda. Foi um dia de glória. Mas estabeleci que lhe emprestaríamos o dinheiro no dia 29 para ser devolvido no dia 3. Ele perguntou por que dia 3, e disse que não entendia, uma vez que seria muito apertado. Argumentei que, se passasse do dia 3, eles iriam se acomodar, ficando com o dinheiro da Previdência, o que não podia acontecer. Então, tinha de ser dia 3. Desse modo fechamos o acordo. Assim, no dia 29 o balancete foi concluído, a situação com o FMI foi normal. Depois, fechamos o exercício com superávit de caixa e orçamentário. E crescemos enormemente nos benefícios. Estabelecemos todos aqueles princípios básicos, depois acolhidos pela Constituição de 1988, como o da universalidade, da equidade. Além disso, incorporamos nos benefícios e no atendimento da Previdência trabalhadores rurais, índios, deficientes, pescadores, garimpeiros. Enfim, todo esse mundo de excluídos. E quanto mais gastávamos mais a despesa era contida. Os benefícios se ampliavam e as despesas eram contidas, porque instalamos na Previdência um sistema de transparência absoluta, sem segredo algum. Não podia haver segredo; tudo era absolutamente aberto. Pedimos a colaboração da ABI, da CNBB, da OAB, dos procuradores, aposentados, sindicatos, jornalistas e radialistas. A batalha contra a fraude foi aberta e contou com apoio da população. A idéia básica de que ninguém podia tocar no dinheiro público nem desviá-lo era sagrada. Principalmente, o dinheiro da Previdência, o mais sagrado de todos, porque se destina ao povo brasileiro, aos que mais precisam. Foi possível fazer isso. Não foi milagre algum, não houve dificuldade alguma, não foi nada de excepcional, mas apenas fruto da mobilização da sociedade. É intolerável essa continuada notícia de que a Previdência está em déficit. Isso é mistificação. Tenho a impressão de que o que é absolutamente indispensável é darmos um rumo. Creio que será dado. Mas é claro que um Governo como o do Presidente Lula, que vai se instalar, está submetido a gigantescas pressões dos acontecimentos. O poder jamais foi transferido a presidente algum nas condições em que o País se encontra atualmente. Jamais. Esses são dias extremamente difíceis. Contudo, não é o sacrifício da Previdência que deve ser invocado, até porque não tem sentido. Primeiro, porque o Orçamento da Seguridade Social é amplamente superavitário, de forma clara. O ano de 2002 foi superavitário em 36 bilhões. Na previsão para 2003 é superavitário em 40 bilhões. E não se confessa isso. Em vez de se passar à sociedade a idéia de que a Previdência é digna e séria, faz-se esse trabalho de demérito, de quebra de confiança na instituição. Então, politicamente se diz à população exatamente o oposto do que o Governo deveria dizer: que a Previdência tem condições, embora enfrente hoje uma dificuldade nacional e um sistema pior do que em 1985, mas que é absolutamente factível enfrentarmos essa batalha para dar solução definitiva. Tenho muita esperança. E sei que o Presidente Lula vai definir esses rumos. É muito difícil este instante. Temos um Presidente que está sabendo sair da linha do tiro. O País está na linha de tiro, no mundo das finanças internacionais, sem nenhuma capacidade de resistência. Estão entregando o Brasil endividado e com reservas que não dão para pagar dois meses de importação. Nossa dívida interna saiu de 59 bilhões, no dia 1º

de julho de 1994, para fechar agora à beira de 1 trilhão, além da submissão a uma linha de disciplina nas relações com o FMI, esse organismo todo-poderoso do mundo atual. Portanto, o primeiro dever do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva é ter a capacidade negociadora de sair da linha de tiro. Isso significa seis meses a um ano de enorme dificuldade e sabedoria na condução dessas negociações. Desafiá-las quando possível, mas fortalecê-las. O Brasil precisa recuperar, como Nação, a capacidade de ter autonomia nas suas decisões, pois estamos sem autonomia. Nenhum devedor, nas condições em que o Brasil se encontra hoje, tem autonomia nas suas decisões. Temos de ultrapassar esse período e navegar. Navegar é preciso. Em política é isso, se se quiser executar um programa e buscar um destino de profundas mudanças na sociedade brasileira. De modo que essa mobilização é de todos. Temos de fazer isso. A Previdência precisa ser resolvida. Tem aumentado nossa população de idosos. Que bom que isso esteja acontecendo, porque a civilização existe para facilitar a vida das pessoas. Toda essa tecnologia da medicina, da vida de um modo geral, em todos os aspectos, existe para servir as pessoas, e precisa ser assim. As relações econômicas nacionais e internacionais, porém, não estão servindo às pessoas porque estão submetidas a outra lógica e a outro fim que não o ser humano. No Brasil e no mundo estamos vivendo os instantes de discriminação mais terríveis da civilização contemporânea! Sra. Presidenta, meu tempo já acabou e estou insistindo nesse assunto. Peço apenas dois minutos à querida amiga para concluir. Temos de fazer esse desafio. Fracassou o tipo de modelo imposto, por exemplo, com o objetivo de que era possível assentar toda a Previdência no regime de capitalização. Como é possível acreditar nisso? Como é possível atribuir a um mecanismo subordinado aos autos e baixos das especulações financeiras do mundo contemporâneo toda a base de recursos que assegurem aos mais velhos continuar vivendo? Como? Que segurança pode existir? O Chile tentou ser um exemplo para tudo isso. Há dez anos, quando quiseram “chilenizar” a Previdência no Brasil, só se falava nesse êxito. Contudo, a Previdência naquele país está quebrada, o modelo está absolutamente em crise. É o regime da solidariedade social na base. Até que limite? Até o limite em que se possa viver com certa dignidade. No Brasil, num primeiro instante, deve ser no limite da solidariedade geracional, isto é, pais, filhos; filhos, pais, recolhendo e atribuindo tranqüilidade. Hoje não se pode pensar em questão social brasileira sem fortalecer a Previdência Social, sobretudo no interior e nas Capitais, nas grandes cidades. No interior só existe um pouco de tranqüilidade na parte de alimentação quando se recebe o pagamento da Previdência. Como fica a relação numa sociedade em que a economia foi submetida a esse desgaste do desemprego e da exclusão social? Seguramente existe uma dependência dos pequenos salários dos aposentados. Ou seja, parcela cada vez maior da população de jovens, filhos, netos, vive atualmente em função da rendados inativos. Essa é a Previdência Social que vamos ter de preservar, sem sacrifícios que não sejam legítimos. Por outro lado, há o problema do servidor público. Vamos ver como podemos e devemos resolvê-lo. E tem de ser resolvido sem atingir direitos adquiridos. Estes têm de ser preservados. Afinal somos um Estado democrático. Temos de respeitar expectativas de direito e ter imaginação para inventar um fundo de administração dessa longa transição da Previdência, sem atingir os que estão na expectativa, durante toda a vida, de viver decentemente. Esses são nossos desafios. Essa é uma batalha que se travará, seguramente. O Lula vai sair dessa linha de tiro. S.Exa. é capaz de negociar, de não fazer declarações inadequadas, tem capacidade e intuição política gigantesca. Já tenho mais de 70 anos de vida. Vi pouca gente com essa intuição, essa capacidade e, ao mesmo tempo, com essa lealdade, com os valores humanos e sociais que representam a vida de Lula. A Presidência dele seguramente será isso. Vamos saber retomar o desenvolvimento deste País e não temer esses números. Alguém pode dizer que em 1960 os mais velhos eram apenas 4,7% da população, ou seja, 3 milhões de pessoas. Em 2001, 7,8% da população, isto é, 13 milhões. Em 2005, serão 8,4% da população, 15,2 milhões. Em 2010, 9,5% da população, 18 milhões. Para que a inteligência humana existe? Para produzir ciência e tecnologia e criar exclusão, opressão, discriminação, fome?! É para isso que se produz ciência e tecnologia no mundo?! É para esse grau de barbárie, ou é para o contrário? Sempre se imaginou que na hora em que a ciência e a tecnologia fossem capazes de dominar a natureza e de produzir em abundância não haveria

escassez. Esse é o desafio, um grande desafio político. Parabenizo todos. Vamos à frente! (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO CRESCÊNCIO PEREIRA JR.** – Gostaria de fazer alguns questionamentos às Dras. Clemilce e Maria de Lourdes. Dra. Clemilce, a senhora apresentou alguns números; gostaria de pedir que mencionasse outros que acredito que a senhora tenha, porque sabemos que o não repasse, a retenção não ocorre somente com relação àqueles três existentes em seu trabalho. Gostaria também, Dra. Clemilce, já que alguns descrentes da previdência podem estar pensando que esses números foram inventados por nós, que a senhora esclarecesse qual foi a fonte que forneceu esses números, porque é fundamental que saibamos, para que esta Casa, por intermédio da nossa Comissão de Seguridade Social e Família, saiba de onde são tirados os números que provam que a Previdência Social não tem déficit, tem é dinheiro, tem condições de se automanter. Gostaria ainda que a Dra. Maria de Lourdes discorresse sobre dois comentários. Primeiro, o Governo diz que a Previdência está quebrada, não tem dinheiro, está às voltas com um rombo e vai falir daqui a algum tempo porque hoje a relação é de apenas um e meio contribuinte para manter e dar segurança a um aposentado. Segundo, há um outro discurso que se ouve no dia-a-dia, aquele dos que afirmam que quem quebrou e está quebrando a previdência, quem é o grande responsável pelo déficit existente hoje é o pobre aposentado rural. Então, deixo esses questionamentos, e gostaria, se possível, que a Dra. Maria de Lourdes falasse primeiro e depois fosse passada a palavra à Dra. Clemilce. Agradeço a todos e coloco-me à inteira disposição, neste resto de mandato, para dar continuidade a este nosso trabalho em defesa do fortalecimento da Previdência no nosso querido Ceará, como cidadão e como advogado que sou. Muito obrigado (*Palmas.*)

**A SRA. MARIA DE LOURDES NUNES CARVALHO** - Começaremos pelos aposentados rurais, porque essa questão de um para um tem a ver também com a mistificação do déficit. Nosso País historicamente cresceu apoiado pelo setor rural, e até hoje recebe uma influência muito grande da agricultura. Além de sofrer essa tão grande influência, há também a influência do poder político e econômico, por força da qual os trabalhadores rurais foram excluídos durante mais de 80 anos, desde a Lei Áurea, instituída em 1888 pela Princesa Isabel por imposição da Inglaterra. O trabalhador rural compõe uma grande fatia da população. Na composição demográfica do País, até há bem pouco tempo havia muitas pessoas morando no campo, vivendo da agricultura. Sabemos quando começou a questão do êxodo rural. Os trabalhadores rurais, impedidos, por falta de previsão legal, de serem contribuintes da Previdência Social, de economicamente influenciarem o mercado, até hoje continuam excluídos da Previdência Social como contribuintes de fato e de direito, porque se criou para eles a figura híbrida de segurado especial. Mesmo com a legislação da agroindústria, em 1995, considerando a Constituição de 1988, que equiparou trabalhadores rurais que trabalhassem em empresas devidamente registradas como pessoa jurídica a trabalhadores urbanos. Com as mudanças sofridas a partir de 1995, ainda há uma grande fatia da população de fora. Hoje existe a situação de segurado especial, em que a pessoa é tratada de forma indigna, como se não contribuísse para o sistema econômico, para o mercado. O que apresentamos com relação a esses aposentados rurais? O Governo tem, sim, a obrigação de pagar as aposentadorias das pessoas que não podem mais laborar na terra, na agricultura de subsistência, com pequeno retorno econômico, nem na criação de animais, porque foi esse próprio Governo, em todas as instâncias de poderes, que impediu que ele contribuísse no decorrer do tempo para garantir sua aposentadoria rural. Há quinze dias, fui procurada por uma quebradeira de coco do Estado do Maranhão, que na Previdência Social é enquadrada com segurada especial, porque trabalha na agricultura extrativista, quebra e vende coco. Essa quebradeira faz parte de uma entidade que conseguiu libertar-se do dono do armazém. O produto que ela quebrava era trocado por um quilo de arroz, açúcar ou farinha. A etapa seguinte é ela ser equiparada aos contribuintes individuais para sair daquela situação de não ser tratada como segurada dentro do conceito específico. Criamos uma renda estimada, um salário estimado, que, com o regime de transição,

está variando entre o valor mínimo e o teto máximo da Previdência Social. Para os trabalhadores rurais, na categoria de segurado especial existe um conceito não de vinculação que garanta o benefício, mas de tributo, uma contribuição sobre a comercialização daquele produto. Na medida em que continuarmos definindo que a contribuição do trabalhador segurado especial é sobre o valor comercial do produto rural, continuaremos excluindo o segurado especial, no caso o trabalhador rural, tanto da proteção social sistematizada como da inclusão econômica no País. Se o trabalhador rural tiver que contribuir só quando possuir renda, ou nas mesmas alíquotas do segurado urbano, em valores que ele tenha a oportunidade de mensalmente auferir como renda, continuaremos com o mesmo problema social. O Governo tem, sim, que continuar subsidiando a aposentadoria dos trabalhadores rurais, não só porque o lado econômico da agricultura precisa ser subsidiado para fortalecer o País, mas também porque quem trabalha nesse setor também precisa de respeito. É um desrespeito continuar tratando o trabalhador rural como motivo de déficit e não lhe dar oportunidade de entrar dignamente no sistema como segurado. Se esta Casa, juntamente com o novo Governo, conseguir reparar esse século de exclusão do trabalhador rural do sistema de proteção social do País de fato e de direito, estaremos contribuindo para construir uma Nação de pessoas com qualidade de vida e bem-estar social, onde o velho, que hoje sofre o constrangimento, do lado econômico, de dizerem que ele é motivo de déficit, tenha dignidade, sem precisar do neto para auxiliá-lo, porque vai receber o dinheiro que lhe garantirá o remédio do coração, do reumatismo, e também o resgate de sua dignidade como pessoa, porque vai envelhecer em condições de não ser um peso para a família, mas alguém que contribuiu para a sociedade, mesmo tendo deixado de trabalhar. Assim esperamos, Srs. Deputados, como Federação e como servidora da Casa. Desde adolescente, só trabalhei na Previdência. Fiz 18 anos e no outro mês já estava entrando para a Previdência, pelo IPASA, que foi extinto no mesmo ano. No decorrer desse período, Ministro após Ministro, Presidente após Presidente de Instituto têm dado versões diferentes sobre a vida da Previdência Social. Outro pedido que faço ao Deputado Waldir Pires — que conhece tão bem a Previdência e tem o comprometimento e a sensibilidade para descobrir que ela não é só número, é também letra, e letra social — é o de que o novo Governo tenha a sensibilidade de indicar um Ministro que contribua para a construção da história da Previdência, porque ela é tão forte que ninguém ainda conseguiu acabar com ela. Vamos continuar na luta, na defesa do trabalhador rural. Vem mais gente por aí, e mais gente que não está contribuindo, porque não tem oportunidade. Exigir de um trabalhador rural que faça matrícula específica no INSS, para contribuir sobre o valor que ele arrecadou da venda de paneiros de farinha, como se diz no meu Estado, ou de um cofo de camarão, sem lhe dar a liberdade de, estimadamente, contribuir com 1% ou 0,5% sobre o salário mínimo, é complicado. Trata-se de algo que devemos estudar para caracterizar a situação de contribuinte e de filiação obrigatória e não ficarmos brincando com o título de segurado especial, porque precisamos estar garantindo o seguro, senão o mesmo discurso volta a cada vento de crise econômica, com a desculpa, o artifício do déficit contábil para não pagar benefícios. Quanto à relação de um para um, já está tabulada em nosso Núcleo de Seguridade Social de Defesa, na FENAFISP, a situação brasileira, desde o início do regime até agora. Começamos o novo regime com 38 pessoas contribuindo para a manutenção de uma. Se o dinheiro dessas 38 pessoas tivesse ficado no instituto ou no órgão que cuida da Seguridade Social e da Previdência Social, capitalizando-o, sendo aplicado e atualizado, não estaríamos hoje nesta situação. É perverso fazer a conta de um para um no presente para justificar a redução ainda maior do tamanho da aposentadoria quando existe em cada canto deste País dinheiro do regime geral da Previdência diluído e não devolvido. E sequer estou falando de servidores públicos. O Deputado Waldir Pires pediu-me que quando obtivesse esses números os repassasse a seu gabinete. A situação do servidor público federal também é perversa, tão perversa quanto a do regime geral. A maioria da Nação pensa, porque a mídia repassa essa idéia, que só passamos a contribuir a partir da Constituição de 1988. Trata-se de memória curta da Nação. Desde 1938, ainda nos antigos institutos, o IPASE, que existia para manter as pensões e o auxílio-reclusão, acumulou contribuições na mesma relação — era até maior a relação entre as pessoas que contribuíam e as que recebiam —, e

chegou a 1977 com um patrimônio enorme, mas esses valores não foram repassados. De 1977 a 1998, ficamos no buraco negro. O lançamento em nossa folha de salário era feito sobre o bruto. O que descontaram dos servidores para a Seguridade Social não está registrado em lugar algum das contas públicas. A Sra. Clemilce Sanfim, que trabalhou muito tempo na contabilidade, sabe que isso aconteceu. E agora vêm dizer que somos o motivo de um déficit de 54 bilhões! Vamos melhorar, sanear a Seguridade Social, o regime geral, o do servidor público, mas, antes de fazer qualquer coisa, vamos pôr os pingos nos "is", ou os números nos lugares certos, porque se não o fizermos, ainda que coloquemos hoje 40 pessoas para uma, ainda teremos problemas. O passado ainda está presente no estoque de aposentados rurais que não tiveram o direito de contribuir, como também no estoque dos servidores públicos que pagaram o IPASE, que descontaram do contracheque desde 1978 até a Emenda Constitucional nº 20, em 1988, e esse dinheiro nunca é levado em conta ao se fazerem os cálculos para mostrar a situação da Previdência Social. Então, temas como Seguridade Social e regime de servidor público, juntamente com o do trabalhador rural, devem ser tratados no próximo Governo como essenciais para a vida e para a diminuição das tensões sociais no País. Um Governo que não tem uma máquina administrativa forte para ajudá-lo não vai conseguir muitas coisas. E nós servidores públicos estamos atualmente, com a redução do tamanho do Estado, com uma relação em que é menor o número dos que trabalham para pagar os que não trabalham. Há mais de 20 anos não há concurso para servidor administrativo. Há para as carreiras estratégicas, para as carreiras típicas de Estado. O serviço público federal está terceirizado, mas não contribui para o regime próprio, contribui para o regime geral. A imprensa vai a cada minuto filmar o mau atendimento do INSS nas filas, nos balcões de benefício, onde há pessoas com pouca idade, sem nenhum treinamento no atendimento de concessão de benefícios, sem conhecimento da legislação complexa e mutante das aposentadorias e pensões, e aí diz que a Previdência não presta, não atende direito, está quebrada, não atinge seus objetivos. O Deputado Waldir Pires disse que Lula tem de sair do alvo do tiro. A Previdência tem de deixar de ser o saco de pancadas para todos os males do País. Se não mudarmos isso, não vamos em frente. *(Palmas.)*

**A SRA. CLEMILCE SANFIM C. AFFONSO DE CARVALHO** - Vou responder rapidamente ao Diretor de Divulgação e Imprensa da Confederação Brasileira dos Aposentados e depois entraremos nesse assunto. Ele pergunta: no caso de serem mantidas as receitas desviadas, seria viável a unificação da previdência dos servidores públicos com a dos trabalhadores civis, os trabalhadores da iniciativa privada, em curto ou em longo prazo? Claro que sim. Não achamos que tem de haver diferença entre trabalhadores no País. Esse é um conceito que existe no Governo que chegou agora. Pensamos também que não é preciso deixar o trabalhador lá embaixo. O trabalhador da iniciativa privada, se lhe for facultado contribuir como o servidor público, com 11% sobre tudo que recebe, se ele quiser mudar de sistema — ele só contribui até R\$ 1.561,00 —, poderá contribuir sobre a outra parte, e vai começar a capitalizar, se o problema é capitalizar alguma coisa. Então teríamos implantado a previdência pública complementar. Não queremos que a aposentadoria do servidor público diminua. Não queremos nivelar por baixo. Se o Governo precisa de dinheiro, há a contribuição dos que optarem por pagar. A Previdência, apesar de pagar pouco, é confiável; paga no dia certo aquilo que é devido ao aposentado e ao pensionista. É possível, sim, desde que sejam feitas algumas alterações. Isso não mexe com a empresa, porque a empresa já contribui sem limite, contribui pelo total da folha. Aliás, Ministro, vamos voltar a um conceito que debatemos muito. A empresa não paga a Previdência Social. A empresa, quando fabrica este copo, por exemplo, coloca no custo indireto o quanto deve pagar à Previdência Social. Só que, ao vender todo o estoque do copo, não lembra que na gaveta há um recurso que deve ser repassado. As empresas são repassadoras de recursos. COFINS, lucro líquido, tudo que tem de pagar a empresa joga no custo do produto ou do serviço que presta. Eles são repassadores de receita, retêm a receita; nós, não. Somos trabalhadores, contribuintes diretos e indiretos, ao consumirmos. Acho mesmo que a Previdência precisa de algumas alterações, e o consumo deveria

entrar nesse peso. Hoje o pobre paga pelo caviar e pelo uísque do rico. Temos de jogar no consumo a contribuição, porque o produto consumido pelo mais pobre terá valor menor. A Previdência precisa de reformulações, precisa cumprir a lei, respeitar o trabalhador, o contribuinte. Aliás, V.Exa. vai ficar muito triste com o que vou dizer agora: tive a oportunidade de assistir a uma palestra sobre o novo plano de gestão da Previdência Social; uma equipe enorme, de 70 pessoas, trabalhando há um ano em um novo plano de gestão; ouvi lá, a toda hora, usarem os termos "cliente", "empresa" e "mercado". Não ia participar, mas não agüentei; levantei-me e disse: "Olhem, nós estamos lidando com gente. Previdência Social cuida de gente." Hoje tenho horror a esse mercado que jogou o País nesta situação. Um País lindo, riquíssimo, com PIB de país desenvolvido e IDH — está até premiando o Presidente da República — dos piores do mundo! A distribuição de renda é tão ruim que até Serra Leoa já está melhor do que nós. É tudo uma mentira. Já fomos a oitava economia mundial, passamos para o nono, depois para o décimo, o décimo primeiro lugar... Que crescimento é esse, Ministro? Agora, acho que já estamos em décimo terceiro. Pois falavam sobre "mercado", sobre "cliente", e eu disse a eles que a Lei nº 8.212 se refere a "contribuinte" e "segurado". Não existe cliente. V.Exa. falou agora da previdência privada, mas isso também existe na Previdência Social. E eu reclamei, e muito. V.Exa. tem no caderno de teses pedidos de colegas no sentido de que mande para o Colegiado do INSS uma proibição interna contra o termo "cliente". Então, viramos mercado! Acho que estão visando ao lucro. Não sei o que estão querendo fazer. Perguntou-se se isso poderia ocorrer elevando-se as aposentadorias menores ao invés de reduzirem-se as maiores. Temos de chegar a um patamar maior: maior contribuição, mais dinheiro na economia. É o caso de que estavam falando há pouco, do Imposto de Renda. Se aumenta o salário, se o empregado ganha R\$ 200,00 e passa ganhar R\$ 250,00, R\$ 300,00, haverá uma movimentação na grade salarial do País todo e em todas as empresas, o que gera recursos — mas a Previdência não faz esse cálculo. Ela apenas verifica quantos estão recebendo salário mínimo e multiplica esse número por 14 milhões. Não tem dinheiro para isso! Isso é contestado pelo mais simples cálculo atuarial. Tanto que há 20 anos estão dizendo que a Previdência está quebrada, e ela não está quebrada ainda, nem vai quebrar. Lamento muito expor aqui minha impressão pessoal. Retiro a FENAFISP, a ANFIP, as minhas associações de classe; este é meu pensamento como cidadão brasileira: prepararam a Previdência para privatizá-la. Quanto pior ela estiver, mais fácil será entregá-la. Em 1990 contei oito projetos. Um passo já foi dado no Congresso. Por que privatizar o acidente de trabalho? Pelo último cálculo atuarial que se fez na Previdência, para cada real que se pagava arrecadavam-se quatro! Se precisamos de receita, como passar para a iniciativa privada o acidente de trabalho? Mas isso foi feito. E o ex-Ministro Passarinho, quando chegou, reuniu o pessoal e perguntou por que o acidente de trabalho não fazia parte da Previdência. Presto uma homenagem a S.Exa. o ex-Ministro Passarinho, que ouviu os servidores, trabalhou com os servidores da Previdência. Eu disse a ele que isso ocorre da seguinte maneira: o seguro para acidente de trabalho é contratado de empresas de fora, mas o ônus do tratamento do acidentado ou o pagamento da permanência dele como beneficiário é arcado pela Previdência Social. Então, o ônus é da Previdência e o bônus fica lá fora?! Pois ele meteu lá uma assinatura, acabou com isso e trouxe o acidente de trabalho para a Previdência novamente. Infelizmente, isso foi terceirizado recentemente. Mas o último número levantado é este: de cada R\$ 5,00, R\$ 1,00 é gasto e R\$ 4,00 entram como receita. Quando o salário é maior — o Governo não fala nisso —, o Imposto de Renda é maior. E entram outros tributos. As arrecadações federais aproveitam-se do aumento do salário mínimo. Se mexerem no teto, se de R\$1.561,00 ele for para R\$ 1.700,00, isso já se reflete no Imposto de Renda. E o Governo vai beneficiar-se com o aumento do salário mínimo, porque vai mexer no teto e vão entrar mais recursos com o Imposto de Renda etc. Então, esse cálculo simplista de contar quantos recebem salário mínimo e multiplicar por R\$ 40,00 é um absurdo. Hoje eu não conheço bem estatística. Já trabalhei, no meu tempo do IAPI, no Departamento de Atuária e Estatística; fiz concurso para estatística e trabalhei lá. Tínhamos, dentro do IAPI, um DAE, Departamento de Atuária e Estatística, que mostrava o que ia acontecer e quando. Descobrimos fraudes e mutilações, de acordo com a quantidade de benefícios de uma mesma natureza; descobrimos tudo com o

cálculo atuarial. Não sei onde está essa equipe, se hoje é tão bem formada como era antigamente. Se não existe, vamos contratá-la. Perguntou-se também como elevar a aposentadoria. Ora, implantando-se a previdência complementar e perguntando ao segurado, que ainda não tem plano complementar lá fora, que ganha R\$ 2 mil, R\$ 2.500,00, se quer pagar até 11% para complementação à Previdência pública. Nada vai acontecer com a empresa, não será aumentado o valor a pagar. Temos uma fórmula simples de resolver esse problema. Perguntou-se também por que existe o teto de contribuição para os trabalhadores da iniciativa privada. Também não sei. Era de 10 salários mínimos; hoje o cálculo dá 7,8. Por quê? Porque essa emenda constitucional de 1998 desvinculou o valor de pagamento do benefício da quantidade de salários mínimos. O Deputado pediu-me um número. Não vou encher a cabeça de todos com tantos números, mas em 2000 o salário mínimo de R\$ 151,00 subiu 11,03% a partir de 1º de abril, e quem ganhava mais do que o salário mínimo só teve aumento de 5,81% em 1º de junho. Em 2001, o salário mínimo foi para R\$ 180,00, com crescimento de 19,2%, e quem já estava no sistema teve aumento de 7,66% dois meses depois. Isso gerou uma perda, nesses dois anos, de 39,68% no valor do salário dos aposentados. O que deve ser feito é respeitar-se o direito. O irmão do meu marido, que estudou com o Ministro Waldir Pires, quando houve a feliz escolha de V.Exa. para a Previdência ligou-nos e disse: "*Foi a melhor escolha para o Ministério. Ele é o homem que mais conhece Direito Constitucional*". Então, peço a V.Exa., Deputado Waldir Pires, que, estando ou não no Congresso, assuma um cargo de relevância no futuro Governo. Que V.Exa., que é aliado do partido, olhe por isso que ajudou a fazer. E nós ajudamos também. Vamos fazer com que retornem para o aposentado pelo menos os dez salários mínimos, ou estourar esse teto e deixar que ele chegue até onde nós estamos, com uma contribuição maior. Esse teto nem é respeitado conforme está na Constituição, que fala em irredutibilidade de salários e proventos. E há também o art. 194, que manda instituir-se o Comitê ou o Fundo que vai gerir a Previdência e que nunca foi instalado. Nossa Constituição tem 14 anos e esse Fundo nunca foi instalado. O art. 194 determina que aposentados, Governo e representantes de empresas vão compor o Fundo para gerir a Seguridade. Ele está lá, no art. 194, esperando para ser instalado. Quero dizer que esses números que mencionei sobre receita da União e contribuições da Seguridade são dados do Tesouro Nacional. Os dados de quanto o Governo deve vêm de um levantamento dos balanços de exercício. São peças públicas dos Institutos, do INPS até 1977 e do IAPAS até 1990. Tenho um levantamento aqui. Depois não houve mais. São dados de quanto o Governo devia à Seguridade Social. Em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social determinou que a dívida estava anulada. Em 1967, com a criação do SINPAS, também a anularam. O que havia antes não conta. Então, esse levantamento é de 1967 para cá, e atinge US\$ 24 bilhões. São dados de balanços publicados. Os outros dados que citei, que incluí na tese, são do SIAFI. Concedi uma entrevista para a *TV Câmara* e mencionei esses números. Logomais será reproduzida a entrevista. O que me faz mal, nisso tudo? Sei que o Governo não está indo bem na arrecadação. Não está sabendo arrecadar. Tem dinheiro disponível, mas não está sabendo buscar. Então, se está precisando do dinheiro que sobra da Previdência Social, diga que está precisando, que vai utilizar aquilo de que a Previdência não precisar, mas não diga que há rombo e que todo mês tem de passar recursos do Orçamento Fiscal para a Previdência. Há a CIDE, as outras receitas que o Governo não implementou, aqueles programas para constituir o superávit fiscal primário exigido, de 3,75%. Quer utilizar o Fundo de Garantia? Ora, negocie com os donos do Fundo. Vá ao FAT, procure os Fundos. Não tome dinheiro emprestado de fora, tome dos Fundos, e remunere-os. Utilize o da Previdência. Mas não faça essa campanha de desmoralização, dizendo que a Previdência está quebrada.

**O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES** - Sra. Presidenta, estou recebendo uma pergunta de Maria Lúcia Fatoreli: "*Gostaria que o senhor comentasse, para que fique registrado nos Anais desta audiência, o desvio, através da DRU, das contribuições previstas na Constituição Federal destinadas a financiar a Seguridade Social para produção do superávit primário exigido pelo FMI e para pagamento dos juros da dívida. O falacioso déficit é produzido para preparar o caminho para a privatização*".



Isso é verdade. A Constituição não foi cumprida. Recuperamos a via da construção democrática, mas não a trilhamos. Derrubamos uma ditadura militar, mas não construímos um Estado Democrático e uma sociedade democrática. Atualmente há uma enorme desesperança e uma gigantesca decepção com todo o aparelho do Estado, com a política, com os políticos, com a estrutura pública da sociedade. O que está na Constituição é a idéia básica da universalidade da Seguridade Social, a idéia de atender a princípios organizatórios da vida na sociedade, de conceber um orçamento da Seguridade Social definido que se destine a assegurar sistemas de previdência social, saúde e assistência social capazes de nos manter como uma nação em que se modifique o quadro da exclusão social que hoje existe no Brasil. Somos hoje uma das sociedades mais perversas do mundo. Hoje há um quadro de guerra civil instalado no Brasil, que segue em busca de caminhos políticos. Por que a Nação está nesta situação? Por que atualmente há tantas cidades no Brasil, a rigor quase todas, que têm nos homicídios a primeira causa de mortalidade, perdendo exclusivamente para as doenças cardíacas? É um mal que atinge jovens e crianças. Em algumas cidades, de 10 aos 24 anos, o maior fator dos altos índices de mortalidade é o assassinato! O que aconteceu com o nosso País? Foi a índole do nosso povo que mudou? Seguramente não foi. Foi a natureza do povo que mudou? Não foi. Foram as estruturas sociais, com essa guerra que é sobreviver hoje, com a inquietação e a angústia que existem entre as famílias. É evidente que a ordem social que está dita no Título VIII da Constituição, assentada em uma idéia de função social do trabalho e do capital para assegurar o bem-estar, a justiça social, nós não a fizemos. Essa é uma tarefa política. O mundo de hoje perdeu o destino de uma Constituição política, e no Brasil entramos no caos: a completa negação de responsabilidade para com uma política para o ser humano. E ficamos a nos contentar com a idéia de que há democracia porque há eleições, o que não é verdade. Democracia não se identifica apenas por eleições. As eleições são necessárias, mas podem ser corrompidas, podem ser falsas, poder ser mantenedoras de estruturas oligárquicas. Então, trata-se de uma visão política, de um compromisso político, de voltarmos à idéia de que temos de transformar esta sociedade. E não se transforma a sociedade por decreto, de uma hora para outra. Por isso é que eu dizia que o primeiro dever de um governo com compromisso de transformar a sociedade é ele existir e sobreviver. Vivo muitas apreensões. Sou de uma geração que, quando mudava uma estrutura de governo, para que se tivesse a idéia de que as oligarquias brasileiras passariam a ter uma redução do seu poder iconoclasta, acabava uma eleição e já se tinha o clima da conspiração nos quartéis. Isso parou. Os quartéis já não têm mais força para isso. Isso transferiu-se para o sistema financeiro, para as Bolsas. E é nesta hora que querem submeter o destino da Previdência Social, a garantia do patrimônio dos aposentados, à fidelidade das Bolsas, para que de repente aconteça um craque qualquer na Bolsa de Cingapura ou de Tóquio e os recursos postos para assegurar o pagamento aos aposentados sejam sacrificados, perdidos. É preciso lutar por uma idéia básica de Seguridade Social, de Previdência que acompanhe a Seguridade Social no regime da solidariedade das gerações, da solidariedade que sobrevive a tudo. O salário mínimo no Brasil é um dos mais ignominiosos do mundo. É claro que o salário mínimo não deve ser referência. O salário mínimo é uma conquista que deve ser realizada especificamente nele. Penso que, na relação de salários mínimos com a Previdência, devemos fazer uma revisão. A partir do momento em que desejo que seja universal, todas as pessoas do plano geral da Previdência, universal, obrigatório, um país que diga que ninguém vai ficar sem renda para velhice, posso ficar tranquilo. Todos os assalariados — aliás, os assalariados são a imensa maioria — e mesmo os que não sejam assalariados mas queiram contribuir, em uma organização dessa natureza, terão definitivamente a segurança de que ela não vai quebrar. Muitas vezes tivemos previdências em montepios etc., aqui, ali e acolá, e a família viu-se perdida porque fracassou o plano. Aplicaram de forma incapaz, houve acidentes financeiros nacionais ou internacionais, e o patrimônio esvaiu-se. Para a sobrevivência das famílias e das pessoas, não pode haver isso. Cabe um determinado limite, que penso ser o de dez salários mínimos. Mas, se quisermos mudar a fisionomia do País, não será prometendo que os dez salários mínimos serão sempre dez salários mínimos para todos, daqui a vinte anos, porque se assim for o Brasil terá fracassado

completamente, se tiver um salário mínimo que seja essa ignomínia de hoje, um salário mínimo de R\$ 240,00, para o qual o Governo FHC pôs no Orçamento uma margem de 5,5% de aumento. Assim, estabeleceríamos a estagnação das desigualdades. O salário mínimo é algo diferente. O salário mínimo não deve ter correlação. Faz-se com o salário mínimo naquele instante e paga-se sempre naquele limite. E no dia em que se aposentar, o trabalhador vai ter a correção do valor e do poder aquisitivo daqueles dez salários mínimos que pagou, para poder ser efetivamente um sistema de ampla, de justa sustentação da Previdência Social. Do contrário, estaríamos condenados a dizer que tudo será o salário mínimo. Evidentemente, ninguém poderá aumentar o salário mínimo no Brasil. O salário mínimo nos países mais decentes corresponde no mínimo a um oitavo, um nono do salário máximo — o salário de um presidente, de um diretor de empresa. Na Europa, por exemplo, o normal é o diretor de uma grande empresa, de um grande banco, ou um servidor público no estágio maior receber no máximo oito a dez salários mínimos. Não é o caso do Brasil. No Brasil recebe-se 50, às vezes 100, 150 salários mínimos. Essa é uma modificação do compromisso do País com uma sociedade decente. A relação que temos de estabelecer é a seguinte: a partir do dia em que o trabalhador se aposentar, deve haver o reajuste nos índices corretos, para manter o seu poder aquisitivo — subiu a correção monetária, sobe paralelamente o provento — e não se puxar para baixo o salário mínimo. Isso é um completo equívoco. Temos de botar na cabeça que temos de fazer isso. Essa observação que me foi feita é correta. É verdade. Hoje faz-se a DRU, Desvinculação das Receitas da União, exatamente para fugir da distribuição com os Municípios e com os Estados. Esse é o objetivo, em parte. Em segundo lugar, é o resultado de nunca se ter aplicado o princípio da Constituição. A Seguridade não é mantida pela contribuição. A Seguridade, dentro dela a Previdência, é mantida pelo total esforço da sociedade. É isso que está no texto Constituição. A sociedade mantém seus inativos em posição decente. O cidadão trabalhou a vida inteira, tem de continuar com uma vida decente, no patamar que ele preparou para isso. Os dez salários mínimos, no instante em que o acordo é feito, garantem o mesmo padrão de vida. Atualmente são mais de 70%, beiram os 80%, os que ganham dez salários mínimos. A renda salarial no Brasil é baixa. Ela caiu gigantescamente. Estamos com uma renda salarial em relação ao PIB das mais baixas do mundo: 24%, hoje. No início do Governo do Sr. Fernando Henrique, essa renda salarial estava em torno de 36%. Ora, a renda salarial é o giro da economia, é a capacidade do país de se desenvolver, de dar empregos. Essa revisão a ser feita tem que ser amplamente discutida na sociedade, durante meses, para ser reformulada aqui e acolá. Não pode ser gerada em gabinetes de tecnocratas. É preciso que haja a idéia básica de sustentação de uma previdência universalizada. Por mim, todos teriam seu cartão da Previdência Social no regime universal, para dizer: tenho a segurança mínima para viver. Não vou passar miséria, não vou passar por privações. Mas o que fazem? Essa escamoteação. Temos um enfrentamento a fazer em todo o setor público. Como nos disse a Dra. Maria de Lourdes, os servidores pagaram contribuições, mas nunca houve um regime atuarial. O IPASE existia, mas nunca houve um regime atuarial. Os servidores recolham. Esta cidade foi construída, quase toda ela, com recursos da Previdência. Poderíamos hoje estabelecer mecanismos de um fundo para equacionar todo o problema dos servidores públicos. Quanto custam hoje os proventos dos servidores públicos, sobre os quais o Governo faz essa gigantesca onda? Custam aproximadamente R\$ 32,3 bilhões em 2002, e para 2003 a previsão é de R\$ 33,6 bilhões. Isso está saindo de onde? Do Tesouro. Sempre saiu, exceto naquele período. Foi a partir de 1993 que, a rigor, começou a haver uma contribuição mais ordenada. A União não dá a contribuição determinada na norma de dois para um, como os empregadores dão — e há muitos empregadores que dão muito mais. Há empresas que utilizam esse aspecto como mecanismo de organização de seus recursos humanos. Por vezes até nem há contribuição da parte do empregado. As empresas absorvem-na, para segurar seu corpo de trabalhadores. Mas, como a União assume todo o pagamento, é evidente que não recolhe isso. Não podemos pensar que violentar os direitos adquiridos dos aposentados ou violentar as expectativas de direitos dos servidores que já trabalham no regime anterior vai resolver uma guerra política. O problema de se financiar estes 32 bilhões é que no próximo ano serão 33,6 bilhões; se continuar assim, em 2004

serão quase 35 bilhões. Vamos ter que acabar com isso. Temos que organizar uma concepção financeira discutida com a sociedade, sabermos onde vamos parar e começarmos um regime universal da previdência que abranja todos. E a partir daquele determinado instante, vamos ter uma previdência complementar, que no caso dos servidores públicos deve ser pública, até porque ela vai resultar de uma contribuição do servidor e de uma contribuição do Poder Público, como qualquer empresa contribui. Há de se organizar um fundo. Que recursos existem para organizarmos esse fundo? Temos que encontrá-los, temos que inventá-los. Já existem algumas sugestões. Há o patrimônio da Previdência, enorme; outros ativos que a União tenha. Constituimos esses fundos para devolver à Previdência tudo o quanto ela já teve e foi suprimido. A partir de determinado instante, acaba esse problema. Como organizaremos esse fundo para a transição de todos os atuais inativos? Essa transição vai durar trinta anos, gradativamente, com tranquilidade. O aposentado sabe que está recebendo os seus direitos. Quem entrar daqui por diante sabe que terá até dez salários mínimos, no regime universal. Ai, então, faz uma previdência complementar. Se o Governo tivesse tido coragem de fazer isso, já estaríamos organizando há oito anos. Infelizmente, ele não teve. Isso precisa ser feito para estabelecermos um clima de tranquilidade na população em relação à sobrevivência. Hoje, a pessoa não sabe se sobrevive ou não. Vêm notícias da Argentina de que os seus aposentados tiveram uma redução de 40% dos seus proventos, de repente. Como se faz isso? O Chile capitalizou tudo, até a partir de um salário mínimo; está tudo arrebatado. Esse é um desafio. De maneira clara, discutindo, o País pode fazer. Ele fez fundos para segurar os bancos, então, por que não faz um fundo e devolve? No caso da Previdência, devolve à sociedade.

**A SRA. CLEMILCE SANFIM CARDOSO AFFONSO DE CARVALHO** - Temos uma pergunta de uma visitante nossa, a Sra. Geralda. **O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES** – *“O Governo FHC tentou, durante a sua gestão, cobrar a contribuição dos inativos. Não conseguiu, sob a alegação de que a Previdência Social está quebrada. Consta, segundo a imprensa, que o Governo Lula pretende fazer o mesmo. O que o senhor acha dessa intenção do Governo do PT? O senhor concorda com isso?”* Com isso, eu não concordo. Estou dizendo aqui que não concordo. Nem creio que haja, no Governo do Lula, algo definido nesse sentido. Vamos discutir muito essa questão. Eu creio, pelo que é o Lula, que as coisas deverão ser feitas dentro do que for conveniente. Atualmente, a contribuição dos ativos no plano financeiro é de 5,3 bilhões dos ativos que contribuem a partir de 1993; 5,3 bilhões em 2002; 5,8 bilhões para 2003. A despesa total dos inativos em 2002 foi de 32,3 bilhões. Não houve contribuição de inativos. Se houvesse, seria 11% sobre 32 bilhões ou 11%, em 2003, sobre 33,6 bilhões. A cobrança dos inativos seria aproximadamente 3,6 bilhões. Temos que saber retirar da sociedade onde é possível, para enfrentar de forma definitiva, séria e discutida com a sociedade, sem escamoteação, sem enganação, sem mistificação, dizendo: a receita da Seguridade Social tem folha de salário; a estimativa para 2002 é de 70,9 bilhões. Se fosse só para a folha do salário pago pelos urbanos, estava com superávit, mas existe a aposentadoria dos rurais, que é Previdência; custou, em 2002, 15,2 bilhões. Não há arrecadação para isso. A arrecadação que existe — e está na Constituição — é uma arrecadação decorrente da alíquota que atua sobre a comercialização da produção agrícola. O que se arrecadou em 2002 é qualquer coisa em torno de 2 bilhões. A diferença entre a arrecadação para o pagamento das aposentadorias rurais e os proventos pagos das aposentadorias é de apenas 14%. Mas a Constituição diz que a Previdência Social, dentro da seguridade, está submetida ao princípio geral da solidariedade. *Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.* E aí estabelece os princípios, fala da equidade, da seletividade, da uniformidade, da irredutibilidade, da universalidade, que é o primeiro dos princípios. Não se fez isso. O art. 195 diz que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, e estabelece as contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei. Há a contribuição do empregador, a do empregado, folha de salários, a COFINS, a receita de faturamento, a receita sobre o lucro líquido, vêm outros

penduricalhos, inclusive o Orçamento da União, dos Estados e o dos Municípios. Estamos com essa situação de seguridade absolutamente anárquica. Quase todos os Estados estão com sua seguridade falida. O que vai ser do País? Vamos permitir que brasileiros que trabalharam em Estados e Municípios, em toda parte... Temos que organizar essa transição para haver paz. Há Municípios absolutamente irresponsáveis. Há governos que foram absolutamente irresponsáveis. Eu fui Governador e quantas vezes tive que resistir a pedidos de amigos meus quando surgia vaga no Tribunal de Contas. Houve um que estava com 69 anos e queria que eu o nomeasse para o Tribunal de Contas, a fim de que, um ano depois, se aposentasse com salário de membro do Tribunal de Contas. E se fazia isso sem qualquer critério ético. Quem pagaria essa aposentadoria? O Tesouro do Estado? Aí essa terrível situação em que nos encontramos e todo tipo de manobras e manipulações para incorporar isso e aquilo. Na minha terra faziam-se incorporações em faixas altas. Eu acabei com isso, quando Governador do Estado, mas paguei um gigantesco preço na questão do quinquênio, dos 5% por tempo de serviço. Tempo de serviço: cinco anos, 5% de gratificação adicional, em cada quinquênio. Dez anos seriam 10%; 15 anos seriam 15%. Eles lá fizeram um sistema através do qual se fazia um "repicão": 5 anos, 5%; 10 anos, os 5% e mais 10: 15; 15 anos, os 15% e mais 15: 30; 20 anos, os 30% mais 20: 50; 25 anos, os 50 mais 25: 75; os 30 anos, 75 mais 30: 105; 35 anos de serviço público, os 105 mais 35: 140%. Isso era feito para um grande grupo de privilegiados. Como eu poderia tolerar isso? Não era possível. Com receita do Tesouro Público, pagava-se ativos e inativos. Não é isso. A Previdência Social não é isso. É assegurar a vida decente. Você se preparou na vida para isso. É preciso haver uma discussão em âmbito nacional - e rápida - sobre essa questão.

**A SRA. CLEMILCE SANFIM CARDOSO AFFONSO DE CARVALHO** – Eu tenho aqui uma pergunta da Sra. Geralda, Professora de Economia, que é semelhante à do Ministro: *"A Senhora concorda com a cobrança de Previdência Social dos inativos, antes defendida pelo Governo FHC e agora parece também ser intenção do Governo Lula, que é preocupado com o social?"* Eu sou contrária à cobrança dos inativos, porque a regra do jogo é pagar durante 30 ou 35 anos. Essa questão tem que ser bem administrada, deve-se garantir o tempo de vida que o cidadão ainda vai ter. Então, se alguma coisa tem que ser mexida, há que se fazer com muito estudo, sem ferir os direitos daqueles que ingressaram no trabalho com estas normas. Isso tudo é uma pressão. Outro dia escrevi um artigo intitulado *"Cinturão de Aço"*. Eu vejo que há uma pressão dos técnicos deste Governo abafando tudo aquilo, com as suas informações, passando medo, intranquilidade, dizendo que não vai ter dinheiro para isso, para aquilo. Eu tenho esperança de que um Governo que tem um homem como o Mercadante, que entende muito bem de finanças — ele já deve conhecer essa verdade —, não se vai contentar em olhar um quadrinho feito e com isso achar que a Previdência está deficitária. Acho que ele vai olhar a evolução das receitas, vai saber o porquê das coisas. Eu confio muito nisso. Há homens de muito valor técnico, de gabarito nesta equipe, mas eles estão abafados. Agora, a Previdência tem um livro branco. O que haverá nesse livro branco que está sendo entregue à equipe do PT e aos aliados que estão montando o novo Governo? Eu sou contra a que se cobre previdências dos inativos, que se modifique o que foi pactuado com o empregado. A questão do déficit previdenciário do Brasil se resolve com emprego e desenvolvimento, mais gente contribuindo. Se a população vive mais é porque tem mais saúde. Se o povo tem mais saúde, vai receber o benefício também mais tarde, vai contribuir mais tempo. São essas variáveis que não são colocadas nos estudos que são feitos. Uma continha ali e já diz que não pode. Não há um estudo mais aprofundado. Não é por aí que vamos resolver esses problemas. Quanto à questão do servidor público, Ministro, apesar desse enorme valor a que V.Exa. lhe atribuiu, que é o custo com a máquina, é preciso lembrar que existe a Lei Camata, que estabeleceu em 50% da receita líquida corrente o gasto com o servidor público. Em oito anos, nessa enorme compressão que houve nos salários, hoje, o gasto da receita líquida corrente não chega a 30%. O servidor público está abalizado por um limite, ele não é o responsável pelo déficit do Governo, como também a Previdência Social não é. Eles são os bodes expiatórios nesse processo. **O SR. DEPUTADO**

**WALDIR PIRES** – Os números que citei não são os números do pagamento dos ativos, é o estoque dos inativos, que foi composto sem qualquer visão atuarial anterior. Esse estoque tem que ter direitos adquiridos respeitados, inclusive dos ativos. Não se faz um pacto da sociedade sem muita ética. Daqui por diante, sem dúvida, ninguém pode fazer uma coisa dessas. Havia, por exemplo, uma regra de você se aposentar como servidor civil e na hora da aposentadoria ganhava mais 20%. Não tem sentido. Se você vivia normalmente com aquele salário, na hora de se aposentar não há por que receber 20% a mais. No setor militar, quando se aposentava, ganhava um posto a mais. Não tinha sentido. Não é isso a Previdência Social. Previdência Social é garantir uma vida decente, com as necessidades atendidas, no mesmo padrão de vida que ele levava.

## DA NECESSIDADE DE SE APRIMORAR A PREVIDÊNCIA SOCIAL

De fato, há muito que se discutir e melhorar em termos de Previdência em nosso país, especialmente para trazer aos Srs. Senadores aspectos fundamentais da nossa Seguridade Social, passando por questões essenciais senão :

Como surgiu a Previdência?... Ela tem cumprido seu papel social?... Onde foram empregados os recursos arrecadados desde a sua instituição?... Quais são as suas fontes de financiamento atuais?... Desde de quando o servidor público contribui para o Sistema?... Qual tem sido o reflexo da falta de crescimento econômico nas receitas da Previdência?... Como o desemprego, a informalidade e o enxugamento do Estado influenciam na arrecadação da Previdência?... Os valores arrecadados têm sido regularmente destinados aos devidos fins?... Existe dinheiro da Seguridade Social financiando outros órgãos do governo contrariando proibição expressa neste sentido uma vez que a CF/88 proibiu a utilização de recursos da Seguridade Social para outros fins, salvo se houver, no caso, autorização do Congresso Nacional?... Quais os critérios para isenções, renúncias fiscais, anistias e refinanciamentos de débitos?... Como está a estrutura dos órgãos fiscalizadores?... Como está sendo feita a cobrança da Dívida Ativa para com a Previdência?... A apropriação indébita e a sonegação têm sido combatidas como deveriam?... Qual o perfil (de contribuição) dos beneficiários do Sistema?... As fraudes têm sido devidamente apuradas e punidos os responsáveis?... O Banco de Dados de INSS contempla a contribuição de seus Segurados (empregados e contribuintes individuais) a partir de que data? ...Por que há alguns anos o teto para aposentadoria no Regime Geral era de 20 salários mínimos, depois baixou para 10 e hoje está em 7?... Como está a gestão da Previdência em nosso país?... Quem cuida do patrimônio construído com recursos da Previdência?... Há algum retorno desses vultosos investimentos?... Qual a política governamental para a Previdência e quais as suas prioridades?... Como é feito o controle sobre a arrecadação bancária? ...Como seria esse propalado FUNDO DE PENSÃO PÚBLICO?... Quem o Administraria?... Existe dinheiro da Seguridade Social financiando outros órgãos do governo contrariando **proibição expressa neste sentido** uma vez que a C.F./88 proibiu a utilização de recursos da Seguridade Social para outros fins, salvo se houver, no caso, autorização do Congresso Nacional?...etc.

É evidente que há necessidade de muito debate sobre o tema quando se quer aprimorar a Previdência Social, reconstruindo-a sob uma base transparente e, acima de tudo, que ela venha cumprir melhor o papel do Estado, garantindo condições de vida digna a todos os seus segurados (trabalhadores, aposentados, pensionistas, etc).

**E sem uma resposta às questões acima corremos o risco de apoiarmos e votarmos “enganados” um projeto que trará malefícios aos Brasileiros e, em especial, à Previdência Social.**

Justifica-se, portanto, o Pedido de Informações ao Ministro Ricardo Berzoini posto que **a sustentabilidade do Sistema passa, primordialmente, por fatores tais como o aumento de informalidade, o aumento do desemprego, a perda de qualidade dos serviços prestados à população, a institucionalização da falta de registro em carteira (falta de inscrição na previdência social), etc..**

Entretanto, será sob essa ótica que deverá ser analisado o projeto que está em pauta no Congresso Nacional e que, conforme alardeia os seus defensores, quer aprimorar a Previdência Social sem, no entanto, tratar de NENHUM dos questionamentos acima apontados. A discussão, ao que se percebe, se resume à criação de uma nova Previdência para os Servidores Públicos, justificando-a, em um primeiro momento, em um monstruoso “déficit” e, uma vez desmistificado esse monstro, agora, na propalada justiça social.

Evidente que a previdência social necessita ser tratada com mais responsabilidade, especialmente por nós congressistas dessa Casa, sob pena de se ter amanhã um Sistema previdenciário insustentável.

Somente para demonstrar a falta de critérios estabelecidos na presente Proposta, vamos trazer à baila um estudo realizado pelo Especialista em Previdência Social, Dr. Reginaldo dos Santos Chaves, intitulado REFORMA DA PREVIDÊNCIA – UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA QUE TEM O CONGRESSO DE AFASTAR DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E AO CIDADÃO BRASILEIRO, publicado na Revista especializada em Previdência Social da LTR, onde aborda “a falta de regra de transição face ao aumento de idade para a aposentadoria dos servidores públicos”, sendo este apenas um dos pontos que polemizam a Reforma da Previdência, senão:

## **DO DANO AOS TRABALHADORES**

### **1. A idade mínima para aposentadoria**

Desde a Constituinte de 1946, é assegurado o direito à aposentadoria integral aos 35 anos de serviço, se homem e 30 anos, se mulher. A Constituição outorgada pelos militares, em 1969, assim como a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88 reproduziram esses direitos. Essa regra vigorou até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que introduziu o requisito de idade mínima de 53 anos para o homem e de 48 anos para a mulher.

A EC 20/98, além de estabelecer uma idade mínima para aposentadoria, impôs um tempo de contribuição adicional (pedágio) de 20% em relação ao tempo que faltava para o trabalhador se aposentar tendo como referência a data de promulgação da emenda, ou seja, 15/12/1998.

Observa-se consoante a planilha abaixo que a regra da EC 20/98 apresenta uma inconsistência que acaba causando consequências danosas tanto ao trabalhador como à arrecadação previdenciária.

A primeira diz respeito à idade mínima ou ideal (convergência do tempo de contribuição para a idade mínima de aposentadoria), ou seja, aquela em que o trabalhador deveria ter iniciado a sua vida laboral.

Observa-se que a EC 20/98 penaliza exatamente as pessoas que ingressaram mais cedo no Sistema ao elevar indiscriminadamente a idade mínima. Isso gera uma grande distorção e uma enorme injustiça, senão:

**TEMPO DE SERVIÇO E IDADE MÍNIMA IDEAL  
PARA INÍCIO DA VIDA LABORAL COM A EC 20/98**

Tempo de Serviço em 15.12.98 (#anos)	Pedágio de 20% EC20/98 (# Anos)	Jornada agregada de trabalho (# Anos)	Tempo Faltante em 15.12.98 (# Anos)	Idade mínima Homens (anos)	Idade Ideal de início Laboral (anos)
0		35	35	60	25
1	6,8	41,8	40,8	53	11,2
2	6,6	41,6	39,6	53	11,4
3	6,4	41,4	38,4	53	11,6
4	6,2	41,2	37,2	53	11,8
5	6	41	36	53	12
5,5	5,9	40,9	35,4	53	12,1
5a 10m	5,833	40,833	35	53	12a 2m
6	5,8	40,8	34,8	53	12,2
7	5,6	40,6	33,6	53	12,4
8	5,4	40,4	32,4	53	12,6
9	5,2	40,2	31,2	53	12,8
10	5	40	30	53	13
15	4	39	24	53	14
20	3	38	18	53	15
25	2	37	12	53	16
30	1	36	6	53	17

Para ilustrar, imagine um trabalhador que, em novembro de 1998, tivesse ingressado no Sistema, com pouco mais de 18 anos idade. Pela EC 20/98, terá que contribuir durante 42 anos (atendimento dos requisitos de 35 anos + pedágio de 20%), aposentando-se com mais de 60 anos. Se um outro trabalhador de mesma idade estivesse ingressado após 15/12/98 não teria que cumprir o pedágio de 20% e aposentaria com 53 anos, trabalhando somente os 35 anos, ou seja, 7 (sete) anos a menos que o primeiro.

Outra situação absurda e inaceitável: se ele tivesse 15 anos de serviço em 15/12/98, deveria ter iniciado a sua vida laboral aos 14 anos de idade para se aposentar aos 53 anos de idade. Supondo que ele tenha iniciado aos 25 anos, teria que trabalhar até os 64 anos de idade.

E se tivesse 5 anos e 10 meses, em 15/12/98, e iniciasse a sua vida laboral com 19 anos e 2 meses, ou seja, estivesse completando seus 25 anos de idade em 15/12/98, a EC 20/98 teria lhe banido todo o seu tempo de serviço, uma vez que lhe faltaria exatamente 35 anos para aposentar. A EC 20/98 o colocaria em situação idêntica àquele que, com a mesma idade, iria iniciar sua vida laboral no dia seguinte à sua promulgação, ou seja, em 16/12/98, e que teria que trabalhar 35 anos e aposentar-se com 60 anos.

E todo trabalhador que, em 15/12/98, contasse com menos de seis anos de contribuição estaria vendo toda a sua contribuição, bem como o seu tempo de serviço jogados pelo ralo, uma vez que nada lhes aproveitaria em face à regra da EC 20/98. Chega-se ao absurdo de ser mais vantajoso para aqueles com menos de 5 anos e 10 meses, em 15/12/98, iniciarem uma nova vida laboral, no dia seguinte, com uma nova carteira, novo PIS, etc., jogando a carteira anterior no lixo.

A regra da EC 20/98 é tão cruel e absurda que contemplaria a aposentadoria aos 53 anos(H) e 48 anos(M) somente para aqueles que iniciaram sua vida laboral com menos de 14 anos de idade, um verdadeiro contra-senso, na medida em que a Constituição Federal proíbe qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz e a partir de quatorze anos. Assim, a aposentadoria aos 53 anos(H) e 48 anos(M) de idade seria exceção à regra: raríssimos seriam os trabalhadores que se aposentariam com essa idade.

## 2. O critério para aposentadoria proporcional

E a incoerência e crueldade da regra da EC 20/98 não para por aí: o trabalhador que contar tempo de contribuição no mínimo igual trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher, poderá aposentar-se com proventos proporcionais equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria integral, acrescido de cinco por cento por ano a mais de contribuição, desde que a esse tempo some-se um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação da Emenda, faltaria para atingir os trinta anos, se homem, e os vinte e cinco anos, se mulher, conforme consignado no quadro abaixo:

### TEMPO DE SERVIÇO EXIGIDO PARA A APOSENTADORIA PROPORCIONAL COM A EC 20/98

Tempo de Serviço em 15.12.98 (#anos)	Adicional de 40% EC20/98 (# Anos)	Tempo Faltante 15.12.98 (# Anos)	Jornada agregada ou Proporcional 70% (Anos)	(+ 2 anos = + 10%) Proporcional 80% (Anos)	(+ 5 anos = + 25%) Proporcional 95% (Anos)
1	11,6	40,6	41,6	43,6	46,6
2	11,2	39,2	41,2	43,2	46,2
3	10,8	37,8	40,8	42,8	45,8
4	10,4	36,4	40,4	42,4	45,4
5	10	35	40	42	45
5,5	9,8	34,3	39,8	41,8	44,8
6	9,6	33,6	39,6	41,6	44,6
7	9,2	32,2	39,2	41,2	44,2
8	8,8	30,8	38,8	40,8	43,8
9	8,4	29,4	38,4	40,4	43,4
10	8	28	38	40	43
15	6	21	36	38	41
17,5	5	17,5	35	37	40
20	4	14	34	36	39
25	2	7	32	34	37
30	0	0	30	32	35



A regra da EC 20/98, para a aposentadoria proporcional, consegue ser mais cruel e absurda ainda, posto que contemplaria a aposentadoria com 70% dos proventos àquele que, possuindo 5 anos de serviço em 12/98, trabalhasse por 40 anos e 95% dos proventos se trabalhasse 45 anos, quando este mesmo trabalhador já teria direito à aposentadoria integral trabalhando 41 anos.

Agora, se o trabalhador tivesse 10 anos de serviço em 12/98, deveria trabalhar por 38 anos para a proporcional 70% e se quisesse 95% dos proventos deveria trabalhar 43 anos, quando este mesmo trabalhador já teria direito à aposentadoria integral trabalhando 40 anos.

E se tivesse 17,5 anos em 15/12/98, e completados os 35 anos de contribuição, querendo se aposentar receberia o equivalente a 70% do valor da aposentadoria integral ou daquele que tivesse iniciado a sua vida laboral após 15/12/98, completado os seus 25 anos de idade, trabalhasse pelos mesmos 35 anos para aposentar. Assim, a EC 20/98 o colocaria em situação idêntica àquele que, com a mesma idade, iria iniciar sua vida laboral no dia seguinte à sua promulgação, ou seja, em 16/12/98, e que teria que trabalhar 35 anos e aposentar-se com 60 anos.

Portanto as regras postas pela EC 20/98, revelam-se em verdadeiro contra-senso, na medida em que não propiciam nenhuma vantagem ao trabalhador ou seja, acabam por subtrair o direito à aposentadoria proporcional e, noutro sentido, não permitem uma aposentadoria pela idade ali estabelecida, quais sejam aos 53 anos(H) e 48 anos(M), especialmente porque a Constituição Federal veda qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz e a partir de quatorze anos.

Evidente que uma regra que produz tantas armadilhas para a coletividade de trabalhadores que só se aperceberão delas quando efetivamente forem exercer o direito à aposentadoria, seja proporcional ou integral, não pode prevalecer como comando Constitucional.

## **DO DANO À ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

Observa-se ainda, uma outra consequência danosa da EC 20/98 e que diz respeito à arrecadação previdenciária na medida em que se abriu uma brecha na lei, permitindo tanto ao trabalhador como ao empresário tirar proveito da informalidade e da falta de registro. Isso porque a EC 20/98 impôs para o trabalhador que iniciasse a sua vida laboral a partir de então os requisitos 35 anos de contribuição e sessenta anos de idade. Ora, com tais requisitos a EC 20/98 não traz em seu bojo nenhuma situação que possa aproveitar as contribuições dos trabalhadores com menos de 25 anos de idade.

### **1. Do incentivo à informalidade e da institucionalização da falta de registro**

Frise-se, a ausência de uma regra de transição vinculada ao tempo de contribuição INCENTIVA A INFORMALIDADE E INSTITUCIONALIZA A FALTA DE REGISTRO EM CARTEIRA para aqueles que, INICIANDO MAIS CEDO O PERÍODO LABORAL, sabem, de antemão, que aquela contribuição que é DESCONTADA de seu SALÁRIO NÃO LHE TRARÁ NENHUM BENEFÍCIO PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA, mesmo porque sendo pessoas jovens, também pouco ou nada lhes beneficiará a qualquer outra assistência decorrente de sua inscrição no INSS.

Tal prática vem agravando, ainda mais, a cultura do trabalho informal. Portanto a falta de critério vinculado ao tempo de contribuição, vai na contramão da Modernização de um Sistema Previdenciário que, segundo o Ministro Ricardo Berzoini, pretende incluir 40 milhões de desamparados de qualquer sistema e acabar com a informalidade, jogando pelo ralo todo o dinheiro gasto, por este e pelos Governos anteriores, nos programas para captar os trabalhadores sem vínculo empregatício (AUTONOMOS).

Deve-se, ainda, ter em conta a Exposição de Marcelo Oliveira, presidente da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, que na audiência pública, de 15/09/2003, realizada na CCJ do Senado Federal, fornece números, diga-se, do próprio MPS – Ministério da Previdência Social, que dão conta de que, dos 40 milhões de excluídos do Sistema, 18 milhões possuem condições de contribuir, porém não o fazem por motivos outros e especialmente por problemas de credibilidade do Sistema decorrente de campanha perniciosa da mídia.

Como resultado dessa regra posta pela EC 20/98, temos um mercado perverso e injusto, em que o pai de família com mais de 25 anos de idade encontra enormes dificuldades para se colocar no mercado de trabalho. O fato desse trabalhador necessitar de inscrição na Previdência Social, para sua proteção e de seus familiares, torna a sua contratação mais onerosa para a empresa. Essa situação acaba forçando o trabalhador a aceitar menores salários ou optar pela informalidade.

## 2. Da necessidade de buscarmos as estatísticas

Evidente que devemos garimpar esses números para encontrarmos a razão da grande maioria desses 18 milhões não contribuírem para o Sistema: talvez porque não alcançaram ainda a idade de contribuição, ou seja, os 25 anos.

E não para por aí. Se buscarmos as estatísticas, observaremos que ocorreu uma significativa queda de recolhimento daqueles contribuintes individuais, com idade inferior aos 25 anos, muitos até que contribuíam para o Sistema antes da EC 20/98 e que, após, não contribuem mais.

## DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67/2003

A Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 altera a idade para a aposentadoria de 53 para 60 para os homens e de 48 para 55 para as mulheres. Deve-se frisar que ela prevalece sobre as regras anteriores impostas ao Servidor Público. Tal proposta não contempla nenhuma regra de transição, ou seja, acaba criando uma verdadeira **roleta russa** para os que estão prestes a alcançarem os requisitos para a aposentadoria pelas regras então vigentes. Ela é de uma crueldade incomensurável.

E a perversidade dessa proposta não para por aí. Ela aproveita a regra da EC 20/98 e faculta ao servidor que cumprir as exigências para aposentadoria nos termos da legislação anterior à sua promulgação, aposentar-se com proventos reduzidos, para cada ano antecipado em relação aos novos limites de idade estabelecidos de 60 anos/H e 55 anos/M, na proporção de 3,5% quem cumprí-las até 31 de dezembro de 2005 e de 5% para quem cumprí-las após 1º de janeiro de 2006.

Suponha o caso do jovem que tenha começado a trabalhar bem cedo, com carteira assinada, contribuição previdenciária, etc, e vencido os anos a mais impostos pelo pedágio da famigerada EC 20/98. Se ele completar os 53 anos de idade

no dia anterior à promulgação da Reforma ora proposta, poderá se aposentar com todos os direitos e vantagens, remuneração integral e paridade total entre ativo-inativo. Todavia, se ele fizer aniversário no dia seguinte à promulgação da Emenda Constitucional, terá que trabalhar até os 60 anos ou aposentar-se com redução de 35% nos seus proventos. Ainda: sem a paridade total.

E a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2003 não contemplando uma regra justa, penaliza o filho da pobreza - conforme já DEFENDEU POR VÁRIAS OCASIÕES o, então candidato a presidência, LULA - que inicia a sua vida laboral aos 12, 14, 16 e 18 anos de idade, contribuindo para o Sistema por 48, 46, 44 e 42 anos, respectivamente, enquanto aquele nascido em berço esplendido, só inicia a sua vida laboral após o término de uma Faculdade e estudando nas melhores Universidades, geralmente as financiadas pelo Estado, contribuindo durante um tempo muito menor para o Sistema. Seria a justiça às avessas.

Mais perversa e discriminatória ainda para com o afro-brasileiro que, como demonstra as estatísticas, são os mais penalizados com essa situação uma vez que eles iniciam seus trabalhos bem jovens e terão que contribuir por 40 anos ou mais para aposentarem. Evidente que a discriminação social passa por questões raciais - conforme já afirmou o Senador Paulo Paim. E a continuar esse cenário, corre-se o risco de resgatarmos a escravidão nesse País.

Essa será a responsabilidade de nós Senadores ao votarmos um dispositivo que declaradamente obriga os de menor renda a trabalharem por mais tempo do que os que nasceram em berço esplendido.

Evidente que a EC nº20/98 já afronta os princípios da irretroatividade da norma, da retributividade da contribuição, da igualdade e da segurança jurídica.

A falta de um critério equânime de transição para a nova exigência de tempo de serviço, com vistas à aposentadoria, é um dos pontos frágeis da Proposta de Emenda à Constituição da reforma da previdência. É fora de dúvida que os critérios propostos agredem ao princípio da razoabilidade. O redutor de proventos é uma solução imprópria, pois que se reflete negativamente nos proventos do aposentado por toda sua existência, se não cumprir integralmente o novo prazo.

Destartes, temos que vislumbrar o papel da Previdência Social como distribuidor de renda, especialmente para os Municípios onde a atividade primária prevalece e a Seguridade social eleva renda das famílias, conforme observa se da conclusão dos pesquisadores do IPEA Sonoe Sugahara Pinheiro que junto com Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira constataram:

### **Seguridade social eleva renda das famílias**

Os benefícios do Sistema de Seguridade Social tiveram papel fundamental na melhoria do poder aquisitivo dos brasileiros mais carentes. Revigorado com a Constituição de 1988 e implementado, na prática, desde julho de 1991, o atual sistema brasileiro permitiu uma melhor distribuição de renda, principalmente no meio rural.

“Os grandes responsáveis por essa nova situação são os idosos e as mulheres. As pensões adquiridas por viuvez, por divórcio e a renda da aposentadoria passaram a contribuir ativamente nas despesas das casas”, disse Sonoe Sugahara

Pinheiro, autora do estudo *Population and Social Security in Brazil: An Analysis With Emphasis on Constitutional Changes*, junto com os pesquisadores Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira.

Segundo a pesquisa, o Brasil possuía, 20 milhões de pessoas beneficiadas pelo Sistema de Seguridade Social, em dezembro de 2000, recebendo pensões ou aposentadorias, (6 milhões no campo e 14 milhões na cidade). O estudo constata também que a Seguridade Social, antes apenas um seguro para a perda de capacidade produtiva, transformou-se em um instrumento importante no combate à pobreza durante a década de 90.

Além dos benefícios previdenciários, as atividades informais ajudaram a melhorar a renda do brasileiro no período, marcado pela retração da taxa de crescimento da economia e pela redução da oferta de vagas no mercado de trabalho. O aumento da informalidade, do número de trabalhadores autônomos e uma menor proporção de empregados é mostrado pelos pesquisadores do IPEA que analisam o novo cenário dos postos de trabalho no País.

“A diminuição da oferta de emprego era cada vez maior. As pessoas tinham que buscar novos meios para sobreviver”, explicou a pesquisadora Sonoe Sugahara. A pesquisa aponta ainda que o mercado informal concentra 60% dos trabalhadores, em sua maior parte, do sexo feminino.

O que esperamos com esse Pedido de Informações é demonstrar que os dados apresentados pelo discurso oficial sobre os supostos prejuízos causados ao Tesouro pelo pagamento de aposentadorias e pensões a servidores públicos são robustos a alguma análise, superficial que seja, pelo menos quanto ao regime de previdência dos servidores civis da União. Esperamos que não sejam expressões matemáticas manipuladas para respaldar argumentos favoráveis à imposição ilegal de contribuições previdenciárias aos inativos e de aumento para os que estão em atividade, como forma de criar superávits primários para cobrir o serviço da dívida, além de prepararem terreno para assegurar ao mercado privado acesso à considerável parcela das contribuições desses servidores.

E assim deverá ser porque o governo, esperamos, sempre pagou a parte contributiva que lhe cabia na formação do seguro social do servidor, conforme estabelece a Constituição. E o desconto feito nos vencimentos do funcionalismo em época alguma esteve disponível para qualquer tipo de aplicação. Faz-se o desconto e se procede à arrecadação. Aliás, esse seria o sentido econômico de se cobrar contribuição do funcionário público para fazer frente ao fundo previdenciário constituído.

À vista do exposto, é inegável a admissibilidade desse Requerimento, que tem por objetivo evitar que tão importante matéria, venha trazer consequências danosas para esses servidores que trabalharam com afincamento para o engrandecimento da nação brasileira. O Congresso Nacional não pode abrir mão de suas responsabilidades constitucionais, devendo votar com absoluta convicção.

### **Do pedido de informações propriamente**

As principais informações solicitadas sobre a Proposta de Reforma da Previdência são:

**1. Qual o impacto financeiro e social das mudanças na reforma da Previdência que atingem os trabalhadores do setor privado, filiados ao INSS? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS face às seguintes mudanças:**

- a) aumento do teto de contribuição e benefício, que passará de R\$ 1.869,00 para R\$ 2.400,00,
- b) reestatização do seguro acidente de trabalho, e
- c) previsão de lei para facilitar a filiação de trabalhadores de baixa renda.

**2. Qual o impacto financeiro e social das mudanças ocorridas face ao pedágio criado pela EC n 20/98? Houve dano aos cofres da Previdência e ao INSS? Houve prejuízos aos trabalhadores do setor privado, filiados ao INSS? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS – por faixa etária, por cor e por sexo - face às seguintes situações:**

- a) evolução da informalidade por faixa etária considerados os últimos 7 anos;
- b) evolução das contribuições por faixa etária considerados os últimos 7 anos;
- c) evolução da massa salarial por faixa etária considerados os últimos 7 anos;

Os questionamentos a seguir foram elaborados face às indagações dos Srs. Senadores que estiveram presentes nas Audiências Públicas na CCJ e que ficaram sem respostas ou estas se fizeram insatisfatórias. Por exemplo, a Senadora Serys Slhessarenko indagou ao Ministro (fls. 10 do Parecer do Relator) qual o sentido de ter realizado, como afirmou, 400 audiências com entidades organizadas sobre a reforma, houve acolhimento das propostas dessas entidades ou isso não passou de uma manobra pra tentar conferir legitimidade ao texto apresentado; o Senador Almeida Lima questionou o Ministro (fls. 10/11) se houve estudo atuarial para se chegar aos parâmetros utilizados na PEC e se ele teria conhecimento de estudo da USP que afirma que os fundos de pensão poderão ser instituídos com a Reforma podem arrecadar até 67 bilhões de reais. O Senador Efraim Morais (fls. 11 do Parecer do Relator) indagou sobre qual seria o montante do déficit da previdência e quanto seria arrecadado com a implementação da contribuição dos inativos. Às fls. 12/13 do Parecer do Relator (Relatório) o Ministro não respondeu às indagações do Senador Efraim Morais, respondendo aos do Senador Almeida Lima assim: *“Que houve estudos atuariais para a efetivação da PEC 67, de 2003, que os dados estão à disposição dos Senhores Senadores que assim o desejarem”* e *“que desconhece o estudo da USP mas que parece falacioso aduzir que os fundos de pensão possam acumular um patrimônio de 67 bilhões de reais até 2010, mas não pode fazer análise mais aprofundada por não ter tido acesso ao referido estudo.”* Na audiência seguinte, conforme fls. 17/18, nada foi esclarecido pelo Secretário da Previdência Social em relação às indagações anteriormente feitas. Na última audiência pública, às fls. 22/23 do Parecer do Relator o Senador Arthur Virgílio indagou ao Ministro sobre as regras de transição ao acarretar perdas de trinta por cento deveria ao menos conferir um período de adaptação iv) regra de transição que estabelece o pedágio; às fls. 23 do Parecer do Relator o Senador Efraim Morais indagou: Que estudos foram realizados para se chegar a alíquota que será usada para desconto dos aposentados? Que estudos foram realizados para se estabelecer os parâmetros para a redução das pensões; para estabelecer a idade mínima e também o tempo de contribuição?, Ao que o Ministro deixou de responder (fls. 24/25) e em réplica o Senador Efraim Morais (fls. 25/26), **“solicitou ao Ministro que fornecesse os estudos que estruturam as reformas à CCJ antes da votação da matéria...”**, ao que o Ministro “afirmou que pode fornecer os dados mais relevantes do ponto de vista das estimativas e fornece não só ao Senador Efraim, mas a todos os Senadores.” Assim, questiona-se:

**3. Qual o impacto financeiro e social das mudanças ocorridas face a falta de regra de transição? Haverá dano aos cofres da Previdência Pública e ao INSS? Haverá prejuízos aos trabalhadores do setor privado, filiados ao INSS? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a ausência de regra de transição.**

**4. Qual o impacto financeiro e social face aos fatores de redução nos proventos de 3,5% por ano antecipado e de 5% por ano antecipado dos que ingressaram no serviço público antes da Emenda 20 (15/12/1998)? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais parâmetros. Agrupar por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

**5. Qual o impacto financeiro e social face à adoção de regras diferenciadas para aposentadoria dos que ingressaram no serviço público antes/depois da Emenda 20 (15/12/1998)? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais regras, dando-se ênfase a questão da paridade, da integralidade e do tempo de serviço público. Agrupar por Ente público, por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

**6. Qual o impacto financeiro e social face à concessão do abono aos servidores que optarem por se aposentar mais tarde ou mais cedo, com o redutor? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem tanto a adoção do redutor quanto a do abono. Agrupar por Ente público, por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

**7. Qual o impacto financeiro e social face às situações abaixo, apresentando os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem tais medidas? Agrupar por Ente público, por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

- a) à extinção das aposentadorias proporcionais;
- b) à manutenção da aposentadoria compulsória, aos 70 anos,

**8. Qual o impacto financeiro e social face aos critérios de reajustes das aposentadorias e pensões dos atuais servidores, apresentando os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem tais regras? Agrupar por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

**9. Qual o impacto financeiro e social face à contribuição de inativo? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais parâmetros.** (contribuição de 11% sobre a parcela do provento que exceda a 60% do teto do INSS, no caso dos servidores da União, e de 50%, no caso dos servidores estaduais e municipais) **Além das seguintes informações:**

- a) quantificação dos servidores em atividade e dos aposentados,
- b) média salarial dos servidores em atividade e dos aposentados, e
- c) quantificação dos servidores aposentados que percebem proventos acima do teto fixado pela PEC e a respectiva massa salarial;
- d) quantificação dos servidores que estão prestes a se aposentar nos próximos sete anos e que percebem proventos acima do teto fixado pela PEC e a respectiva massa salarial.

**10. Qual o impacto financeiro e social face aos fatores de redução dos proventos na pensão dos dependentes dos atuais aposentados? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais parâmetros** (redutor de 30% e do valor de R\$ 2.400,00). **Agrupar por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

**11. Qual o impacto financeiro e social face à criação dos fundos de pensão? Quem administraria esses fundos? Como se daria a contribuição do Governo? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais medidas. Agrupar por Ente público, por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

**12. Qual o impacto financeiro e social face aos limites estabelecidos para os tetos e subtetos na Administração Pública? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais parâmetros.** (subteto do Judiciário Estadual é de 90,25% do teto da União. No Poder Executivo Estadual, com exceção das três carreiras vinculadas ao Judiciário, será o subsídio do governador do Estado. E no Legislativo Estadual, o subteto terá por base o salário de deputado Estadual. Já nos Municípios, o subteto será o salário do prefeito.) **Agrupar por Ente público, por Categoria de Servidor Civil e Militar e, também, por Poder.**

13. "Na Alemanha, por exemplo, os servidores públicos não tiram um tostão do bolso para financiar a própria Previdência." Assertiva de Marcelo Oliveira expositor pela ANFIP/COBAP na CCJ. O Ministro também fez comparativos do RPPS com os de outros países. E a Senadora Lúcia Vânia(fls. 11 do Parecer do Relator) questionou o Ministro para apontar o nível salarial dos países apontados como parâmetro comparativo com o Brasil para fins previdenciários, bem como se existem valores mínimos de benefícios nesses países. Indagou também sobre a gama de benefícios previdenciários oferecidos nesses países. Às fls. 13 do Parecer do Relator (Relatório) o Ministro respondeu "Que houve estudos atuariais para a efetivação da PEC 67, de 2003, que os dados estão à disposição dos Senhores Senadores que assim o desejarem". Assim, solicitamos: **Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a comparação, incluindo as seguintes informações:**

- a) as contribuições descontadas dos servidores em atividade e dos inativos, se houver, em cada um dos países citados na CCJ;
- b) média salarial dos servidores em atividade e dos aposentados em cada um desses países;
- c) os percentuais de gastos dos servidores em atividade e quando aposentados referentes à educação, farmácia, saúde(médicos, hospitais), transporte, moradia, segurança, etc, fazendo um comparativo com o Brasil;
- d) a gama de benefícios previdenciários oferecidos nesses países e, se existem os seus valores mínimos.

14. Sobre os sem-previdência, Oliveira explicou que, das 40 milhões de pessoas excluídas, principalmente por falta de emprego formal, 18 milhões têm renda suficiente para o contribuir com o sistema. "O valor que deixa de ser arrecado com essas pessoas corresponde a, no mínimo, R\$ 10 bilhões por ano", lembrou. A Senadora Lúcia Vânia(fls. 11 do Parecer do Relator) indagou ao Ministro se o dispositivo de inclusão do segurado de baixa renda é mera expressão palatável, ou há mecanismos hábeis a implementar tal iniciativa. Assim, solicitamos: **Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a informação sustentada pela inclusão de 40 milhões de pessoas excluídas, apresentando as fontes das respectivas informações colhidas e/ou fornecidas, incluindo as seguintes informações:**

- a) a estimativa dos que realmente irão se inscrever no INSS(quantos?);
- b) a estimativa das contribuições a serem exigidas (valor individual);
- c) os estudos dos impactos causados à arrecadação tanto no presente (aumento de receita) quanto para o futuro (os benefícios decorrentes);
- d) quais os mecanismos hábeis a implementar tal iniciativa.

15. O Sr. Magno Mello, expositor que representou o SINDLEGIS afirmou que o grande propósito da Reforma da Previdência parece ser a transferência do regime de aposentadoria para os fundos de pensão privados...(fls. 7 do Parecer do Relator), o Senador Almeida Lima questionou o Ministro (fls. 10/11) se ele teria conhecimento de estudo da USP que afirma que os fundos de pensão poderão ser instituídos com a Reforma podem arrecadar até 67 bilhões de reais. Assim, solicitamos: **Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a informação sustentada pela inclusão de 40 milhões de pessoas excluídas, apresentando as fontes das respectivas informações colhidas e/ou fornecidas, incluindo as seguintes informações:**

- a) a estimativa dos que realmente irão se inscrever no INSS(quantos?);
- b) a estimativa das contribuições a serem exigidas (valor individual);
- c) os estudos dos impactos causados à arrecadação tanto no presente (aumento de receita) quanto para o futuro (os benefícios decorrentes);

16. Qual o impacto financeiro e social face à retirada da abrangência das novas regras aos servidores militares? **Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais medidas.**

17. Estudos da OIT realizados em 1996 em 64 países apontam para uma média de 30% de empregos gerados pelo setor público, enquanto, no Brasil, a média era de 11,3%. **O MPS elaborou algum estudo nesse sentido? E qual foi a conclusão desses estudos? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS.**
18. Segundo informes da FENAFISP, "Um cálculo atuarial desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimento de Produtos de Previdência da "Sul América", levando em conta uma taxa de juros de 8,5% ao ano, mostra que, para garantir uma aposentadoria integral pelas regras adotadas para quem ingressou no serviço público a partir de 1998 (30 anos de contribuição e 55 anos de idade), no caso de uma mulher, seria preciso uma contribuição de 21,8% sobre o valor do benefício. Para o caso dos homens, (35 anos de contribuição e 60 de idade), o percentual cai para 12%. Portanto, em ambos os casos, levando-se em conta a contribuição de 11% do servidor e a parte da União, de até 22%, não há problema algum para financiar a aposentadoria integral do servidor civil federal." **O MPS elaborou algum estudo conclusivo nesse sentido? E qual foi a conclusão desses estudos? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS.**
19. **Qual o impacto financeiro e social face o papel da Previdência Social como distribuidor de renda, especialmente para os Municípios onde a atividade primária prevalece e a Seguridade social eleva a renda das famílias? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS e que justifiquem a adoção de tais medidas.**
20. **Onde foram empregados os recursos arrecadados desde a instituição da Previdência Social quando incorporou o patrimônio dos vários Institutos de Aposentadorias? Quem cuida do patrimônio construído com recursos da Previdência? Há algum retorno desses vultosos investimentos? Traçar mapa histórico.**
21. **Quais são as suas fontes de financiamento atuais da Previdência Social?**
22. **Qual tem sido o reflexo da falta de crescimento econômico nas receitas da Previdência? Apresentar estudos.**
23. **Como o desemprego, a informalidade e o enxugamento do Estado influenciam na arrecadação da Previdência? Apresentar estudos. Discriminar por Situação.**
24. **Quais os critérios para isenções, renúncias fiscais, anistias e refinanciamentos de débitos? Apresentar estudos e as diretrizes que o MPS adota em relação a tais medidas. Discriminar por Situação.**
25. **Como está sendo feita a cobrança da Dívida Ativa para com a Previdência? Apresentar estudos, do quanto se recupera por ano, as medidas e as diretrizes que o MPS tem adotado.**
26. **O Banco de Dados de INSS contempla a contribuição de seus Segurados(empregados e contribuintes individuais) a partir de que data? Discriminar por Situação.**
27. **Por que há alguns anos o teto para aposentadoria no Regime Geral era de 20 salários mínimos, depois baixou para 10 e hoje está em 7? Apresentar estudos.**
28. **Qual a política governamental para a Previdência e quais as suas prioridades? O orçamento da Seguridade Social financia outros órgãos do governo?**
29. **A Seguridade social, entre 2000 e 2002, ocorreu um SUPERAVIT da ordem de R\$90 bilhões de reais. Como o Governo atual tem destinado essa sobra de recursos dos cofres da Seguridade? Justificar, discriminando por rubrica.**
29. **Porque a CPMF, o COFINS, a CSSL, etc., não podem fazer frente às despesas da Previdência social? Justificar**



30. Ainda, nessa linha, apesar de declarar que nenhuma alteração atingiria o Regime Geral da Previdência Social-RGPS, o regime dos trabalhadores – o governo propôs, na Reforma Tributária, a Desoneração da Folha de Salários substituindo essa receita por uma contribuição incidente sobre o faturamento das empresas. **(Correto?) A prevalecer essa postura do Sr. Ministro e do Governo- a CPMF, o COFINS, a CSSL, etc., não podendo fazer frente às despesas da Previdência social - podemos concluir que no dia seguinte à aprovação da Reforma Tributária e mantido tal dispositivo a previdência do trabalhadores da iniciativa privada será deficitária e necessitará a partir de então de uma nova REFORMA. O GOVERNO JÁ TEM UM PROJETO PARA A REFORMA DO SETOR PRIVADO? Justificar**

31. Quanto representará de economia para a Previdência Social esta PEC? Quanto isso representaria em termos de renúncias previdenciárias? Elaborar quadro demonstrativo por rubrica, especificando as fontes dos dados/informações.

32. Quais foram os estudos para se chegar a regra que contempla aumento da idade? Houve uma análise para o filho da pobreza que inicia a sua vida laboral aos 12, 14, 16 e 18 anos de idade e que acabará contribuindo para o Sistema por 48, 46, 44 e 42 anos?

33. Ao elevar a idade sem estabelecer critério para o tempo de contribuição (ausência de regra de transição vinculada ao tempo de contribuição) o Governo não estaria INCENTIVANDO A INFORMALIDADE E INSTITUCIONALIZANDO A FALTA DE REGISTRO EM CARTEIRA para aqueles que, INICIANDO MAIS CEDO O PERÍODO LABORAL, sabem, de antemão, que aquela contribuição que é descontada de seu SUADO SALÁRIO NÃO LHE TRARÁ NENHUM BENEFÍCIO PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA, mesmo porque sendo pessoas jovens, também pouco ou nada lhes beneficiará a qualquer outra assistência decorrente de sua inscrição no INSS? Justificar

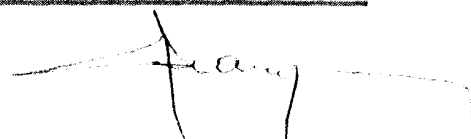
34. Qual seria a possibilidade de tal prática agravar, ainda mais, a cultura do trabalho informal? Justificar

35. Qual seria a possibilidade de tal prática resultar em um mercado perverso e injusto, onde um pai de família com mais de 25 anos de idade encontrará maiores dificuldades para se colocar no mercado de trabalho? (O fato do trabalhador necessitar de inscrição na Previdência Social, para sua proteção e de seus familiares, torna a sua contratação mais onerosa para as empresas em geral. Isso pode acabar forçando o trabalhador a aceitar menores salários ou optar pela informalidade.) Justificar

36. Como o Governo pretende captar os trabalhadores sem vínculo empregatício (AUTÔNOMOS e EMPREGADORES), especialmente aqueles que tem menos de 25 anos de idade?

37. Em quais princípios jurídicos o Governo se fulcrou para estabelecer o aumento de idade sem adotar uma regra de transição? (irretroatividade da norma, da retributividade da contribuição, da igualdade, da segurança jurídica ou ...)

38. Estudos feitos pela USP dão conta de que os fundos de pensão poderão acumular, com a Reforma, em apenas 7 anos, ou seja, até 2010, uma arrecadação de até 670 bilhões de reais. O MPS elaborou algum estudo nesse sentido? E qual foi a conclusão desses estudos? Apresentar os estudos elaborados pelo MPS.



( Á Mesa para decisão )

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Efraim Morais, de acordo com o Regimento Interno, é a Mesa quem tem a competência para decidir sobre requerimento de informações. O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno. Portanto, não há questão a decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antero Paes de Barros, tem V. Exª a palavra

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero levantar três questões de ordem. Primeiro, indago de V. Exª quais os motivos pelos quais a Mesa do Senado não leu a Medida Provisória nº 128, aprovada na semana passada na Câmara dos Deputados, e, em sendo lida, se não suspende imediatamente a tramitação de todas as matérias aqui no Senado da República. A primeira questão de ordem que levanto a V. Exª é embasada nesses termos.

A segunda faz referência a essa PEC, considerada a “PEC do infinito” ou outras denominações quaisquer. Entendo que o Senador Demóstenes Torres tem absoluta razão, mais ainda o Senador Efraim Morais, porque a Mesa do Senado deveria... Creio que o Senador Pedro Simon trouxe a esta Casa, na semana passada, um debate sobre a questão do funcionamento das Lideranças e do Senado, como se comportam os que não são Líderes, como participam das discussões.

O Senado está perdendo a auto-estima. Sr. Presidente, ouvimos aqui algumas afirmações: O Berzoini é a favor da nova PEC; o José Dirceu – o Super Zé – é a favor da nova PEC; o Lula é a favor; o Palocci é a favor, a Base do Governo na Câmara dos Deputados e a Base no Senado Federal são a favor.

Então, por que não incorporar as mudanças na PEC que está em tramitação? Se são favoráveis ao conteúdo da nova PEC, se têm o compromisso público de apoiar a nova PEC, por que não incorporar, já que a Base do Governo na Câmara dos Deputados é favorável também?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há um orador com a palavra e...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Gostaria de levantar a terceira questão de or-

dem, se é que o Líder me permite concluir a minha questão de ordem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Permito. Mas não tem havido nenhuma questão de ordem emitida pelo Senador Antero Paes de Barros até o momento. Mas, com certeza, estou aqui para ouvir as questões de ordem.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Espero sinceramente, Sr. Presidente, que a Liderança do PT não passe a decidir pela Mesa, porque na hora que o Líder do PT disser o que é questão de ordem nesta Casa e o que não é, creio que fica um debate...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antero Paes de Barros, a Mesa interromperá V. Exª apenas para cumprir o Regimento e prorrogar a sessão pelo tempo necessário ao cumprimento da conclusão da Ordem do Dia. A sessão está prorrogada.

V. Exª continua com a palavra.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – É importante que pelo menos a palavra nos seja assegurada, uma vez que os problemas da democracia não se resolvem com menos democracia, Sr. Presidente. Eles só são resolvidos com mais democracia.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Para ajudar V. Exª.

É apenas porque V. Exª não fixou o prazo. Não pode ser indefinida a prorrogação, tem que ser fixado o prazo. O Sr. Raimundo Carreiro sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa prorrogou a sessão pelo tempo necessário, mas V. Exª tem razão. A Mesa estabelece o prazo de quatro horas para que, neste prazo, seja concluída a votação. Se o tempo não for suficiente, a Mesa prorrogará por mais quatro e pelo tempo que for necessário.

A Mesa aproveita para registrar a presença, no plenário, do Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, e mantém a palavra, para que V. Exª conclua as questões de ordem que está suscitando.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Eu estava dizendo, Sr. Presidente, ser inaceitável que a Mesa do Senado não tome, ela própria, uma decisão de não possibilitar que esta discussão não se faça apensada e em conjunto, porque a PEC, considerada a “PEC paralela”, a “PEC do infinito” – há alguns jornalistas que lhe dão o nome de “PEC acalma Paim” –, ela traz o art. 3º, que diz o seguinte:

A lei de que trata o § 22 do art. 40 da Constituição Federal, aplica-se aos servidores públicos e pensionistas de que trata o art. 4º da Emenda Constitucional nº (em branco), de 2003.

Nós temos de tratar desses assuntos legislativos de forma, portanto, apensada. Ao dizer isso, estou reforçando as teses do Senador Demóstenes Torres e, também, do Senador Efraim Morais.

Para concluir, refiro-me à questão de ordem que formulou o Senador Efraim Morais. Ela é extremamente relevante. Quando da reunião, na CCJ, os Senadores Efraim Morais e Almeida Lima, e a Senadora Serys Slhessarenko suscitaram uma série de indagações ao Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini.

Eu vou ler aqui algumas delas.

Qual o impacto financeiro e social das mudanças, na reforma da Previdência, que atinge os trabalhadores do setor privado filiados ao INSS? Apresentar os estudos elaborados pelo Ministério da Previdência Social em face das seguintes mudanças.

Então, citam três mudanças.

Outra indagação.

Qual o impacto financeiro e social das mudanças ocorridas em face do pedágio criado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998?

E o Ministro, respondendo à Senadora Serys Slhessarenko, diz aqui o seguinte:

Qual o sentido de ter aqui realizado – como afirmou – 400 audiências com entidades organizadas sobre a reforma? Houve acolhimento dessas propostas?

O Senador Efraim Morais pergunta:

Que estudos foram realizados para chegar à alíquota que será usada para desconto dos aposentados? Que estudos foram realizados para estabelecer os parâmetros para a redução das pensões? Estou repetindo, Sr. Presidente: Que estudos foram realizados para estabelecer os parâmetros para as reduções das pensões, a idade mínima e também o tempo de contribuição?

Pergunta à qual o Ministro deixou de responder – fls. 24 e 25. E, em réplica, o Senador Efraim Morais

– fls. 25 e 26 – solicitou ao Ministro que fornecesse os estudos que estruturam as reformas à CCJ antes da votação da matéria.

O Ministro tem esses questionamentos desde a CCJ e, quanto à questão de ordem, Sr. Presidente, peço atenção da Mesa porque se trata de algo relevante. O art. 216, inciso IV, do Regimento estabelece que os requerimentos de informações... E nos autos constam as informações solicitadas, oficializadas ainda hoje à Mesa do Senado e que V. Exª despachou para parecer. Entretanto, essas informações já foram requeridas ao Ministro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Diz o art. 216, inciso IV, do Regimento Interno:

se deferidos – e o Ministro concordou, disse que ia responder – serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer.

Sr. Presidente, temos de suspender a tramitação da matéria por todos estes motivos: pela constitucionalidade, pela proposta do Senador Demóstenes Torres e pela proposta do Senador Efraim Morais. Não é possível que, um mês depois, esta Casa vá se conformar em votar a reforma da Previdência, porque o Ministro José Dirceu foi ao Programa **Bom Dia Brasil** e disse que o Senado Federal pode mudar a reforma tributária, mas a reforma da Previdência não muda.

Então, pensamos que precisa tramitar em conjunto, já que todos são favoráveis à mudança.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Arts. 403 e 404 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa solicita a atenção de V. Exª. Em primeiro lugar, a Mesa pretende decidir as questões de ordem levantadas pelo nobre Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Eu queria saber quais foram. Eu gostaria de ouvi-las, porque eu não entendi nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência vai responder e V. Exª terá, então, a compreensão.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, se V. Exª quiser, eu repito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Não, a Mesa compreendeu bem e vai responder a V. Exª.

Em primeiro lugar, sobre a primeira questão levantada por V. Ex<sup>a</sup>, a Mesa informa a V. Ex<sup>a</sup> que o trancamento da pauta se dá após a leitura de uma medida provisória. Ao começar a Ordem do Dia, a Mesa não acusou nenhum recebimento de medida provisória. Não houve a leitura. Portanto, não há trancamento da pauta.

Em segundo lugar, Senador Antero Paes de Barros, ao responder ao Senador Efraim Morais, a Mesa respondeu à última questão de ordem suscitada por V. Ex<sup>a</sup>. A Constituição é clara. A Mesa não tomou conhecimento e não recebeu nenhum requerimento de informações com relação ao assunto levantado por V. Ex<sup>a</sup> e pelo nobre Senador Efraim Morais. A partir do momento em que o fez da tribuna, a Mesa respondeu de acordo com o Regimento Interno, despachando a quem tem competência, segundo o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que passo a ler:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estados ou a qualquer pessoa referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou não-atendimento no prazo de 30 dias, bem como da prestação de informações falsas.

Portanto, o que houve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em um debate entre Ministro e Senadores requerentes, dele não resultou nenhum pedido de informações registrado pela Mesa. No entanto, feito pelo nobre Líder Efraim Morais, da tribuna, a Mesa deu a S. Ex<sup>a</sup> a única consequência que poderia dar: despachar à Mesa para uma posterior decisão. Portanto, indefiro a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>, pois não há razão para suspendermos a votação.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Peço a palavra para uma nova questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A concedo a Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>. Já que a leitura susta...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A leitura não susta, perdoe-me.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – V. Ex<sup>a</sup> assim o disse. Então, a leitura não susta, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Não sou eu quem o diz, mas o Regimento, Senador Antero Paes de Barros. A Mesa repetirá para V. Ex<sup>a</sup>: uma vez feito o requerimento de informações da tribuna, como o fez o nobre Líder Efraim Morais, é óbvio que ele será despachado à Mesa para decisão.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, quero deixar claro a V. Ex<sup>a</sup> que, quando eu fui à tribuna, V. Ex<sup>a</sup> já havia despachado o requerimento.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que não foi lá da tribuna, não! Foi baseado no que a Mesa recebeu e despachou.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Mas não muda, Senador Efraim Morais. Efetivamente, a decisão da Mesa só pode ser uma.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu não sei se muda. V. Ex<sup>a</sup> tem o requerimento na mão. E aí pergunto ao ministro Carreiro se realmente o Regimento Interno diz que em qualquer momento da Ordem do Dia, em qualquer parte da sessão, a matéria pode ser lida.(Pausa.)

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> entenda que vai criar problemas em relação à matéria que está sendo votada. Quer que busquemos outro Poder para complicar a votação dessa matéria? O artigo lido deixa clara a questão, Presidente. Repetirei, pois pode ser que não esteja sendo claro: o art 216, inciso IV, do Regimento Interno, estabelece que os requerimentos de informações deferidos interrompem a tramitação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Se deferidos.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> recebeu o requerimento. V. Ex<sup>a</sup> pode ler a matéria. Há uma ata com pedido de informações. Pedi informações, por meio de requerimento ao Sr. Ministro, há trinta dias. Deve existir boa vontade para com a Minoria, a fim de evitarmos que o resultado de todas essas votações vá ao Supremo. O Regimento deve ser respeitado, porque a Minoria está aqui para cobrar. Entendo que se trata apenas de boa vontade. Ninguém atrasará essa matéria. Ninguém deixará de satisfazer o Planalto, deixando de votar essa matéria amanhã, nobre Presidente. É este o pedido que faço: respeito ao Regimento da Casa. A Minoria vai contestar, vai protestar. Sei que quem tem Maioria usa o rolo compressor. Mas nós vamos protestar e dizer ao Brasil qual é a forma com que o PT está governando o País, que é um verdadeiro imperialismo.

Aqui vamos debater e cobrar os nossos direitos e para tanto pedimos a boa vontade e a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> na Presidência da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa, nobre Senador Efraim Moraes, busca sempre a compreensão e a melhor interpretação do Regimento, não com má ou boa vontade, e responde a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> vai ouvir a decisão da Mesa e, em seguida,...

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É que a Mesa só decide com a Maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> não pode discutir com a Mesa. V. Ex<sup>a</sup> não pode fazer essa acusação à Mesa, nobre Senador Efraim Moraes.

V. Ex<sup>a</sup> vai constatar, acompanhando juntamente com a Mesa, a leitura do artigo a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu: art. 216, inciso IV: “Se deferidos, serão solicitadas à autoridade competente (...)”.

Nobre Senador Efraim Moraes, uma vez lido por V. Ex<sup>a</sup>, ou despachado, cabe à Mesa – e aí vamos à Constituição, que dispõe que quem tem competência para deferir não é este Presidente, mas a Mesa, que o faz nas reuniões, em conjunto, com todos os seus membros.

Portanto, Senador Efraim Moraes, “se deferidos”; e o requerimento não foi efetivamente deferido. Não há...

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A concederei a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Veja V. Ex<sup>a</sup> em que situação fica a Mesa. Essa matéria vai à Mesa Executiva do Senado para decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Assim diz a Constituição, nobre Senador.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – A Mesa decide que o meu requerimento é procedente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – É uma presunção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Então, a matéria foi votada com todos os esclarecimentos, com testemunhos, com a ata... Imagine V. Ex<sup>a</sup> se, amanhã, esteja nula essa votação, Sr. Presidente! É a questão de deixarmos para amanhã essa decisão. Não há nada de mais em uma simples votação, já que não estamos votando sequer o mérito da matéria. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que me garantisse a palavra.

Era a dúvida que eu gostaria de esclarecer junto a V. Ex<sup>a</sup>, ou seja: se, amanhã, esta matéria vai à Mesa

para ser decidida. Muito bem. É o que diz o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – É o que diz o Regimento.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – E se decide procedente o meu requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nesse caso, V. Ex<sup>a</sup> formula uma especulação diante de uma possível decisão da Mesa. O Regimento, em seu art. 404, é claro:

A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

E o que V. Ex<sup>a</sup> faz é um mero exercício especulativo de que a Mesa irá deferir.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem. Então, saio da especulação e vou para a realidade: Ministro nenhum tem mais obrigação de responder a requerimento de Senador; nenhum mais. Portanto, saio da especulação e vou para o realismo. Porque se temos um fato concreto, temos uma ata da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dizendo que existe o requerimento, que foi feito o requerimento, e V. Ex<sup>a</sup> entende que podemos votar a matéria sem o Ministro – e já se foram mais de trinta dias, e S. Ex<sup>a</sup> não respondeu a esta Casa. Então, fica também retirada a questão de se especular, de adivinhar, para que se possa dizer que nenhum Ministro se encontra obrigado a responder, daqui para frente, a mais nenhum dos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Este é apenas o entendimento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estamos na discussão do requerimento, portanto, temos um Senador inscrito por Partido. Eu gostaria de saber quantos inscritos temos ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Restam as inscrições dos nobres Líderes Renan Calheiros e Marcelo Crivella, que falará pelo PL.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, portanto, ao nobre Senador Renan Calheiros para encaminhar.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup> pode me dizer se a Mesa tem prazo para dar parecer sobre os requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Quinze dias úteis, uma vez que o requerimento foi lido da tribuna hoje.

Quero que fique claro que o que ocorreu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nobres Senadores Antonio Carlos Magalhães e Efraim Morais, é que a Mesa não pode agir por presunção ou por simples informação.

A Mesa defere ou não os requerimentos de informações à medida em que são apresentados, como ocorreu na data de hoje. A Mesa terá quinze dias, e o fará. V. Ex<sup>a</sup> conhece o Presidente José Sarney e sabe que S. Ex<sup>a</sup> é cioso dos prazos determinados pelo Regimento. Assim, a Mesa responde a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup>, colocando o nome do Presidente José Sarney, atrapalhou a minha argumentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Se V. Ex<sup>a</sup> prefere, quem está presidindo, ainda que interinamente, sou eu, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou facilitar, portanto, a indagação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tenho vários requerimentos, há mais de quinze dias, que ainda não foram despachados pela Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa recebe o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> como reclamação e a encaminhará para o Presidente desta Casa e aos Relatores porque, Senador Antonio Carlos Magalhães, a Mesa os recebe e os distribui aos Relatores. Portanto, as reclamações de V. Ex<sup>a</sup> serão enviadas ao Presidente desta Casa que, por sua vez, as enviará aos Relatores, que estão com as matérias.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o nobre Líder Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, este debate aprofunda-se, sem dúvida, porque estamos vivendo hoje no Senado Federal uma das mais importantes sessões desta legislatura, uma vez que vamos discutir o aspecto constitucional e regimental da opção que vamos fazer, até porque, sobre isso nenhuma dúvida mais persiste. O Líder Aloizio Mercadante já leu um acórdão do Supremo Tribunal Federal que, entre outras coisas, diz o seguinte: o que não pode ser votado na mesma sessão legislativa é a emenda rejeitada ou havida por prejudicada, e não o substitutivo, que é uma subespécie do projeto originalmente proposto.

O Senador Aloizio Mercadante, respondendo ao argumento brilhante do Senador Jefferson Péres, disse ainda que, da mesma forma que o substitutivo é uma subespécie, qualquer emenda que se tente fazer é ainda uma subespécie menor do que o próprio substitutivo.

É importante que todos saibam que essa opção do Senado Federal é proveniente da maturidade que alcançamos, do bom senso, sobretudo daqueles que querem melhorar as reformas.

O PMDB, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tem compromisso com o aprimoramento da reforma da previdência e da reforma tributária. Para tanto, elegemos seis pontos, depois incluímos um sétimo ponto, que são exatamente os seguintes: com relação a inativos, queremos a elevação da isenção. Gostaríamos que isso pudesse ser feito na PEC originária, digna desse nome, mas não será possível, porque qualquer alteração de mérito ensejaria a volta do texto para a Câmara dos Deputados e o atraso do calendário legislativo. E o País não quer que isso aconteça, Sr. Presidente, porque implicará ausência de ganho fiscal que a reforma proporciona. Isso tudo teria que ser discutido novamente pela Câmara e continuaríamos no próximo ano com esse modelo de Estado falido, que precisamos substituir.

O que está na origem dessa discussão é a natureza do Estado brasileiro. Qual é o Estado que queremos? É esse que temos, que não tem capacidade para investir, para diminuir as desigualdades sociais e regionais? É esse Estado que não pode investir na infra-estrutura, que não pode unificar os programas sociais, que precisa delongar essa unificação? É isso que precisa ser discutido.

Há pouco conversava com o Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Orçamento. O Orçamento no Brasil deixou de ser uma peça de ficção; sequer como peça de ficção pode ser

levado a sério. O Orçamento hoje no Brasil é votado para ser integralmente contingenciado.

Outro dia ouvi algo do Ministro da Fazenda e gostaria de reproduzir a conversa que tivemos. S. Ex<sup>a</sup> me dizia que se não houver crescimento econômico, se não houver alternativas de receitas orçamentárias, o contingenciamento do próximo ano vai ser maior ainda do que o deste ano.

Esse é o papel do Estado brasileiro? Pagar R\$220 bilhões de dívida pública interna e externa? É cobrir um déficit de R\$60 bilhões da Previdência Social sem ter capacidade para investir em absolutamente nada? Sem ter dinheiro para fazer reforma agrária? Temos R\$600 milhões reservados na proposta orçamentária para a reforma agrária no próximo ano. É esse o Estado que queremos? Então, é essa a discussão que vai ou não se afirmar pela votação.

Há pouco, quando conversava com o Senador Arthur Virgílio, eu brinquei e disse a S. Ex<sup>a</sup> que ficasse despreocupado porque eu não ia exagerar no conceito de governabilidade. O Brasil sabe que o PMDB tem compromisso com a governabilidade, com a aprovação das reformas, com a retomada do desenvolvimento, e é fundamental que tenhamos para isso uma poupança interna.

O Governo, quer queiramos ou não, acertou a mão na economia, fez o dever de casa da macroeconomia. Mas ele tem agora que ser seguido pela iniciativa privada. Ele tem que continuar baixando o juro, mas tem que ser seguido pela iniciativa privada para que possamos retomar e atrair investimentos. E para que isso aconteça, a economia...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Por que não o Orçamento impositivo?

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – O Orçamento impositivo, defendido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, é uma alternativa. Penso até que é impositivo com alguns critérios indiscutíveis de confirmação da estimativa de receita. Creio que esse é um caminho para o Brasil. O que não é possível é o Brasil ficar sem investir um centavo, com prioridade absoluta de pagar juros extorsivos das dívidas interna e externa e cobrir déficit. Queremos melhorar a situação dos inativos com a elevação da isenção, melhorar as regras de transição, para não punir os que estão prestes a se aposentar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Encerrarei logo, Sr. Presidente.

Senadora Heloísa Helena, há pouco tive a oportunidade de dizer-lhe pessoalmente que queremos

deixar absolutamente claro como vamos incluir esses 40 milhões de pessoas e não deixar a questão dependendo de lei complementar. Queremos resolver os problemas das donas-de-casa, vamos discutir a necessidade de elevar o limite de idade compulsório no serviço público para além de 75 anos. Mas entendo que teremos oportunidade de resolver essas matérias ou na reforma do Judiciário ou na apreciação da PEC do Senador Pedro Simon. Esse é um compromisso fundamental que assumimos na própria Bancada.

Com relação ao subteto, não. O subteto precisa ser resolvido na PEC originária. Essa é a posição que o PMDB defende para o nosso País. Temos que encontrar uma solução não para emendar, não para ensejar a volta da reforma à Câmara, mas para resolver de uma vez por todas, por emenda supressiva, a questão do subteto nos Estados. Não podem os Estados continuar com três subtetos: um para o Judiciário, um para o Legislativo e um para o Executivo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é no Executivo que estão localizadas estrategicamente as carreiras de Estado. Seria punir as carreiras estratégicas de Estado, seria retirar mais ainda a qualidade da prestação do serviço público que temos no Brasil.

O PMDB, da mesma forma, entende que deve ser colocada como ponto prioritário a questão da paridade. Conversei com o Senador Paulo Paim, discuti na Bancada, conversei com todos. Nessa altura do campeonato, não adianta defender bandeiras só por defender. Precisamos defender bandeiras e trabalhar pelo resultado, pela sua concretização. Vamos concordar, sim, que a questão da paridade seja aperfeiçoada para os atuais servidores na PEC paralela. Entretanto, ela não pode ser um mecanismo de enganação, de logro, de tapeação. Se isso acontecer, será destruída a relação dos partidos no Congresso Nacional e, sobretudo, nesta Casa.

O que tem de prevalecer – e esta é a posição do PMDB – é a credibilidade do acordo, a credibilidade da tramitação da PEC alternativa, da PEC paralela. Precisamos de um firme compromisso do Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, José Sarney, do Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo, dos Líderes partidários, de todos, com relação ao mérito e ao prazo, de que essa emenda tramitará e, sobretudo, aprimorará as reformas que tramitam simultaneamente no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entendo que esta é uma sessão importante, que este debate tem sentido, sim, não apenas pelo seu aspecto constitucional, já bastante discutido, mas, sobretudo, por-

que vamos afirmar um caminho, uma alternativa: sem afetar o calendário, sem atrasar a tramitação, melhorando, sob o ponto de vista do mérito, as reformas constitucionais que este País necessita.

Assim, desde já, gostaria de pedir a todos os companheiros do PMDB que a votação seja emblemática, simbólica, para que possamos, neste momento, dar uma demonstração de que o Partido quer o melhor para o País, votando de maneira unânime, em bloco, minimizando qualquer dissidência, fazendo valer sua condição de maior Partido do Senado Federal.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devido a algumas considerações formuladas, dá-se a impressão de que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados são tratados pela Constituição Federal como se fossem duas instâncias do chamado Poder Legislativo federal, o que não é verdade. Se todos tivessem lido as considerações que fiz, inspiradas em parte no meu amigo Fradique Mendes, veriam que o processo legislativo, não obstante a tramitação de matérias em separado em cada uma das instâncias legislativas da União, deve ser uniforme. O Poder Legislativo federal é exercido pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 44 da Carta Magna.

Em consideração ao nosso amigo, o ex-Ministro da Justiça Senador Renan Calheiros, poderíamos dizer que a proposta de se votar, em primeiro lugar, a PEC nº 77 – a qual deverá ser naturalmente enxertada, porque muitas das matérias relevantes estão fora dela, e deverá ser aprovada primeiramente pelo Senado; depois, pela Câmara e depois, novamente, pelo Senado – fará com que o processo legislativo seja muito mais demorado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, solicito à Mesa que o Regimento Interno seja cumprido rigorosamente. Não é possível que cada Senador se inscreva e fale sobre o mérito da matéria fora do processo. Deve usar da palavra um Parlamentar por partido. Perguntei à Mesa quantos faltavam e soube que faltavam dois.

Peço à Mesa, portanto, que possamos concluir, para iniciarmos a votação imediatamente.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres, para uma questão de ordem.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para uma questão de ordem.) – Sr. Presidente, usei a palavra regimentalmente, segundo o art. 14, inciso VIII, alínea “a”. Segundo o artigo, qualquer Senador poderá usar da palavra, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, pela ordem, inclusive para a indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A rigor, não há equívoco algum. Estamos em processo de discussão de um requerimento de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Perdoe-me, mas há equívoco na argumentação, e como as interpretações aqui são bastante elásticas, creio que não desrespeitei o Regimento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero também deixar registrado que não solicitarei a palavra – embora tenha sido citada pelo Senador Renan Calheiros e tenha, portanto, direito à réplica; e o Senador Demóstenes Torres quando se pronunciou não o fez com base no art. 14, inciso VI, mas no inciso VIII –, porque quero entrar na discussão da matéria, a fim de que possamos demonstrar a farsa de PEC paralela, de inclusão e de fim dos privilégios.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há um último orador inscrito, o Senador Marcelo Crivella, que falará pelo Partido Liberal. Em seguida, a Mesa colocará em votação o requerimento.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Partido Liberal, neste momento, encaminha a votação da maneira como temos nos comportado durante todo o debate da reforma previdenciária. Nunca imaginamos que aqui, no plenário do Senado, se pudessem repetir as cenas da Câmara, quando se rasgavam papéis e os jogavam para o alto, festejando o que, a nosso ver, é um sacrifício muito grande do nosso povo e do funcionalismo.



No momento histórico do nosso País, endividados como estamos, com tanta violência, com tanta fome, com tanta criança sem escola, é pedido aos brasileiros que colaborem com o País.

Nós, do Partido Liberal, por meio do Vice-Presidente, temos falado da sangria aos cofres públicos, que é o pagamento de R\$120 bilhões todos os anos. Há uma minoria de brasileiros que possui um milhão ou dois milhões investidos nos bancos e que recebe uma remuneração, baseada na taxa Selic, superior a 20%.

Gostaríamos de encaminhar essa votação contrariamente ao requerimento do nobre Senador e professor de todos nós, Demóstenes Torres, entendendo que não é necessário apensar essas duas propostas de emenda à Constituição, já que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não tem poder para rejeitar essa matéria, embora a argumentação sempre brilhante do nosso Senador nos traga cada vez mais admiração e respeito por sua posição.

Sr. Presidente, precisamos aprovar essa reforma previdenciária. Nós, do Partido Liberal, vemos essa PEC paralela como um esforço para introduzirmos mudanças importantes na Constituição, para que nenhum deficiente ou pessoa com cardiopatia ou outras doenças nominadas na lei necessitem contribuir financeiramente. Elas ficariam isentas, tanto pensionistas como aposentados.

É bom lembrar que 20% dos aposentados e pensionistas do serviço público deixaram o trabalho por motivo de invalidez. Portanto, esses recursos seriam um golpe nas finanças e no equilíbrio fiscal do Governo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – e também esclarecendo a opinião pública –, já que o Governo propôs uma PEC paralela, por que não apensá-la, se é sua intenção aperfeiçoá-la? É para não perder tempo, para que a matéria não tenha que voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, com isso, percamos a oportunidade de fazer essas reformas neste exercício.

Portanto, o PL encaminha contrariamente ao requerimento e faz um apelo para que o Plenário o rejeite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência pede a atenção do Plenário.

Em votação o requerimento que pede a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 67 e 77, de 2003.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente,...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o PMDB é contra.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Rejeitado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Para a verificação é necessário o apoio de três Srs. Senadores. (Pausa.)

Apóiam o pedido de verificação a Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena e os Srs. Senadores Antero Paes de Barros e Jefferson Péres. Está cumprida a norma regimental.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, a Minoria está em obstrução e, se alcançado o quórum, votaremos com o requerimento. Pelo menos é um Partido que vota a favor dos aposentados, diferentemente do PT. O PT vai votar a favor dos aposentados? Não. Então, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estamos em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência aproveita a oportunidade para convocar as Sras e os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências desta Casa para comparecerem ao plenário, porque haverá votação nominal por requerimento, por solicitação de três Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, conforme o Regimento Interno.

A Mesa informa ao Plenário que o painel encontra-se com defeito. Por isso, temos aqui a presença do Sr. 1º Secretário, que fará a chamada nominal de todas as Sras e Srs. Senadores.

Está iniciado o processo de votação.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, só para informar ao Plenário que o PSDB está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O PFL e o PSDB estão em obstrução.

A Mesa informa a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, que iniciaremos a votação pela ordem de criação dos Estados, começando, como sempre, pela Bahia.

Estamos em processo de votação.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada das Sras e Srs. Senadores.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o PDS está em obstrução, mas o MDB vota “não”.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, o Senador está atendendo exatamente ao que o Líder do Governo determinou. É lamentável que o PMDB chegue a esse ponto, atendendo às cegas ao que diz o Líder do Governo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o MDB é um Partido que tem uma longa tradição democrática, nunca se curvou ao regime militar e permanece um Partido autônomo, independente. Não se curvará ao PDS, como não se curvou à Arena.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – V. Exª solicitou ao Senador Luiz Otávio que tomasse essa posição. É lamentável que essa seja a posição, Sr. Presidente. Foi uma determinação do Líder do Governo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Para orientar a Bancada, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – A recaída do PDS é também no tom do discurso.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para orientar o Bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Para orientar, as Bancadas terão direito a fazer uso da palavra.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Com manifestação de todos os Líderes do Bloco de apoio ao Governo, voto contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador José Agripino, a Presidência informa que, tendo V. Exª apoiado o pedido solicitado, V. Exª terá de votar.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sei disso, Sr. Presidente. E solicito a V. Exª que inicie a chamada, como já foi anunciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Srs. Senadores da Bahia.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, faço um apelo para que todos os Senadores do Bloco venham ao plenário votar.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Da Bahia, Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Senador César Borges. (Pausa.)

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Do Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Sérgio Cabral. (Pausa.)

Do Maranhão, Senador João Alberto Souza. (Pausa.)

Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Senadora Roseana Sarney. (Pausa.)

Pelo Pará, Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRª ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Duciomar Costa.

**O SR. DUCIOMAR COSTA** (Bloco/PTB – PA) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Por Pernambuco, Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Por São Paulo, Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Por Minas Gerais, Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Senador Hélio Costa. (Pausa.)

Senadores por Goiás: Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Por Mato Grosso, Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o autor do requerimento está ausente. Isso não prejudica o requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa responde a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloizio Mercadante, dizendo que o autor do requerimento não precisa, neste caso específico, estar presente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Pelo Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon. (Pausa.)

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Pelo Estado do Ceará, Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Senadora Patrícia Saboya Gomes.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (PPS – CE) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

Pela Paraíba, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Efraim Morais. (Pausa.)

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Se é sobre a votação, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa votação nominal foi requerida a pedido de um Senador e teve o apoio de mais três Senadores. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> qual Senador fez o requerimento e quais os três que o apoiaram, porque S. Ex<sup>as</sup> terão que estar presentes, senão cairá o requerimento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não se trata de questão de ordem; é sobre o andamento dos trabalhos.

Está errado o Senador Romero Jucá, porque não foram chamados ainda aqueles que pediram a votação nominal. Quando me pedirem o meu voto, como eu fui uma das apoiadoras, eu vou votar. Do mesmo jeito, os Senadores José Agripino e Jefferson Péres vão votar. O problema é que não fomos chamados ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Senadora Heloísa Helena tem razão.

Vamos continuar a votação, uma vez que os Senadores José Agripino, Heloísa Helena, Antero Paes de Barros e Jefferson Péres, que foram os que fizeram o apoio, ou não se pronunciaram porque não foram chamados ou o fizeram quando chamados pela Mesa.

Portanto, assiste razão à Senadora Heloísa Helena.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, com relação à votação, é importante que o Plenário saiba – por isso estou me permitindo repetir a pergunta do Senador Romero Jucá – exatamente quem respaldou o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa vai prestar a informação solicitada sobre o processo. Os Senadores José Agripino, a Senadora Heloísa Helena, os Senadores Antero Paes de Barros e Jefferson Péres foram os que fizeram o apoio.

Continua a chamada.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador José Maranhão. (Pausa.)

Pelo Espírito Santo, Senador João Batista Motta. (Pausa.)

Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Pelo Estado do Piauí, Senador Alberto Silva. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador Mão Santa. (Pausa.)

Pelo Rio Grande do Norte, Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senadores do Estado de Santa Catarina.

Senador Jorge Bornhausen. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Pelo Estado de Alagoas, Senadora Heloísa Helena.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Como não tenho mais idade para ser ludibriada, voto favoravelmente ao requerimento.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – A Senadora Heloísa Helena vota “sim”.

Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Teotônio Vilela Filho. (Pausa.)

Pelo Estado de Sergipe, Senadora Maria do Carmo. (Pausa.)

Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Não, Sr. Presidente.

Pelo Estado do Amazonas, Senador Gilberto Mestrinho.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM) – Não.

Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Por Paraná, Senador Álvaro Dias. (Pausa.)

Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Pelo Estado do Acre, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Senador Delcídio Amaral. (Pausa.)

Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Pelo Distrito Federal, Senador Valmir Amaral.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Eurípedes Camargo.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Pelo Tocantins, Senador João Ribeiro. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Pelo Estado do Amapá, Senador José Sarney. (Pausa.)

Senador **João Capiberibe**.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Por Rondônia, Senador Amir Lando. (Pausa.)

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Não, Sr. Presidente.

Senadora Fátima Cleide.

**A SRª FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Não. Pelo Estado de Roraima, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Senador Augusto Botelho. (Pausa.) Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO** (Sérgio Zambiasi) – Concluída a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa consulta se há algum Senador que ainda não votou. (Pausa.)

Não havendo, a Mesa encerra a votação e procederá à contagem dos votos. (Pausa.)

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Votaram SIM 4 Srs. Senadores e NÃO 33.

Total: 37 votos.

A Mesa informa que não houve **quorum**.

O requerimento será apreciado na sessão de amanhã.

A Mesa passa à apreciação das outras matérias da Ordem do Dia.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Exª.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB MT) – Gostaria de reiterar à V. Exª uma questão de ordem já feita para que a Mesa providenciasse a leitura da Medida Provisória nº 128, já aprovada na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Assim que a Mesa acusar o recebimento e dentro do expediente, atenderá a solicitação de V. Exª.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB MT) – Isso significa que vai ler hoje, Sr. Presidente? A comunicação da Câmara dos Deputados já veio.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Antero Paes de Barros, sempre que se dá entrada ao processo e a Mesa é notificada, ela coloca a medida provisória em leitura.

**O SR. JOÃO CABIPERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Exª.

**O SR. JOÃO CABIPERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Solicito a V. Exª que faça consignar em Ata minhas votações anteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Ata registrará as manifestações de V. Exª.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, entendo que não há **quorum**. Caiu a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há número suficiente para discussão, nobre Senador.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, queria aproveitar o ensejo para recomendar à base do Governo que venha trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – **Item 9:**

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 665, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Luiz Otávio), que *aprova as Contas dos Presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativas ao exercício de 2000*.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os itens 10 a 16 ficam com suas votações adiadas por falta de **quorum**.

São os seguintes os itens adiados

**10**

**REQUERIMENTO Nº 901, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 901, de 2003, do Senador Hélio Costa, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2003-CN, do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002-CN, bem como a reclassificação do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2003, como Projeto de Resolução do Congresso Nacional.

**11**

**REQUERIMENTO Nº 908, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 908, de 2003, do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 308 e 355, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

**12**

**REQUERIMENTO Nº 921, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 921, de 2003 (apresentado pela Comissão de Educação como conclusão de seu Parecer nº 1.438, de 2003, Relatora: Senadora Fátima Cleide), solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002, a fim de aguardar a deliberação sobre o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2002, que trata de matéria correlata.

**13**

**REQUERIMENTO Nº 923, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 923, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

**14**

**REQUERIMENTO Nº 927, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 927, de 2003, do Senador Efraim Moraes, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003-Complementar, por regularem a mesma matéria.

**15**

**REQUERIMENTO Nº 941, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 941, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por tratarem de matérias distintas.

**16**

**REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2003**  
*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.009, de 2003, dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, solicitando nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2003, de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências*.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Requerimentos nºs 1.014 e 1.015, de 2003**, de autoria respectivamente dos Srs. Senadores César Borges e do Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti e demais signatários, ficam prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, pareceres que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte

**PARECER Nº 1.511, DE 2003**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Emenda nº 1, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.**

Relator: Senador **João Alberto Souza**

**I – Relatório**

Em exame na Comissão de Assuntos Econômicos a Emenda nº 1, de Plenário (Substitutivo), oferecida pelo Senador Arthur Virgílio ao Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que propõe dar nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

A Emenda nº 1, de Plenário, em seu artigo 1º, estende os benefícios fiscais previstos nos artigos 3º, 4º, 5º 6º, 7º 8º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterados pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e no artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, às áreas a que se referem o § 4º do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 11 da Lei nº 8.387, de 1991, ou seja, respectivamente, à Amazônia Ocidental, constituída pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), localizada no Estado do Amapá.

Note-se, então, a área a ser beneficiada com os incentivos fiscais previstos no Substitutivo foi ampliada em relação ao PLS nº 414, de 1999, pois, além de abranger a ALCMS, também inclui a área da Amazônia Ocidental.

Conforme o parágrafo único do art. 1º da emenda, as isenções fiscais aplicar-se-ão somente aos bens elaborados com matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, agrosilvopastoril, agroindustrial, biodiversidade, máquinas e implementos agrícolas e cerâmica e vidros.

A Emenda nº 1, de Plenário (Substitutivo), ainda modifica a redação do art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 1975, tornando isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos que utilizam matérias-primas provenientes dos segmentos anteriormente referidos, elaborados por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental e na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

O art. 3º do Substitutivo ainda prevê a aplicação dos incentivos fiscais aos bens destinados a compor o Ativo Permanente de empreendimentos que exerçam atividade turística, com projetos aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Em justificativa à emenda, o autor alega que o PLS nº 414, de 1999, que logrou parecer favorável nesta Comissão, quanto à política de desenvolvimento regional, é extemporâneo, pois abre a possibilidade da transferência de investimentos existentes no Pólo Industrial de Manaus (PIM) para a ALCMS, o que é indesejável sob a ótica de estratégia de desenvolvimento regional integrado construtivo. Ademais, o projeto de lei é inadequado quanto ao tipo de benefício pleiteado na medida em que abarca todos os segmentos produtivos.

Ressalta-se, ainda, que as Decisões nº 8, de 8 de maio de 1994, e nº 69, de 14 de dezembro de

2000, no âmbito Conselho do Mercado Comum do Mercosul (MERCOSUL/CMC), vedam a possibilidade de se constituir o objeto pretendido pelo projeto de lei em tela, uma vez que, após a edição das decisões, somente poderiam operar as zonas francas já em funcionamento e as que se instalassem em virtude de normas legais vigentes ou em trâmite parlamentar, além de restar proibida a aplicação unilateral de regimes aduaneiros especiais de importação não vigentes em 30 de junho de 2000.

Não sendo possível comportar duas zonas francas industriais no Brasil, tanto pelas razões apresentadas quanto pelas múltiplas adversidades operacionais internas, julga o autor que é válida e oportuna a idéia de viabilizar instrumentos que permitam o desenvolvimento sustentável pretendido e, ao mesmo tempo, dispensar tratamento igualitário às demais áreas incentivadas administradas pela Suframa, em vez de criar uma nova zona franca.

## II – Análise

Os incentivos fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus (ZFM) estão baseados, principalmente, em: isenção do Imposto de Importação (II) na entrada de mercadoria de procedência estrangeira, destinada ao seu consumo interno; redução do II aplicado aos insumos empregados na fabricação de produtos industrializados na ZFM; isenção do IPI para produtos fabricados na ZFM, para mercadoria de procedência estrangeira consumida internamente, para mercadoria de procedência nacional ingressada e aos produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas minerais de produção regional; e na isenção do Imposto de Exportação (IE) para produtos fabricados na ZFM.

A extensão destes benefícios, previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e no Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana significa, na prática, criar uma outra zona franca, pois, além dos benefícios fiscais comuns às áreas de livre comércio, a ALCMS teria tratamento tributário idêntico às operações industriais da Zona Franca de Manaus.

Tal possibilidade fere decisões já tomadas no âmbito do Mercosul, que impedem a criação de novas zonas francas ou a aplicação unilateral de regimes aduaneiros especiais de importação. Assim, a aprovação do PLS nº 414, de 1999, com sua atual redação, implicaria demandas legítimas por parte dos outros integrantes do mercado comum no sentido de modificá-lo ou revogá-lo.

Entretanto, não há como negar a importância da revitalização da ALCMS, objetivo pretendido pelo PLS nº 414, de 1999, para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Amapá. Assim, há que se buscar na legislação vigente formas de ampliar para a ALCMS os benefícios fiscais já previstos para as localidades da Amazônia Ocidental.

Como a legislação vigente prevê a aplicação de incentivos fiscais aos produtos elaborados em estabelecimentos da Amazônia Ocidental que utilizem matérias-primas de produção regional, o Substitutivo contorna os impedimentos legais e operacionais de se criar uma nova zona franca, estendendo à Amazônia Ocidental e à ALCMS os benefícios fiscais previstos no Decreto-Lei nº 288/67 e no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435/75, não mais em relação a todo o conjunto de bens industriais, mas apenas aos bens elaborados com matérias-primas de origem regional. Além disso, o Substitutivo apóia o segmento turístico, cujo potencial na Amazônia Ocidental e na ALCMS é bastante expressivo, aplicando incentivos fiscais aos bens destinados a compor o Ativo Permanente dos empreendimentos turísticos.

### III – Voto

Diante do exposto, o voto é pelo acolhimento da Emenda nº 1, de Plenário (Substitutivo), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999.

Sala da Comissão, – **Ramez Tebet**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Valdir Raupp** – **Ney Suassuna** – **César Borges** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azevedo** – **Tasso Jereissati** – **Arthur Virgílio** – **Patrícia Saboya Gomes**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETÁRIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 1.435,  
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975

**Altera a redação dos artigos 7º do Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro e 1967, e 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968 e dá outras providências.**

Art. 6º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na área definida pelo § 4º

do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º Os produtos a que se refere o caput deste artigo gerarão crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados, calculado como se devido fosse, sempre que empregados como matérias-primas, produtos intermediários ou materiais de embalagem, na industrialização, em qualquer ponto do território nacional, de produtos efetivamente sujeitos ao pagamento do referido imposto.

§ 2º Os incentivos fiscais previstos neste artigo aplicam-se, exclusivamente, aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Suframa.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O parecer lido vai à publicação.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Amir Lando, a Srª Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, a Srª Senadora Patrícia Saboya Gomes, os Srs. Senadores Papaléo Paes e Augusto Botelho, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S.Exªs serão atendidos.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para manifestar minha preocupação com o avanço da violência e com o aprofundamento das contradições sociais na chamada Grande Região de Brasília.

A cada pesquisa realizada nesse espaço geográfico, quando os resultados são divulgados, verificamos uma piora dos índices. As estatísticas mostram o persistente agravamento da exclusão social, da falta de perspectivas, da desagregação familiar, da desorganização urbana, do aumento crescente do desemprego, do avanço da violência, da expansão do tráfico de drogas e do crescimento do número de homicídios. Noticia-se até que conexões do crime organizado que atuam nos morros do Rio de Janeiro e nas favelas da periferia de São Paulo já têm suas seccionais na Grande Brasília.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os excluídos não têm nomes, vêm de todas as direções e são vistos todos os dias em vários pontos do Distrito Federal. Eles são facilmente notados e encontrados nos semáforos do Plano Piloto, nas entrequadradas, no Lago Norte e no Lago Sul, e no chamado Setor Sudo-



este Nobre, onde a renda **per capita** é de Primeiro Mundo. Quase todos vagam sem rumo à procura do nada e são recrutados em potencial dos chefes criminosos. Praticamente ignorados pelas ações do Estado, podem despertar a qualquer momento para a violência e para todos os tipos de delitos.

Não muito longe daqui, a uns quarenta quilômetros deste elegante plenário e dessas quadras e bairros privilegiados, que, ironicamente, exibem níveis de qualidade de vida superiores aos apresentados pela Noruega e pelo conjunto dos outros países nórdicos, como noticiou a revista **IstoÉ** em sua última edição, encontramos a chamada cidade satélite de Santa Maria, que é o lado cruel da chamada “ilha da fantasia”, como se costumou chamar Brasília.

Longe de poder exibir o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, 0,945, registrado pelo Lago Sul em estudo recente divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Santa Maria vive mergulhada na miséria, na corrupção dos seus dirigentes, na violência e na improvisação das ações públicas apressadas e eleitoreiras.

Com 13 anos de existência e 120 mil habitantes, qualquer pessoa pode fechar e abrir os olhos e, sem saber que está no raio de ação da capital do Brasil, em uma das mais modernas cidades do mundo, obra de vanguarda da arquitetura mundial do século XX, dizer que está em Bagdá, no Iraque; em Kabul, no Afeganistão; em Luanda, em Angola; em Brazaville, no Congo; em Freetown, na Serra Leoa; em Omdurman, no Sudão; em Dili, no Timor Leste; ou em Porto Príncipe, no Haiti. Em síntese, é tudo a mesma coisa!

Eminentes Senadoras e Senadores, a degradação social e material, a improvisação praticada pelo setor público, o paternalismo oficial aliado ao populismo eleitoreiro, o descaso, a sujeira, a violência e o abandono são tão chocantes, que não existe praticamente qualquer diferença entre a intranquilidade que reina em Santa Maria e as existentes nas localidades que acabamos de mencionar.

Nos últimos tempos, com o aprofundamento da crise econômica que toma conta de todo o Brasil e compromete diretamente o desenvolvimento de nossa região, os atos criminosos aumentaram vertiginosamente em todos os espaços do Distrito Federal.

Em Santa Maria, assim como nas outras cidades satélites e em todo o Entorno, as pessoas não se sentem mais seguras nem mesmo no interior de suas próprias casas.

Os delinqüentes agem em plena luz do dia, desmoralizam as famílias, aterrorizam homens e mulhe-

res, jovens e velhos, adolescentes e até crianças. Em sua quase totalidade, os bandidos não ultrapassam os 25 anos, agem covardemente, geralmente em grupos de dois e três, armados com revólveres, quase sempre extremamente nervosos e inseguros, intimidam as suas vítimas de forma violenta.

Sem demonstrar qualquer sentimento de compaixão, de culpa, de erro e de arrependimento, vão às últimas conseqüências do desrespeito à pessoa humana. Na maioria das vezes, liquidam impiedosamente os seus reféns, ou são, em algumas ocasiões, liquidados por eles.

No início de 2002, levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal revelou que o índice de homicídios em Santa Maria cresceu de maneira preocupante entre 1998 e 2001. Esse índice saltou do 13º lugar em 1998, para o 11º lugar, em 1999. No final de 2001, Santa Maria já ocupava a 6ª posição nas estatísticas de assassinatos no Distrito Federal, com um índice de 18,5 homicídios para cada 100 mil habitantes.

A comunidade vive amedrontada. Segundo depoimento recente de uma moradora que não quis se identificar diante da imprensa, seu filho não sai de casa há sete meses. Segundo ela, ele simplesmente olhou para a namorada de um bandido e foi ameaçado de morte. A polícia revela que os roubos e os homicídios são os crimes mais comuns na cidade. No ano passado, foram registradas mais de 4 mil ocorrências policiais em Santa Maria, com destaque para os pequenos furtos, lesões corporais e homicídios.

Em 13 anos de existência, a cidade conta apenas com dois Postos de Saúde. Os que necessitam de atendimento médico mais especializado têm de ser levados ao Hospital do Gama, ao Hospital de Base, ou a outros hospitais da rede pública do Distrito Federal. Marcar uma consulta ginecológica é uma verdadeira maratona. Todas as segundas-feiras, por volta das 4 horas, uma enorme fila se forma na porta do Centro de Saúde nº 2, na Quadra 217/317. As mulheres esperam pacientemente o início do expediente, por volta das 8 horas, quando são distribuídas as senhas. Na hora da entrega, não mais que dez são distribuídas, mesmo assim, com direito de atendimento para a próxima semana. As outras mulheres que estavam na fila desde a madrugada, se quiserem, poderão voltar na outra segunda-feira, quando, mais uma vez, terão de apelar para a sorte para conquistar uma senha de consulta. Vale destacar que existem poucos médicos nas duas unidades de saúde existentes.

Santa Maria praticamente não tem área de lazer. As crianças não têm onde jogar bola e não há parquinhos pela cidade. Não existem cinemas, teatros, praças de convivência, quadras esportivas, bibliotecas, centro de compras, quase nada que promova o lazer dos jovens e permita uma relação social mais saudável. Os garotos brincam nas ruas esburacadas e estão sempre expostos à violência. Muitos moradores admitem que existe uma relação direta entre o aumento dos índices de violência e a falta de diversão para os jovens.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apesar da triste realidade que estamos vivendo no Distrito Federal, acredito que ainda podemos debelar as contradições que se avolumaram nos últimos anos e evitar que elas se transformem em um irreversível caos urbano. Precisamos evitar, por todos os meios, que o sonho de Oscar Niemeyer, que imaginou uma cidade solidária, se transforme em um inferno ingovernável como virou a cidade do México, que hoje apenas teoricamente ostenta a condição de Distrito Federal. Não queremos ver a obra do grande Juscelino Kubitschek reduzida a um espaço de *apartheid*, onde um punhado de privilegiados vive como se estivesse na Noruega, ao mesmo tempo em que milhares vegetam na mais indigna condição humana.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Bertholt Brecht disse, certa vez, que é “infeliz o povo que precisa de heróis”. Trata-se, evidentemente, de uma frase que inspira a polêmica, principalmente em um mundo cada vez mais excludente, com mais de 1,1 bilhão de pessoas vivendo na mais absoluta pobreza, com uma em cada três crianças menores de cinco anos subnutridas, sendo que 13 milhões morrem a cada ano, com mais de um bilhão de analfabetos, mais de 100 milhões sem teto, mais de 1,5 bilhão sem água potável. Não se pode negar a invocação da imagem do libertador num mundo de opressão, de exclusão e de *apartheid* social.

Entretanto, a história produziu heróis para todos os gostos. Gandhi, Stalin, Churchill, Hitler. Na América Latina, José Martí, Simon Bolívar, Che Guevara. Na nossa história, Tiradentes, Caxias. Esse contradição me desperta, portanto, a reflexão. O que representa o herói? Será que todos os heróis se parecem? Será que é o herói que precisa do povo? O herói é sempre “o mais”? O mais forte, o mais sábio, o mais capaz? Ter diploma universitário, de preferência nas melhores escolas do planeta, é uma condição neces-

sária para moldar o herói? Será que a história pode evoluir sem heroísmos?

Creio que a figura do herói é construída, num primeiro plano, como projeção de sonhos, naquele já por demais conhecido mecanismo de transferência, pelo qual imputa-se a ele as virtudes (de “virtus”, força), as que não se acredita ter, ou que não se é capaz de exercitar. O herói é aquela figura por quem nós torcemos para nos sentirmos menos insignificantes. É aquele que nos faz sentir menos sós, na incapacidade de resolver nossos próprios problemas.

Esse processo de transferência torna-se, de fato, alienação, quando o herói se apresenta (e o povo confia) como aquele que tem a solução, como aquele que, em todas as entrelinhas, “diz” ao povo: “continuem na sua vidinha de sempre, e deixem-me os problemas mais sérios, pois só eu sou capaz de resolvê-los”. Ou seja, “rastejem, seres abjetos, que nasceram para trabalhar e não para mandar em suas próprias vidas”. E, aí, o herói se sente desoladamente só, pois já que só ele tem a responsabilidade histórica, só lhe restam duas alternativas: o sucesso ou o suicídio, real ou simbólico. Ou, o esquecimento, talvez, para esse tipo de herói, o pior dos castigos. O herói nunca pode errar, pois se afastou do comum dos mortais.

Mas, por outro lado, a história é rica, também, de outro tipo de herói: aquele que, em sua fraqueza, real ou aparente, descobre-se portador de uma força que não é sua. Faz-se capaz de canalizar uma fantástica energia concentrada, que vem de muitas pessoas que têm os mesmos sonhos. Vejo esse tipo de herói, por exemplo, na figura de um Gandhi. Frágil, não substituiu ninguém, apenas concentrou e deu forma ao desejo coletivo da liberdade, uma energia tão grande que não precisou de nenhuma arma para se impor.

Por que o herói engenheiro de energias humanas não precisa de armas? Porque a sua força não está em ser mais, mas na inversão da lógica da dominação. Maquiavel dizia que, para dominar, é preciso dividir. Portanto, para enfrentar a dominação, há que se unir. Por isso, Gandhi fez até greve de fome para poder convencer os radicais indus e muçulmanos a não se destruírem.

O povo é portador de uma energia capaz de mudar a sua história. Então, ele elege um dos seus, para canalizar essas energias e conduzi-lo. Vejo no Brasil e no mundo de hoje um movimento muito forte nesse sentido. Em todos os lugares e em todas as classes, percebe-se o desencanto com a lógica da dominação: o ridículo da guerra, a ineficácia da competição que não nos torna melhores, muito pelo contrário, tor-

na-nos seres frágeis, acuados pela violência urbana, pelo terrorismo. Percebemos que o terrorismo se alimenta da falsa onipotência da vítima, que lhe disfarça o medo. Sabemos que só temos futuro na inversão dessa lógica perversa: ao invés do medo, a esperança; ao invés da competição, a solidariedade; ao invés do ter, o ser; ao invés das armas, a força da palavra.

Podemos ver esse movimento fervilhando em movimentos sociais, organizados ou espontâneos, localizados ou mundializados como, por exemplo, o Fórum Social Mundial, os movimentos pela paz, os que combatem a miséria, os que lutam pela terra, pelo teto, pelo emprego, etc. São movimentos que crescem como avalanches. São movimentos que, em termos mundiais, buscam seus novos heróis. Que possam caminhar à frente, mas que não se distanciem. Que não se acreditem portadores únicos da verdade, que não corram sozinhos no risco de serem abatidos pelos próprios companheiros de jornada, sob o olhar irônico do dominador.

Não se pode negar um grande movimento mundial pela reversão da lógica da dominação. A derrubada das torres gêmeas não deixou de se constituir num fato simbólico contra o chamado hegemônico excludente. Por isso, não se tratou, apenas, de um ato terrorista, mas de uma ação política e revolucionária. Ninguém, em consciência sã, deixou de lamentar o sacrifício de tantos inocentes. Mas, não se nega que o sangue derramado aguçou consciências nos sentido das razões que levaram à escolha do alvo. A figura do presidente americano na sua postura como “herói”, salvador do mundo contra o terror, chegou a ser patética. Não tenho a segurança matemática, nem, ao menos, a estatística, para antecipar, nos dias de hoje, o eleito num hipotético e irônico escrutínio mundial entre o Presidente Bush e o “terrorista” Bin Laden, pelo título de “herói”.

As reuniões dos maiores organismos financeiros mundiais, como o BIRD, o BID e o FMI, se antes já não ocorriam na mais perfeita tranquilidade, hoje se tornaram focos de tensão que transformam os sítios dos conclaves em verdadeiros campos de guerra. E o lide do noticiário perdeu o tom do vandalismo, para mostrar sentimentos de protestos contra o modelo excludente que orienta a ação desses mesmos organismos.

Tudo isso enseja a busca de um novo modelo e, como consequência, novos perfis de líderes mundiais. O terceiro milênio começa sob um brilho mais intenso dos signos do humanismo, da solidariedade, do bem comum e da qualidade de vida. O próprio mercado, sensível e interesseiro, já percebeu essa mudan-

ça. E, também, começa a alterar conceitos. O “ter” passa a ceder espaço para o “ser”, também nas prateleiras.

Mas, o poder, bélico ou econômico, ainda se encontra concentrado. Toda e qualquer ameaça a esse poder é classificada, de imediato, como “eixo do mal”. A dominação torna-se, como decorrência, o “eixo do bem”. Em nome desse “bem”, a guerra. Qualquer país que possa pôr em xeque o “bem”, sob qualquer álibi, pode ser invadido, ocupado, dominado. Instaura-se, portanto, o medo. A tática, a maquiavélica, a da divisão. É por isso que a ONU foi descartada das negociações diplomáticas que antecederam a guerra do Iraque. Ela é, por definição, uma instituição que congrega países. No seu lugar, formou-se uma nova organização, restrita ao poderio bélico, a serviço dos interesses econômicos e políticos.

Entretanto, essa mesma tática enseja o seu contrário: a união. Pode-se classificar o atual momento, a meu ver, como algo que se poderia imaginar como “antiMaquiavel”: unir para enfrentar a dominação que, por princípio, é econômica, mas que se esconde no poderio bélico. Povos, que desejam a mudança, e nações, acuadas pela dominação, se juntam na formulação de um novo modelo de mundo. A formação de blocos de países extrapola, portanto, as eventuais facilidades de comércio multilateral, num discurso meramente “alfandegário”. Trata-se de uma discussão de poder, numa possível nova ordem mundial.

É neste contexto que vejo a participação do Brasil no cenário internacional, nos dias atuais. O artigo publicado pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 27 de setembro último, dá o tom da nova política externa brasileira, o que ele chamou de “política externa afirmativa”, em contraposição, ou alternativa à “política externa subalterna”. Note-se que ele chama de “afirmativa”, o que, antes se rotulava como “independente”, nos tempos da guerra fria, quando as alternativas eram o alinhamento aos Estados Unidos ou à ex-União Soviética, ou adotavam a “independência” em relação aos dois blocos. Muitos analistas políticos, e políticos analistas, ainda teimam nesta última terminologia, embora defendam um alinhamento, agora óbvio com os Estados Unidos.

Segundo, ainda, o Presidente do PT, a política externa brasileira congrega duas características principais: a afirmação dos interesses do País no contexto internacional e uma posição de liderança tanto no âmbito da América do Sul, quanto dos países em desenvolvimento. São essas características que têm norteado, portanto, a atuação do Brasil no cenário

mundial, a partir da posse do Presidente Lula. É aí que se insere a atuação do governo brasileiro no sentido do fortalecimento do Mercosul e no melhor relacionamento com os países do bloco andino e amazônico. Isso, nas relações de âmbito continental. Na esfera global, o mundo reconheceu a atuação brasileira na última reunião da Organização Mundial do Comércio. O Brasil foi o principal articulador do chamado G-22, países em desenvolvimento, que se reuniram sob o mote do enfrentamento dos problemas decorrentes dos generosos subsídios, principalmente agrícolas, dados aos produtores dos países desenvolvidos, bem como das truculentas barreiras impostas à importação de produtos originários dos países em desenvolvimento. Na prática e, em termos mais abrangentes, é o G-22 em contraposição à dominação, até aqui, do G-7. O G-22 lança, portanto, as sementes do multilateralismo, condição necessária para o advento da chamada nova ordem mundial.

Ao abordar temática de política externa, de relacionamento entre povos e nações, do posicionamento político do atual Governo brasileiro em face dos grandes problemas da atualidade, não poderia deixar de fazer algumas reflexões sobre o momento histórico, seus desafios e perspectivas, não só para a correta compreensão dos impasses a serem superados, mas, sobretudo, para fundamentar a opção firmada sob a orientação do Presidente Lula.

O historiador inglês Eric Hobsbawm qualificou, com muita propriedade, o século passado como sendo a era das incertezas. De fato, o século XXI foi marcado por dois grandes conflitos mundiais, ambos de desfecho e conseqüências imprevisíveis, tendo a sua segunda metade sido caracterizada por um confronto econômico, político, militar e ideológico entre dois blocos de poder em permanente disputa.

A incerteza a que se referiu o pensador inglês dizia respeito não só a quem viriam a ser os vencedores dos conflitos bélicos havidos, mas, sobretudo, quanto ao desfecho da chamada "guerra fria" que opunha duas visões de mundo radicalmente diferentes.

A queda do muro de Berlim foi emblemática do desmantelamento do poderio soviético e, por via de conseqüência, da perda de vigor das correntes socializantes. Muitos imaginaram ser chegado um tempo de paz, prosperidade e segurança para todos, passando a falar-se, neste sentido, de havermos alcançado o fim da história, pois não haveriam mais razões para questionamentos relevantes nem conflitos significativos.

O grande erro dos que assim pensaram foi o de admitir que a estabilidade e a segurança nas relações entre os países seriam alcançadas com a singela primazia de um bloco de poder sobre o outro.

O estado belicoso no Oriente Médio não cessou. Ao contrário, as contradições e conflitos de interesse se agravaram. O sangrento enfrentamento que tomou conta da antiga Iugoslávia, esfacelada após a queda do antigo regime, exigiu nova intervenção militar, altamente custosa em termos financeiros e humanos. Na África, os embates entre grupos étnicos e estados, estes formados artificialmente a partir das delimitações territoriais traçadas pelo colonialismo, eclodem a cada momento. Não raro, vemos as antigas potências coloniais intervindo nesta região do mundo, a fim de restabelecer a ordem. Na Ásia, as tensões não são de menor monta, tanto no que diz respeito aos dissídios internos quanto no tocante aos embates supranacionais. A recente invasão do Iraque, ocorrida à revelia da ONU, é mais um episódio revelador da incapacidade de os mecanismos institucionais vigentes na ordem internacional atuarem no sentido prevenir e solucionar situações conflitivas.

Na verdade, a questão que devemos nos colocar é a de indagar o porque das tensões, a razão última da existência de tantos e tão generalizados conflitos armados, as causas primeiras de uma situação de instabilidade e insegurança coletiva que paira sobre o globo terrestre. Afinal, se ao cabo do enfrentamento ideológico maior, como querem alguns, prevaleceram os valores básicos da democracia, da liberdade e da igualdade entre os homens, não seria lícito esperar que o mundo rumasse no sentido da pacificação, da concórdia e da convivência harmoniosa? Não teríamos a legítima expectativa de ver os angustiantes problemas da humanidade serem progressivamente resolvidos? Não deveríamos estar presenciando uma evolução no sentido de relações econômicas, financeiras e comerciais mais equânimes, sobretudo onde os princípios apregoados pelos que ditam as regras fossem por eles mesmos respeitados? Os terríveis flagelos da fome e da miséria não deveriam estar sendo enfrentados de forma prioritária e eficaz?

Infelizmente, a realidade cotidiana nos impõe responder negativamente a todos esses questionamentos. O pragmatismo e o realismo que sempre envolvem as relações entre Estados não pode nos obrigar a ignorar o estado de coisas vigente.

Mais uma vez recorrendo à imagem cunhada por Hobsbawm, podemos dizer que também este século se inicia sob a égide de uma grande incerteza quanto ao futuro do homem.

O processo decisório no âmbito multilateral não reflete as expectativas de uma progressiva democratização, transparência e legitimidade no convívio entre as nações. Os anseios de uma maioria, por mais éticos que sejam, devem curvar-se ante os interesses de uns poucos. A regra, cada vez mais, parece ser a do “**Diktat**” e não a do consenso. Os imperativos de sobrevivência digna para todos são menosprezados em favor de interesses subalternos. As soluções de força parecem cada vez mais ganhar espaço em detrimento da racionalidade e do respeito às posições alheias. Os princípios que inspiraram a Carta das Nações Unidas são reiteradamente violados e a construção da paz e da segurança coletivas não progredem como era de se desejar.

Por tudo isso, o momento exige que nos indaguemos sobre o que deu errado, onde falhamos, o que pode e deve ser feito.

Os problemas do mundo e da humanidade cresceram quantitativa e qualitativamente. No primeiro aspecto, porque a assimetria entre abastados e excluídos aumentou exponencialmente, acompanhado de um não menos expressivo incremento populacional das regiões menos favorecidas. No segundo aspecto, porque o avanço tecnológico e científico só beneficiou alguns, relegando ao ocaso uma vasta maioria de seres humanos.

As disparidades de renda e riqueza, de disponibilidade material, de bem-estar e de oportunidade são verdadeiramente abissais. Implantou-se um perverso ciclo do infortúnio em que os menos favorecidos são cada vez mais penalizados, distanciando-se a cada dia dos benefícios da civilização, que, por sua vez, se tornam mais sofisticados, complexos e, por isto mesmo custosos.

Seria ingênuo atribuir este estado de coisas, esta evolução indesejada pelas graves consequências que acarreta para a paz e a segurança coletivas, à perversidade ou à deliberada maldade de uns e outros. Seguramente, se tais rumos foram assumidos, deve-se ao fato de termos sido incapazes de instrumentalizar a ordem internacional com mecanismos eficientes e ágeis para alcançarmos um estágio superior de organização social planetária.

A experiência histórica demonstra claramente que os interesses setoriais e grupais avançam até onde lhes é dado avançar. Na ausência de um poder dotado de meios para impedir certas práticas deletérias para o grande número, o ímpeto egoísta e autoritário sente-se livre para ocupar espaços cada vez maiores. Mas não basta, evidentemente, apenas criar mecanismos institucionais regulatórios. É preciso, antes

de tudo, construir um consenso sobre as bases éticas e morais que devem presidir o exercício da autoridade no plano supranacional.

É justamente nesse campo que devemos empenhar o maior dos nossos esforços, tal como vem fazendo a diplomacia brasileira dos tempos presentes.

A exacerbação da competitividade leva o homem a ver o seu semelhante como um adversário e não um parceiro na construção de um mundo melhor. O valor que deve ter a primazia no momento há de ser o da solidariedade, do compromisso com a igualdade de oportunidades, da prevalência do interesse maior da coletividade sobre as aspirações individuais.

Não haverá de ser a exacerbação do espírito de contenda que levará a humanidade a estágio superior de organização. Este, se continuar prevalecer, terá como inevitável consequência o incremento dos conflitos, das desigualdades, da iniquidade.

E não se diga ser esta uma posição de mero princípio ético. Ela é também uma posição de ordem prática. Basta pensar-se no custo econômico dos enfrentamentos, do ônus da guerra, da quantidade de energia e meios gastos com o único propósito de oprimir e reprimir.

É ilusório admitir que a capacidade de deflagrar ações violentas seja capaz de, em caráter permanente, manter um **status quo** inaceitável para o grande número. Mais cedo ou mais tarde, a truculência alcança o limite da sua eficácia, demandando ações da mesma natureza em maior intensidade e amplitude.

Como clara e sabiamente ficou consignado na Carta das Nações Unidas, as ações bélicas só podem ser admitidas nos estritos e necessários limites ao exercício da legítima defesa contra agressão atual ou iminente.

O emprego da força de maneira preventiva, como se presencia na contemporaneidade, já está proscrito pelo patrimônio cultural da humanidade há mais de meio século. O que é mais grave é que hoje constatamos o emprego da força preventiva em nome de interesses meramente comerciais, de privilégios odiosos que deveriam de longa data estar extintos.

Precisamos resgatar os valores e princípios maiores do humanismo, de sorte a refundar a ordem universal com base na cooperação e no concertação entre os homens. Precisamos reviver o princípio segundo o qual a liberdade de uns encontra o seu limite na liberdade alheia.

Partilhamos de uma sorte comum, para o bem ou para o mal. Se assim foi no passado, com muito

mais razão haverá de ser no presente, onde o mundo é mais complexo e os avanços do conhecimento são acelerados.

É imperioso que tenhamos em mente que o ter não pode sobrepor-se ao ser. O crescimento da riqueza e das disponibilidades materiais tem várias limitações, mas certamente a primeira delas é que o processo não se dê em detrimento de uma maioria para o simples proveito de uns poucos.

O germe da insegurança, do estado de beligerância, da ausência de paz e concórdia está precisamente no menosprezo por estes singelos valores e princípios a que nos referimos.

Valorizar o diálogo construtivo num ambiente de mútuo respeito, de observância da soberania e da autonomia de cada qual, é o ponto de partida para o reordenamento do mundo.

As trágicas manifestações de violência que todos os dias presenciamos no cenário mundial precisam ser analisadas e compreendidas a partir de um horizonte maior. Cabe-nos indagar, sempre, sobre as origens e causas remotas do fenômeno, pois, caso contrário, estaremos permanentemente a avaliar um episódio isolado do contexto que lhe deu origem. E, assim procedendo, assim pensando e assim agindo, continuaremos a assistir ao triste espetáculo da renovação e da perpetuação da brutalidade, o que é incompatível com o estágio civilizatório alcançado.

Participar de uma nova etapa da ordenação da vida das nações é, antes de tudo, assumir um compromisso com o ser humano, com a dignidade e com o valor que lhe são inerentes, com o respeito que lhe é devido, enfim, com o propósito de legar às gerações futuras um ambiente melhor, mais justo e equitativo, em que as potencialidades de todos possam florescer e a vida valha a pena ser vivida.

Coerente com essa visão de mundo, o Presidente da República, ao discursar na Assembléia Geral das Nações Unidas, enfatizou o fortalecimento do multilateralismo. E, aí, como não poderia deixar de ser, o fortalecimento da ONU no papel central de liderança na condução do processo político mundial. O Presidente falou do 11 de setembro, da guerra do Iraque, do continente sul-americano, do G-22, nas parcerias do Brasil com a China e a Rússia, com a África, com os estados que compõem a Liga Árabe, com a Índia, enfim, do papel do Brasil no cenário dos países em desenvolvimento.

Mais do que isso, o Presidente Lula falou da nova ordem mundial. Da distribuição da riqueza e do

poder. Da fome que já atinge uma em cada quatro pessoas no planeta, incluindo 300 milhões de crianças. Falou do absurdo da miséria em tempos de tamanhos avanços tecnológicos. Citou líderes e heróis como Paulo VI: “os povos da fome dirigem-se, hoje, de modo dramático, aos povos da opulência” e Ghandi: “a violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário, enquanto o mal que faz é permanente”. Finalizou com a firme determinação de trabalhar no sentido de que “este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em um processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia”.

Qualquer semelhança com fatos e atores da história mundial, nos movimentos de libertação, não será mera coincidência. Por exemplo, o sonho de Simon Bolívar, o Libertador, era uma América Latina una e integrada, capaz de fazer frente aos países hegemônicos. “Libertar, para unir” era o seu pensamento e a razão de sua prática. José Martí, herói cubano, embora na sua curta existência de 43 anos, deixou um legado de resistência e de união dos povos, através das idéias que, para ele, são “mais importantes que as armas”. Eram tempos da Doutrina Monroe, da “América para os americanos”, contraposta, então, “por uma América para a humanidade”.

O discurso do Presidente Lula segue, portanto, os mesmos traços das palavras de Paulo VI, de Gandhi, de Bolívar, de Martí e de outros líderes mundiais que pregaram a paz, justiça, a concórdia e a inclusão social. Um discurso moldado numa história de vida, jamais na conveniência de um cargo. Não se conhece na história brasileira um presidente que tenha encarnado, com tamanha legitimidade, os sonhos de um povo. Portanto, com o Presidente Lula, não é, apenas, o Brasil que tem se projetado, no cenário mundial, através de um legítimo representante que, verdadeiramente, reflete os ideais de seu povo: é o mundo que passa a reconhecer, efetivamente, esse mesmo povo. Um mundo que, a exemplo de Martí, prefere a idéias às armas. Um mundo que, a exemplo de Bolívar, quer libertar, para unir. Um mundo que, a exemplo de Paulo VI, quer a justiça social. Um mundo que, a exemplo de Ghandi, quer a paz. Um mundo que, a exemplo do povo brasileiro, elegeu a esperança, no lugar do medo.

Era o que eu tinha a dizer,

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

**SEM-TERRA E SEM SOLUÇÃO**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna para comentar matéria intitulada "Sem-terra de MS protestam para ingressar no Fome Zero", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de outubro do corrente.

A matéria, de extrema atualidade, pelo que entendendo que a inserção nos Anais do Senado é oportuna, trata da inoperância do governo Lula em relação à questão agrária no país: famílias que aguardam há meses para serem assentadas, e famílias assentadas


que não recebem os recursos prometidos. E, como se não bastasse, o Incra sequer recebe os líderes do movimento, que já planejam novas invasões para forçar a abertura das negociações.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

*Senadora Lucia Vânia 28/10/03*

 <b>RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.</b> Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República		DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
JORNAL		<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	<b>10</b>	Outubro/2003	<b>NACIONAL</b>	<b>A</b>
						<b>94</b>

## Sem-terra de MS protestam para ingressar no Fome Zero

*Cerca de mil pessoas interditam rotatórias da BR-060 por cinco horas*

**JOÃO NAVES DE OLIVEIRA**  
Especial para o Estado

**C**AMPO GRANDE – Cerca de mil sem-terra de Mato Grosso do Sul interditaram ontem por cinco horas rotatórias da BR-060, no município de Sidrolândia, a 90 quilômetros de Campo Grande. O grupo, que reunia homens, mulheres e crianças, começou a manifestação por volta das 5 horas, para pedir a inclusão das famílias nos programas Fome Zero, do governo federal, e Segurança Alimentar, do Estado. "Alguns ainda recebem cesta básica, ou-

tros nem isso", garante o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia, Adão de Souza Cruz.

O sindicalista informou que o protesto de ontem chamaria a atenção para as 300 famílias do Acampamento Aleluia, que esperam há seis anos para serem assentadas. Segundo ele, há em Mato Grosso do Sul pelo menos 8 mil famílias de sem-terra ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) à espera de assentamento.

Cruz disse também que os as-

sentados pelo Incra no Estado, em sua maioria, não recebem os recursos prometidos, principalmente no que se refere ao programa Luz no Campo, que leva energia elétrica e assistência rural aos núcleos de assentados. O sindicalista se queixou da administração do Incra no Estado e afirmou que o superintendente Luís Carlos Bonelli está sempre ausente.

Cobrado pelos sem-terra, o Incra informou que ontem Bonelli estava em um compromisso em Cuiabá (MT) e o substituto dele, Waldir Perius, em Dourados. Sem serem recebidos por ninguém, os sem-terra resolveram suspender o movimento e discutir qual o

próximo passo. Os líderes já planejam invasões de fazendas, da própria sede do Incra ou novos bloqueios de estradas para forçar abertura de negociação.

**G**RUPO  
NÃO É  
RECEBIDO  
PELO INCRA

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico) –

### ALGO DE PODRE NA RECEITA FEDERAL

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 13 de agosto do corrente, intitulado “O escândalo na Receita”.

O artigo, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, trata dos escândalos apontados na administração da Receita Federal envolvendo advogados, despachantes e funcionários da Receita e do INSS, que “aconselhavam” contribuintes em dificuldades a

escapar de autuações milionárias, mediante participação no montante desviado do Fisco.

Como se não bastasse, os procedimentos de investigação adotados deixaram transparecer a disputa pelo poder existente dentro do órgão. É preciso que o governo Lula tome providências urgentes, sob pena da desmoralização da Receita Federal.

O texto, que passo a ler, para que fique integrado este pronunciamento, é o seguinte:

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA	MES/ANO	EDIÇÃO	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	11	Outubro/2003	NOTAS E INFORMAÇÕES	A	3

## O escândalo na Receita

**H**á um escândalo dentro de outro escândalo, na Receita Federal. O primeiro, uma megafraude, até agora avaliada em R\$ 250 milhões, envolve advogados, despachantes e funcionários da Receita e do INSS no Rio, que se confluíram para fazer desaparecer autos de processos administrativos e para “aconselhar” contribuintes em dificuldades a escapar de autuações milionárias, mediante participação no montante desviado do Fisco. Dos 27 acusados de cometer as fraudes que tiveram suas prisões decretadas, 18 foram presos, mas já foram soltos depois de cumpridos os cinco dias da prisão provisória.

Descobriu-se que empresas interessadas em fugir da fiscalização em outros Estados se fixavam no Rio, mas sem transferir suas sedes. Contavam com a falta de estrutura da Receita Federal para fiscalizá-las. Por segurança, informavam endereços falsos, geralmente terrenos baldios ou residências de pessoas que nada tinham a ver com a fraude. Funcionários desonestos roubavam as senhas de colegas e com elas registravam as empresas fraudadoras no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com números falsos.

Embora vultosa, essa não seria a primeira fraude contra o Fisco praticada por agentes da Receita Federal. Afinal, nenhum sistema é à prova de fraudes e nenhuma categoria funcional é composta exclusivamente por pessoas imunes às tentações do dinheiro fácil. Detectados os indícios de que havia algo de podre na área da Receita, no Rio de Janeiro, o corregedor-geral da Receita Federal, Moacyr Leão, tomou a frente das investigações. O desdobramento normal do caso seria a abertura de inquérito policial e o indiciamento e julgamento dos acusados.

Mas, logo no início de suas investigações, o corregedor-geral da Receita obteve autorização judicial para fazer a escuta telefônica de vários funcionários. Uma das 2.300 conversas interceptadas foi vazada para a imprensa, de forma truncada e fora de contexto. Segundo aquela versão, o então secretário-adjunto da Receita, Leonardo Couto, teria dito a um colega que o corregedor Moacyr Leão “é um mal” e teria de “levar um tiro na cabeça”. Alegando estar sob ameaça, o corregedor-geral pediu proteção policial. Revelado o teor da conversa, o secretário-adjunto se demitiu do cargo, mas tornou-se pública a disputa por cargos que se vinha travando na surdina. Depois disso, conhecida a in-

tegra do diálogo, ficou claro que não houve uma conspiração para assassinar o corregedor-geral e que o autor da frase foi o auditor Flávio Franco.

Desde janeiro, o corregedor-geral abriu quatro inquéritos administrativos para apurar suspeitas de irregularidades cometidas por altos funcionários ou integrantes da cúpula da Receita Federal. Essas denúncias teriam sido motivadas por uma

disputa interna que começou ainda na transição do governo Fernando Henrique para o governo Lula. O corregedor-geral Moacyr Leão seria amigo do ex-coordenador de Pesquisa e Investigação Deomar Vasconcellos de Moraes, por sua vez ligado ao PT e ao sindicato dos fiscais. Aspirante ao cargo de secretário da Receita Federal, Deomar foi preterido pelo ministro Antônio Palocci, que escolheu para o cargo Jorge Rachid, que fora secretário-adjunto do ex-secretário Everardo Maciel. Os inquéritos abertos por Moacyr Leão envolvem o secretário Rachid e funcionários ligados a ele.

Essa disputa, transformada em escândalo, ameaça salpicar a administração do ministro da Fazenda. Da mesma forma que fez muito bem o ministro Antônio Palocci ao impedir que fosse “aparelhada” a Secretaria da Receita Federal – repartição que reúne informações privilegiadas e, por isso mesmo, sigilosas sobre todos os contribuintes, o que dá a quem a dirige enormes poderes –, mandou ele acelerar as investigações em curso. Além disso, o secretário da Receita está tomando as medidas administrativas e judiciais cabíveis para apurar o va-

zamento de informações sigilosas. O corregedor-geral, ao que parece, exorbitou de suas funções. Fê-lo, certamente, ao divulgar conversações telefônicas que foram

**Fraudes e disputa por cargos abalam a imagem do órgão**

gravadas com autorização judicial, mas por isso mesmo estão sob segredo de Justiça.

Nos últimos anos, a Secretaria da Receita Federal adquiriu imensos poderes para invadir a privacidade das pessoas, a pretexto de combater a sonegação e outros crimes fiscais. Tais privilégios não podem ser utilizados para instrumentalizar uma mesquinha disputa pelo poder, sob pena da desmoralização da Receita Federal.



**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### **IPI DAS MONTADORAS**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para um breve comentário a respeito da nossa economia, baseado na matéria intitulada “Carros sobem apesar do IPI”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 03 de setembro do corrente ano.

O artigo é de extrema atualidade, pelo que entendendo que sua inserção nos Anais do Senado é oportuna e serve para destacar que, até o momento, não

surtiu efeito a medida adotada pelo Governo Lula, em agosto, de redução do IPI para as montadoras. Muito pelo contrário, o preço dos veículos voltou a subir no mês passado e algumas montadoras voltaram a programar férias coletivas para suas fábricas, como resposta à queda nas vendas.

A matéria que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento é a seguinte:

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**JORNAL DO BRASIL | 03 | SETEMBRO/2003**

## **Carros sobem apesar de IPI**

Preços ficaram 1,87% maiores em agosto no varejo paulista, diz Fecomércio-SP

**SÃO PAULO** – O preço do carro zero quilômetro voltou a subir no mês passado no comércio de São Paulo. Apesar da queda no Imposto sobre Produtos Industrializados anunciado pelas montadoras e pelo governo no início de agosto, os carros novos ficaram 1,87% mais caros neste período, de acordo com levantamento realizado pela Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio-SP) na capital paulista.

Segundo a federação, o aumento se deve à entrada dos modelos 2004, com preço mais alto do que a linha 2003. Além disso, a redução do IPI ainda teve pouco efeito nos preços do varejo. Nos oito primeiros meses de 2003, o carro zero já teve

um aumento de 9,5% nas concessionárias, contra uma inflação acumulada de 10,4% no período. Ou seja, praticamente toda a inflação foi repassada para o preço dos veículos.

A alta do preço explica em parte a queda de 11% nas vendas de carros novos no mês passado, em relação ao mês anterior, segundo dados que serão divulgados oficialmente amanhã pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Luiz Marinho, no entanto, acredita que as vendas de automóveis devem começar a reagir a partir deste mês. Segundo ele, a redução dos juros combinada

com a diminuição temporária do IPI do carro zero devem ter efeito sobre o ânimo do consumidor daqui para frente.

– A redução da Selic ocorreu no fim do mês passado e ainda não deu tempo de produzir efeitos positivos sobre o mercado automotivo – argumentou.

Já os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de Taubaté querem condicionar a implantação da Autovisão – unidade da Volkswagen para realocação de quase de 4 mil funcionários considerados excedentes – no Brasil ao atendimento de contrapartidas sociais e trabalhistas. Depois de conhecerem a Autovision em Wolfsburg (Alemanha), que serviu de inspiração para o projeto brasilei-

ro, os sindicalistas perceberam diferenças no formato dos dois programas.

– Na Alemanha, o projeto foi feito em parceria com a prefeitura local e apenas 300 funcionários da Volks foram transferidos – disse um dos sindicalistas que esteve na cidade-sede da Volks.

A General Motors do Brasil, por sua vez, voltou a programar férias coletivas para as fábricas de São Caetano e São José dos Campos por causa da queda nas vendas. As férias atingirão 800 funcionários que trabalham na linha de produção do Corsa em São José e 140 em São Caetano.

Da Agência Folha

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –**

### ... E SEGUE O “APARELHAMENTO” DO ESTADO

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para fazer um comentário sobre a matéria intitulada “Um aparelho chamado Brasil”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, de 12 de outubro do corrente.

A matéria que solicito seja inserida nos Anais do Senado registra a continuação do processo de aparelhamento do Estado adotado pelo governo Lula, agora com destaque para as nomeações políticas para a

Agência Nacional de Petróleo-ANP e para a Petrobras. As novas nomeações seguem critérios cada vez mais claros: os novos funcionários saíram do meio sindical ou foram indicados por petistas influentes.

A matéria que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

## GOVERNO

Planalto intervém na ANP, responsável pela concessão e fiscalização de negócios de US\$50 bilhões, e garante cargo ao PMDB. Emissário de Dirceu determina que três superintendências sejam liberadas para abrigar aliados

# Um aparelho chamado Brasil

OSWALDO BUARIM JR.  
HELAYNE BOAVENTURA  
DA FOLHA DE SÃO PAULO

**H**á três semanas, o chefe de gabinete do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deixou sua sala no Palácio do Planalto para promover a mais forte intervenção do governo Lula nas agências reguladoras de serviços e concessões públicas. Espécie de vice-ministro para assuntos políticos, Marcelo Sereno desembarcou na sede da Agência Nacional de Petróleo, no Rio de Janeiro, com uma lista de nomeações e um recado: não aceitaria negativas. Quería a liberação de três superintendências da instituição para destinar a aliados políticos. O primeiro nome, Sereno sacou na hora.

Indicado por senadores e deputados do PMDB, Roberto Maia vai dirigir a Superintendência de Abastecimento, por onde circulam 80% dos documentos que passam pela ANP. Será responsável pela parcela da atividade petrolífera no país que responde por negócios de aproximadamente US\$ 25 bilhões — metade do valor total do setor de petróleo brasileiro, que entre produção e comercialização de óleo bruto e derivados movimentam US\$ 50 bilhões anuais.

A ANP é produto da reforma constitucional que abriu a exploração e a comercialização de petróleo, monopólio estatal desde a era Vargas, à exploração da iniciativa privada. A agência é uma instituição de Estado, vinculada ao Ministério das Minas e Energia mas com gestão independente. Seus diretores são nomeados por mandatos fixos, dependentes de aprovação do Senado Federal. Na estrutura da agência, segundo seus próprios funcionários, a área de abastecimento é a

que sofre a maior pressão de empresários e políticos. É também nesse setor que acontece o maior número de denúncias, de adulteração de combustíveis a formação de cartéis na distribuição e revenda.

Maia era um funcionário comissionado que ascendeu na ANP sem a anuência dos superiores. Dentro da ANP, foi grande a oposição a seu nome. O diretor-geral da agência, embaixador Sebastião do Rêgo Barros, nomeado no final do governo Fernando Henrique, poderia recusá-la. Não o fez. Mas a “de acordo” da agência, depois de uma reunião a portas fechadas de Barros com Marcelo Sereno, foi considerado um “estupro” à agência reguladora.

A ANP, assim como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) têm por papel fundamental dar transparência às políticas de infraestrutura e segurança aos investidores, públicos ou privados.

“O governo pode tirar atribuições ou mesmo acabar com as agências, mas deve fazer isso por lei, não por intervenção política”, reclama um diretor da ANP que pede para não ser identificado.

A liberação do aparelho do Estado — referência ao uso da estrutura da máquina pública em benefício de um grupo político ou aos locais de encontros clandestinos dos militantes de esquerda durante a ditadura militar — tornaram-se munição para os adversários do governo petista.

“Os indicados do PT até agora não mostraram a que vieram. É de supor que estão satisfeitos só com o emprego que ganharam”, ironiza o líder do PT no Senado, José Agripino (RN).

O presidente do PT, José Genoino, rebate as críticas com três argumentos. Em primeiro lugar, nega que o partido tenha abar-

tado a administração com nomeações políticas. Depois, ignora a paralisia da máquina e, com olhos otimistas, vê resultados na gestão até agora. “A maioria dos cargos é de carreira, técnicos que serviam ao governo anterior”, assegura. Genoino garante que dos 17 mil cargos de confiança da administração federal, apenas 13% foram ocupados por indicação do PT ou de partidos aliados.

Mas a disputa política não se dá apenas no preenchimento dos cargos. Há também os vetos. No primeiro semestre, a indicação do ex-deputado Luiz Alfredo Salomão para a diretoria da ANP foi rejeitada pelo Senado, numa articulação do senador José Sarney (PMDB-AP), seu antigo desafiado. Em seu lugar, o Planalto planeja colocar o nome do ex-deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA), ainda em fase de negociação com os senadores.

### Petrobras

Do outro lado da rua Senador Dantas, no centro, fica a portaria lateral da Petrobras, a apenas 100 metros de distância da ANP. Lá, José Dirceu divide a primazia das indicações com o secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken. Na Petrobras, Gushiken comanda o mais gordo orçamento publicitário do governo federal, da ordem de R\$ 200 milhões por ano.

Em fevereiro, o sindicalista Wilson Santa Rosa foi apresentado aos funcionários da Petrobras como o novo gerente-executivo

de comunicação da companhia, uma das dez maiores produtoras de petróleo do mundo. A uma audiência de cerca de 300 pessoas, reunidas no auditório da empresa, no térreo do imponente edifício de 24 andares, com vista para a Enseada da Glória e diversos jardins suspensos, o discurso de Wilson Santa Rosa foi um choque de realidade: “Gostaria de dizer duas coisas. Em primeiro lugar, que não sou jornalista, sou técnico em contabilidade. Em segundo lugar, que eu não queria estar aqui. Eu queria ser diretor da Petros”.

Santa Rosa foi escolhido diretamente por Gushiken. Dutra, presidente da empresa, queria no cargo um especialista em assuntos de imprensa. Antes de Dutra, mas tendo trabalhado na gestão anterior, do economista Francisco Gros, a jornalista foi vetada por Gushiken.

Com Santa Rosa, petroleiro de profissão, desdobraram na Petrobras pelo menos uma dúzia de “chapéus”, termo usado para designar os ocupantes de cargos abertos à sombra das gerências técnicas da empresa. Ali, bem antes do episódio que constrangeu a ANP, a tomada da Petrobras surpreendeu José Dirceu. Na posse do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, no dia 3 de janeiro, Dirceu encontrou na fila de cumprimentos o também sindicalista Erasmo Granato, operador de plataforma. “Erasmo, até você está aqui”, espantou-se o ministro. Erasmo é “chapéu” da gerência de projetos especiais.

### Sindicalistas vs. políticos

Os funcionários federais que usam a estrela do PT na lapela foram argumentados seguindo critérios claros: saíram do meio sindical ou foram indicados por petistas influentes. Um recorte de como foram ficando boa parte dos cargos após a reforma foi feita a partir dos principais cargos federais preenchidos no Rio Grande do Norte. Exemplar o processo de escolha para a vaga mais importante do estado, a de gerente-geral regional da Petrobras da unidade Rio Grande do Norte/Ceará, Fernando Ricardo Afonso de Oliveira. A indicação para o cargo foi alvo da disputa de sindicalistas e políticos. Venceram os sindicalistas, que

emplacaram Oliveira, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Petróleo. O outro postulante, Geraldo Pinto — que chegou a militar no PSTU e voltou ao PT pouco antes da campanha de Lula à presidência em 2002 — ganhou de prêmio de consolidação o comando da empresa distribuidora de gás, Poligás, sócia da Petrobrás.

O superintendente do Instituto de Colonização de Reforma Agrária (Incrn) no estado, Júlio César, foi quem não fugiu à regra do perfil escolhido para o órgão. Ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), segue a linha da esmagadora

maioria dos 29 superintendentes do Instituto. O diretor técnico da Companhia Docas, um dos mais importantes cargos federais no estado, Hanna Salsch, chegou à vaga pelas mãos da esposa, a petista histórica Jaíra Gondim, que fez sacrifícios pelo partido nos anos 60 ao disputar eleições em chances de vitória.

A insistência dos petistas em nomear os postos-chave gerou rugas até com a governadora Wilma de Farias (PSB), aliada do governo federal. O PT exige indicar José Fernandes para a coordenação de Gerência de Treinamento de Natal. A governadora faz questão de manter o

**OS INDICADOS DO PT ATÉ AGORA NÃO MOSTRARAM A QUE VIERAM. É DE SUPOR QUE ESTÃO SATISFEITOS SÓ COM O EMPREGO QUE GANHARAM**

José Agripino (RN)  
líder do PFL no Senado

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem uma história de relevantes serviços prestados ao País.

Com habitual frequência, por sua Secretaria de Gestão e Estratégia, essa empresa divulga os resultados de seus estudos e pesquisas, de sorte que sobretudo a comunidade científica venha a debater os textos produzidos e a contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Com isso, espera dinamizar a circulação de idéias novas e a prática de reflexão e de discussão sobre os aspectos relacionados à “ciência, à tecnologia, ao desenvolvimento agrícola e ao agronegócio”, prometendo receber estudos e comentários e debater, diretamente, comentários e sugestões dos leitores.

Desta feita, com o volume 19 da série **Texto para Discussão**, a Embrapa divulga artigo do Pesquisador Afonso Celso Candeira Valois, sobre as “Possibilidades de Uso de Genótipos Modificados e Seus Benefícios”.

Nada mais oportuno. Previsões apontam que a população mundial deve chegar a 8 bilhões de indivíduos em 2020. Nos dias correntes, existiriam 800 milhões de pessoas sem acesso à alimentação mínima necessária, e um número ainda maior de portadores de carências de vitaminas, minerais e outros nutrientes fundamentais.

Diante dessa realidade, a moderna agricultura dedicou-se a aumentar a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que utilizou pesticidas e fertilizantes em larga escala. De elevado custo, esses produtos químicos podem prejudicar a saúde humana e produzir danos ao ecossistema.

O autor refere-se “às amplas possibilidades do uso de plantas transgênicas na agricultura”, como opção para vencer os desafios do aumento da produção e da produtividade, do controle de pragas e doenças, de melhorar a qualidade dos produtos, e de encontrar medicamentos de baixo preço e de fácil aplicação.

Põe em discussão os métodos de se obter e utilizar plantas transgênicas em diferentes situações e nichos ecológicos, sublinhando “as condições em que os genes exógenos devem ser usados em programas de melhoramento genético de plantas”.

Enfatiza a necessidade de se avaliar o risco que a utilização de plantas transgênicas pode apresentar para a saúde alimentar e a segurança ambiental, antes de sua liberação para o consumo.

Plantas transgênicas são as “que carregam em seu genoma a adição de DNA oriundo de uma fonte diferente do germoplasma paternal”. Entre os cultivares melhorados por técnicas modernas, incluem-se os de milho, algodão, soja, colza, feijão, mamão, tomate, batata e arroz, com sólidas características de resistência a pragas e doenças. Em todo o mundo, cerca de 59 milhões de hectares com esse agronegócio rendeu mais de 2 bilhões e 500 milhões de dólares em 2000.

Alinham-se entre as vantagens das técnicas de engenharia genética e dos transgênicos a de aumento da produção e da produtividade, com redução de custos; a de constituir nova alternativa de comercialização de produtos agrícolas; a de admitir melhor controle ambiental pela redução ou eliminação do uso de agrotóxicos; a de aumentar a competitividade do produto agrícola num mercado globalizado; a de possibilitar análise do produto para integral segurança alimentar e ambiental; e a de bem informar os produtores e os consumidores quanto à origem dos transgênicos.

Depõem, também, a favor das técnicas de engenharia genética a sua maior velocidade na geração de novos cultivares; a ampla possibilidade de bem informar os produtores e os consumidores quanto à origem dos transgênicos; a instituição de melhoramento genético mais bem direcionado e de condições para ultrapassar impedimentos “de ordem biótica e abiótica”; e a criação de genótipos adaptados, para facilitar a exploração em condições ecológicas adversas.

Igualmente, o encontro de meios para vencer as barreiras de importação de recursos genéticos; a utilização de alternativas não encontradas facilmente na natureza; a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas; a total possibilidade de evitar o surgimento de monopólios ou oligopólios na produção de sementes melhoradas.

E, finalmente, por representar alternativa consistente para colaborar com a “mitigação ou extinção da fome, pobreza e miséria absoluta que assolam cerca de 18% da população mundial”.

A publicação registra, por derradeiro, que a “enorme vantagem comparativa e competitiva de obtenção de amplos ganhos genéticos de seleção de genótipos” não exclui os procedimentos de biossegurança a serem realizados antes da distribuição dos organismos transgênicos, descartando-se os que atentem contra a qualidade de vida e saúde dos consumidores ou causem danos ao meio ambiente.

Conclusivamente, o Brasil, país em pleno desenvolvimento, possui ampla biodiversidade, recur-

tos genéticos, biotecnologia, infra-estrutura, pessoal competente, ampla capacidade competitiva no ramo do agronegócio e sólida determinação.

Deve, portanto, em benefício da sociedade, avançar em ciência, tecnologia e pesquisa, praticando uma agricultura saudável e competitiva, para obter a tão desejada auto-suficiência em alimentos e a redução da dependência externa.

Era o que tínhamos a dizer.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último dia 25 o País inteiro concentrou esforços em torno de uma questão extremamente relevante para o combate à pobreza e à exclusão social. Nesta data, o Brasil celebrou o Dia Nacional de Mobilização Pelo Registro de Nascimento. Centenas de cartórios abriram suas portas para garantir o direito a um nome e a um sobrenome a milhares de brasileiros que, lamentavelmente, ainda se encontram à margem de nossa sociedade.

De acordo com estimativas do IBGE, quase 30% das crianças brasileiras nascidas no ano de 2001 deixaram de ser registradas no primeiro ano de vida. Isso significa mais de um milhão de meninos e meninas vivendo sem registro civil no Brasil.

Nas regiões Norte e Nordeste, o cenário ainda é mais preocupante. No Norte, a taxa de crianças não registradas em 2001 ultrapassou 50%. E no Nordeste, esse índice está em torno de 44%.

Uma das causas do sub-registro é o fato de que muitos brasileiros acreditam que precisam pagar pela certidão de nascimento. Mas é bom ressaltar que desde 1997 uma lei federal garante a gratuidade da primeira via do documento para todas as crianças. E, para facilitar a vida de quem tem dificuldades para se deslocar até os cartórios, muitas maternidades já oferecem esse serviço.

O Registro Civil de Nascimento é condição essencial para o exercício da cidadania. Sem ele, é como se a pessoa não existisse legalmente. Sem esse documento, uma criança não pode frequentar a escola, não pode ser atendida num hospital público, enfim, não tem acesso aos serviços básicos ofertados pelo Estado. Quando adulta, não consegue tirar carteira de identidade, de trabalho, CPF e título de eleitor e continua sem possibilidades de utilizar os equipamentos públicos.

A falta do registro leva a uma condição de exclusão social absurda, fazendo com que meninos e meninas fiquem mais expostos a situações de risco,

como a exploração sexual, o trabalho infantil e o envolvimento no tráfico de drogas.

Consciente dessa grave situação, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, em parceria com diversas entidades da sociedade civil, organizou, no último sábado, a primeira ação que visa acabar com o problema no Brasil em quatro anos, mobilizando seis mil cartórios em todo o território nacional para realizar grandes mutirões de registro no País inteiro.

Sabemos, no entanto, que não basta fazer campanhas pontuais. É necessário que seja deflagrada uma ação constante para efetivar o registro civil de nascimento. O governo federal estabeleceu que a prioridade é atingir as cidades atendidas pelo Programa Fome Zero, além das periferias dos grandes centros urbanos e dos bolsões de sub-registro, localizados, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste. Para que essa iniciativa dê certo, porém, é necessário envolver as prefeituras e a sociedade civil.

Outra frente de ação fundamental é a conscientização dos cartórios. Isso porque, apesar de o registro civil ser gratuito no País, muitos cartórios ainda se negam a cumprir a lei e cobram para emitir o documento.

No Ceará, por exemplo, tivemos uma experiência positiva no enfrentamento desse problema. Em 2000, o governo estadual sancionou a Lei de número 13.080, que criou o Fundo Especial para o Registro Civil (Ferc), destinado a financiar a gratuidade universal desse serviço. A intenção era incentivar a atuação dos cartórios que reclamavam dos custos para expedir as certidões de nascimento.

Depois disso, com a instalação da Frente Parlamentar pela Infância no Ceará, a qual tive a honra e o prazer de coordenar, fizemos uma grande campanha em parceria com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais, o Tribunal de Justiça e o Unicef para que a lei fosse, de fato, cumprida no Estado.

É evidente que ainda não conseguimos sanar esse problema no Ceará. Mas tenho certeza de que iniciativas como a realizada no nosso Estado e a lançada pelo governo federal no último dia 25 de outubro dão uma contribuição inequívoca para que milhares de brasileiros possam, finalmente, exercer sua cidadania.

Muito obrigada e boa tarde a todos.

**O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste dia 28 de outubro homenageamos o Servidor Público. Trata-se de ocasião apropriada para nos lembrarmos de conferir o devido valor a es-

ses homens e mulheres, tantas vezes injustiçados e incompreendidos, que constituem as peças mais importantes para o funcionamento da máquina do Estado, imprescindível na harmonização dos conflitos da sociedade e para a prestação dos serviços fundamentais para as pessoas.

De fato, não é possível falar sobre o Servidor Público sem mencionar a importância do Estado para a organização da vida humana. As noções de Estado e de Governo vêm sofrendo, nas últimas décadas, o ataque dos adeptos radicais do neoliberalismo, que proclamam a auto-suficiência do mercado e a obsolescência de toda instituição governamental. A falsidade dessa idéia é clamorosa: não somente fracassaram os países que adotaram ao pé da letra o malfadado *consenso de Washington*, caso de nossos vizinhos argentinos, como também inexistente, no mundo, Estado mais poderoso e tentacular que o do país tomado por modelo pelos neoliberais, os Estados Unidos da América.

Firmada, pois, a noção de que o Estado é necessário, desde que, é claro, permaneça sob o controle da sociedade por intermédio dos instrumentos democráticos de representação e do equilíbrio dos poderes, fica estabelecida, por consequência, a necessidade do Servidor Público, que o opera. Isso é inquestionável.

Por outro lado, todos temos a consciência de que, em nossa tradição senhorial e patrimonialista, o Estado e o serviço público foram sistematicamente instrumentalizados pelos detentores temporários do poder para servir a seus interesses particulares. O nepotismo e o clientelismo marcaram profundamente a visão da sociedade brasileira sobre o Servidor Público, caracterizada pelo preconceito, um fato cujos efeitos ainda se fazem sentir.

O Estado brasileiro, entretanto, modernizou-se fortemente nas últimas décadas, e a questão do acesso ao serviço público é um dos pontos que passaram por maior evolução. A obrigatoriedade do concurso público, instituída pela Carta Magna e regulamentada pela Lei nº 8.112, o Regime Geral Único dos servidores públicos da União, propiciou uma elevação inédita na qualificação média dos quadros da administração pública, que só não é reconhecida por aqueles que, definitivamente, sofrem de má-vontade ou insistem em incorrer na má-fé.

A qualificação dos servidores públicos pode ser atestada por nós, Senadores, que conhecemos o suporte técnico que recebemos no exercício de nossas atividades nesta Casa.

O preconceito subsistente contra o Servidor Público, segundo o qual ele trabalharia pouco e receberia muitos benefícios, figura na base da propaganda oficial visando ao convencimento da população de que a proposta de reforma previdenciária produz justiça, ao reduzir, por exemplo, seus proventos de inatividade. Essa noção, apoiada com entusiasmo pelos meios de comunicação e por alguns formadores de opinião, se levada às últimas consequências, constitui equívoco grave.

Trata-se, mesmo para os servidores em atividade, que ainda não atingiram o direito pleno, uma mudança nas regras do jogo no meio de uma partida. É mais ou menos como se um árbitro de futebol, de repente, no curso de uma disputa, decidisse que bola pela lateral, doravante, será pênalti. A diferença é que, no caso da reforma previdenciária, a platéia está aplaudindo.

Para os servidores já em inatividade, os que cumpriram sua parte do contrato firmado com o Estado ao entrarem para o serviço público, a cobrança de contribuição sobre seus proventos constituiria uma absurda ruptura de contrato, ato considerado, pelos neoliberais que elogiam a reforma, como erro imperdoável, se aplicado às concessões de serviços públicos privatizados, como telefonia ou energia elétrica.

A verdade, no entanto, é que a qualificação média dos servidores públicos vem se elevando continuamente, desde a instituição da obrigatoriedade do concurso público para provimento de cargos. A tendência, portanto, é no sentido de termos um Estado cada vez mais profissionalizado e mais eficiente no atendimento das demandas da sociedade.

Dizer que a qualidade dos servidores públicos vem aumentando, contudo, não implica necessariamente a afirmação de um passado de incompetência generalizada. Pelo contrário: alguns dos maiores intelectuais brasileiros foram servidores públicos de carreira. O maior de todos os nossos escritores, Machado de Assis, trabalhou no Diário Oficial e depois no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, onde chegou à função de oficial de gabinete. Seu contemporâneo e também mestre da prosa nacional, Lima Barreto, foi escrevente concursado do Ministério da Guerra. Um dos nossos poetas mais notáveis, Carlos Drummond de Andrade, auxiliou Gustavo Capanema na consolidação do Ministério da Educação, no governo de Getúlio Vargas. E pelo menos três grandes literatos, Guimarães Rosa, Vinícius de Moraes e João Cabral de Melo Neto, foram diplomatas de carreira, pertencentes aos quadros do Ministério das Relações Exteriores.

O Servidor Público, assim, tem uma história de trabalho voltado para a construção do Brasil, que não pode ser desprezado. Neste dia do Servidor Público, quero expressar minha consideração e meu apoio aos homens e mulheres que se dedicam ao País e ao serviço de seus compatriotas.

Sr. Presidente, gostaria, ainda, de tratar de outro assunto na tarde de hoje.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

Na Constituição Federal, promulgada em 1988, está afirmado em seu artigo 2º, "que os Poderes da União são independentes e harmônicos entre si". É, portanto, de grande importância poder valorizar o trabalho árduo que vem sendo desempenhado pelos Poderes da União. Teremos uma sociedade saudável

e forte tanto quanto tenhamos Poderes saudáveis e fortes.

É neste contexto que, saúdo com alegria a publicação no último dia 27 de outubro, no jornal Correio Braziliense, do artigo de autoria do Diretor-Geral desta Casa, Agaciel da Silva Maia, intitulado "**A importância do Tribunal de Contas da União**".

No artigo, Agaciel Maia discorre sobre a missão do TCU visando garantir a boa administração e o bom uso do dinheiro público, impedindo a prática de abusos e faz um excelente retrospecto da história da criação do Tribunal, citando a lapidar frase de Rui Barbosa que, referindo-se a este Tribunal afirmou: "nenhuma instituição é mais relevante, para o momento regular do mecanismo administrativo e político de um povo, do que a lei orçamentária. Mas em nenhuma também há maior facilidade aos mais graves e perigosos abusos."

Sinto que devido à importância deste texto, o mesmo merece constar dos Anais dessa Casa.

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, segunda-feira, 27 de outubro de 2003 • 11

## **OPINIÃO**

# **A importância do Tribunal de Contas da União**

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

*Diretor-geral do Senado Federal*

**E**m 23 de junho de 1826, Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena e José Inácio Borges apresentaram projeto no Senado do Império visando criar o Tribunal de Contas da União. A iniciativa levou quase um século para se tornar realidade. Mas é uma trajetória que retrocede ao ano de 1680, quando foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitâneas e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal. A longa tramitação deveu-se à grande polarização entre os que defendiam, com veemência, a necessidade de as contas públicas serem controladas por um órgão externo, independente, e os que consideravam ser normal que os órgãos que executavam os orçamentos públicos tivessem competência, também, para fiscalizar a própria execução.

A discussão testemunhou a queda do Império e coube à recém-nascida República, que em 7.11.1890, por iniciativa de Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, assinou o Decreto nº 966-A, trazendo à existência o Tribunal de Contas da União. É relevante resgatar estas palavras extraídas da exposição de motivos de Rui Barbosa a propósito da criação do TCU: "Convém levantar, entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que cotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro que, comunicando com a legislação e intervindo na administração, seja não só a vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda".

Já na Constituição de 1891, no art. 89 é definida a sua missão e funcionamento. Mas a instalação dessa Corte ocorreria somente em 17.1.1893, como resultado dos esforços de Serzedelo Corrêa, ministro da Fazenda de Floriano Peixoto. A sua competência, desde então, era de examinar, revisar e julgar as atividades relacionadas com a receita e a despesa da União. Era uma espécie de câmara que conferia a legalidade das operações financeiras, antes que essas passassem pelo crivo do Congresso Nacional.

Com o passar do tempo, novas funções foram concedidas ao TCU nas constituições. Na de 1934, ele deveria acompanhar a execução orçamentária, o registro prévio das despesas e dos contratos, o julgamento das contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como a apresentação de parecer prévio sobre as contas do presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados. Na de 1937, essas funções foram mantidas, à exceção da exigência de seu parecer prévio sobre as contas presidenciais. A sua competência para julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões advém da Constituição de 1946.

Na Carta de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou-se do TCU o exame e julgamento prévios dos atos e contratos geradores de despesas e eliminou-se o julgamento da legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ficando a cargo do tribunal, tão-somente, a apreciação da legalidade para fins de registro. Em nossa atual Constituição, o TCU teve a jurisdição e competência grandemente ampliadas, recebendo poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, fiscalização da aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Neste ano em que se comemora o 80º aniversário da morte de Rui Barbosa, bem podemos resgatar a afirmação e advertência do grande senador e jurista baiano quando, ao se referir ao TCU, afirmou que "nenhuma instituição é mais relevante, para o momento regular do mecanismo administrativo e político de um povo, do que a lei orçamentária. Mas em nenhuma também há maior facilidade aos mais graves e perigosos abusos".

É oportuno chamar a atenção para o fato de que, por ocasião das comemorações do centenário do TCU, em outubro de 1990, o presidente do Senado Federal, José Sarney, já havia destacado que "no quadro de um processo democrático, no qual o exercício da democracia pressupõe a consciência da identidade histórica nacional, estas comemorações devem estar associadas ao conhecimento de tudo que contribua para uma maior compreensão do próprio significado da República para a História e para o Brasil".

A missão do TCU é, portanto, em última instância, garantir a boa administração, impedindo a prática de abusos no que tange ao bom uso do dinheiro público. Olhando a história republicana, pode-se constatar que o TCU afirma-se, cada vez mais, como uma instituição séria e respeitada por toda a sociedade.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comemora-se, neste 28 de outubro, mais um Dia do Funcionário Público. Como se sabe, servidores empenham-se em assegurar a prestação de múltiplos bons serviços à população. Mereceriam, portanto, o mínimo de reconhecimento, no lugar das incertezas e mesmo das ameaças produzidas pelos que detêm posições de mando no País.

Usualmente, porém, são o alvo principal dos que se intitulam autoridade pública, que lhes movem forte campanha de desmoralização, apontando-os como causa de todos os males nacionais, como o desequilíbrio das finanças, a malversação dos recursos e os erros administrativos, que até mesmo depõem contra o sistema democrático.

Para nós, ao revés, o funcionário público é o grande responsável pelo regular e perfeito funcionamento da Administração Pública, assim como pela correta execução das políticas governamentais. Definitivamente, ele não é possuidor de privilégios, mas um trabalhador submisso aos deveres de bom atendimento da população, embora, não por culpa sua, muitas vezes submetido às regras de uma estrutura administrativa inadequada e pouco eficiente.

Nem por isso, o funcionário público deixou de ser vítima do processo, vendo retirados os direitos que adquiriu durante um longo período de trabalho e de lutas, assim como pelo desprezo à qualificação, às garantias e às prerrogativas tão duramente conquistadas. Chegou-se até mesmo a proibir que a Administração remunerasse os representantes sindicais da categoria, de modo a enfraquecer qualquer movimento de resistência organizada aos procedimentos ilegais dos governantes.

Foi a época da falsa defesa de uma “administração mais ágil, mais eficaz e mais racional”, em obediência às imposições de organizações forâneas, que atacaram, de diferentes maneiras, os direitos dos servidores, como a proposta de extinção da licença-prêmio por assiduidade e de outros benefícios arduamente obtidos na Assembléia Constituinte.

Muitas vezes, o funcionário público é apenado pela ausência de perspectiva, pelo desestímulo, pela insegurança, pelo descrédito, pela ansiedade e pelas preocupações, conseqüentes de políticas e deliberações governamentais nem sempre justificadas quanto ao mérito, oportunidade e tempo de implementação.

Parece-nos errôneo o tratamento dado pelo Estado aos seus servidores, em diferentes e sucessi-

vos governos, como se eles não fossem seus agentes e fiéis aliados, mas adversários que passam a ser assim maltratados, muitas vezes levando-os a indesejáveis e demoradas demandas judiciais, com enorme desgaste para as duas partes.

O Professor Lauro Morhy, da Universidade de Brasília (UnB), registrou que o funcionário público se compromete, com a posse, “a cumprir os deveres que a lei lhe impõe e a ser leal a um código de conduta muito rigoroso em função do Estado”. O servidor assume o dever de fidelidade às “regras cidadãos de devoção ao País, ao bem público e ao interesse coletivo”.

Indaga, então, como atrair para o serviço público cidadãos que pensem em primeiro lugar no bem de todos? Como manter e estimular os que no serviço público se sacrificam pelo bem de todos? Como evitar a evasão desses abnegados brasileiros? Como retribuir, com base no merecimento e não em critérios casuísticos, os que se dedicam à função pública?

Entende que “esse já não deve ser um desafio restrito a governantes, mas a todos os cidadãos de bem”. Propõe, então, que se discuta com cuidado esse assunto, “na mídia, nas universidades, em toda parte”. Que se identifiquem os principais componentes do denominado “custo Brasil”. Que se conheçam as verdadeiras origens da crise brasileira.

É preciso compreender que o conjunto de servidores públicos, de todos os poderes, não pode ser visto como o grande responsável pela disfunção da máquina administrativa, os beneficiários de privilégios muitas vezes revoltantes. A partir da vigente Constituição, passou-se a exigir concurso para ingresso no serviço público, garantindo-se que somente servidores qualificados serão admitidos.

Com a estabilidade, o País passou a contar com os padrões de eficiência desejados, reunindo um corpo funcional competente e eficiente, impondo a prática de políticas públicas de qualificação e profissionalização do servidor, com a execução de programas sistemáticos de preparação da mão-de-obra, de valorização das carreiras e de mecanismos que permitam ascender na carreira, por mérito funcional.

Quanto à questão remuneratória, não há o que festejar, frente à semelhança do tratamento dispensado pelo atual Governo, em relação ao anterior. O atual dirigente máximo do País já exibiu a marca de seu profundo desinteresse pela sorte da laboriosa classe, representado pela concessão de aumento de tão-somente 1% dos seus vencimentos, há muito estiolados pelo processo inflacionário.

Concluimos nossa participação nas comemorações do Dia do Funcionário Público, incorporando mais uma homenagem a esse cidadão que, nos níve-

is municipal, estadual e federal, dedica parte substancial de sua existência à difícil e imprescindível tarefa de edificação de um serviço público permanentemente atualizado e eficiente, e de uma Nação cada vez mais forte e justa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tendo sido cumprida a Ordem do Dia, a Presidência vai encerrar a presente sessão, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e trinta minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### REQUERIMENTO Nº 1.021 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.021, de 2003, do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à constituição nºs 67 e 77, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

### 2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2003 (*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que *altera o § 8º do art. 62 da Constituição Federal para determinar que as medidas provisórias terão a sua votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Magalhães.

### 3

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 665, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Luiz Otávio), que *aprova as Contas dos Presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, relativas ao exercício de 2000*.

### 4

#### REQUERIMENTO Nº 901 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 901, de 2003, do Senador Hélio Costa, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2003-CN, do Projeto de Resolução do Senado nº 66, de 2002-CN, bem como a reclassificação do Projeto de Resolução do Senado nº 34, de 2003, como Projeto de Resolução do Congresso Nacional.

### 5

#### REQUERIMENTO Nº 908 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 908, de 2003, do Senador Marco Maciel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 308 e 355, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.

### 6

#### REQUERIMENTO Nº 921, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 921, de 2003 (apresentado pela Comissão de Educação como conclusão de seu Parecer nº 1.438, de 2003, Relatora: Senadora Fátima Cleide), solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2002, a fim de aguardar a deliberação sobre o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2002, que trata de matéria correlata.

### 7

#### REQUERIMENTO Nº 923 DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 923, de 2003, do Senador José Jorge, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

### 8

#### REQUERIMENTO Nº 927, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 927, de 2003, do Senador Efraim Moraes, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003-Complementar, por regular a mesma matéria.



9

## REQUERIMENTO Nº 941, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 941, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por tratarem de matérias distintas.

10

REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.009, de 2003, dos Senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, solicitando nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2003, de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Jorge Bornhausen, que *altera a redação da alínea “b” e acrescenta alínea “c” ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal* (dispondo sobre o regime de permissão e utilização de radioisótopos, e pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minerais e minerais nucleares e derivados), tendo

Parecer sob nº 1.498, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 67, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.486, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, favorável à Proposta, com a Emenda nº

1-CCJ, de redação, que apresenta; com votos em separado dos Senadores Demóstenes Torres e outros, Efraim Morais, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Paulo Octávio, José Jorge, Leonel Pavan e Almeida Lima.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 666, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 666, de 2003 (apresentado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como conclusão do seu Parecer nº 83, de 2003, Relator: Senador Luiz Otávio), que *aprova as Contas dos Presidentes da Justiça Militar, relativas ao exercício de 2000*.

14

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 1995

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1995 (nº 1.290/95, naquela Casa), que *altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.184, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes.

15

EMENDA DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1999

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999 (nº 2.741/2000, naquela Casa), que *altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.209, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 23 minutos.)

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 115 /2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Alterar a Portaria nº **109/2003-DGER**, que designou a servidora **MARTA REGINA MARTINS DA SILVA**, matrícula **3832**, para integrar a Comissão Especial, incumbida de proceder inventário físico no Almoxarifado da SEEP, substituindo-a pelo servidor **CARLOS JORGE DA ROCHA**, matrícula **3305**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Senado Federal, 28 de outubro de 2003

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 5054 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018543/03-0,

**RESOLVE** dispensar o servidor **DOLAIR JULIANO DA SILVA**, matrícula 4255, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Jorge, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PPS, a partir de 24 de outubro de 2003.

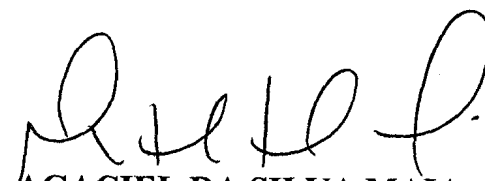
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 5055 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018463/03-7,

RESOLVE designar o servidor GLAUCIO RIBEIRO DE PINHO, matrícula 4398, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 01 de outubro de 2003.

Senado Federal, 28 de outubro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 5056 , de 2003.**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Dispensar** o servidor **JOÃO CARLOS BRITTO GOMES**, matrícula **3420**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros **a partir de 23 de setembro de 2003.**

Senado Federal, 28 de outubro de 2003.




**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 5057 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018470/03-3,

RESOLVE designar a servidora MARIA DE FÁTIMA MELO PEREIRA, matrícula 2860, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, a partir de 23 de outubro de 2003.

Senado Federal, 28 de outubro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 5058 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Designar** o servidor **ANTONIO DE MOURA RIBEIRO**, matrícula **3543**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **23 de setembro de 2003**.

Senado Federal, 28 de outubro

de 2003.



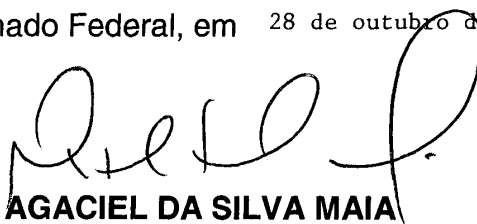
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 5059 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4009 de 12/06/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2772, de 13/06/2003, que nomeou **MAURITÔNIO MEIRA MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Diretoria Geral, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 28 de outubro de 2003.




**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 5060 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018203/03-5,

**RESOLVE** dispensar a servidora ANNA CLAUDIA MONTEIRO DE QUEIROZ, matrícula 5392, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Taquígrafo Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Revisão Taquigráfica do mesmo Órgão, a partir de 17 de outubro de 2003.

Senado Federal, 28 de outubro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 5061 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018555/03-9,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUMAIA ELISA PANEL MOREIRA VIANNA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão.

Senado Federal, em 28 de outubro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**APOSTILA**

Fica alterado o fundamento legal do Ato nº 912/2000 de aposentadoria do servidor ANTONIO AURIVALDO ARRAIS, matrícula 2224, para excluir o fundamento do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, e incluir o fundamento do artigo 8º, incisos I e II, e § 1º, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II, da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Senado Federal, em 28 de outubro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PTB	Duciomar Costa	PFL	Renildo Santana
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

### TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida ao PPS.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO  
TEMPORÁRIA**

**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

\*\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.  
Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA  
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)  
Relator: Senador Ney Suassuna**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
<b>PDT - PPS</b>	
João Batista Motta**	(vago)

\*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO  
TEMPORÁRIA**

**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

**Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)**

**Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
(vago)	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha***	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

\*\*\*Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 23.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

## 2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)**  
**Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**

**Vice-Presidente: (vago)**

**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati  
Vice-Presidente: Pedro Simon  
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 07.10.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**

**Vice-Presidente: (vago)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

\*\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

\*\*\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**

**PERMANENTE**

**9 (nove) titulares**

**9 (nove) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**

**PERMANENTE**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**

**PERMANENTE**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
(17 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**

**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 23.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS  
PERMANENTE  
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)  
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Efraim Morais	1. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Shessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. (vago)
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta*

\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.  
Atualizada em 02.10.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: mariadul@senado.br .



**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Marcelo Crivella**

**Vice-Presidente: Senador João Capiberibe**

**Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

\*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**7 (sete) titulares**

**7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Jefferson Péres**

**Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
<b>PFL</b>	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta***	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

\*\*Deixou o exercício do mandato em virtude da reassunção da titular Senadora Maria do Carmo Alves.

\*\*\*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

# **CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

## **(Resolução do Senado Federal nº 20/93)**

### **COMPOSIÇÃO**

**(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)**

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995    **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999    **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: (VAGO) <sup>13</sup>**

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago) <sup>10</sup>	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL <sup>5</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
<b>PT <sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB <sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca <sup>7 e 14</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
<b>PTB</b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB <sup>1</sup>, PL <sup>1</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) <sup>9</sup>	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

**Notas:**

<sup>1</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL)**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

<sup>12</sup> Eleita na Sessão do SF de 18. 9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

<sup>13</sup> O Senador **Juvêncio da Fonseca** renunciou ao cargo de Presidente do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 25.09.2003

<sup>14</sup> Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicado lido na Sessão do dia 01.10.2003.

(atualizada em 01.10.2003)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

**1ª Designação:** 16.11.1995  
**2ª Designação:** 30.06.1999  
**3ª Designação:** 27.06.2001  
**4ª Designação:** 25.09.2003

**COMPOSIÇÃO**

<b>Senador Eurípedes Camargo<sup>1</sup></b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>
<b>Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup></b>	<b>PFL</b>
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko <sup>4</sup>

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>4</sup>

PMDB
Senador Papaléo Paes <sup>8</sup>
PFL <sup>6</sup>
Senadora Roseana Sarney (MA) <sup>1</sup>
PT <sup>5</sup>
Senadora Serys Slhessarenko (MT) <sup>1</sup>
PSDB <sup>6</sup>
Senadora Lúcia Vânia (GO) <sup>1</sup>
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) <sup>3</sup>
PTB <sup>5</sup>
Senador Sérgio Zambiasi (RS) <sup>7-9</sup>
PSB <sup>5</sup>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) <sup>2</sup>
PL <sup>5</sup>
Senador Magno Malta (ES) <sup>1</sup>
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) <sup>1</sup>

**Atualizada em 14.10.2003**

#### Notas:

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

<sup>9</sup> Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> (aguardando definição)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

**COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON</b>

**MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>**

<b>Senador EDUARDO SUPLICY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES) <sup>(11)</sup>
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) <sup>(10)</sup>	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) <sup>(10)</sup>
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Notas:**<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).<sup>(4)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.<sup>(10)</sup> Vaga ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.<sup>(11)</sup> Desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003, conforme comunicado lido na Sessão do SF desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY<sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> ( <i>aguardando definição</i> )
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLY (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Clodomir Cardoso

### Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,  
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador  
da República Clodomir Cardoso, seu perfil  
parlamentar, resumo de suas atividades  
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

#### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 266 PÁGINAS**